

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE LETRAS, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LENON CAMPOS MASCHETTE

**Conservadores e Cidadania: A História de um Conceito nos Governos
Thatcher (1979-1990), Major (1990-1997) e Cameron (2010-2016)**

Versão Corrigida

São Paulo
2022

LENON CAMPOS MASCHETTE

Conservadores e Cidadania: A História de um Conceito nos Governos Thatcher (1979-1990), Major (1990-1997) e Cameron (2010-2016)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História. Sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Versão Corrigida

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cc Campos Maschette, Lenon
Conservadores e Cidadania: A História de um
Conceito nos Governos Thatcher (1979-1990), Major
(1990-1997) e Cameron (2010-2016) / Lenon Campos
Maschette; orientador Francisco Carlos Palomanes
Martinho - São Paulo, 2002.
299 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:

1. História Política. 2. História das Ideias. 3.
Conservadorismo. 4. História Britânica. 5. História
Contemporânea. I. Palomanes Martinho, Francisco
Carlos, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

CAMPOS MASCHETTE, Lenon. **Conservadores e Cidadania: A História de um Conceito nos Governos Thatcher (1979-1990), Major (1990-1997) e Cameron (2010-2016)**. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em: 02/09/2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho (Orientador)
Instituição: FFLCH/USP

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dra. Elizabeth Balbasky
Instituição: FFLCH/USP

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. Francisco carlos Teixeira da Silva
Instituição: CPDA/UFRJ

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. João Roberto Martins Filho
Instituição: UFSCAR

Julgamento _____

Assinatura _____

Dedico este trabalho ao meu pai Eraclito di Marche Maschette, minha mãe Márcia Aparecida Campos Maschette e meu irmão Wesley Campos Maschette, pela fundamental presença e apoio durante toda minha vida. Para Ettore, nosso futuro, e também tio André (in memorian) e vó Terezinha (in memorian), nosso passado.

AGRADECIMENTOS

Após anos dedicados ao estudo e à pesquisa em história, desde a graduação até o doutorado, que é mais um ciclo que se encerra, tenho muito a agradecer nesta longa caminhada. Desde pequenos gestos e conversas, até contribuições fundamentais neste processo, não foram poucas as pessoas que fizeram parte, mesmo sem saber, desta caminhada. As pessoas mais importantes foram, sem dúvida, meus pais. Tenho muito a agradecer a minha mãe, a pessoa mais forte que já conheci, e todo o empenho que teve na minha formação e educação. Mãe dedicada, sempre transbordou amor e fez todo o possível para que eu tivesse maior acesso à educação do que ela teve. Devo-lhe não apenas minha instrução, mas também o exemplo do que é se dedicar e perseverar. Por outro lado, foi meu pai que, mesmo com pouca instrução, me apresentou a ciência e me fez ter amor pelo conhecimento. Foi nas tardes de domingo, assistindo a inúmeros documentários, que entendi o que eu queria ser e fazer quando crescesse. Meu pai, um homem simples e maravilhoso, me presenteou com a liberdade e me ensinou a amá-la. Foi ele que me ensinou que a liberdade é um dos bens mais preciosos que temos. Queria agradecer a meu irmão, parceiro e melhor amigo, pelas conversas e pelos inúmeros momentos de conforto. Compartilhamos angústias, medos e alegrias. Ele sempre esteve ao meu lado e também me deu um sobrinho, Ettore, o grande sorriso de nossa família, que enche nossa casa de alegria e ternura. Nosso grande amor. Por fim, minha cunhada, Carla, sempre presente. Mulher de muita garra, mas que não deixa a ternura e o sorriso se perderem durante suas batalhas. Obrigado a todos.

Sou um felizardo por ter, de ambos os lados, uma família muito próxima. Tios e tias, primos e primas, avós e avôs, sempre fizeram parte da minha vida. Em especial, queria agradecer aos meus primos Caio, Maurício, Renan e Vinícius, pelas reuniões semanais, pelas conversas, mas, sobretudo, pela alegria e pela descontração. Sem as reuniões semanais, minha vida seria muito mais triste. Estar com eles me proporciona momentos ordinários, mas inesquecíveis, que me ajudaram a manter o foco nessa caminhada. Eles foram os grandes responsáveis pelas minhas maiores gargalhadas neste período. Menção especial também ao primo Vinícius e as constantes e longas conversas sobre sociedade e política.

Gostaria de agradecer aos meus amigos, àqueles mais antigos, que sempre

estiveram comigo, mas também aos novos, aqueles que conheci por meio de minha pesquisa. Esses amigos tornaram minha estadia na Inglaterra, durante meu período de doutorado-sanduiche, muito mais prazerosa e aconchegante. Especialmente a Clarissa, amiga de doutorado que pretendo levar para toda a vida.

Aos professores da USP, desde minha graduação, agradeço às aulas e aos ensinamentos, que possibilitaram que eu chegasse até aqui. Agradeço aos professores da Birkbeck College de Londres, instituição em que fiz meu mestrado, especialmente à professora Joanna Bourke e ao meu orientador Jerry White. Agradeço também ao professor Richard Vinen, que me recebeu no King's College em Londres, para o meu período de doutorado-sanduiche e, sobretudo, ao professor Mark Garnett, da Lancaster University, que me recebeu em Lancaster e se tornou “conselheiro” dos meus trabalhos sobre política britânica. Também sou grato aos arquivistas e bibliotecários dos arquivos e coleções da Inglaterra, que foram extremamente prestativos durante minha pesquisa. Agradeço, sobretudo, ao meu orientador, professor Francisco Carlos Palomanes Martinho, que sempre apoiou e incentivou meu trabalho. Foi um orientador fantástico que, ao mesmo tempo que me auxiliava e estava presente, me dava a liberdade necessária para me desenvolver como pesquisador. Queria também agradecer aos professores que participaram da minha qualificação, professora Elizabeth Balbachevsky e professor Francisco Carlos Teixeira Silva pelas sugestões e críticas que contribuíram, enormemente, para o desenvolvimento da minha tese.

Gostaria de agradecer à USP e aos seus funcionários, assim como à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e o Departamento de História, pela oportunidade e auxílio prestados sempre que necessário.

Um especial agradecimento à FAPESP pela bolsa concedida e pelo suporte financeiro para a minha pesquisa. Sem eles, este trabalho não teria sido desenvolvido. Processo nº 2018/01521-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Um último agradecimento aos combatentes da covid-19. À ciência, aos cientistas e a todos os que lutaram durante esta pandemia para nos manter vivos.

RESUMO

Desde o final dos anos 1980, o tema cidadania vem gozando de crescente interesse e renovado prestígio. Com as inúmeras mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas do final do século XX, o conceito tornou-se elemento central em debates tanto no meio acadêmico quanto na arena política. Não só intelectuais repensam o tema, mas políticos ressignificam o conceito, tanto em termos ideacionais quanto práticos. Tendo a nova direita papel importante nesse processo e sendo o Partido Conservador britânico peça essencial para a implementação e proliferação de tais ideias, a presente pesquisa visa a compreender como o partido, por meio de seus líderes, tentou ressignificar o conceito e estabelecer novas configurações à ideia.

Por meio de análise qualitativa de discursos, entrevistas, artigos, memórias e documentos, tanto oficiais quanto não oficiais, o estudo analisa três administrações conservadoras e suas respectivas ideias e/ou programas relacionados ao tema. Inicialmente, o estudo se debruça sobre a ideia de “active citizenship”¹, lançada no final do governo Margaret Thatcher (1979-1990), e tenta mostrar como uma parte considerável dos elementos dessa ideia, diferentemente do que muitos analistas afirmaram, esteve presente no pensamento *Thatcherite* desde muito antes do final da década de 1980. Com a resignação de Thatcher e após a vitória nas eleições internas do partido, seu sucessor John Major (1990-1997) assumiria o poder e continuaria a reformular o conceito de cidadania, dessa vez por intermédio de um grande programa governamental chamado *The Citizen's Charter*. Tendo como foco a melhora dos serviços públicos mediante a implementação de mecanismos de mercado e privatizações, o programa transformava o conceito de cidadania ao aproximar cidadão a consumidor e priorizar mecanismos de reparação, em vez de participação. Se, por um lado, o programa pareceu dar continuidade às ideias *Thatcherites* de redução de gastos públicos e privatização do setor público, por outro, a própria questão da preocupação com esses serviços parece distanciar Major de Thatcher.

¹ Cidadão ativo. O termo será usado por toda a tese.

Por último, analisamos a concepção de *Big Society*, do governo David Cameron (2010-2016). Após sucessivas derrotas para o *New Labour*², o partido, então repaginado por Cameron, volta ao poder em 2010, com uma mensagem mais moderna e social liberal, tentando distanciar-se dos governos Thatcher, mas sem abandonar completamente seus princípios. Focalizando a comunidade e a inserção do indivíduo nela, a “grande ideia” de Cameron visava a transformar a relação entre os indivíduos e a comunidade ao seu redor. A pesquisa sugere que a grande ideia de Cameron não rompesse com a visão de Thatcher; mas apresenta métodos e estratégias bem diferentes para se alcançar tal objetivo.

Palavras-chave: Margaret Thatcher; John Major; David Cameron; Conservadorismo; Partido Conservador Britânico; Nova Direita; Cidadania; Neoliberalismo

² O termo “new”, do *New Labour*, não estará entre aspas, por tratar-se de nome próprio do partido à época. O partido, a oposição e a imprensa sempre trataram o *New Labour* sem aspas. Quando eu usar a expressão traduzida, “novos” trabalhistas, coloco o termo “novo” entre aspas.

ABSTRACT

Since the late 1980s, the topic of citizenship has enjoyed growing interest and renewed prestige. With the numerous social, cultural, political and economic changes at the end of the 20th century, the concept has become a central element in academic and political debates. Not only have intellectuals rethought the topic, but politicians have also reframed the concept in both ideational and practical terms. With the new right playing an essential role in this process and the British Conservative Party being an essential part of the implementation and proliferation of such ideas, this research aims to understand how the party, through its leaders, tried to re-signify the concept and establish new configurations for the idea.

Through qualitative analysis of speeches, interviews, articles, memories and documents, both official and unofficial, the study analyzes three conservative administrations and their respective ideas and/or programs related to the theme. Firstly, the study focuses on the idea of "active citizenship" launched at the end of the Margaret Thatcher government (1979-1990) and tries to demonstrate how a considerable part of the elements of this idea, unlike claimed by many analysts, was present in *Thatcherite* thought. Since long before the end of the 1980s. With Thatcher's resignation and after the victory in the party's internal elections, her successor John Major (1990-1997), would assume power and continue to reformulate the concept of citizenship through an extensive government program called The Citizen's Charter. Focusing on improving public services through implementing market mechanisms and privatization, the program transformed the concept of citizenship by bringing citizens closer to consumers and prioritizing mechanisms of reparation rather than participation. If, on the one hand, the program seems to continue the Thatcherite ideas of reducing public spending and privatizing the public sector, on the other hand, the very issue of concern for these services seems to distance Major from Thatcher.

Finally, we will analyze the concept of the Big Society of the David Cameron government (2010-2016). After successive defeats to New Labour, the party, then revamped by Cameron, returns to power in 2010, with a more modern and social liberal message, trying to distance itself from its Thatcherite heritage without completely abandoning its principles. Focusing on the community and the insertion of the individual in it, Cameron's Big Idea aimed to transform the relationship between individuals and the

community around them. Research suggests, however, that perhaps Cameron's big idea did not break with Thatcher's vision but had many more similarities than differences

Keywords: Margaret Thatcher; John Major; David Cameron; Conservatism; British Conservative Party; New Right; Citizenship; Neoliberalism.

LISTA DE TERMOS IMPORTANTES

Downing street: residência oficial e escritório do primeiro-ministro. O local exato onde está localizado esse escritório é o número 10. Por isso, é comum encontrar a sentença “10 Downing street”. Entretanto, outros membros do governo também ficam nessa mesma rua. O ministro da Economia, por exemplo, geralmente se estabelece no número 11.

Policy Unit: um corpo de elite de funcionários de confiança do primeiro-ministro, localizado em 10 Downing street. É responsável por formular políticas públicas e fornecer, de forma direta, conselhos políticos para o líder do executivo.

House of Comons: a monarquia parlamentar britânica tem duas casas representativas: a House of Commons e a House of Lords. A Câmara dos Comuns é a câmara baixa, cujo papel principal é o de representação popular e produção legislativa. Seus membros são eleitos via eleições populares diretas.

House of Lords: a Câmara dos Lordes, ou Câmara Alta, é a casa legislativa na qual há revisão dos projetos e das leis produzidos na Câmara Baixa. Seus membros são indicados de diferentes formas.

Shadow Cabinet: o gabinete das sombras ou gabinete paralelo é um gabinete alternativo formado pelo líder da oposição, que reflete e equipara cada integrante do gabinete do governo. Tem a função de criticar o governo e propor projetos e medidas alternativas.

UKIP: o Partido de Independência do Reino Unido é um partido britânico fundado nos anos 1990, eurocético e de extrema direita, que desafiou a hegemonia do sistema “bipartidário” britânico nas últimas eleições, à medida que a questão do *Brexit* e da União Europeia foi se tornando mais central.

Westminster: é uma região, mas também se refere ao parlamento britânico.

Whitehall: centro administrativo e sede do governo britânico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I - Reconstruindo o cidadão britânico: o cidadão ativo de Margaret Thatcher.....	47
1.1 Considerações Preliminares.....	47
1.2 <i>Welfare State</i> , T.H Marshall e Nova Direita.....	55
1.3 Thatcher chega ao poder: economia e declínio moral nos anos pós-guerra.....	69
1.4. <i>Active citizenship</i> : reconstruindo um conceito.....	74
1.4.1 O indivíduo responsável.....	77
1.4.2 O papel do estado?.....	87
1.4.3 Sociedade civil como berço da cidadania.....	90
1.4.4 O mercado como ferramenta educativa?.....	98
1.4.5 “Popular capitalism”.....	102
1.4.6 Direitos e Deveres.....	106
1.5 Douglas Hurd, <i>active citizenship</i> e a terceira administração Thatcher.....	110
1.6 Neoliberalismo ou Comunitarianismo?.....	119
1.7 O conceito conservador de cidadania.....	124
1.8 Conclusão.....	126

CAPÍTULO II - <i>The Citizen's Charter</i> e o cidadão consumidor.....	131
2.1 Um sucessor ideal?.....	131
2.2 Os anos 1990 e a administração Major.....	134
2.3 Cidadania e <i>The Citizen's Charter</i> : o significado do termo nos anos Major.....	141
2.4 A ideia de carta e a <i>Citizen's Charter</i>	144
2.4.1 Algumas questões metodológicas e teóricas.....	147
2.4.2 O significado de cidadania.....	148
2.5 O debate sobre a carta como continuidade das políticas de Thatcher.....	156
2.5.1. As reformas administrativas e organizacionais.....	159
2.5.2. O cidadão consumidor e o ativo.....	161
2.6. Conclusão.....	171
CAPÍTULO III: “A Clear Blue Water”? “New Labour” e a reconstrução dos Conservadores.....	177
3.1 “New Labour”: da reinvenção ao poder.....	177
3.2 Os “novos” trabalhistas: ênfase nas comunidades, serviços públicos e cidadania.....	183
3.3 Os Conservadores em crise e a “modernização” do partido.....	187
3.4 Os Líderes Conservadores na Oposição.....	193
3.5 Conservadores, <i>Compassionate Conservatism</i> e <i>Civic Conservatism</i>	200
3.6 Conclusão.....	205

CAPÍTULO IV: ‘There is such thing as Society’: David Cameron e o retorno dos conservadores.....	210
4.1 Os ventos da mudança.....	212
4.2 Conservadores modernizadores?.....	214
4.2.1 Modernizadores.....	215
4.2.2 Ideologia.....	217
4.2.3 Crise de 2008 e a coalizão de 2010: modernização ameaçada?.....	223
4.3 “Big Society” e a redefinição de cidadania no governo	
David Cameron.....	230
4.3.1 O <i>Big Government</i>	233
4.3.2 Construindo a Sociedade Civil.....	238
4.3.2.1 Empoderando comunidades.....	239
4.3.2.2 Abertura dos serviços públicos.....	239
4.3.2.3 Ação social.....	240
4.3.3 “Big Society: tradições e ideias.....	244
4.4 Conclusão.....	247
Conclusão.....	256
Referências.....	267

INTRODUÇÃO

A presente tese, que visa ao título de Doutor pela Universidade de São Paulo, tem como objetivo analisar as mudanças do conceito de cidadania dentro das administrações conservadoras britânicas de Margaret Thatcher (1979-1990), John Major (1990-1997) e David Cameron (2010-2016). O estudo tenta compreender as transformações conceituais da ideia de cidadania durante um certo período, dentro de um determinado espaço político e ideológico, com vistas a de entender rupturas e continuidades, resultantes tanto da ação de indivíduos e grupos, quanto de mudanças estruturais que ocorriam à época. Assim, este trabalho enquadra-se dentro da tradição da história das ideias e dos conceitos³ políticos, mas sem ignorar a importância das mudanças sociais como um dos vetores de mudança ideacional.

Cidadania tornar-se-ia tema importante no debate político britânico a partir do final da década de 1980. Apesar do seu quase desaparecimento nos debates políticos e nos espaços acadêmicos nos anos 1960 e 1970, o conceito foi foco de intensas discussões durante vários períodos da história britânica contemporânea. Anthony Rees observa que houve três grandes momentos nos quais a cidadania se tornou temática importante no debate nacional: no final do século XIX, com os idealistas britânicos; após a Segunda Guerra Mundial até os anos 1960, sob a influência do trabalho de T.H. Marshall; e a partir do final da década de 1980 com os governos Thatcher e Major.⁴ Rees aponta que o que todos estes momentos tiveram em comum foi o fato de terem acontecido em períodos de vigoroso debate e interesse sobre qual seria o sistema de bem-estar social apropriado⁵ e,

³ Não iremos explorar, aqui, as diferenças metodológicas e teóricas entre as duas correntes de análise histórica. Este não é o lugar apropriado para esta discussão, que já possui ampla bibliografia. Ambas as escolas influenciaram nossa análise e suas diferenças não alteraram nem o desenvolvimento deste projeto, nem o resultado do estudo. Sobre história das ideias e dos conceitos, Cf. BALL, Terence; FARR, James; HANSON, L. Russell (Ed.). **Political Innovation and Conceptual Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; HAMPSHER-MONK, Ian; TILMANS, Karin; VAN VREE, Frank. **History of Concepts: Comparative Perspectives**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1998; MCMAHON, Darrin; MOYN, Samuel (Ed.). **Rethinking Modern European Intellectual History**. Oxford: Oxford University Press, 2014; RICHTER, Melvin. **The History of Political and Social Concepts: A Critical Introduction**. New York: Oxford University Press, 1995; RITCHER, Melvin; LEHMANN, Hartmut (Orgs.). **The Meaning of Historical Terms**. Occasional Papers, no. 15. Washington, DC: German Historical Institute, 1996;

⁴ REES, Anthony. T.H. Marshall and the Progress of Citizenship. In: BULMER, Martin; REES, Anthony (Ed.). **Citizenship Today, The contemporary relevance of T. H. Marshall**. New York: Routledge, 2016, pp. 3-4.

⁵ Ibidem.

portanto, de profunda reflexão sobre o papel e as relações entre o Estado, o indivíduo e a comunidade.

O tema voltaria a ser debatido ao redor do mundo, e a contínua proliferação de tipos de cidadania mostra a importância contemporânea da ideia. Qualquer que seja o problema, sempre há quem enxergue, na revitalização do conceito, a solução para a questão.⁶ Em termos gerais, tal preocupação pode ser reflexo das transformações experimentadas nas comunidades políticas, sobretudo como resultado interrelacionado tanto da globalização quanto do multiculturalismo que continuamente testam a capacidade de os Estados-nações coordenarem e definirem, em termos coletivos, as vidas de seus cidadãos.⁷ No entanto, é importante notar que, se o retorno da linguagem de cidadania não é exclusividade britânica e responde a fatores que não são únicos ao Reino Unido, o debate teria especial importância na ilha⁸, como se demonstra nos capítulos da tese. O fato é que, dentro do contexto de reemergência do termo, o Partido Conservador britânico teria papel central tanto em recolocar o conceito no debate público britânico, como em avançar sua visão de cidadania e estabelecer muitos dos critérios e limites para discussões posteriores.⁹ Se o conceito de *active citizenship* da administração Margaret Thatcher e o de cidadão consumidor de John Major foram extensamente analisados por especialistas em cidadania à época, o tema seria marginalizado por especialistas de ambos os períodos políticos nos anos que se seguiram a esses governos. Em outras palavras, pouco se focalizou a cidadania quando esses períodos se tornaram objeto de análise dos historiadores. Com o aparecimento de pesquisas posteriores, o acesso a uma maior quantidade de documentos e o desenvolvimento de diferentes abordagens e interpretações sobre esses períodos, a reanálise do conceito, nestes anos, à luz destes novos desdobramentos, torna-se necessária e urgente. Além disso, não há nenhum estudo,

⁶ BELLAMY, Richard. **Citizenship**. A very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2008., p. 1.

⁷ Ibidem, p. 2.

⁸ LISTER, Ruth. Vocabularies of Citizenship and Gender: the UK. **Critical Social Policy**, Vol. 18, no. 56, 1998, p. 312.

⁹ Lister coloca a ascensão da nova direita ao poder, através de Thatcher, como fator central para o retorno do tema cidadania. Michael Marinetto aponta para o fato de que o surgimento de teorias que iriam repensar o papel e a natureza do estado tem a nova direita como movimento de vanguarda, Cf. MARINETTO, Michael. Who Wants to be an Active Citizen? The Politics and Practice of Community Involvement. **Sociology**, Vol. 37, no. 1, 2003, p. 104. Para a influência da ideia de cidadania ativa para além dos governos Conservadores, Cf. DAVIES, Jonathan. Active citizenship: navigating the Conservative heartlands of the New Labour project. **Policy & Politics**, Vol. 40, no. 1, 2012 e ROSE, Nikolas. **Power of Freedom**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Sobre como Thatcher influenciou os debates posteriores, ao estabelecer padrões conceituais e linguísticos, Cf. PHILLIPS, Louise. Hegemony and Political Discourse: the lasting impact of Thatcherism. **Sociology**, Vol. 32, no. 4, 1998, p. 847.

sobretudo devido ao curto período que se passou desde a renúncia de David Cameron ao cargo, que tenha se debruçado sobre a evolução do conceito nestes anos, desde o surgimento do termo *Thatcherite active citizenship*, passando pelo programa de Major *The Citizen's Charter*, até a ideia de Cameron sobre *Big Society*. Portanto, o presente trabalho pretende tanto reavaliar o conceito nessas diferentes administrações, quanto estabelecer comparações e entendimentos nesse período.

O objetivo é examinar, em termos ideacionais, o que cada um desses governos entendia por cidadania e, indo além, como esses diferentes atores, incluídos não apenas os primeiros-ministros, mas também pessoas e grupos próximos a eles e que tiveram papel importante na redefinição do termo, ressignificaram o conceito. Sobretudo por meio de análises discursivas, o presente estudo busca compreender como esses atores alteravam elementos essenciais a essa ideia e, assim, davam-lhe novo significado.

Como Susan Smith apontou, o debate sobre cidadania ativa no Reino Unido, desde o final dos anos 1980, tornou-se particularmente relevante, pois refletia – e ainda reflete – uma batalha ideológica que visa a controlar o significado de um termo político chave,¹⁰ que se transformaria numa espécie de força unificadora em um mundo moderno fragmentado, apelando tanto para a centro-esquerda quanto para a centro-direita.¹¹ O ponto central, para nós, é a questão de que, enquanto conceito político, cidadania é essencialmente uma ideia¹² contestável. Conceitos apresentam histórias¹³, incorporam diferentes interpretações originadas do contexto ao qual estão vinculados e concentram múltiplos significados herdados da realidade histórica à qual pertencem. Por conseguinte, em contraste com as palavras, conceitos são sempre ambíguos.¹⁴ Mais do que isso, como argumenta Michael Freeden, eles não apenas são contestáveis, pois são significados e constituídos temporal – tradição acumulada de discursos – e espacialmente – contexto cultural diverso –, mas também por sua morfologia e pela forma como se conectam a

¹⁰ SMITH, Susan. Citizenship: all or nothing? *Political Geography*, Vol. 14, no. 2, 1995, p. 190.

¹¹ MILLER, David. Citizenship and Pluralism. In: BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.) **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Routledge: New York, 2014, p. 297.

¹² Durante todo o texto, usaremos conceito e ideia como sinônimos. Por mais que haja uma discussão sobre as diferenças entre os dois termos, não pretendemos distingui-los para não dificultar, desnecessariamente, o entendimento da análise. O uso enquanto sinônimo não prejudica o conteúdo do texto. A definição dos termos que utilizamos virá nos parágrafos seguintes.

¹³ KOSELLECK, Reinhart. On the History of Concepts and the Concept of History. In: DINER, Dan; ZIMMERMANN, Moshe (Ed.). **Disseminating German Tradition: The Thyssen Lectures**. Leipzig: Leipzig University, 2009, pp. 81-82.

¹⁴ KOSELLECK, Reinhart. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe*. **Contributions to the History of Concepts**, Vol. 6, 2011, p. 54.

outros conceitos.¹⁵ Conceitos são constituídos por inúmeros elementos internos, que se relacionam como uma espécie de rede de significados¹⁶ que nunca podem ser definidos independentemente uns dos outros, mas apenas pela forma como são combinados e arranjados. Se, por um lado, são constituídos por elementos que podem ser ressignificados, rearranjados, incorporados e abandonados de maneira quase ilimitada, por outro, a forma como conceitos se articulam entre si, dentro de um universo linguístico, também altera seus significados. Assim, como construções sociais, não têm significados intrínsecos, mas apenas empíricos, dados por meio dos usos.¹⁷ É por isso que o significado de um conceito é sempre alvo de disputa por diferentes grupos competindo por estabelecer suas respectivas avaliações e interpretações¹⁸, em um processo que Freedden chama de *decontesting*, ou seja, o ato de tentar transformar o significado de algo contestável em incontestável, legítimo e único.¹⁹

Portanto, exatamente devido a sua natureza dinâmica e flexível, conceitos tornam-se instrumentos de persuasão e legitimação, armas de guerra, “badges of identity and solidarity”,²⁰ não podendo, assim, ser entendidos separadamente dos conflitos políticos dos quais fazem parte. É por intermédio da agência de atores e grupos políticos que, ao criticarem e tentarem resolver contradições em suas crenças e práticas, ao mesmo tempo que se esforçam para compreender e transformar o mundo ao seu redor, as mudanças conceituais ocorrem. É da interação entre a complexa morfologia das ideias, a capacidade cognitiva humana de entender, modificar e inovar a linguagem, bem como a constante mudança nos processos históricos dos quais esses indivíduos fazem parte que deriva a riqueza de significados de um conceito e a quase ilimitada capacidade de transformação conceitual de uma ideia.

Contudo, conceitos não são importantes apenas como instrumentos essenciais em qualquer disputa política, mas também como conteúdo substantivo dos discursos.²¹ Como

¹⁵ FREEDEN, Michael. **Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 4

¹⁶ CARSTESSEN, Martin. Ideas are not as Stable as Political Scientist Want Them to Be: A Theory of Incremental Ideational Change. **Political Studies**, Vol. 59, no. 3, 2011, p. 601.

¹⁷ FREEDEN, Op. Cit., p. 61.

¹⁸ RICHTER, **The History of Political and Social Concepts**, Op. Cit., p. 36.

¹⁹ Por vezes, utilizarei a palavra *descontesting* ou *discontested* para me referir a determinado elemento ou conceito que, através de atores políticos, experimente este processo de legitimação.

²⁰ HANSON, L. Russell. Democracy. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, L. Russell (Ed.). **Political Innovation and Conceptual Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 82.

²¹ SCHMIDT, Vivien. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. **Annual Review of Political Science**, Vol. 11, 2008, p. 303. “Distintivo de identidade e solidariedade”, tradução nossa.

apontou Reinhart Koselleck, mais do que serem apenas funcionais para qualquer discurso, eles atuam como “pivots around which all arguments turn”.²² Se discursos são importantes tanto para alterar as percepções dos atores sobre questões políticas e influenciar suas preferências e crenças, quanto como instrumento mediador entre estrutura e agência²³, todo e qualquer discurso requer conceitos básicos para se tornar inteligíveis.²⁴ É por meio de conceitos e seus diferentes papéis dentro da linguagem que o indivíduo consegue moldar e redefinir seus discursos.

É este, portanto, o principal motivo pelo qual a análise de discursos é a metodologia mais utilizada nesta pesquisa. Se pretendemos entender as mudanças conceituais de determinado ator e/ou grupo político, é sobre os discursos que devemos nos debruçar. Assim, a análise aborda o objeto de pesquisa de forma qualitativa, selecionando e investigando, em detalhes, importantes manifestações desses personagens. O estudo se dedica, portanto, à análise qualitativa de diferentes tipos de fontes primárias. Particular atenção é dada ao exame de discursos e entrevistas feitos por membros do Partido Conservador, especialmente os produzidos por seus líderes. Damos maior ênfase aos discursos proferidos pelos primeiros-ministros, sobretudo no tempo em que estiveram à frente do país, mas também enquanto líderes da oposição, em cargos governamentais, ou após terem deixado suas posições. Em menor escala, também se dá voz a outros atores importantes do partido.

Em virtude de haver centenas de discursos nesse período, preferimos discursos relacionados à temática do presente estudo. Desse modo, discursos econômicos, por exemplo – desde que não se relacionem em absolutamente nada com nossa pesquisa – não serão objeto de análise ou, quando muito, terão papel marginal. Dos discursos analisados, aqueles proferidos durante as conferências anuais do partido têm papel de grande relevância. Além de cobrirem os temas mais importantes da administração dos respectivos primeiros-ministros, eles também apresentam temáticas importantes do ano em que foram produzidos. Ademais, era nesses eventos que o líder tinha a oportunidade de comungar e consolidar sua liderança dentro do partido, ao passo que estabelecia sua

²² KOSELLECK, Reinhart. A Response to Comments on *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: RITCHER, Melvin; LEHMANN, Hartmut (Orgs.). **The Meaning of Historical Terms**. Occasional Papers, no. 15. Washington, DC: German Historical Institute, 1996, p. 65. “Pivôs em torno dos quais todos os argumentos voltam-se”, tradução nossa.

²³ SCHMIDT, Vivien; RADAELLI, Claudio. Policy Change and Discourse in Europe: Conceptual and Methodological Issues. **West European Politics**, Vol. 27, no. 2, 2006, p. 192.

²⁴ RITCHER; LEHMANN, Op. Cit., p. 65.

agenda política além dos limites partidários, já que as conferências sempre gozaram de ampla cobertura midiática. Thatcher, por exemplo, sabia muito bem como utilizar-se destes momentos.²⁵ Por outro lado, por serem anuais, podemos analisar mudanças ocorridas ao longo do período. Logo, eles são tanto um recorte de curtíssima quanto de curta e média duração, que nos auxilia nas nossas análises sincrônica e diacrônica.

Não há dúvida de que, devido à capacidade de os conceitos reterem significados históricos, qualquer análise conceitual deve abordar o objeto tanto sincrônica quanto diacronicamente. Apesar da enorme importância de examinarmos todo o contexto em que um discurso foi manifestado, a sua análise, sem a devida abordagem diacrônica, tem como possível consequência a construção de uma visão na qual o contexto se torna algo discreto e holístico e, portanto, estático e delimitado. Em outras palavras, cria-se um contexto fechado em si mesmo, confinado a seus significados e totalmente incapaz de dialogar com qualquer ideia de continuidade histórica ou diálogo temporal.²⁶ Perde-se, assim, toda a riqueza que um conceito traz consigo, fruto de rearranjos e adaptações contínuas e históricas, herança de diversas tradições linguísticas, ideológicas e políticas. Nesse sentido, os discursos anuais são ferramentas relevantes para um significado mais temporal.

Outros discursos referentes ao tema também são analisados, a saber: discursos internos, para diferentes grupos do partido; discursos públicos, como os proferidos durante os períodos pré e pós-eleições, nos eventos de universidades, igrejas, em grandes comemorações públicas etc.; entrevistas; coletivas de imprensa, entre outros. Além disso, documentos e textos escritos são igualmente contemplados. De crucial importância são os documentos e os textos oficiais responsáveis pela introdução e implementação dos programas de governo relacionados ao tema cidadania, bem como os relatórios governamentais com função de monitoramento de tais políticas. Os manifestos eleitorais do Partido Conservador, bem como os do Partido Trabalhista e dos Liberais Democratas também serão analisados, pois neles podemos explorar os diferentes tipos de enfoques bem como as diferentes análises que cada partido produzia sobre determinado problema

²⁵ CRINERS, Andrew; DOREY, Peter; HEPPPELL, Timothy. **The Political Rhetoric and Oratory of Margaret Thatcher**. London: Palgrave MacMillan, 2016, p. 68.

²⁶ GORDON, Peter. Contextualism and Criticism in the History of Ideas. MCMAHON, Darrin; MOYN, Samuel (Ed.). **Rethinking Modern European Intellectual History**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 39.

à época. Comparando-os, é possível observar como cada partido tratou determinada questão e dirigiu críticas a seus opositores.

Ainda mais importantes são os textos administrativos mantidos em sigilo por longos anos. São eles que nos informam sobre reuniões, discussões, planejamentos, programas e processos ocorridos internamente nessas administrações. É sobretudo por meio desse material que podemos ver mais claramente algumas das verdadeiras intenções desses atores. Quando se analisam discursos, há sempre o incômodo primário de sabermos até que ponto eles correspondem às ideias de quem o emite ou se apenas respondem a outros interesses momentâneos, sem qualquer relação com as ideias manifestadas por determinado ator político. Tal como memórias e entrevistas, esses documentos nos ajudam a compreender, ao menos em parte, até que ponto um discurso se relaciona ou não com as ideias de determinado ator.

Há, ainda, outro fato relevante: além das intenções existentes por trás de qualquer discurso, o que pode dificultar o seu entendimento, existem questões inconscientes manifestadas pelo autor do discurso, sem que sequer tenha consciência delas. Daí a importância desses documentos governamentais, no sentido de ajudar a compreender melhor o modo como esses atores pensavam certas questões, as forças que agiam sobre eles e a forma como o governo trabalhava isso. Assim, eles nos auxiliam a entender o contexto histórico no qual se inseriam esses autores.

Outros textos escritos também são parte considerável deste trabalho. Como figuras públicas, esses atores deixaram inúmeros textos escritos ao longo dos anos: artigos em jornais, em revistas ou em livros, bem como memórias e autobiografias. Se publicações produzidas no período em que os fatos ocorrem são relevantes como objeto de reflexão do autor em relação ao momento histórico, além disso, elas figuram como um diálogo desse autor com o momento, com seus eleitores, com os cidadãos, com os meios de comunicação e com a oposição. Em outras palavras, revelam tanto as ideias desses autores, quanto suas intenções e tentativas de defender determinada narrativa ou agenda política.

Memórias e autobiografias podem ter um papel um pouco diferente. Por lidarem com o passado, elas nos dão a oportunidade de conhecer fatos não narrados à época ou versões não contadas. Permitem-nos entender, de forma mais consistente, como determinado ator político pensava, suas crenças e ideias, seus desejos, vontades e

angústias, além de nos fornecerem bastidores políticos, histórias omitidas e pouco conhecidas, e motivações às quais, de outra forma, nunca teríamos acesso. Esse tipo de material é essencial para explorarmos intenções, motivações e razões que estariam por trás de determinado discurso ou agenda política, bem como o significado que esses atores políticos concediam a determinada ideia. Em contrapartida, sem dúvida alguma, não podemos ser inocentes acerca de suas intenções ao expor suas memórias. Geralmente, eles visavam a responder a questões deixadas em aberto na época, ou que viriam a emergir após anos. Memórias políticas são usadas tanto para responder a certas questões, quanto para legitimar certas práticas e ideias. Desse modo, há também a intenção desses atores de responder a questões, defender posições e dialogar com fatos e pessoas. Memórias e autobiografias estão, portanto, longe de ser apenas reflexões neutras de seus autores; estão sempre dialogando e respondendo a questões específicas do passado ou do presente. Ainda assim, como são apresentadas em outro momento histórico, com diferentes problemas e questões, podem nos oferecer elementos não compartilhados quando de seu acontecimento.

O trabalho também explora parte da mídia escrita, ou seja, jornais, periódicos e revistas especializadas em política são examinados. Esses meios representam indispensável instrumento de análise das ideias, tanto por reproduzirem entrevistas e artigos de importantes atores políticos e seus colaboradores, quanto por incluírem diferentes análises de estudiosos sobre o contexto político britânico. Com relação às revistas especializadas em política, especial atenção é dada às revistas *New Statesman* e *The Spectator*, por se tratar das duas principais publicações políticas periódicas inglesas, sendo a primeira de viés político à esquerda, e a segunda, à direita. Esses periódicos nos fornecem a oportunidade de verificar como os principais pensadores da época, de ambos os lados do espectro político, analisaram os programas, práticas e ideias discutidos e implementados no período. Por meio desses textos, podemos observar de que modo, ao menos em parte, direita e esquerda criticavam, rejeitavam, retificavam ou fabricavam diferentes significados para os conceitos políticos discutidos nessas décadas. Tais publicações nos ajudaram a entender o contexto ideológico e linguístico, bem como os limites conceituais nas possíveis interpretações de determinada ideia.

Por fim, analisamos algumas pesquisas de opinião que nos auxiliaram a compreender como o “humor nacional” mudou durante estes anos, o impacto das políticas conservadoras na opinião pública e, por sua vez, a reação dos conservadores a essa mesma

opinião e a sua influência nos discursos e na narrativa do partido. A relação entre opinião pública e discurso político tornou-se bem visível, por exemplo, no final dos anos 1980. Após anos de políticas *Thatcherites*, observamos o aumento – e não a diminuição – da popularidade do sistema de bem-estar social. Isso pode ter sido um fator importante tanto na ascensão de um discurso mais moralista, quanto no retorno do tema cidadania ao final daquela década.

A tese divide-se em quatro capítulos, organizados por ordem cronológica, além desta introdução e da conclusão. No início, a ideia era dividi-la em três grandes capítulos, cada um focado nos três governos conservadores. Com o desenvolvimento da pesquisa, a necessidade da inclusão de mais um capítulo, entre os capítulos dedicados aos governos de John Major e David Cameron, mostrou-se fundamental, já que os conservadores tiveram de se readaptar às novas circunstâncias e aos governos dos “novos” trabalhistas, a fim de conseguirem retornar ao poder. Antes do início destes capítulos, na segunda parte desta introdução, abordamos brevemente a história do termo cidadania e os principais modelos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo dos séculos. De forma sucinta, a intenção é informar ao leitor tanto o conteúdo de modelos de cidadania quanto a forma e a razão pelas quais esses modelos foram sendo repensados ao longo dos anos, a que respondiam, quais suas implicações, bem como as críticas que lhes foram sendo endereçadas. É importante notar que eles terão influência nas práticas e nas ideias de cidadania contemporânea. Sempre que o debate sobre o tema reaparece, ressurgem também pensadores, teóricos e atores políticos que dialogam com esses modelos, readaptando-os e rearticulando-os aos problemas contemporâneos enfrentados por suas respectivas gerações. Portanto, trata-se de um texto introdutório para o restante da tese.

O primeiro capítulo explora o conceito de cidadania nos governos de Margaret Thatcher (1979-1990), o primeiro analisado. O principal objetivo é rever o conceito de *active citizenship*, termo cunhado pelo ministro Douglas Hurd em 1988 e popularizado nos anos seguintes, à luz de novas abordagens e interpretações da administração Thatcher e do conceito de Thatcherismo.²⁷ Se, durante os anos 1980 e 1990, muitas das análises do

²⁷ Os termos Thatcherismo e *Thatcherite* são usados constantemente ao longo do texto, como termos muito próximos. Thatcherismo no sentido da “ideologia” do movimento, e *Thatcherites* como aqueles que seguiam tal ideologia. É importante notar que, aqui, uso tanto Thatcherismo quanto *Thatcherite* de forma ampla e “frouxa”. Não pretendo dar-lhes um significado definitivo, até porque não há tal significado. Assim, não pretendo fazer uma análise mais apurada deles, pois este não é o espaço para essa discussão. De forma bem geral, uso o termo *Thatcherite* para aqueles que seguiam o Thatcherismo, em maior ou menor grau, no seu sentido mais genérico, como empreitada moral que condenava os valores da contracultura dos anos 1960-1970 e do *welfare state*, que defendia o livre mercado e a propriedade privada como forma de

período concentravam-se apenas na esfera econômica do Thatcherismo e em sua proximidade com o neoliberalismo, análises historiográficas mais recentes tendem a enfatizar a dimensão cultural e moral do movimento e o modo como ele dialogava com diferentes tradições, além de um emergente neoliberalismo. Sem menosprezar a essencial dimensão econômica de sua administração, essas análises resgatam um Thatcherismo muito mais complexo e único, e não apenas um fenômeno unidimensional que seria apenas a materialização e implementação de políticas econômicas neoliberais.

É dentro desse movimento que a análise se insere. Indo na contramão de muitas análises da época, tentamos mostrar que: a) *active citizenship* não foi um conceito que simplesmente refletia ideias neoliberais; pelo contrário, pressupunha princípios importantes, oriundos de outras tradições políticas e religiosas que se distinguiram completamente de premissas liberais econômicas; b) se o termo foi cunhado em resposta a problemas específicos do final da década de 1980, isso não significa que seu conteúdo seja uma falácia retórica para amenizar problemas enfrentados pela administração Thatcher. Se, em parte, o termo foi repensado à luz desses problemas e como resposta a eles, grande parte dos princípios que o embasavam podem ser encontrados em discursos *Thatcherites* desde o final da década de 1960; c) se Hurd foi o responsável por trazer o debate mais para o centro da arena política, isso não significa dizer que a temática era nova ou que o partido mudava de ideia com relação a sua concepção de cidadania. Como argumentado anteriormente e mostrado nos próximos capítulos, Thatcher e seu entorno já defendiam posições similares, muito antes de ela tornar-se primeira-ministra do Reino Unido.

O capítulo inicia-se discutindo esta questão colocando este debate em discussão. Em seguida, aborda o conceito de cidadania do pós-guerra britânico e as críticas da nova direita sobre esse modelo. Na sequência, contextualizamos os anos de ascensão do governo Thatcher e, então, analisamos o conceito em si. Por fim, abordamos os últimos anos da administração Thatcher e o surgimento do termo *active citizenship*, ao final da década de 1980. Este é o capítulo mais extenso e, talvez, mais importante da pesquisa, e são vários os motivos que contribuem para tal. Em primeiro lugar, Thatcher foi uma das

moralizar indivíduos e superar problemas econômicos e se contrapunham a valores coletivistas e um Estado social e economicamente intervencionista. Com a utilização do termo, não pretendo dizer que todos pensavam de forma parecida. Ademais, uso-o para as mais variadas pessoas, algumas, inclusive, que não gozavam da total confiança de Thatcher. No entanto, todos eles, em diferentes graus, compartilhavam as amplas ideias mencionadas anteriormente

principais líderes do século XX, e isso significa: a) que há extenso material sobre ela; b) que a importância de sua administração em si torna seu período mais relevante para a análise. Em segundo lugar, ela teve um dos mais longos períodos como chefe do executivo da história britânica, o que contribui ainda mais para seu alcance, bem como para a quantidade de pesquisas feitas sobre ela. Em terceiro lugar, dados os mais de trinta anos de sua resignação, existe maior acesso a material desclassificado, se compararmos aos outros dois personagens analisados. Em quarto lugar, como sua administração marcou uma fase de mudança de paradigmas ideológicos e enfrentamento do modelo estabelecido nos anos pós-guerra, seria inevitável que o período fosse marcado por grandes mudanças conceituais e transformações discursivas.

No segundo capítulo, abordamos o conceito de cidadania em John Major (1990-1997), seu sucessor, e seu conhecido programa *The Citizen's Charter*. Esse programa, surgido como o grande projeto de seu governo²⁸, marca uma mudança de ênfase da concepção de cidadão, que passa a se aproximar da ideia de consumidor. Por intermédio de Major, o partido continuava sua busca por redefinir o conceito de cidadania, em um momento no qual os conservadores repensavam o legado de Thatcher. Ademais, novas ideias de um conservadorismo mais humano e uma cidadania mais comunitária ressurgiam nos debates dentro e fora do partido. De início, o capítulo discute o contexto em que John Major foi eleito líder dos conservadores e, conseqüentemente, tornou-se primeiro-ministro do Reino Unido.

A tumultuada saída de Thatcher de *Downing street* e a forma como o partido conduziu essa mudança teriam serias conseqüências para o governo de Major. Se Thatcher apoiou a candidatura de Major à sua sucessão, acreditando que ele seria o mais apto a preservar suas reformas, em pouco tempo, Thatcher o veria como traidor e continuamente inflamaria a ala mais à direita do partido contra seu ex-aliado. Estas e outras questões teriam implicações no governo de Major e em suas pretensões de seguir uma linha mais social liberal e um estilo político mais consensual e apaziguador. Por isso, não é tarefa fácil compreender o que Major realmente entendia por cidadania. Em primeiro lugar, porque governou sob fortes limitações; em segundo lugar, por não expor, recorrentemente, suas convicções ideológicas. Assim, se, por um lado, a análise da carta é o meio mais significativo para abordarmos o tema, por outro lado, ela pode gerar certa

²⁸ TURNER, Alwyn. **A Classless Society**: Britain in the 1990s. London: Aurum Press, 2013, p. 174.

distorção em nosso entendimento sobre o conceito, já que tratava apenas de questões específicas sobre cidadania, e não de uma teoria geral da ideia. Seja como for, o legado de Major nessa área confunde-se com seu programa de carta cidadã.

O programa consistia na aplicação de princípios de mercado dentro do setor público²⁹, tornando o conceito de cidadania mais próximo àquele ligado ao de consumidor³⁰, no qual a ideia de compensação contrastava com a linguagem de participação.³¹ Se, em substância, a carta continuava a tendência *Thatcherite* em direção a um sistema que tentava transferir o rigor fiscal do setor privado para o setor público, em compensação, ela redefinia o cidadão como ator econômico e inovava ao priorizar a qualidade dos serviços públicos, importando esse modelo do setor privado, como referência a ser seguida.³² Sua administração continuava a considerar o Estado como entidade falha e o mercado como sua mais eficiente contrapartida, daí a necessidade de se introduzirem mecanismos de mercado em sua estrutura. Contudo, a abordagem mais simpática de Major com relação aos funcionários públicos e aos serviços públicos, bem como sua preocupação com a qualidade destes últimos apontam para certo distanciamento das crenças de Thatcher.

O capítulo três faz uma breve análise do período situado entre a administração de John Major e o governo de David Cameron. Após a derrota de Major para os “novos” trabalhistas de Tony Blair, em 1997, os conservadores amargariam seu maior período na oposição em toda a história política britânica. Acostumados às vitórias, os conservadores foram derrotados em três eleições consecutivas e levaram anos para compreender o que deveria ser feito para que o partido retornasse ao caminho do sucesso.

A pesquisa se debruça, inicialmente, sobre o Partido Trabalhista Britânico, agora conhecido como *New Labour*, e em suas três administrações consecutivas. Blair foi o grande responsável por transformar o partido e recolocá-lo no poder. Os trabalhistas não sabiam o que era ganhar uma eleição desde a década de 1970, e o novo líder fez uma série de mudanças – desde a estrutura e a organização internas do partido, até questões ideológicas e programa de governo – para conseguir recolocar o partido no poder. Blair

²⁹ SMITH, Op. Cit., p. 192.

³⁰ SHAMSUL, Haque. Citizens' Needs vs. Market Demands in Public Governance: An Extended View. **Administrative Theory & Praxis**, Vol. 21, no. 2, 1999, p. 228.

³¹ HILL, Dilys. **Citizens and cities: urban policy in the 1990s**. London: Harvester Wheatsheaf, 1994, p. 201.

³² BARRON, Anne; SCOTT, Colin. The Citizen Charter Programme. **The Modern Law Review**, Vol. 55, no. 4, 1992, pp. 526-546.

foi, sem dúvida, um dos líderes políticos britânicos mais bem-sucedidos, por tornar seu partido uma máquina de vencer eleições. Além disso, ele transformaria a política britânica, obrigando os conservadores a se adaptarem ao novo contexto político. Em contrapartida, o país havia mudado profundamente desde os anos 1980, e transformações socioculturais tornaram³³ os conservadores um partido quase “inelegível”. Foi durante esse período que o partido tentou se modernizar. Vários líderes surgiram e todos fracassaram tanto na empreitada modernizadora quanto no objetivo eleitoral de ganhar mais uma eleição nacional. Apenas com a eleição do jovem David Cameron para a liderança do partido, em 2005, os conservadores conseguiram reconquistar parte dos eleitores, modernizaram-se e ganharam as eleições de 2010. Daí a importância e necessidade de se incorporar este capítulo à presente tese: é impossível entender Cameron sem entender Blair, os “novos” trabalhistas e as transformações, tanto práticas quanto ideológicas, que os conservadores tiveram de implementar.

O capítulo quatro contempla o conceito de cidadania na administração de David Cameron (2010-2016), sob o prisma de sua *Big Society*. Se, como afirmado no capítulo dois, o conceito de cidadania em Thatcher não pode ser entendido como simples desdobramento de ideias neoliberais, tampouco como um conceito que abarcava um indivíduo atomizado, a ideia de comunidade da *Big Society* de Cameron não pode ser tratada como simples ruptura com o modelo de Thatcher. Diante disso, buscamos entender até que ponto o conceito de Cameron rompia com aquele da ex-primeira-ministra.

O capítulo se inicia dando continuidade ao anterior e foca a contextualização do cenário geral da sociedade britânica no início do século XXI. Mostra-se como o país mudava, e os eleitores demandavam novas respostas para antigos problemas, embora também voltassem sua atenção para novas preocupações, enquanto outras questões, antes centrais, tornavam-se bem menos relevantes. O contexto, que de Thatcher para Major pouco havia mudado, agora se tornara bem diferente. Na sequência, o capítulo explora a ascensão de Cameron e seu grupo de jovens amigos dentro do partido, bem como de que maneira esse grupo chegou ao poder de forma surpreendente. Sua liderança buscava se distanciar das administrações de Thatcher, reconhecendo alguns de seus erros, mas

³³ HAYTON, Richard. Conservative Party Modernization and David Cameron’s Politics of the Family. *The Political Quarterly*, Vol. 81, no. 4, 2010, p. 493; LEE, Simon; BEECH, Matt. *The Conservatives Under David Cameron: Built to last?* London: Palgrave MacMillan, 2009, pp. 3-4.

evitando condená-los, já que presidia um partido ainda fortemente ligado à ex-primeira-ministra, tanto em termos ideológicos quanto afetivos. Apesar de sua promessa de modernização e seu autodeclarado “social-liberalismo”, Cameron tinha de se equilibrar entre os que acreditavam que mudanças profundas eram necessárias e os que o acusavam de trair o legado de Thatcher. Daí a importância de se entender, também, as ideias, os valores e os princípios do ex-primeiro-ministro.

Após essa análise mais contextual do ambiente, do partido e da ideologia de Cameron, movemo-nos para a estudo do conceito de cidadania propriamente dito e do grande projeto de Cameron intitulado *Big Society*. O capítulo explora tanto as ideias por trás desse projeto, quanto as medidas práticas e leis implementadas e que se referiam, direta ou indiretamente, à sua ideia de grande sociedade. Nesse momento, é importante analisar o Cameron da oposição e o Cameron primeiro-ministro, bem como de que forma os eventos – como a crise de 2008 – e a necessidade de se formar uma coalizão com os liberais democratas impactaram seus projetos, estratégias e ideologia, além de marcar certas diferenças entre o líder dos conservadores na oposição e o líder dos conservadores no governo. O capítulo se encerra comparando as administrações de Cameron e Thatcher, não apenas no que se refere ao tema cidadania, mas também com relação às suas respectivas administrações de forma mais geral.

Para finalizar, na conclusão, apresentamos uma análise mais geral e uma resposta mais sintetizada à pergunta central de nossa pesquisa, a saber: se e como o conceito de cidadania foi ressignificado e reutilizado nas administrações conservadores de Margaret Thatcher, John Major e David Cameron. O desfecho apontado nesta conclusão é o de que os governos conservadores, acima de tudo, reagiram ao modelo de cidadania idealizado no período do pós-guerra. A ideia de universalidade, a centralidade dos direitos, a importância dos direitos sociais, todas essas características foram questionadas e apontadas como fatores determinantes para os problemas contemporâneos da sociedade britânica do período. Começando por Thatcher, os conservadores deslocaram cidadania para a dimensão da sociedade civil e colocaram conceitos como responsabilidade, deveres e cidadania ativa no centro do debate sobre o tema. Cidadania passava a significar identidade, pertencimento e deveres, mais do que acesso e direitos. Tornava-se instrumento para fomentar coesão, e não para melhorar o acesso à recusos e combater desigualdades. Em contrapartida, essa cidadania, mais individualizada, em um contexto de privatizações e liberalização econômica, aproximava-se, mais e mais, de uma relação

consumidor e empresa privada. O cidadão, ator político, transforma-se, cada vez mais, em ator econômico.

Se, por um lado, estas são características bem definidas nesses governos conservadores, mesmo que com particularidades dentro de cada administração, por outro lado, a forma como se tentou alcançar esse modelo de cidadania mudou bastante entre uma administração e outra. Se, nos governos Thatcher, o mercado foi ator central no processo de moralização do cidadão, enquanto o Estado foi tratado apenas como ator perturbador e desmoralizador, sempre com interferências negativas, com Major e sobretudo com Cameron, o Estado voltaria a ter papel importante na promoção de cidadania e sociedade civil, ao passo que o mercado passava a ser visto com maior desconfiança, ao menos no que se refere à sua capacidade de enfrentar problemas sociais e gerar valor para a sociedade. O Estado, nessa nova visão, passava a ser visto não enquanto instrumento de redistribuição de recursos e promoção de justiça social, mas como capacitador e promotor de capital humano e social. Deveria, portanto, colocar as pessoas em “pé de igualdade”, incentivar e habilitar o cidadão em seu desenvolvimento pessoal. Sobretudo em Cameron, ao Estado caberia promover virtudes, bons cidadãos e comunidades fortes e coesas. De forma oposta ao Thatcherismo, Cameron acreditava que boa comunidade e bons cidadãos não surgiriam espontaneamente, mas seriam resultado de árduo esforço por parte de um projeto de Estado.

Há uma última questão fundamental que devemos endereçar brevemente nesta introdução. Na presente pesquisa, nosso foco é a análise ideacional, ponto claro desde o título deste trabalho. Investigamos ideias e discursos, pois acreditamos que são parte fundamental de qualquer análise histórica. Aqui já abordamos como conceitos e discursos são importantes para a compreensão de disputas políticas. Mas há mais do que isso. Novamente recorrendo a Koselleck, conceitos não seriam apenas relevantes como indicadores da vida política e social, mas também como fatores dessa realidade porque, se, por um lado, registram algo externo a eles, por outro, essa mesma realidade registrada é percebida em termos categóricos providenciadas pela linguagem.³⁴ Assim, conceitos são mais do que evidências linguísticas de certo contexto social; eles definem estruturas linguísticas e conseqüentemente condicionam eventos políticos.³⁵

³⁴ KOSELLECK, 1996, Op. Cit., p. 61.

³⁵ *Ibidem*, p. 67.

Se nossas experiências mundanas são sempre saturadas de teoria³⁶, nossas motivações, nossos interesses e desejos são, ao menos em parte, reflexos de orientações normativas, dadas por questões contextualmente ideacionais.³⁷ São as ideias, produzidas em nossa mente, que nos conectam com o mundo material, por meio de nossa interpretação do que acontece ao nosso redor. É pelas ideias que fazemos relações entre os objetos e entre esses objetos e o mundo, funcionando como uma espécie de guia para a ação humana.³⁸ Na esfera política, ideias e conceitos são os instrumentos que os indivíduos usam para se comunicar sobre política, moldando a forma como compreendem problemas políticos e definem alvos e estratégias.³⁹ Como Daniel Beland afirma, “for ideas to be taken seriously”. Não podemos tratá-las como mero epifenômeno de nossa realidade; devemos considerá-las um aspecto fundamental dessa mesma realidade, que molda parte do comportamento dos indivíduos e suas decisões políticas em determinada direção.⁴⁰ Isso não significa dizer que análises que abordam a realidade material não sejam fundamentais – elas são essenciais –, mas, sim, que ideias importam e, se quisermos entender melhor os eventos políticos que nos acercam, devemos incluí-las como valioso instrumento analítico de nossa realidade.

Antes de partirmos para a análise do conceito de cidadania nessas administrações, é fundamental entendermos as diferentes formas de ressignificação do conceito ao longo da história, bem como as inúmeras teorias e práticas desenvolvidas nesse período.

Como argumentado anteriormente, conceitos políticos são complexos. Sendo naturalmente flexíveis, apresentam grande possibilidade de ressignificação. Quando analisamos especificamente o conceito de cidadania, essa característica torna-se ainda mais evidente. O termo goza de longa vida e foi sendo reutilizado, no curso da história,

³⁶ POCOCK, John, G. A. **Political Thought and History: Essays on Theory and Method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

³⁷ HAY, Colin. Ideas and the Construction of Interests. In: BELAND, Daniel; COX, Robert H. (Ed.). **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 67-68.

³⁸ BELAND, Daniel; COX, Robert H. Introduction. In: BELAND, Daniel; COX, Robert H. (Ed.). **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 3.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ BELAND, Daniel. Ideas and Institutions in Social Policy Research. **Social Policy & Administration**, Vol. 50, no. 6, 2016, p. 736. “Para que as ideias sejam tomadas a sério”, tradução nossa.

em diferentes contextos.⁴¹ Apesar de longo, parece ser impossível encontrar, nesse conceito, qualquer elemento essencial e imutável, qualquer tipo de núcleo central que o defina em toda sua historicidade.⁴² Atualmente, há uma concordância geral de que o termo seja um artefato político e legal que visa a desenvolver certa condição para promoção de igualdade cívica no que se refere a responsabilidades e direitos.⁴³

Jean L. Cohen identifica, na literatura, três diferentes componentes, ligados aos princípios de cidadania: cidadania como princípio político de democracia (participação); cidadania como *status* político legal (direitos); e cidadania como formas de associação (identidade, solidariedade).⁴⁴ Em outra análise, Rogers M. Smith chega a conclusões parecidas ao identificar quatro definições diferentes para o termo ao longo dos tempos. Para o autor, cidadania geralmente se refere: a) ao direito político de participação; b) ao *status* legal vinculado a nacionalidade; c) à participação em qualquer associação; ou d) à conduta e/ou ao comportamento individual.⁴⁵ Mais do que isso, não só atores políticos, mas também pensadores tendem a analisar a questão enfatizando um desses aspectos de cidadania.⁴⁶ Assim, eles foram enfatizados, incorporados ou abandonados, ao longo da tempo, no processo de constante redefinição e readaptação do termo às circunstâncias contemporâneas a seu uso. Atualmente, toda a discussão sobre o tema gira em torno destes três elementos – direito, participação e pertencimento⁴⁷ –, o que demonstra não apenas como o termo passou a englobar diferentes princípios, mas também o quão rico se tornou o debate em torno do tema.

Como apontado por Engin Isin e Bryan Turner, inúmeras mudanças sociais têm forçado acadêmicos e atores políticos a repensarem o conceito. Desse modo, não apenas se repensa a questão dos direitos e deveres, mas a reflexão também se estende sobre o

⁴¹ Não entraremos na discussão sobre a possibilidade ou não de se desenvolver a história de um conceito. Não se trata de busca platônica pela essência de determinada ideia. O fato é que o termo, em si, e não necessariamente seu significado, foi utilizado e readaptado inúmeras vezes ao longo dos séculos.

⁴² BELLAMY, Richard. Introduction. In: BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.) **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Vol. I. Routledge: New York, 2014, p. 297, p. 2.

⁴³ *Ibid.*, 2.

⁴⁴ COHEN, Jean, L. Changing paradigms of citizenship and the exclusiveness of the demos. In: BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.) **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Vol. I. Routledge: New York, 2014, p. 276.

⁴⁵ SMITH, Roger. Modern citizenship. In: ISIN, Engin; TURNER, Bryan (Ed.). **Handbook of Citizenship Studies**. London: Sage Publications, 2002, p. 106.

⁴⁶ SMITH, Changing paradigms, Op. Cit., p. 276; LISTER Michael; PIA, Emily. **Citizenship in Contemporary Europe**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008, p. 8.

⁴⁷ BELLAMY, Richard. Introduction: The making of modern citizenship. In: BELLAMY, Richard; CASTIGLIONE, Dario. SANTORO, Emilio. **Lineages of European Citizenship**. Rights, Belonging and Participation in Eleven Nation-State. London: Palgrave Macmillan, 2004, pp. 6-7.

significado do que é ser cidadão e quais grupos e atores estariam habilitados ao pleno acesso e participação dentro de determinada comunidade política. Em outras palavras, as três “axes” fundamentais de cidadania – sua extensão, ou seja, aquilo que se relaciona às regras e normas de exclusão e inclusão; seu conteúdo, referente aos tipos de direitos e deveres promovidos por determinado modelo de cidadania; e, finalmente, sua profundidade, a saber: sua espessura e superficialidade, que dizem respeito aos indivíduos e grupos habilitados a ter esses direitos e dos quais se esperam determinadas obrigações – vêm sendo reconfiguradas e redefinidas ao longo das últimas décadas.⁴⁸

Como analisamos no capítulo seguinte, o conceito de cidadania, por diferentes motivos, foi recolocado no centro do debate político a partir de meados da década de 1980, tornando-se instrumental para atores e grupos políticos que enxergaram, em uma agenda cívica renovada, a oportunidade de enfrentar as novas crises econômicas e sociais do fim do século XX e início do século XXI, por meio do incentivo à maior participação e ao voluntarismo de seus cidadãos.⁴⁹

A importância do tema em determinado debate político não é fato novo, e o uso do termo tem uma longa história nas sociedades ocidentais, desde o desenvolvimento das cidades-estado gregas. Aristóteles, considerado o mais importante pensador que escreveu sobre o tema à época, define cidadania como a capacidade de governar e ser governado por um igual.⁵⁰ Sendo o homem um animal político, o cidadão seria, acima de tudo, um ser político.⁵¹ O filósofo argumenta que uma cidadania plena só seria possível em pequenas cidades, onde os cidadãos poderiam conhecer-se mutuamente e compartilhar uma vida cívica conjunta.⁵² Em outras palavras, apenas em cidades pequenas, a necessária virtude cívica para esse tipo de cidadania poderia ser desenvolvida.⁵³ O modelo separava esfera pública e privada, nas quais apenas os homens nascidos na cidade, patriarcas de um domicílio, poderiam ser cidadãos.⁵⁴ Sendo um tipo de cidadania que demandava

⁴⁸ BELLAMY, Handbook, Op. Cit. pp. 1-2.

⁴⁹ PATTIE, Charles; SEYD, Patrick; WHITELEY, Paul. *Citizenship in Britain. Values, Participation and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 2

⁵⁰ MOUFFE, Chantal. *Feminism, citizenship and radical democratic politics*. In: BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.) **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Vol II. Routledge: New York, 2014, p. 69.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² HEATER, Derek; OLIVER, Dawn. **The Foundations of Citizenship**. London: Harvester Wheatsheaf, 1994, p. 11.

⁵³ BELLAMY, *Citizenship*, Vol. I, Op. Cit., p. 6.

⁵⁴ POCOCK, John, G. A. *The ideal of citizenship since classical times*. In: BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.) **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Vol. I. Routledge: New York, 2014, p. 71

enorme participação de seus membros, apenas os que tinham tempo para se dedicar à vida pública, ou seja, que possuíam recursos, escravos e mulheres para cuidarem de seus afazeres privados, poderiam ser cidadãos.

Segundo John Pocock, não havia apenas uma estrita separação entre esfera pública e privada, mas também a separação entre pessoas e ações das coisas. Para ser um cidadão, era necessário deixar todas as atividades e coisas da vida privada para trás⁵⁵, despir-se do indivíduo privado e dedicar-se exclusivamente às questões públicas. A ação política era um bem em si, e não um meio⁵⁶, e a arena política era considerada superior ao espaço privado.⁵⁷ Nesse restrito e pequeno espaço, todos eram considerados iguais e compartilhavam a mesma autoridade e as mesmas atribuições. Para Richard Bellamy, esta seria uma concepção intrínseca de cidadania, na qual ela se configuraria como uma certa forma de vida política em que os indivíduos se viam como iguais.⁵⁸ É quase desnecessário apontar as grandes críticas que surgiriam a tal modelo, sobretudo com relação a seu caráter opressivo e exclusivista, além da problemática questão da importância do conceito negativo de liberdade⁵⁹ – críticas feitas já na modernidade e fruto de reflexões mais contemporâneas, e não clássicas.

Foi em Roma, também considerada modelo “clássico” de cidadania, que o conceito se transformaria de sua versão política para uma configuração mais legal⁶⁰ ou, recorrendo novamente a Bellamy, da concepção intrínseca para a instrumental, na qual passaria a ser instrumento para promover direitos e intermediar indivíduos de forma mais justa e igual.⁶¹ Se, no modelo aristotélico, cidadania política baseava-se na liberdade do indivíduo com relação às obrigações da vida econômica e social, dando-lhe maior tempo para participação e maior foco para as questões públicas – e não privadas –, na cidadania legal que surgia, os interesses privados e sua proteção eram justamente colocados ao centro.

Como nota Pocock, ao contrário do que acontecia na Grécia, quando se separavam as pessoas e suas ações das coisas, o conceito romano de indivíduo como ser legal

⁵⁵ Ibidem, p. 69.

⁵⁶ Ibidem, p. 71.

⁵⁷ IGNATIEFF, Michael. The myth of citizenship. In: BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.) **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Vol. I. New York: Routledge, 2014, p. 140.

⁵⁸ BELLAMY, Citizenship. Vol I. Op. Cit., p. 3

⁵⁹ Ibidem, p. 7.

⁶⁰ BELLAMY, Citizenship. Vol I. Op. Cit., p. 7.

⁶¹ Ibidem.

restabelecia a relação entre ele e as coisas. Dito de outro modo, esse indivíduo passava a ser definido conforme e mediante suas ações sobre as coisas, movendo-se do animal político para o proprietário.⁶² A cidadania, portanto, definia-se como aspecto legal, e não político, conectada ao mundo real das coisas, da posse e do direito. Surge, assim, o *legalis homo*⁶³, e o conceito passou a significar proteção por meio das leis, mais do que a produção delas.⁶⁴ O acesso à cidadania expandia-se, já que não mais significava acesso à arena política, o que permitiu a sua extensão para estados não romanos e, na prática, o desenvolvimento de duas classes de cidadãos.⁶⁵ O modelo romano seria mais universalista, elástico e potencialmente inclusivo do que aquele adotado na Grécia. Em contrapartida, seria bem mais apolítico.⁶⁶ Se, em Roma, cidadania pressupunha certos princípios a serem desenvolvidos pelos liberais – sobretudo a ideia de *status* legal –, o modelo ainda era contrabalanceado pela forte ideia de república e virtude cívica.

Durante a Idade Média e com a ascensão dos feudos e reinos cristãos, o conceito iria praticamente desaparecer, mas não se extinguiria. Os burgueses – ou cidadãos que viviam nas cidades – ainda preservavam alguns direitos de autogovernança especiais, embora restritos, dentro da hierarquia feudal. Nessa época, a palavra inglesa “citizen”, referindo-se a esse grupo de pessoas, tornar-se-ia comumente utilizada.⁶⁷ Contudo, os cidadãos dessas cidades ainda eram fundamentalmente súditos de algum príncipe ou lorde, e sua “cidadania” provia apenas alguns direitos legais de proteção.⁶⁸ A situação se alteraria apenas durante a Renascença e com a independência de algumas cidades italianas, que passariam a invocar alguns princípios republicanos clássicos de cidadania participatória.⁶⁹

Seja como for, novos desdobramentos políticos, sociais e econômicos alterariam a concepção de cidadania e fomentariam o desenvolvimento de novas ideias e práticas cidadãs. A ascensão da filosofia liberal no pensamento político ocidental traria consigo enormes mudanças em diversos conceitos políticos. A centralidade da ideia de liberdade

⁶² POCOCK, Citizenship, Op. Cit., pp. 72-73

⁶³ Ibidem, p. 76.

⁶⁴ OKIN, Susan. Women, equality and citizenship. In: BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.) **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Vol. I. New York: Routledge, 2014, p. 215.

⁶⁵ HEATER; OLIVER, Op. Cit., p. 12.

⁶⁶ COHEN, Op. Cit., p. 277.

⁶⁷ BELLAMY, Handbook, Op. Cit. p. 107.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem.

individual e o modo como ela foi ressignificada, bem como a relevância de conceitos como individualismo, universalismo, razão, direitos, propriedade e igualdade teriam forte impacto na redefinição do termo. Nascida nos séculos XVI e XVII, em oposição ao regime absolutista, essa nova filosofia colocava os direitos no centro do debate político⁷⁰ ao reivindicar a ideia de que eles não poderiam ser desrespeitados por nenhum monarca⁷¹ ou qualquer tipo de poder divino. O cidadão, de mesmo *status* legal, deveria ser protegido por direitos civis e políticos contra o poder despótico e concentrado dos monarcas e do Estado.

Para os pensadores desse movimento, o indivíduo existiria antes de qualquer sociedade e apenas entraria nela por consentimento, mediante relação contratual. Esse contratualismo exprime o caráter individualista do modelo, fortemente baseado em direitos individuais e suspeito de qualquer interferência do Estado na vida privada do cidadão. Seria, portanto, por intermédio de um contrato social que indivíduos autônomos se vinculariam uns aos outros em determinada sociedade.⁷² Nesse modelo, o indivíduo deve ser livre para perseguir seus próprios interesses, sendo a arena política apenas mais uma das expressões do valor humano.⁷³ Estado e ação política tornavam-se instrumentos para habilitar os indivíduos a satisfazerem suas paixões, necessidades e desejos, bem como a perseguirem seus interesses com o menor custo possível para suas liberdades.⁷⁴ Logo, há certa inversão de princípios, quando comparados ao modelo grego: no sistema liberal, a esfera privada ganha *status* em detrimento da pública, e a comunidade deve servir ao cidadão, e não o contrário. Para os liberais, a comunidade deve assegurar que o

⁷⁰ LISTER; PIA, Op. Cit., p. 8.

⁷¹ HEATER; OLIVER, Op. Cit., p. 16.

⁷² Boa parte da referência deste parágrafo encontra-se em LISTER; PIA, Op. Cit., pp. 9-11. Aqui, é importante pontuar que a ideia de contrato apresenta diferentes significados para diferentes autores. Essas diferentes visões contratualistas geralmente são resultado das pressuposições morais e empíricas dos pensadores, bem como da forma com que ele/ela caracteriza a natureza humana e a estrutura causal das relações sociais. Thomas Hobbes, por exemplo, com uma visão mais pessimista da natureza humana, credita o contrato social entre indivíduos e Estado à sua busca por proteção uns contra os outros, bem como à aceitação de qualquer poder soberano que possa garantir esta segurança. Em contrapartida, John Locke, com uma percepção mais benigna da natureza humana, acreditava que Hobbes havia subestimado o grau de poder que um Estado pode alcançar e a ameaça que pode representar aos indivíduos, concluindo que as pessoas só consentiriam uma forma limitada de governo. Cf. BELLAMY, A very short, Op. Cit., p. 42.

⁷³ SCHUCK, Peter. Liberal citizenship. In: ISIN, Engin; TURNER, Bryan (Ed.). Handbook of Citizenship Studies, London: Sage Publications, 2002, p. 106.

⁷⁴ IGNATIEFF, Op. Cit. p.143.

cidadão goze do mais alto grau de liberdade e autonomia individual possível⁷⁵ sendo livre, inclusive, para escolher ser passivo.⁷⁶

O cidadão liberal, lógica e moralmente anterior à comunidade, tem direitos que, mesmo sendo inerentes à sua condição humana, precisam ser protegidos. Em contrapartida, sendo anteriores à comunidade e tendo o espaço privado como o centro da vida, o modelo liberal deixa ao cidadão a escolha de participar no reino público.⁷⁷ Obrigações e deveres tornam-se aspectos mais marginais nesse sistema – já que restringem a liberdade⁷⁸ –, e a virtude cívica perde sua potência como elemento essencial para o funcionamento da comunidade. Para os pensadores liberais, seria o sistema de *checks and balances*, visto como poderosa estrutura para equilibrar poderes, o mecanismo essencial de manutenção da ordem vigente, e não as virtudes cívicas.⁷⁹

Se esse modelo se tornava cada vez mais influente e tornar-se-ia dominante nos séculos seguintes, isso não significa dizer que ele não tenha sido fortemente contestado e criticado no decorrer dos anos. Edmund Burke, por exemplo, criticava a ideia de direitos universais e anteriores à comunidade. Para o filósofo conservador, direitos tanto em substância quanto em significado desenvolver-se-iam historicamente, como resultado da tradição de determinada comunidade. Logo, o conceito liberal de direito rompia com a ordem natural das coisas, ao colocar sua origem fora da comunidade política⁸⁰, enquanto direito natural, abstrato e universal. Para Karl Marx, do outro lado do espectro político e crítico famoso do modelo liberal, o individualismo abstrato da cidadania liberal não se encaixava à realidade social dos indivíduos. Para o alemão, a política não poderia ser divorciada da esfera privada das relações sociais, uma vez que os indivíduos viviam simultaneamente na comunidade política e na sociedade civil,⁸¹ sendo, portanto, a divisão entre a esfera privada e a pública falsa.

⁷⁵ DESMOYERS-DAVIS, Trevor. *Citizenship in Modern Britain*. London: Cavendish Publishing Limited, 2001, p. 11.

⁷⁶ BELLAMY, Lineages, Op. Cit., pp. 16-17.

⁷⁷ OLDFIELD, Adrien. *Citizenship: An Unnatural Practice?* **The Political Quarterly**, Vol. 61, no. 2, 1990, p. 179.

⁷⁸ CONOVER, Pamela; CREWE, Ivor M.; SEARING, Donald D. The Nature of Citizenship in the United States and Great Britain: Empirical Comments on Theoretical Themes. **The Journal of Politics**, Vol. 53, No. 3, 1991, p. 802.

⁷⁹ IGNATIEFF, Op. Cit., p. 145; KYMLICKA, Will; NORMAN, Wayne. Return of the citizen. A survey of recent work on citizenship theory. In: BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.) **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Vol. I. New York: Routledge, 2014, p. 162.

⁸⁰ FAULKS, Keith. **Citizenship in Modern Britain**. Edinburg: Edinburg University Press, 1998, p. 21-22.

⁸¹ *Ibidem*, pp. 23-24.

A crítica à passividade do cidadão liberal tornou-se ainda mais recorrente com o passar do tempo. Argumenta-se que esse modelo de cidadania desencoraja certas formas de participação, já que o indivíduo se volta para a esfera privada e passa a dedicar menos tempo aos afazeres públicos e à vida política.⁸² Contudo, a ideia de uma cidadania liberal totalmente passiva, é caricatural.⁸³ Ademais, a ideia de que a cidadania liberal não gera virtudes é questionada por alguns pensadores. Se a ideia de virtude cívica não está no centro desse modelo, tampouco ele parece funcionar sem que qualquer tipo de virtude seja encorajado. Para alguns pensadores contemporâneos, o modelo liberal não poderia funcionar sem que algum tipo de virtude cívica fosse estimulado e desenvolvido. De acordo com estes autores, liberdade – o bem maior para um liberal – só pode ser alcançada e mantida se qualidades morais como tolerância, moderação, crítica e razoabilidade forem desenvolvidas.⁸⁴

Seja como for, essa percepção de que a cidadania liberal promoveria passividade e enfraqueceria a participação dos cidadãos nos espaços públicos levou alguns pensadores a contestar esses valores, voltando-se para a tradição “clássica” de cidadania, também conhecida como republicana.

Nessa tradição – que deriva do conceito de *res publica* ou coisa pública – o governo ou o Estado deve ser tratado como matéria pública, conduzida pelos cidadãos da mesma comunidade política.⁸⁵ Daí resulta a centralidade da ideia de cidadãos envolvidos nos assuntos públicos. Esse modelo tem como grande inspiração o sistema grego – especialmente Aristóteles – já mencionado anteriormente. Maquiavel e posteriormente Rousseau seriam os grandes expoentes desse redescobrimto durante o período moderno. Mais recentemente, tal redescoberta seria liderada majoritariamente por pensadores norte-americanos.⁸⁶

Nesse modelo de cidadania, a vida pública seria o centro da vida do indivíduo, o local de enriquecimento social, cultural e moral por excelência. Na comunidade, o indivíduo desenvolveria suas habilidades e encontraria total liberdade. Aqui, a liberdade é entendida como o oposto à dominação, e não interferência.⁸⁷ É por meio de

⁸² SCHUCK, Op. Cit., p. 137.

⁸³ LISTER; PIA. Op. Cit., p. 102

⁸⁴ HEATER, Derek. **What is Citizenship?** Cambridge: Polity Press, 2005, p. 32.

⁸⁵ DAGGER, Richard. Republican Citizenship. In: ISIN, Engin; TURNER, Bryan (Ed.). *Handbook of Citizenship Studies*, London: Sage Publications, 2002, p. 146.

⁸⁶ HEATER, What is Citizenship, Op. Cit., p. 69.

⁸⁷ DAGGER, Op. Cit., p. 147.

comprometimento e participação que o indivíduo se veria independente de dominação e, portanto, verdadeiramente livre. Para além de um direito, a participação do cidadão em sua comunidade política era algo esperado⁸⁸, mais vinculada à ideia de dever do que de direito.

Diferente do modelo liberal, no republicano, a linguagem de dever é enfatizada e vista como parte de restituição necessária para o estabelecimento da relação entre cidadãos.⁸⁹ Para esses autores, indivíduos seriam indissociáveis de suas comunidades, e seres humanos só o seriam num contexto social.⁹⁰ Assim, todo cidadão teria o dever de participar ativamente de sua comunidade política, como marca importante de civilidade e humanidade. Direitos implicariam deveres morais, não apenas contratuais.⁹¹ Desse modo, a cidadania era construída mediante comprometimento compartilhado, ou seja, o dever – mais do que o direito – de deliberar sobre assuntos comuns a todos da comunidade, participação ativa, reconhecimento de objetivos comuns e a boa vontade de agir para alcançá-los.⁹²

À medida que tais modelos sendo construídos e debatidos durante as inúmeras revoluções ocorridas a partir do século XVII, as bases da atual configuração de cidadania iam se forjando. De forma complexa, essas revoluções impulsionavam a transformação de um modelo de relação entre indivíduo e Estado “from subjectship to citizenship”, que extrapolaria as fronteiras de suas nações.⁹³ Com as Revoluções Americana e Francesa, ser cidadão passava novamente a abarcar o compartilhamento político de *self-governance*.⁹⁴ Entretanto, diferentemente dos sistemas anteriores – no geral, baseados em cidades –, a cidadania tomava lugar dentro de nações, entendidas como “comunidades imaginadas” e, portanto, extensamente baseadas em sistemas representativos.⁹⁵

Tentava-se, assim, sobretudo no cenário francês, conciliar valores liberais e republicanos de cidadania.⁹⁶ É perceptível o esforço dos revolucionários franceses de tentar substituir identidades mais tradicionais, como a religiosa, a familiar, a regional

⁸⁸ Ibidem, p. 149.

⁸⁹ OLDFIELD, Op. Cit., p. 181.

⁹⁰ FAULKS, Op. Cit., p. 18.

⁹¹ FAULKS, Op. Cit., p. 20.

⁹² HILL, Op. Cit., pp. 13-14.

⁹³ SMITH, Handbook, Op. Cit., p. 107. “De súditos para cidadão (cidadania)”, tradução nossa.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Ibidem. Aqui, o autor do texto utiliza-se, explicitamente, do termo cunhado por Benedict Anderson Cf. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁹⁶ POCOCK, Citizenship, Op. Cit., p. 83.

entre outras, por uma nova identidade, forjada em torno da concepção de cidadania e de pertencimento a uma comunidade política, bem como de se ressignificar a cidadania como instrumento principal de desenvolvimento de virtude cívica.⁹⁷

Dessa maneira, essas revoluções estabeleceriam as fundações para o moderno significado de cidadania e as bases para os debates acerca do tema, que perduram, com modificações e adaptações, até hoje.

Para Bellamy, quatro acontecimentos, impulsionados por essas revoluções, teriam grande impacto na ressignificação do termo e na construção de sua configuração moderna e única.⁹⁸ Em primeiro lugar, o surgimento do novo contexto dos Estados-nações. Diferentemente dos reinos monárquicos, as novas unidades políticas tentavam construir sua legitimidade por meio da expressão territorial de determinado povo ou cultura. O aparato político, além de sua função administrativa, deveria agora legitimar-se à sua população.⁹⁹ Em segundo lugar, os desdobramentos políticos estavam relacionados à emergência de economias de mercado comerciais e industriais. Esses desenvolvimentos demandariam do Estado um novo tipo de função; ele não só deveria apoiar o *rule of law* e certos direitos civis, sobretudo correlatados à propriedade, como também ter maior participação, tanto na criação de uma força de trabalho mais eficiente quanto na construção de infraestrutura para impulsionar as atividades de mercado. O Estado teria um papel fundamental na construção dos mercados, ao prover certa ordem social, uma estrutura legal que garantiria direitos ligados ao mercado, uma série de serviços e bens públicos fundamentais para o efetivo funcionamento da economia e mecanismos de correção do mercado em caso de falha.¹⁰⁰

⁹⁷ WALZER, Michael. Citizenship. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, L. Russell (Ed.). **Political Innovation and Conceptual Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 211. É interessante notar que, de certa forma, este mesmo esforço de transformar cidadania em um instrumento unificador, pode ser visto no final dos anos 1980, ao menos no Reino Unido, como resposta a uma sociedade que se interpretava como sendo cada vez mais plural e fragmentada.

⁹⁸ BELLAMY, Lineages, Op. Cit., p. 6.

⁹⁹ Isso não significa dizer nem que essa legitimidade foi necessariamente alcançada, nem que essa busca tenha sido realizada de forma pacífica e cordial. Muito pelo contrário, se a construção dos Estados e das nações se deu paralelamente, não significa que tal construção não tenha sido feita de forma problemática. A inserção de grupos étnicos e minoritários dentro desses Estados e a superação da diversidade entre os grupos se deram majoritariamente por meio de genocídios, transferências populacionais compulsórias, processos de assimilação forçados, bem como de dominação e controle por elites dominantes. A maior parte desses Estados modernos se formou por intermédio da guerra e da conquista. Cf. BELLAMY, **A very short**, Op. Cit., p. 73.

¹⁰⁰ INGHAM, Geoffrey. **Capitalism: with a New Postscript on the Financial Crisis and its Aftermath**. London: Polity, 2009, p. 58.

Em terceiro lugar, a economia de mercado ajudaria a desmontar o sistema de hierarquias e *status* provenientes do Antigo Regime promovendo, assim, a concepção de igualdade de oportunidade. Todos esses desdobramentos, associados ao surgimento do Estado-nação industrial moderno, originariam três componentes-chave de cidadania em seu sentido moderno. São eles: a ênfase na ideia de direitos individuais, que resultou, de um lado, da queda do sistema de hierarquias sociais e da ascensão do ator econômico no mercado e, de outro, da busca por direitos políticos para assegurar a proteção ao igual reconhecimento e acesso, bem como da busca de direitos sociais e econômicos junto ao Estado, agora com função reguladora; a estreita relação entre cidadania e a concepção de pertencimento a uma comunidade nacional, resultado da ideia de identidade nacional, moldaria uma consciência cívica comum e a aliança entre Estado e cidadãos; Em quarto e último lugar, a cidadania tornou-se fortemente associada à capacidade e ao direito do cidadão de participar plena e igualmente, como membro da comunidade, de sua vida política e econômica.¹⁰¹

Portanto, por mais que o modelo moderno de cidadania tenha no liberalismo suas fundações mais sólidas, seria equivocado imaginar que ele seja um simples desdobramento de suas ideias.¹⁰² Se o conceito moderno enfatiza o aspecto legal de cidadania e a concepção de direitos individuais, isso não significa dizer que se baseie em um tipo de cidadania puramente passivo. Como apontado anteriormente, direitos são centrais, assim como a ideia de pertencimento e participação. Cidadania, em termos modernos, tenta agregar tanto a concepção de participação política quanto a do cidadão enquanto receptor de direitos, ou seja, sua forma ativa e passiva.¹⁰³ Mesmo que de forma intermitente, essa cidadania “passiva”, mais associada à ideia de beneficiário de direitos, ainda requer participação política de seus membros¹⁰⁴, ao passo que também espera deles certos compromissos morais com relação ao Estado e sua comunidade.¹⁰⁵

¹⁰¹ INGHAM, Op. Cit., pp. 6-7.

¹⁰² Além disso, é importante notar que não há um modelo liberal ou republicano “puro” de cidadania, mas variadas interpretações, dependendo das circunstâncias históricas desenvolvidas. Esses modelos, muitas vezes, se combinam e não são, necessariamente, excludentes Cf. BELLAMY, Lineages, Op. Cit., pp. 4-8.

¹⁰³ WALZER, Political Innovation, Op. Cit., pp. 216-217.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 217.

¹⁰⁵ HEATER; OLIVER, Op. Cit., p. 115.

Logo, em termos modernos, cidadania tornou-se termo ainda mais complexo, pois abarca, em seu significado, além do *status* jurídico vinculado aos direitos e deveres, papéis sociais específicos e um conjunto de qualidades morais.¹⁰⁶

Mesmo que seu aspecto liberal seja enfatizado, a cidadania, atualmente, deve ser vista como um conceito que engloba tradições políticas, constantemente reavaliadas, reinterpretadas e adaptadas a contextos históricos específicos, e dialoga com elas. E, ainda que a participação política tenha sido reduzida e a primazia da política tenha sido perdida em detrimento da esfera privada, como argumenta Michael Walzer, enquanto houver acesso desigual a direitos, existirá contestação, participação e luta política.¹⁰⁷

Talvez por certo sentimento de pertencimento gerado momentaneamente pelo estabelecimento do *welfare state* britânico,¹⁰⁸ o debate em torno do tema cidadania, que havia sido intenso na década de 1950¹⁰⁹, desapareceria por quase três décadas e somente voltaria à tona no final dos anos 1980, em decorrência – em parte –, de certo esgotamento do modelo implementado no período do pós-guerra.¹¹⁰

O próximo capítulo trata do ressurgimento desse debate no Reino Unido, ao final do governo Thatcher, e tenta responder especificamente como o Thatcherismo tanto influenciou como foi influenciado pelo novo momento de discussão em torno do tema.

O fato é que, em meados do século XX, impulsionado pelas enormes mudanças políticas, econômicas e sociais, tanto em nível doméstico quanto na arena internacional, o debate público britânico em torno da cidadania reemergiria e, com ele, novos modelos e teorias seriam discutidos e desenvolvidos. Esse debate se estruturaria em três principais eixos: cidadania nacional e direitos humanos; obrigações e virtudes dos cidadãos; e globalização e territorialidade.¹¹¹

¹⁰⁶LECA, Jean. Questions on citizenship. In: MOUFFE, Chantal (Org.). **Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community**. London: Verso, 1992, pp. 17-18.

¹⁰⁷ WALZER, Political Innovation, Op. Cit., p. 217.

¹⁰⁸ A partir deste ponto, a tese irá voltar suas atenções ao Reino Unido.

¹⁰⁹ HEATER; OLIVER, Op. Cit., p. 1.

¹¹⁰ Estas questões serão mais bem analisadas no próximo capítulo.

¹¹¹ ISIN, Engin; TURNER, Bryan. Citizenship Studies: An Introduction. In: ISIN, Engin; TURNER, Bryan (Ed.). **Handbook of Citizenship Studies**. London: Sage Publications, 2002, p. 2. É importante apontar que o tema meio ambiente vem se tornando central, nos últimos anos, nos debates acerca de cidadania e perpassa os três eixos citados anteriormente.

Sobretudo com a nova direita, o modelo de cidadania proposto pelo *welfare state* seria duramente contestado. Ao questionar a relação entre indivíduo, Estado e comunidade, bem como suas respectivas naturezas, a nova direita também acabava por reformular o conceito de cidadania. Em contrapartida, a esquerda também começava a repensar o tema, e os novos movimentos sociais, como os ambientalistas e as feministas, passavam curiosamente a questionar pontos igualmente questionados pela própria nova direita. Mesmo que com interpretações diferentes, tanto a nova direita quanto os novos movimentos sociais clamavam pelo restabelecimento da sociedade civil na vida social e política dos cidadãos, enfatizavam o papel dos direitos deveres e pediam o fortalecimento das proteções do indivíduo contra o Estado e outros indivíduos.¹¹² Se direita e esquerda reformulavam o termo, a principal razão de desacordo entre os dois espectros políticos advinha da relação entre cidadania e ordem econômica. Por um lado, havia a discussão relacionada aos direitos de propriedade e ao aumento dos impostos para financiar o *welfare state*; por outro lado, debatia-se a questão da oposição entre liberdade e igualdade dentro de uma economia de mercado.¹¹³

Durante a década de 1990, com o crescente descrédito tanto da esquerda quanto da nova direita, a ideia de responsabilidade e comunidade tornar-se-ia cada vez mais influente nos círculos políticos¹¹⁴ e intelectuais. Além disso, os movimentos que visavam a superar ambas as perspectivas proliferavam cada vez mais. O *third way* é provavelmente o mais conhecido deles. Também os comunitaristas, pensadores que defendiam outro modelo de cidadania – e que influenciariam inclusive adeptos do *third way* como o *New Labour* –, podem ser considerados parte dessa dinâmica que criticava ideias à direita e à esquerda. Tanto comunitaristas como neorrepublicanos – outro grupo de pensadores que avançavam suas teorias sobre cidadania – reagiam ao privatismo da cidadania moderna e a seu enfoque liberal em direitos individuais.¹¹⁵

Para os comunitaristas, a comunidade, concebida em termos culturais, e não sociais, seria algo anterior à política e ao Estado; ambos estariam enraizados nela, que seria o único espaço verdadeiro de produção de laços normativos duradouros.¹¹⁶ A cidadania, portanto, era uma construção da comunidade, e não o oposto. Como resultado

¹¹² ROCHE, Maurice. **Rethinking Citizenship**. Welfare, ideology and social change in modern society. Cambridge: Polity Press, 1992, pp. 49-51.

¹¹³ HEATER; OLIVER, Op. Cit., p. 31.

¹¹⁴ HEATER, What is Citizenship, Op. Cit., p. 83.

¹¹⁵ LISTER; PIA, Op. Cit., p. 22.

¹¹⁶ DELANTY, Gerard, Communitarianism and Citizenship. In: ISIN, Engin; TURNER, Bryan (Ed.). **Handbook of Citizenship Studies**. London: Sage Publications, 2002, pp. 159-160.

lógico desse pensamento, os direitos derivariam da associação entre indivíduo e comunidade, a qual era sempre anterior a ele, e não apenas de seu valor como humano.¹¹⁷ Nesse sentido, a comunidade – e não a cidadania – criaria o senso de pertencimento no indivíduo.¹¹⁸ Ainda segundo os comunitaristas, o estilo liberal de cidadania, base do modelo moderno, seria muito formal e negligenciaria a importante questão de identidade e participação.¹¹⁹ Contra os liberais, portanto, eles reafirmavam a ideia de obrigações sobre direitos, a relevância das associações na comunidade e na criação de identidade e, por último, a necessidade de uma noção substantiva de “good life”.¹²⁰ De acordo com Gerard Delanty, contudo, a diferença entre a concepção de cidadania entre liberais e comunitários não pode ser exagerada e, no fim das contas, as ideias comunitárias acabaram também por mover a concepção de cidadania liberal.¹²¹ Em contrapartida, ao tratar cidadania como força autoempoderadora, a teoria acaba por negligenciar o papel da democracia, ao passo que, ao enfatizar o indivíduo voluntarista, tende a absolver o Estado de suas responsabilidades com relação a seus cidadãos.¹²²

Como já apontado anteriormente, os neorepublicanos surgem no mesmo contexto de crítica ao modelo de cidadania contemporânea, sobretudo frustrados com o modelo liberal norte-americano que estaria, segundo eles, enfraquecendo o sentimento comunitário de seus cidadãos.¹²³ Assim como no caso dos comunitaristas, há uma enorme preocupação com a comunidade, mas, diferentemente deles, o foco maior recai sobre a participação na arena pública e na ideia de liberdade. É com a participação na vida pública que o indivíduo desenvolve a liberdade, interpretada como positiva.¹²⁴ Participação não apenas possibilita o desenvolvimento de liberdade, mas também cria virtude cívica e constrói capital social.¹²⁵ Assim, cidadania, mais do que *status*, é comprometimento com o bem comum e participação ativa.¹²⁶ A dimensão ética é central, tal como para os republicanos clássicos.

¹¹⁷ LISTER; PIA, Op. Cit., pp. 15-16.

¹¹⁸ Ibidem, p. 16.

¹¹⁹ DELANTY, Op. Cit., p. 163. “Boa visa”, tradução nossa.

¹²⁰ LISTER; PIA, Op. Cit., p. 18.

¹²¹ DELANTY, Op. Cit., p. 163.

¹²² DELANTY, Op. Cit., p. 168.

¹²³ HEATER, What is Citizenship, Op. Cit., p. 70.

¹²⁴ LISTER; PIA, Op. Cit., pp. 22-23.

¹²⁵ Ibidem, pp. 25-29.

¹²⁶ DELANTY, Op. Cit., p. 147.

Os neorrepublicanos também reagem à tendência liberal moderna de reduzir política ao mercado¹²⁷, ao menos a variável neoliberal da segunda metade do século XX. A política e a ação política são tratadas como um bem em si, não um instrumento ou elemento marginal na vida do cidadão. Ao lado dos comunitaristas, os neorrepublicanos também criticam o foco excessivo do modelo liberal nos indivíduos e nos direitos individuais. Para eles, o sistema liberal não faz um justo balanço entre deveres e direitos e, assim, a virtude cívica dos cidadãos é substituída por individualismo e egoísmo.¹²⁸ Apenas por meio de uma cidadania ativa, o cidadão alcança a plenitude em sua vida e, ao mesmo tempo, cria os mecanismos necessários para desenvolver uma sociedade verdadeiramente harmônica.¹²⁹

Esse renascimento dos valores republicanos, bem como do interesse sobre o tema, seria, de forma geral e em larga escala, resultado de uma percepção compartilhada de que a participação na vida pública, em tempos modernos, não seria nem extensiva e nem intensa o bastante.¹³⁰ Daí a necessidade de se repensarem formas de incentivar maior participação dos cidadãos em suas comunidades políticas, em uma época na qual se acreditava que a participação das pessoas na vida pública diminuía paulatinamente. Tal como as críticas dirigidas aos republicanos clássicos, os neorrepublicanos foram acusados de elitismo e de avançar uma concepção estreita de participação.¹³¹ Mais do que isso, questionavam-se a possibilidade real da implementação de tal modelo em sociedades complexas e multiculturais como as contemporâneas e os riscos que ele traria ao seu caráter aberto, igual e plural.¹³²

Independentemente dos modelos que estavam sendo repensados – e ainda o são – e das críticas que lhes são dirigidas, é válido notar como o tema tornou-se cada vez mais central em meados do século XX e quais os principais motivos que trouxeram a temática de volta a um lugar de destaque no debate político contemporâneo. Nesse contexto de críticas e de desenvolvimento de novas ideias, inserem-se os governos conservadores britânicos analisados nos próximos capítulos. Ressaltamos que o intuito desta breve explanação não foi analisar profundamente o tema, tampouco o esgotá-lo, mas apenas introduzir o leitor na discussão histórica sobre o assunto e no contexto teórico específico

¹²⁷ *Ibidem*, p. 149

¹²⁸ HEATER, *What is Citizenship*, Op. Cit., p. 72.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ DELANTY, *Op. Cit.*, p. 152.

¹³¹ HEATER, *What is Citizenship*, Op. Cit., pp. 73-74.

¹³² DELANTY, *Op. Cit.*, p. 154.

dos anos explorados no presente estudo. Feito isso, seguimos para a análise efetiva do conceito de cidadania na administração Margaret Thatcher e das influências desse período nos governos conservadores e trabalhistas.

CAPÍTULO I - Reconstruindo o cidadão britânico: o cidadão ativo de Margaret Thatcher

“We are now moving [to] (...) what the individual can achieve as a good neighbour and a good citizen”¹³³

1.1 Considerações Preliminares

Se na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, tanto em círculos intelectuais quanto políticos, o tema cidadania virtualmente desapareceu do debate público nas décadas de 1960 e 1970, em compensação, desde o final dos anos 1980, a questão tem gozado de crescente interesse e prestígio. No Reino Unido, ela havia sido evitada nas décadas de 1950 e 1960, em decorrência de uma percepção compartilhada de que o pós-guerra havia deixado, como legado, certa unidade e homogeneidade na sociedade britânica. As políticas do Estado de bem-estar social e sua busca pela manutenção do pleno emprego pareciam ter apaziguado as tensões de classe.¹³⁴ No entanto, o contexto ia se alterando em meados da década de 1960 e se desenvolvia uma crescente inquietação relacionada à forma como as burocracias do Estado de bem-estar social afetavam a sociedade, deixando pouco espaço de participação cidadã e, sobretudo para a direita, encorajando dependência.¹³⁵

Derek Heater argumenta que esse renascimento da linguagem de cidadania decorreu de cinco fatores principais: a emergência da nova direita e o questionamento da ideia de direitos sociais; o aumento de movimentos migratórios, o multiculturalismo e a necessidade de se redefinir cidadania em termos de identidade cívica; a fragmentação das políticas dos Estados nacionais, relacionada, em parte, ao segundo motivo, e o crescimento de sociedades mais plurais; a transição política e econômica de países do bloco socialistas para modelos mais próximos à democracias liberais; e, por fim, a globalização e o fortalecimento de questões relacionadas a interesses transnacionais.¹³⁶

¹³³ HURD, Douglas. Speech to the Bow Group. 9 de Out. 1986. PPB 129/3, Bodleian Libraries, Oxford, UK. “Agora estamos nos movendo para (...) o que o indivíduo pode alcançar enquanto bom vizinho e cidadão”, tradução nossa.

¹³⁴ NEIL, Edmund. Conceptions of Citizenship in Twentieth Century Britain. *Twentieth Century British History*, Vol. 17, 2006, p. 424.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 425.

¹³⁶ HEATER, What is Citizenship, Op. Cit., pp. 2-3.

Já David Held aponta que, no contexto específico britânico, esse ressurgimento teria sido, em parte, reação aos governos Thatcher – e a questões como a redução do *welfare state*, a centralização da administração pública na esfera federal, o ataque às autoridades locais etc. – e, em parte, na dimensão internacional, resposta a questões como a independência escocesa e a expansão da comunidade europeia, além das consequências de uma acelerada globalização, fator também apontado por Heater.¹³⁷ De todo modo, seja em reação ao Thatcherismo, seja, sobretudo, devido ao papel proeminente das ideias da nova direita no Reino Unido, o tema teria enorme alcance na ilha, vista por David Marquand como “[the] chief European testing ground for new right theory”.¹³⁸

A partir de 1988, a questão se tornaria cada vez mais significativa no debate político britânico, especialmente depois do discurso do *Home Office* de Margaret Thatcher, Douglas Hurd, na cidade de Tamworth. Nesse discurso, o ministro tanto delineava o papel do governo conservador quanto a função do cidadão na sociedade britânica. Enquanto Hurd argumentava que as políticas conservadoras tinham como objetivo tratar “a disease of the heart”¹³⁹ – e que, portanto, a criação de riqueza não seria o objetivo final do governo –, ele também indagava se os britânicos estariam desempenhando seus papéis como cidadãos. A superação dos problemas nacionais passava necessariamente pela construção de um cidadão mais ativo em sua comunidade. Para o *Home Office*, “the inspiring and enlisting of the active citizen in all walks of life is the key.”¹⁴⁰ Meses depois, em artigo intitulado *Freedom will flourish where citizens accept responsibilities*, Hurd sintetizaria a ideia de *active citizenship* como “the free acceptance by individuals of voluntary obligations to the community.”¹⁴¹

A ideia de cidadania de Hurd, como ação responsável do indivíduo na comunidade, seria endossada por Thatcher na conferência anual do partido no mesmo ano, sendo um tema explícito até 1990 e implícito nos anos seguintes, sob o governo

¹³⁷ HELD, David. Between state and civil society: citizenship. In: ANDREWS, Geoff. **Citizenship**. London: Lawrence & Wishart, 1991, p. 19.

¹³⁸ MARQUAND, David. **The Progressive Dilemma**. London: Heinemann, 1991, p. 329. “O principal campo de testes europeu para as teorias da nova direita”, tradução nossa.

¹³⁹ HURD, Douglas. Tamworth Manifesto (1988a). **London Review of Books**. Disponível em: <<http://www.lrb.co.uk/v10/n06/douglas-hurd/douglas-hurds-tamworth-manifesto>> Acesso em: 01 dez. 2019, “Uma doença do coração”, tradução nossa.

¹⁴⁰ Ibid., “A inspiração e o alistamento (participação) do cidadão ativo em todas as etapas da vida é a chave”, ibidem, tradução nossa.

¹⁴¹ HURD, Douglas. Freedom will flourish where citizens accept responsibilities. **Independent**, London, 13 de set. 1989, p. 13, “A aceitação voluntária, por parte dos indivíduos, de sua obrigação com relação a comunidade”, tradução nossa.

conservador de John Major.¹⁴² Mais do que isso, a ideia de cidadania como responsabilidade ativa do indivíduo em sua comunidade tornar-se-ia cálculo político e ideológico nos dois lados do espectro político britânico, gerando significados distintos, dependentes de predileções ideológicas particulares.¹⁴³ Se, à direita, o termo ajudaria na promoção do reequilíbrio entre direitos e deveres, para a esquerda, representava a defesa da fábrica coletiva, na vida pública, contra a invasão do mercado.¹⁴⁴

A ideia de consultar e envolver ativamente os cidadãos nos assuntos da comunidade é algo relativamente recente e não muito comum na prática de democracias industriais maduras.¹⁴⁵ A reintrodução do tema “comunidade” no discurso político contemporâneo e o renovado interesse pelo envolvimento do indivíduo nela têm como vanguarda os políticos conservadores britânicos, influenciados pelos estudos da nova direita acerca da natureza e das funções do Estado contemporâneo, bem como a necessidade de redefinir suas fronteiras. Essa crítica apontava para o fato de que o modelo de *welfare state* britânico pouco havia feito para ampliar a presença dos cidadãos na administração pública,¹⁴⁶ deixando pouco espaço para a participação ativa da população nesta esfera. Talvez uma certa difusão dessa percepção tornou esse modelo de cidadania, fundamentado nos direitos, tão frágil e incapaz de produzir argumentos sustentáveis contra os ataques poderosos de uma nova direita cada vez mais popular e influente.¹⁴⁷

O discurso de Hurd sobre cidadania ativa emergiria num cenário de intenso debate e crescente disputa ideológica. Pensava-se sobre o funcionamento e o papel do Estado, bem como das comunidades, e a respectiva relação entre eles e os indivíduos. Esse contexto seria o resultado de uma série de fatores que combinavam o agravamento dos problemas sociais desde meados da década de 1980, o aumento das tensões entre os partidos durante as eleições de 1987, o crescente apoio popular ao Estado de bem-estar social, a persistente impopularidade de Thatcher e, por fim, as reformas sociais de sua terceira administração, sobretudo a reforma do sistema de seguridade social de 1988.¹⁴⁸

¹⁴² FAULKS, Op. Cit., p. 128.

¹⁴³ MARINETTO, Michael. Who Wants to be an Active Citizen? **The Politics and Practice of Community Involvement.** *Sociology*, Vol. 37, no. 1, 2003, p. 104 e 111. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038503037001390>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

¹⁴⁴ **Ibidem**, p. 107.

¹⁴⁵ MARINETTO, Op. Cit., p. 104.

¹⁴⁶ MARINETTO, Op. Cit., pp. 105-108.

¹⁴⁷ HEATER; OLIVER. Op. Cit., p. 32.

¹⁴⁸ MASCHETTE, Lenon. **Reasons and Intentions in Thatcher’s ‘active citizenship’ discourse in the late 1980s.** 2016. 52f. Dissertação (Mestrado em História das Ideias) – Birkbeck College, University of London, London, 2016.

Apesar da importância do tema e do fato de a ideia de “cidadania ativa” ter sido amplamente debatida por uma literatura especializada em cidadania, de forma geral, a questão tem sido negligenciada e pouco explorada por analistas, nos estudos sobre Thatcherismo. Ausência ainda mais sentida é a total falta de estudos ideacionais sobre a ideia de cidadania em Thatcher e sua concepção acerca da relação entre indivíduo, Estado e comunidade antes dos discursos de Hurd no final da década de 1980. Muitos estudos sobre o tema ou focam a ideia de Hurd – e tratam o conceito como simples desenvolvimento neoliberal das políticas econômicas de Thatcher –, ou o abordam como mero instrumento retórico para justificar as reduções em gastos públicos, o aumento dos problemas sociais e/ou o crescente criticismo à sua administração, ou exploram as suas possíveis consequências, pouco se dedicando ao entendimento do significado do conceito em si.

Isso posto, o principal objetivo deste capítulo é tentar recolocar o tema cidadania em uma discussão mais ampla sobre Thatcherismo, reconhecendo-o como parte fundamental do sistema de ideias e crenças de Thatcher. O estudo assume que a sua administração, muito além de um conjunto de políticas e ideias econômicas, deve ser analisada, em parte, como empreitada moral, que buscava remoralizar a sociedade britânica, reconstruir a sociedade civil¹⁴⁹ e reformular o Estado. Thatcher só poderia alcançar sua “revolução” se a relação entre indivíduo, Estado e comunidade fosse transformada. A contestação do modelo de cidadania do pós-guerra era parte de uma oposição mais geral às políticas e aos valores herdados de um certo “acordo” do pós-guerra.¹⁵⁰ Diante disso, propomo-nos a analisar a evolução da ideia de cidadania

¹⁴⁹ Ao longo do capítulo, o termo sociedade civil será utilizado em sentido amplo, como definido por Richard Boyd, referindo-se à “narrowly nonpolitical attachments such family, church, party, and enterprise associations”, Cf. BOYD, Richard. ‘The Unsteady and Precarious Contribution of Individuals’: Edmund Burke’s Defence of Civil Society. **The Review of Politics**, Vol. 61, no. 3, 1999, p. 468. Se, historicamente, muitos pensadores interpretaram comunidade como algo oposto a sociedade civil – Cf. BEVIR, Mark. **New Labour. A Critique**. New York: Routledge, 2005, p. 74 – para os Conservadores do governo Thatcher, comunidade e sociedade civil são sinônimos, usados de forma permutável. David Willets, por exemplo, insistia no fato de que “the most appropriate notion of community for Conservative politics is that of a civic Society”, Cf. GARNETT, Mark; HICKSON, K. **Conservative thinkers. The key contributors to the political thought of the modern Conservative Party**. Manchester University Press: Manchester, 2009, p. 160. Além disso, tanto a ideia de sociedade civil e suas instituições intermediárias quanto o mercado eram considerados aspectos tradicionais e naturais da sociedade britânica que operavam conjuntamente e em harmonia, Cf. ELLIES, Charles. Mutualism and the Reinvention of Civil Society: A Conservative Agenda? In: S. GRIFFITHS, Simon; HICKSON, Kevin (Ed.). **British Party Politics and Ideology after New Labour**. London: Palgrave, 2010, p. 141. Mercado, comunidade e sociedade civil eram considerados espaços interconectados, quando não ressignificados sendo, na verdade, a mesma coisa.

¹⁵⁰ É importante notar, como apontado por Richard Vinen, que Thatcher era cuidadosa ao não condenar todo o consenso e legado político do pós-guerra, Cf. VINEN, Richard. **Thatcher’s Britain**. London: Pocket Books, 2010, p. 29.

conservadora desde os anos em que Thatcher era parlamentar (anos 1960) até o final da década de 1980, quando o tema se tornou tópico extensivamente debatido.

É necessário observar que os discursos, entrevistas e artigos de Thatcher aqui analisados, especialmente os anteriores à década de 1980, raramente se referem diretamente ao termo cidadania. São três as principais razões para isto: em primeiro lugar, a Grã-Bretanha nunca teve uma constituição, sendo a concepção de cidadania algo estranho ao reino, que quase sempre tratou sua população como súditos da Coroa, e não cidadãos. Em segundo lugar, a própria ideia de cidadania havia virtualmente desaparecido do debate político e intelectual desde os anos 1950, como já apontamos, sendo retomada apenas a partir da década de 1980. Por conseguinte, seria pouco provável ouvir qualquer tipo de referência ao termo durante os anos 1960 e 1970, décadas em que o conceito não estava sendo debatido ou pensado. Em terceiro lugar, não podemos pensar em uma teoria desenvolvida sobre o tema porque, de forma geral, o Thatcherismo nunca foi base para nenhum tipo de teoria complexa e profunda. Pelo contrário, sempre teve certa aversão à noção de ideias, teorias e doutrinas, definindo-se mais por meio de princípios e valores, concebidos em termos morais.¹⁵¹

Em consonância com Shirley Letwin, acreditamos que o Thatcherismo deve ser pensado como “a bundle of attributes held together only by time and place”¹⁵², e não um sistema coeso de ideias. Portanto, Thatcher nunca desenvolveu uma teoria de cidadania coerente ou consistente durante esses anos, tampouco a desenvolveria mais tarde, pois nunca foi uma teórica política. Em vez disso, suas ideias e crenças, advindas de diferentes tradições políticas e religiosas, informaram e moldaram princípios gerais sobre a natureza do indivíduo, do Estado e da sociedade civil, influenciando sua própria ideia de cidadania. Mas, então, como entender o que Thatcher pensava sobre o conceito, se o termo não era pensado ou utilizado à época? Como referência em nossa pesquisa, no que se tange à análise dos discursos *Thatcherites*, valemo-nos de um significado bem básico de cidadania, a saber: como pertencimento a uma comunidade, que “describes the relationship between individuals and the state and between individual citizens within that community”.¹⁵³ Por essa razão, podemos pensar sobre a ideia de cidadania em Thatcher.

¹⁵¹ SAUNDERS, Op. Cit., pp. 29-30.

¹⁵² LETWIN, Shirley. **The Anatomy of Thatcherism**. London: Fontana, 1992, p. 25. “Um conjunto de atributos reunidos apenas devido ao tempo e o espaço”, tradução nossa.

¹⁵³ Descreve a relação entre indivíduos e o Estado e entre os cidadãos individuais dentro da comunidade, LISTER, Ruth. *Vocabularies of Citizenship and Gender: the UK*. **Critical Social Policy**, Vol. 18, no. 56, 1998, p. 3, tradução nossa.

Mesmo ao não se pronunciar diretamente sobre a questão, estava frequentemente expressando suas crenças com relação a ela. Além disso, ao tratarmos de cidadania, referimo-nos não apenas ao seu *status* legal, mas também à sua dimensão mais normativa em relação a atitudes, comportamentos, aspirações e responsabilidades, aspectos que os conservadores acreditavam terem sido negligenciados por um modelo de cidadania do pós-guerra que enfatizava apenas os direitos e a dimensão legal de cidadania. Portanto, para compreendermos a ideia de cidadania dos conservadores, devemos ir além do uso do termo por Thatcher, e buscarmos, em suas ideias, sua compreensão acerca de elementos diretamente relacionados a um conceito geral de cidadania. Em outras palavras, é preciso tentar apreender: como Thatcher significava elementos como direitos e deveres, identidade, participação; como pensava a natureza do indivíduo, do Estado e da comunidade, bem como a relação entre eles. Somente em face dos desdobramentos da década de 1980, o partido seria forçado a refinar e incorporar muitas dessas suposições a um conjunto de ideias mais coerente, inteligível e humano com relação à cidadania. Mais do que qualquer outro ator, Douglas Hurd foi quem melhor percebeu tal necessidade. Não temos nenhuma intenção de afirmar que o conceito evoluiu de maneira linear e clara durante esses anos. Pelo contrário, houve mudanças de interpretação e ênfase durante a década. De qualquer forma, o presente estudo mostra que muitas das ideias centrais do conceito de *active citizenship* já estavam presentes em manifestações públicas e privadas de Thatcher desde o final da década de 1960.

O governo conservador não apenas ajudou a reintroduzir, no debate político, alguns conceitos quase esquecidos no pós-guerra europeu – como a ideia de sociedade civil, comunidade, responsabilidade, obrigações, mercado etc. – mas também tentou ressignificá-los, à luz de suas críticas ao modelo de cidadania desse período. Logo, este último deve ser entendido como momento de inflexão do debate político contemporâneo, como resultado tanto de um novo desafio ideológico, quanto de profundas transformações sociais.¹⁵⁴

A análise revela que o conceito não deve ser interpretado apenas como instrumento retórico, nem como simples desenvolvimento de um modelo neoliberal de cidadania; antes, deve ser entendido como uma forma alternativa de repensar e

¹⁵⁴ ROCHE, Op. Cit., p. 4.

ressignificar diversos elementos fundamentais dentro do conceito de cidadania, segundo um contexto específico de discussão e reformulação de diversas ideias e práticas políticas.

As análises sobre o conceito de cidadania em Thatcher tendem a seguir três diferentes abordagens. A primeira interpreta cidadania ativa como desenvolvimento natural das políticas econômicas neoliberais de Thatcher.¹⁵⁵ Dito de outro modo, o Thatcherismo vislumbraria o cidadão sob a ótica do indivíduo atomizado, vinculado ao mundo mediante contratos. A segunda tende a analisar a ideia de cidadania ativa enquanto instrumento retórico ou estratégico que ou tentava responder aos problemas sociais específicos da época, ou tentava justificar a política de cortes de gastos públicos intensificada no final da década, ou reagia à crescente impopularidade da primeira-ministra¹⁵⁶. Já a terceira considera que alguns autores se esforçaram em tentar compreender mais os resultados práticos, possivelmente desencadeados por tal conceito¹⁵⁷, do que de seus possíveis significados reais.

Além dessas abordagens, diretamente direcionadas ao governo Thatcher, estudos mais recentes têm se voltado para as transformações mais gerais do conceito, desde o final do século passado, relacionadas sobretudo à nova direita e a visões alternativas a esses modelos, como o novo republicanismo e o comunitarismo, em um contexto de enormes mudanças políticas, sociais e econômicas.¹⁵⁸ Em outras palavras, muitas análises do final do século XX e início do século XXI estavam mais preocupadas em entender as causas e os possíveis resultados da ideia de cidadania de Thatcher, ao passo que os trabalhos mais contemporâneos tentam compreender as mudanças mais amplas e os modelos ideacionais de cidadania, dando pouca atenção às ideias específicas de Thatcher. Em ambos os casos, não existem análises ideacionais profundas e específicas do conceito *Thatcherite* em si. Há pouco esforço para entender o significado que os conservadores deram ao conceito e seus diferentes elementos, bem como a forma com que se comunicavam com diferentes tradições de pensamento. Isso não significa que tais análises

¹⁵⁵ BEE, Cristiano; PACHI, Dimitra. Active Citizenship in UK: accessing institutional political strategies and mechanisms of civic engagement. **Journal of Civil Society**, Vol. 10, no. 1, 2014, pp. 100-117; FAULKS, Op. Cit.

¹⁵⁶ ISIN; TURNER, Op. Cit., p. 7. HEATER, Derek. Citizenship: a remarkable case of sudden interest. **Parliamentary Affairs**, Vol. 44, no. 2, 1991; SUSAN, Smith, Op. Cit., p. 192.

¹⁵⁷ Ade Kearns interpreta a ideia de *active citizenship* como a “selective, dual and elitist strategy”. Cf. KEARNS, Ade. Active Citizenship and Local Governance. **Political Geography**, Vol. 14, no. 2, 1995, p. 158.

¹⁵⁸ Por exemplo, BELAMY, Richard.; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Orgs.). **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Routledge: New York, 2014.

sejam superficiais ou não explorem questões importantes. Na verdade, ocorre exatamente o oposto. No entanto, elas enfatizam outras questões e visam a responder a outras perguntas. Ao tentar explorar o espaço deixado por essas análises, o capítulo tenciona produzir um estudo mais detalhado e cuidadoso sobre o tema.

Se, como argumentado na introdução, ideias são importantes para o entendimento de eventos políticos, durante os anos da administração Thatcher, essa questão seria ainda mais relevante, dado o caráter transformador daqueles anos. Como notou Stuart Hall, os anos de Margaret Thatcher podem ser interpretados como de prolongada contestação de importantes ideias políticas que viriam a moldar e influenciar “political practices and allegiances”.¹⁵⁹ De fato, a proliferação do discurso *Thatcherite* por anos após sua queda, influenciando inclusive a agenda estabelecida pelos *New Labours*, deve ser considerado um dos seus principais legados.¹⁶⁰ Mais do que qualquer um de seus antecessores, Thatcher usou sua posição para promover seus valores e ideias ao público.¹⁶¹ Por meio de manifestações públicas, ela definiu o clima político para sancionar ou inibir políticas específicas.¹⁶² Daí a importância dessas ideias, sobretudo no contexto dos anos 1980.

É importante pontuar que Thatcher raramente escrevia seus próprios discursos e cercava-se, recorrentemente, de pessoas que pudessem desenvolvê-los. Em outras palavras, atribuía grande valor à busca de quem pudesse contribuir na produção deles. Contudo, isso não significa dizer que ela apenas expressava a opinião de seus *speech-writers*¹⁶³: Thatcher tanto participava ativamente na formulação dos textos, quanto os utilizava para moldar sua agenda política.¹⁶⁴ Mesmo não sendo a principal responsável

¹⁵⁹ HALL, Stuart. **The Hard Road to Renewal**. London: Verson, 1990, p. 9. Alianças e práticas políticas, tradução nossa.

¹⁶⁰ PHILLIPS, Louise. Hegemony and Political Discourse: the lasting impact of Thatcherism. **Sociology**, Vol. 32, no. 4, 1998, p. 847.

¹⁶¹ SAUNDERS, Robert. “Crisis? What crisis?” Thatcherism and the seventies. In: B. JACKSON, Ben; SAUNDERS, Robert. **Making Thatcher’s Britain**. Cambridge University Press: Cambridge, 2012, p. 27.

¹⁶² HURST, Tom. **The Speechmaking of Margaret Thatcher 1979-1990**. 2019, 339f. Tese (Doutorado em História) – King’s College, London, 2019, p. 93. Uma de suas secretárias particulares, Caroline Slocock, relembra o quão “dreadful” eram as sessões de produção de discursos para os secretários responsáveis por escrever os rascunhos. Ademais, elas só acabavam quando Thatcher estava totalmente satisfeita com o produto final. Além disso, Slocock relata como capturava falas e ideias cotidianas de Thatcher, mesmo sem concordar com elas, para usar de rascunho na produção dos discursos. Cf. SLOCOCK, Caroline. *People like Us. Margaret Thatcher and Me*. London: Biteback Publishing, 2018 (Versão Digital), posição 1138 e 3041. Este é um relato valioso que corrobora a visão de Charles Moore, de que Thatcher participava ativamente na produção de seus discursos e que eles geralmente refletiam suas ideias.

¹⁶³ As pessoas que escreviam seus discursos.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 92.

por escrevê-los, eles representavam sua visão¹⁶⁵ e eram, quase sempre, nas palavras de seu biógrafo oficial, "an authentic representation of her interest and her views".¹⁶⁶

1.2 *Welfare State*, T.H Marshall e Nova Direita

Não é tarefa simples tentar definir o conceito de *welfare state*, ou Estado de bem-estar social. O termo surgiu na Alemanha dos anos 1930 e, com conotação pejorativa, se referia ao desenvolvimento de um Estado sobrecarregado com inúmeras e crescentes atribuições na esfera social. Na Inglaterra, com a ascensão de regimes totalitários na Europa, o termo seria interpretado em oposição a esses regimes, significando um instrumento da comunidade, cuja função era garantir o bem-estar de seus cidadãos e o respeito às leis internacionais.¹⁶⁷ Apenas no final da década de 1940 o termo viria a ser vinculado ao crescimento do papel do Estado, durante a administração trabalhista de Clement Attle. Esse significado se consolidaria e rapidamente ganharia aceitação internacional.¹⁶⁸

O fato é que há divergências e convergências nos modelos de Estado de bem-estar social adotados por diferentes países, tanto em seus objetivos quanto em suas práticas, o que torna a definição do termo ainda mais complexa.¹⁶⁹ David Edgerton corretamente sinalizou o fato de que, se comparado aos modelos de bem-estar social de outros países da Europa Ocidental, o modelo britânico não apenas se estruturava de forma diferente, como também as despesas com esse sistema eram consideravelmente menores no Reino Unido do que nos outros países, ao passo que os gastos britânicos com despesas militares continuavam relativamente altos.¹⁷⁰ De qualquer forma, o modelo de bem-estar social britânico desenvolveu-se como resultado de um longo processo de crescimento do poder do Estado e da expansão de suas atividades, tanto na esfera econômica – para tentar mitigar os problemas considerados resultantes do funcionamento do mercado –, quanto na esfera social, por meio da provisão de um número crescente de serviços públicos. O fato é que, devido a profundas mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas no

¹⁶⁵ Ibidem, p. 123.

¹⁶⁶ MOORE, Charles. **Margaret Thatcher. Vol I: Not For Turning**. London: Penguin Books, 2013, p. 342. “Uma representação autêntica de seus interesses e visões”, tradução nossa. Para Moore, Thatcher não tinha uma mente “well-organized” e precisa de pessoas para auxiliá-la em seus discursos, para fazê-los tê-los mais senso. Entrevista com Charles Moore, 11 de agosto 2019.

¹⁶⁷ LOWE, Rodney. **The Welfare State in Britain since 1945**. The MacMillan Press: London, 1993, p. 10.

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ LOWE, Op. Cit., p. 11.

¹⁷⁰ Whats came between, 3.

Reino Unido, no final do século XIX, paradigmas antes intocáveis começaram a ser questionados. Se, por um lado, o país produzia mais riquezas, por outro, a pobreza persistia e se tornava endêmica, resultando em crescente preocupação, sobretudo em meio à extensão do direito ao voto.¹⁷¹

Inúmeras reformas foram feitas ao longo dos anos e aceleradas durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, no governo trabalhista de Clement Attlee (1945-1951), o Estado de bem-estar social, como o conhecemos hoje, seria estabelecido. O modelo baseava-se no plano do liberal William Beveridge que, em 1942, havia escrito *Social Insurance and Allied Services*, obra em que defendia a necessidade de se estabelecer “a comprehensive and mandatory system of social security”,¹⁷² que garantiria suporte básico à infância, educação gratuita, saúde pública e manutenção do emprego. Assim, o Estado garantiria renda suficiente para manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos. A novidade desse modelo era que, pela primeira vez, a seguridade social estendia-se a toda a população. Ademais, a ideia de “universalismo, abrangência e adequação” significava, em termos práticos, que esses programas governamentais não eram mais reservados apenas aos pobres – e, conseqüentemente, a serviços empobrecidos¹⁷³ –, mas garantidos a todos os cidadãos.

Essa concepção se tornaria a base de todo o planejamento social e a formulação de políticas públicas no período pós-guerra. Nesse modelo, políticas públicas deveriam abranger “concern and fair-mindedness, specialization and expertise”, a fim de criar condições mais favoráveis nas quais “the welfare and good of each citizen were compatible with the welfare and good of all.”¹⁷⁴ Por trás dessas políticas, havia o princípio básico de que o governo deveria ser responsável pela manutenção “[of] a decent minimum standard of life” para todo e qualquer cidadão britânico.¹⁷⁵ Por meio da manutenção do pleno emprego, do acesso universal a serviços públicos essenciais e da criação de uma rede básica de seguridade, os políticos à época acreditavam estar criando um poderoso

¹⁷¹ BACKHOUSE, Roger; NISHIZAWA, Tamotsu. Towards a Reinterpretation of the History of Welfare Economics. In: BACKHOUSE, Roger; NISHIZAWA, Tamotsu (Ed.) **No Wealth but Life. Welfare Economics and the Welfare State in Britain, 1880-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 1.

¹⁷² ECCLESHALL, Robert. **British Liberalism**. Liberal thought from 1640s to 1980s. London: Longman, 1986, p. 49. “Um Sistema compreensivo e compulsório de seguridade social”, tradução nossa.

¹⁷³ LOWE, Op. Cit., p. 122.

¹⁷⁴ ECCLESHALL, Op. Cit. p. 167. Cuidado e justiça, especialização e perícia / o bem-estar de cada cidadão seja compatível com o bem-estar de todos, tradução nossa.

¹⁷⁵ MISHRA, Ramesh. **The Welfare State in Capitalist Society**. New York. Routledge, 1990, p. 18. “Um padrão mínimo de vida decente”, tradução nossa.

ataque contra “want and dependence”.¹⁷⁶ Assim, assegurava-se que as necessidades básicas seriam suprimidas não por intermédio de caridade, mas como direito adquirido.¹⁷⁷

Impostos, cada vez mais progressivos, financiavam políticas redistributivas. O compromisso da classe média com essas políticas democráticas era alcançado mediante a implementação de direitos universais,¹⁷⁸ ao passo que também respondia ao crescente poder de uma classe trabalhadora cada vez mais exigente.¹⁷⁹ O Estado também passava a intervir mais diretamente na economia. Com a expansão da propriedade pública por meio da nacionalização de importantes polos industriais, o Estado, agora, administrava, ao menos parcialmente, o mercado para fins sociais¹⁸⁰, visto como mecanismo ineficiente para alcançar objetivos coletivos.¹⁸¹

Nesse modelo assistencialista, a cidadania tornava-se instrumento essencial na busca por uma sociedade mais igualitária e segura. Nesse campo, as análises de T.H. Marshall são consideradas trabalho introdutório para qualquer estudo sobre cidadania durante o pós-guerra britânico. Em sua obra seminal, *Citizenship and Social Class* (1950), dois argumentos centrais influenciariam profundamente qualquer discussão subsequente sobre o tópico, a saber: sua divisão de cidadania em três componentes diferentes – direitos civis, políticos e sociais –; e a ideia de que estes últimos garantiriam o acesso aos dois primeiros.¹⁸² Por ser composta de três elementos diferentes, sua definição de cidadania era inovadora porque considerava as conquistas sociais como direitos adquiridos.

Marshall argumentava que, durante os séculos XVIII e XIX, os direitos civis e políticos, sobretudo por razões econômicas, representavam igualdade apenas em princípio, mas não em acesso. Além disso, a extensão dos direitos sociais seria uma tentativa de corrigir essa injustiça.¹⁸³ Para o sociólogo, a expansão dos direitos sociais e econômicos permitia que os indivíduos marginalizados participassem plenamente da vida política e social do país, como cidadãos. Assim, melhores condições socioeconômicas garantiriam maior acesso a direitos. Os direitos sociais, por sua vez, seriam fundamentais, não apenas em si, mas como garantia de um pleno acesso à cidadania. Em contrapartida,

¹⁷⁶ Ibidem. Carência e dependência, tradução nossa.

¹⁷⁷ LOWE, Op. Cit., p. 127.

¹⁷⁸ JUDT, Tony. *Ill Fares the Land*. New York: Penguin Press, 2010, p. 52.

¹⁷⁹ BACKHOUSE; NISHIZAWA, Op. Cit., p. 23.

¹⁸⁰ KAVANAGH, Dennis. **Thatcherism and British politics: the end of consensus?** Oxford: Oxford University Press, 1990, p. 4.

¹⁸¹ JUDT, Op. Cit. p. 59.

¹⁸² HEATER, What is Citizenship, Op. Cit., p. 18.

¹⁸³ Ibidem, p. 26.

esses direitos, ao mesmo tempo que permitiriam ao indivíduo o pleno acesso à cidadania, fortaleceriam a coesão social e o senso de identidade.¹⁸⁴ De acordo com Marshall, a institucionalização desses direitos sociais, por intermédio da propagação de um amplo senso de “igual valor social”, encorajaria a solidariedade comunitária, experimentada apenas de maneira fugaz durante o período da guerra.¹⁸⁵

Richard Titmuss foi outro defensor do modelo de direitos sociais do Estado de bem-estar social, sobretudo devido às suas possíveis vantagens na esfera moral. Para o acadêmico, se, por um lado, o sistema de testes como mecanismo de acesso a direitos poderia trazer alívio imediato às contas públicas, ao reduzir a acessibilidade dos benefícios por meio da elegibilidade, por outro lado, teria, a longo prazo, um alto custo social devido a seu caráter essencialmente divisivo. Segundo Titmuss, a ideia de universalismo institucionalizou um sentido mais profundo de comunidade e de cuidado mútuo.¹⁸⁶

Para os autores mencionados, provisão social de serviços essenciais e direitos sociais tornavam-se elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma cidadania plena.¹⁸⁷ Portanto, a cidadania seria não apenas um *status* legal, mas também um instrumento para estimular os sentimentos comunitários e fortalecer os laços sociais entre os indivíduos. Por meio de sua concepção universal, baseada no acesso igualitário, esperava-se que esse modelo fosse capaz de construir um cidadão mais coletivo e uma comunidade mais coesa. De certa forma, o *welfare state* criava um novo tipo de acordo entre democracia liberal e seus cidadãos, ao expandir garantias e direitos individuais.¹⁸⁸

Entretanto, essa concepção de cidadania marcaria o fortalecimento da ênfase dos direitos individuais sobre os deveres, que passariam a ser garantidos apenas pela própria virtude de se ser humano.¹⁸⁹ Isso não significa que autores como Marshall não reconhecessem o importante papel dos deveres e da responsabilidade, porém, de forma geral, a ideia de dever era pouco enfatizada, se comparada à questão dos direitos individuais.¹⁹⁰ Nesse modelo do pós-guerra, a dimensão jurídica, baseada em princípios de igualdade, tinha precedência sobre a esfera política, garantindo direitos uniformes e

¹⁸⁴ HEATER; OLIVER, Op. Cit., p. 96.

¹⁸⁵ LOWE, Op. Cit. p. 19.

¹⁸⁶ LOWE, Op. Cit., pp. 20-21.

¹⁸⁷ LISTER; PIA, Op. Cit., p. 130.

¹⁸⁸ MISHRA, Op. Cit., p. 19.

¹⁸⁹ BELAMMY, Lineages, Op. Cit., p. 6.

¹⁹⁰ ROCHE, Op. Cit., p. 30.

iguais para todos os membros da comunidade. Logo, a cidadania seria sempre inclusiva, universal, igualitária e uniforme.¹⁹¹

As poderosas críticas da nova direita ao sistema do *welfare state* e aos direitos sociais¹⁹² foram amplamente discutidas nas últimas décadas.¹⁹³ Por isso, não é o intuito deste capítulo fazer qualquer análise detalhada dessas críticas e explorar todas as nuances do movimento, mas apenas destacar alguns pontos importantes desta crítica, que se engajam com nosso trabalho. De qualquer forma, em virtude da flexibilidade do termo nova direita e dos diferentes usos do conceito em diferentes momentos históricos e países distintos, faz-se necessária uma breve explanação.

Neste trabalho, ao mencionarmos a nova direita¹⁹⁴ – ou *New Right* –, referimo-nos ao movimento que emergiu, em parte, em oposição ao modelo de Estado de bem-estar social – que alcançaria sua maturidade durante o pós-guerra, mas já emergia nos reformismos dos anos 1930 e 1940¹⁹⁵ – e à contracultura dos anos 1960 e, em parte, como reação à ascensão da nova esquerda¹⁹⁶ – ou *New Left* – na segunda metade do século XX. Alguns de seus maiores expoentes escreveram suas obras antes mesmo da Segunda Guerra Mundial. No entanto, sobretudo nos anos 1970 e 1980, com a proliferação de inúmeros *think-tanks*, esse movimento tornar-se-ia mais influente e popular.

Longe de ser homogênea e coerente, a nova direita englobava diferentes perspectivas e visões. *Grosso modo*, ela pode ser dividida em dois grupos principais: os liberais – ou neoliberais¹⁹⁷ –, que defendiam a volta dos valores individuais, o governo limitado e a expansão do livre mercado; e os conservadores, que reafirmavam a

¹⁹¹JENNINGS, Jeremy. Citizenship, republicanism and multiculturalism in contemporary France. In: BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.). **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Vol. I. New York: Routledge, 2014, p. 279.

¹⁹² Quinn Slobodian apontou corretamente que, se, por um lado, os pensadores neoliberais atacavam os direitos sociais e econômicos tradicionais, por outro lado, isso não significava uma total recusa à ideia de direitos sociais e econômicos. Defendia-se, por exemplo, a ideia de livre circulação de capital, bens e trabalho, que pode ser entendida como direitos sociais e econômicos, mas de tipo diferente daqueles garantidos pelo modelo do pós-guerra. Cf. SLOBODIAN, Quinn. **Globalists. The End of Empire and the Birth of Neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2018, p. 108.

¹⁹³ Algumas críticas serão colocadas a seguir.

¹⁹⁴ Neste trabalho usaremos os termos nova direita e *New Right* para designar este movimento específico explicado acima. A palavra “novo” E “new” não serão acompanhadas de aspas, por tratar-se de um nome próprio de um fenômeno, assim como neoliberalismo, new liberals, neo-marxismo etc.

¹⁹⁵ EDGAR, David. *The Free or the Good*. In: Ruth Levitas (Ed.). **The Ideology of the New Right**. Cambridge: Polity Press, 1986, p. 56.

¹⁹⁶ HELD, David. **Models of Democracy**. Cambridge: Polity Press, 1998, p. 237.

¹⁹⁷ Mesmo que o autor da tese acredite que os termos liberal e neoliberal representem coisas distintas, os termos, por vezes, são usados como sinônimo ou ideologias próximas.

necessidade de o governo estabelecer a ordem social e a autoridade.¹⁹⁸ Roger Eatwell vai um pouco além das análises comumente estabelecidas entre individualistas-*laissez-faire* e autoritários-tradicionalistas e contabiliza quatro diferentes grupos dentro da nova direita: libertários, que acreditavam em um Estado mínimo; *laissez-faire*, que defendiam a reversão do crescimento do Estado no período, mas sem negar certas atribuições dele no campo econômico e social; tradicionalistas, que também atribuía ao Estado certas funções, mas também enfatizavam a importância da manutenção de instituições tradicionais como a Igreja e a família; e, por último, os míticos, que gravitavam em torno de ideias como raça, nação, povo etc.¹⁹⁹ Para o autor, não haveria nenhuma divisão estrita entre tais categorias. Além disso, grupos e indivíduos mais próximos de determinado posicionamento poderiam defender posições de outros grupos.

Andrew Gamble chama a atenção para as divisões existentes dentro desses grupos. Entre os liberais econômicos, por exemplo, poderíamos encontrar os individualistas econômicos, os libertários e os economistas austríacos.²⁰⁰ Em termos gerais, o repúdio ao consenso social liberal do pós-guerra, a recusa ao estatismo assistencialista e a crença de que os mercados poderiam garantir melhor acesso à riqueza e à liberdade eram valores compartilhados, que permitiram alianças pontuais entre os diferentes ramos de pensamento.²⁰¹ Mais do que seu conteúdo, a inovação trazida pela nova direita se relacionava à maneira como reunia argumentos antigos e os transformava, de um modo radical e eleitoralmente poderoso, em um conjunto de ideias que oferecia uma imagem alternativa de *self-help Society*.²⁰² De modo preponderante e tomando a frente no debate político, essa nova direita propunha alternativas ao modelo de bem-estar social que emergiu no decorrer do século XX e às ideias e teorias que floresceram nos anos 1960, reagindo tanto à filosofia da esquerda quanto às suas experiências políticas.²⁰³

Se políticas contrárias ao modelo welfarista já vinham sendo adotadas na década de 1970, inclusive pelos trabalhistas, essas medidas pragmáticas se distinguem das ideias

¹⁹⁸ KING, Desmond. **The New Right. Politics, Markets and Citizenship**. London: MacMillan, 1987. p. 2.

¹⁹⁹ EATWELL, Roger. Right or Rights: The Rise of the 'New Right'. In: EATWELL, Roger; O'SULLIVAN, Noël (Ed.). **The Nature of the Right**. American and European Political Thought since 1789. London: Pinter Publishers, 1992, p. 7.

²⁰⁰ GAMBLE, Andrew. The Political Economy of Freedom. In: Ruth Levitas (Ed.). **The Ideology of the New Right**. Cambridge: Polity Press, 1986, p. 30.

²⁰¹ FAULKS, Op. Cit., p. 53.

²⁰² ECCLESHALL, Robert. **English Conservatism since the Restoration**. Unwin Hyman Ltd: London, 1990, p. 203.

²⁰³ EATWELL, The Nature of the Right, Op. Cit., p. 73.

da nova direita no sentido de que o movimento em questão discordava, em essência, do modelo do pós-guerra.²⁰⁴ No campo da cidadania, a nova direita atacava todas as bases conceituais do pós-guerra. Numa posição diametralmente oposta a Marshall, que argumentava que os direitos sociais permitiriam o pleno acesso à cidadania, esses pensadores enfatizavam os enormes problemas que o conceito trazia ao pleno funcionamento dos direitos individuais. As críticas, de forma geral, dividem-se em três áreas diferentes: a crítica à incompatibilidade entre direitos sociais e direitos civis; a crítica à passividade e à dependência induzidas pelo modelo do pós-guerra; e, por último, a crítica à criação de uma enorme burocracia estatal que “desempoderava” o indivíduo.²⁰⁵

Primeiro, parte da nova direita, sobretudo sua vertente liberal econômica, salientava a tensão entre direitos civis e sociais. Ao passo que os primeiros eram direitos contra o Estado, que limitavam seu poder, os últimos eram por ele fornecidos, o que ampliava sua influência. Mais do que isso, aumentar impostos e redistribuir recursos minavam direitos civis básicos relacionados à propriedade e à não interferência do Estado na busca individual pela felicidade.

Em contrapartida, – e este talvez segundo ponto talvez seja o mais central desta crítica –, enquanto os direitos civis e políticos seriam básicos, os direitos sociais seriam essencialmente diferentes, pois se referiam a “people's wants, needs, and aspirations”. Isso limitava a demanda por tais direitos.²⁰⁶ As consequências negativas desse modelo seriam práticas e morais. Para esses pensadores, a própria natureza desses direitos apresentava uma questão prática intransponível. No centro das críticas, estava a questão dos recursos escassos. Os direitos sociais seriam, em última instância, direitos a recursos. Nessa perspectiva, seriam direitos positivos, ou seja, que requerem algum tipo de ação para seu pleno acesso. Por outro lado, os direitos civis e políticos seriam considerados negativos, uma vez que se relacionariam apenas com o dever de não violação dos direitos do outro.²⁰⁷

Assim, o direito à liberdade de expressão poderia ser plenamente garantido pelo simples fato de não haver interferência de um indivíduo sobre o ato de livre expressão do

²⁰⁴ MISHRA, Op. Cit., p. 19.

²⁰⁵ LISTER; PIA, Op. Cit., p. 108

²⁰⁶ HOOVER, Kenneth; PLANT, Raymond. **Conservative Capitalism in Britain and United States**. A critical appraisal. London: Routledge, 1989, p. 53. Desejos, necessidades e aspirações das pessoas, tradução nossa.

²⁰⁷ PLANT, Raymond. Citizenship and Rights. In: PLANT, Raymond. Citizenship and Rights. In: GREEN, David. **Citizenship and Rights in Thatcher's Britain: Two Views**. London: The IEA and Welfare Unit, 1990, p. 23.

outro. Já um direito social positivo, como o direito à vida, implicaria mais do que um mero impedimento à capacidade do cidadão de exercê-lo, exigindo algum tipo de ação a ser tomada. Em outras palavras, o direito de viver abrangeria mais do que o direito de não ser morto por outra pessoa; referir-se-ia ao acesso a recursos como assistência médica, renda mínima, moradia, entre outros, o que significaria que ele necessariamente incluiria o acesso a recursos básicos para tornar-se efetivo. Como esses recursos eram escassos, não haveria como assegurar que todos recebessem o necessário para garantir o acesso a eles. Em suma, por exigirem recursos, os direitos não poderiam ser totalmente garantidos ou cumpridos, apenas prometidos.²⁰⁸ Inicialmente, sendo impossível garantir esses recursos, sua proteção constitucional seria sempre vaga e indeterminada,²⁰⁹ com mecanismos imprecisos, tanto para possibilitar a ocorrência de reclamações por parte dos cidadãos quanto para estabelecer objetivos.²¹⁰ Posteriormente, como direitos imperfeitos, eles conseqüentemente gerariam obrigações imperfeitas e, como tal, difíceis de serem estabelecidas.

O problema seria que a garantia de direitos, sem a devida correspondência com as obrigações, encorajaria o aumento da demanda por esses direitos e pouco faria para estimular um comportamento mais responsável.²¹¹ E aí adentramos nas possíveis implicações morais dos direitos sociais. Crescentes demandas, cada vez maiores e mais difíceis de se realizar, resultariam em crescente descontentamento, com possíveis graves conseqüências para o funcionamento apropriado das instituições democráticas, deslegitimadas por sua ineficiência. Contudo, irresponsabilidade e descontentamento não seriam os únicos problemas criados pelo modelo político do pós-guerra.

Para a nova direita, os direitos sociais e a busca pelo aumento da igualdade geravam desestímulo ao trabalho e disseminavam ressentimento. A falta de obrigações e a ênfase nos direitos, a facilidade de acesso aos benefícios, a tentativa de se assegurar a realização de desejos e aspirações, tudo isso gerava indivíduos sem incentivos e empobrecidos, espiritual e materialmente.²¹² Desse modo, direitos sociais excessivos incentivariam seus beneficiários a aceitar uma condição de vida passiva e socialmente

²⁰⁸PLANT, Raymond, 1990, Op. Cit. p. 23-25. Para uma crítica da ideia de que direitos civis e políticos seriam perfeitamente negativos, ver PLANT, 1990, 23-29.

²⁰⁹BARRY, Norman. Markets, Citizenship and the Welfare State: Some Critical reflections. In: GREEN, David. **Citizenship and Rights in Thatcher's Britain: Two Views**. London: The IEA and Welfare Unit, 1990, p. 57.

²¹⁰DAVY, Op. Cit. p. 56.

²¹¹BARRY, Op. Cit., p. 56.

²¹²HEATER, What is Citizenship, Op. Cit., p. 26.

inferior, produzindo redução na autoestima e conseqüente perda de disposição e iniciativa, bem como impedindo-os de desenvolver a habilidade necessária para a experiência de uma cidadania plena.²¹³ Criava-se, assim, um cidadão dependente e marcadamente passivo.²¹⁴

A ideia de que o Estado estimulava uma cultura da dependência, com graves conseqüências para o desenvolvimento e manutenção da estrutura familiar dessas sociedades, tornava-se argumento central nos trabalhos de pensadores neoconservadores norte-americanos. Em virtude do contato com autores e grupos britânicos, sobretudo com o exponencial crescimento no número de *think tanks* no Reino Unido desde a década de 1960, esses pensadores norte-americanos influenciavam círculos políticos e intelectuais do período, sobretudo membros do Partido Conservador britânico.²¹⁵ Portanto, não é surpresa que o tema tenha se tornado tão importante no discurso *Thatcherite* contra o sistema welfarista. Como Thatcher escreveu em sua autobiografia: “We kept on returning to the idea that poverty was a cause rather than result of various kinds of irresponsible or deviant.”²¹⁶ Ao contrário da divisão tradicional entre explicações estruturais e culturais, é fundamental compreender que esse tipo de explicação, apesar do enfoque no cultural, não excluía a estrutura, mas conferia-lhe um papel central.

Como corretamente observado por Florence Sutcliffe-Braithwaite, o Thatcherismo assumia que a estrutura legal e econômica tinha efeito formativo e duradouro na esfera cultural. Para Thatcher, as estruturas “socialistas” do Estado britânico, particularmente os sistemas de tributação e provisão de serviços sociais, tinham enfraquecido valores vitorianos essenciais, como parcimônia e ética do trabalho.²¹⁷ Este ponto é de extrema relevância, já que nos ajuda a compreender a dimensão moral do Thatcherismo e como ele atribuía ao Estado a culpa pelo declínio moral do cidadão britânico ao interferir desnecessariamente em esferas da sociedade civil.

²¹³ Ibidem. É interessante notar que a crítica sobre a questão de que esse modelo de seguridade social poderia desincentivar o trabalho também havia sido feita pela esquerda, por exemplo, pelos fabianos Beatrice e Sidney Webb. Desde o início, eles se mostraram céticos sobre a assunção de Beveridge de que o modelo idealizado por ele não geraria desincentivo ao trabalho. Cf. ROCHE, Op. Cit. p. 26.

²¹⁴ Digno de nota, quando o modelo welfarista foi pensado, nos anos 1940, a ideia de direitos enquanto instrumento para garantir qualidade de vida mínima não era vista como ameaça à responsabilidade individual, mas como pré-requisito para o indivíduo tornar-se mais responsável. Assim, esses direitos estimulariam responsabilidade, não o oposto. Cf. LOWE, Op. Cit., p. 122.

²¹⁵ ROCHE, Op. Cit., pp. 73-77.

²¹⁶ THATCHER, Margaret. **The Path to Power**. London: Harper Press, 1995, p. 547. Continuamos a retornar a ideia de que a pobreza é a causa, ao invés do resultado, de vários tipos de irresponsabilidades e depravações, tradução nossa.

²¹⁷ SUTCLIFFE-BRAITHWAITE, Florence. Neoliberalism and Morality in the Making of *Thatcherite* Policies. **The Historical Journal**, Vol. 55, no. 2, 2012, p. 512.

Por fim, e este é o terceiro ponto, criticava-se a forma como o modelo se estruturava. O problema era que, para se manter esse Estado centralizador e provedor de direitos imprecisos e ilimitados, criou-se um enorme corpo de funcionários públicos responsáveis pela implementação do sistema. Influenciados pelas análises da *Public Choice Theory*²¹⁸, esses pensadores apontavam que, longe de se basear em algum tipo de *ethos* público e republicano, o corpo de funcionários responsável pela provisão de serviços públicos agia para maximizar seus próprios interesses. Assim, essa burocracia era tratada como um poderoso grupo de interesse de produtores, insensível às necessidades e demandas dos usuários dos serviços e com enorme poder discricionário para potencializar vantagens.²¹⁹ Além disso, acusava-se o modelo welfarista – baseado em necessidades, e não nas vontades subjetivas individuais –, uma vez que os indivíduos conheceriam melhor as circunstâncias para satisfazer às suas necessidades do que o Estado.²²⁰

O monopólio do poder nas mãos de profissionais e *experts* criava, portanto, três problemas para os indivíduos: excluía escolha e responsabilidade individuais, criava forte poder discricionário e, por último, minava autoridades tradicionais na família e no lugar de trabalho.²²¹ Como resposta, oferecia-se a alternativa de implantar mecanismos de mercado e gestão na esfera pública.²²² Acreditava-se que, com a introdução de mecanismos de mercado e de gestão, aumentar-se-iam liberdade, escolha e competição e, conseqüentemente, o poder dos usuários dos serviços públicos frente aos seus provedores.

Logo, para tais pensadores, o sistema do *welfare state*, baseado em direitos sociais, gerava uma série de problemas para o desenvolvimento da cidadania plena. Irresponsabilidade, passividade, ressentimento e dependência eram algumas das conseqüências desse modelo de provisão de serviços públicos, que havia gerado uma grave crise moral na qual a responsabilidade era negada pela ordem social, causando a erosão de qualquer comportamento virtuoso.²²³ Para a nova direita, não só o conjunto de

²¹⁸ Teoria da Escolha Pública.

²¹⁹ HOOVER, Kenneth; PLANT, Raymond. **Conservative Capitalism in Britain and United States**. A critical appraisal. London: Routledge, 1989, p. 60; HARRIS, John. Caring for Citizenship. *The British Journal of Social Work*, Vol. 32, no. 3, 2002, Pages 267–281, 2002, pp. 269-270.

²²⁰ BARRON, Anne; SCOTT, Colin. The Citizen's Charter Programme. *The Modern Law Review*, Vol. 55, no. 4, 1992, p. 545.

²²¹ Ibidem.

²²² HARRIS, Op. Cit., p. 270.

²²³ DAVIES, Stephen. Towards the Remoralization of Society. In: LONEY, Martin; BOCOCK, Robert; CLARKE, John etc (org). **The State or The Market. Politics and welfare in contemporary Britain**. London: Sage Publications, 1991, p. 243.

ideias nas quais esse modelo se assentava era problemático, mas também o seu *modus operandi* contribuía para o crescimento dos problemas sociais que a sociedade britânica enfrentava à época.

Norman Barry, crítico do modelo de bem-estar social do pós-guerra, vai direto ao ponto quando conclui que os proponentes do modelo welfarista raramente consideravam a possibilidade de que “the existence of widespread public welfare arrangements may be, at least in part, a causal factor in the perpetuation of social problems and in the failure to generate good citizenship.”²²⁴ Apesar de apresentarem dados contraditórios, as pesquisas de opinião dos anos 1960 e 1970 parecem apontar nessa direção. Se, por um lado, o apoio popular ao sistema de segurança social era robusto, por outro lado, era seletivo e aumentava à medida que o entrevistado se beneficiava diretamente dele. Nos dizeres de Rodney Lowe: “There was little evidence here of the community spirit, the altruism or the desire for greater equality which Titmuss and the Labour Party in particular hoped the welfare state could either build upon or foster.”²²⁵

A percepção de que o modelo de cidadania do pós-guerra falhava não era exclusividade das análises da nova direita. Se parte da esquerda sempre manteve críticas a tal modelo, elas se aprofundariam no último quarto do século XX, levando inclusive o próprio Partido Trabalhista a repensar o conceito.²²⁶ Mesmo aceitando muitos elementos da concepção de Marshall, parte da esquerda enxergava a necessidade de reformar o aspecto passivo do modelo.²²⁷ Além disso, crescia a percepção de que muitos indivíduos, mesmo com a extensão de direitos, se sentiam marginalizados, não apenas por sua condição socioeconômica, mas também por seu isolamento cultural.²²⁸ Vale ressaltar que o modelo tampouco havia gerado solidariedade. Como apontou Michael Ignatieff, “[the] experience has not validated the post-war civic ideal that public goods would extend civic solidarity”.²²⁹

²²⁴ BARRY, Op. Cit. P. 43. “A existência de um amplo sistema de bem-estar social pode ser, ao menos em parte, um fator na causa da perpetuação de problemas sociais e o fracasso de se gerar boa cidadania”, tradução nossa.

²²⁵ LOWE, Op. Cit. P. 92. Há pouca evidência, aqui, de espírito comunitário, de altruísmo ou desejo por maior igualdade que Titmuss e o Partido Trabalhista, em particular, esperavam que o welfare state poderia criar ou fomentar”, tradução nossa.

²²⁶ HEATER, A sudden case, Op. Cit. p. 142.

²²⁷ KYMLICKA; NORMAN, Op. Cit., p. 160.

²²⁸ Ibidem, p. 170.

²²⁹ IGNATIEFF, Op. Cit., p. 149. “A experiência não validou o ideal cívico do pós-guerra de que bens públicos estenderiam solidariedade cívica”, tradução nossa.

O modelo de cidadania do pós-guerra era criticado por ser “elitist, top-down, bureaucratic, centralizing, paternalist creed”²³⁰, responsável tanto por despolitizar os indivíduos²³¹ quanto por fomentar dependência.²³² Ainda mais importante, vários pensadores criticavam o fato de o modelo falhar justamente no alcance do propósito pelo qual havia sido proposto, a saber, a ideia de universalismo e inclusão. De acordo com Ruth Lister, a preocupação de Marshall com a questão de classes sociais “blinded him to the significance of gender divisions” e a manutenção da exclusão da mulher das práticas de cidadania.²³³

A divisão que o sociólogo fazia entre esfera pública e esfera privada também era alvo de críticas. Se direitos sociais derivavam das contribuições do indivíduo na esfera pública, o direito das mulheres na esfera privada era garantido apenas por meio de seus maridos. Se o sistema baseava-se na contribuição do trabalhador assalariado, o trabalho remunerado era conseqüentemente um direito melhor do que os relacionados a trabalhos ligados ao cuidado e não remunerados²³⁴ ou, como afirma Carole Pateman, o modelo do pós-guerra criava um sistema de dois diferentes tipos de cidadão, no qual existia o beneficiário, aquele que participava do mercado de trabalho, e o dependente, as pessoas privadas, geralmente as mulheres.²³⁵ Essas práticas não se resumiam apenas às interações de gênero, mas também se estendiam a outros grupos minoritários. Como notado por Fiona Williams, as minorias acessavam alguns direitos apenas de forma indireta ou por intermédio de outros membros da sociedade: “rights to benefits for women may be dependent upon their marital or maternal status (...) for minority ethnic (...) upon settlement or nationality, and rights to disabled (...) upon a medical test”.²³⁶

Além disso, o conceito de cidadania em Marshall estava totalmente inserido no contexto de Estado-nação e nos processos dentro de suas fronteiras, o que significava, em

²³⁰ MARQUAND, Op. Cit., p. 212. “credo elitista, *top-down*, burocrático, centralizador e paternalista”, tradução nossa.

²³¹ LISTER, Ruth. **Citizenship: Feminist Perspective**. London: Palgrave MacMillan, 2003, p. 19. “o cegaram para a significância das divisões de gênero”, tradução nossa.

²³² PLANT, 1990, Op. Cit., p. 29.

²³³ LISTER, 2003, Op. Cit., p. 70. “O ‘cegou’ para a importância das divisões de gênero”, tradução nossa.

²³⁴ SAINSBURY, D. Gendering dimensions of welfare states. In: FINK, Janet; LEWIS, Gail; CLARKE, John (Eds) **Rethinking European Welfare: Transformations of European social policy**. London: Sage Publications, 2001, pp. 117-118.

²³⁵ PATERMAN, Carole. The Patriarchal Welfare State. In: GUTMANN, Amy. **Democracy and the Welfare State**. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 241.

²³⁶ WILLIAMS, Fiona. Race/Ethnicity, Gender, and Class in Welfare State: A framework for comparative analysis. **State & Society**, Vol. 2, no. 2, 1995, pp. 127-159. “Direitos a benefícios para mulheres podem depender do seu status civil ou maternal (...) para minorias étnicas (...) de seu acordo ou nacionalidade, e direitos a deficientes (...) de testes médicos”, tradução nossa.

termos práticos, a exclusão das perspectivas daqueles que estavam em movimento ou tentando mover-se entre as fronteiras dos Estados.²³⁷ As próprias ideias de universalismo, igualdade e inclusão estavam sendo consistentemente criticadas.

A resposta da esquerda vinha não apenas pelo reconhecimento das falhas, cada vez mais claras, do modelo do pós-guerra, mas também como reação há anos de administrações conservadoras. O governo Thatcher não havia levado ao renascimento da sociedade civil, muito menos criado indivíduos mais independentes; pelo contrário, havia fomentado mais fragmentação e prejuízo às instituições da sociedade civil. Por outro lado, a sociedade mudava e trazia novas questões: o aumento da imigração reacendeu a discussão sobre cidadania plena; o crescimento da União Europeia e a consolidação de uma economia mais globalizada ensejaram o debate sobre nacionalismo e britanidade; a luta de minorias por maior igualdade estimulava a discussão em torno da relação entre público e privado; e, por último, o reconhecimento de uma crescente apatia política encorajou um grande debate sobre como reengajar a imaginação pública.²³⁸

Raymond Plant e Kenneth Hoover insistiam na necessidade de a esquerda repensar todo o sistema de *welfare state* e seu modelo de cidadania. Eles argumentaram que os socialistas deveriam aprender – ou reaprender – com a tradição socialista britânica que cidadania também requer obrigações.²³⁹ Lister também ressaltava o fato de que ela, no final do século XX, deveria incluir “notions of individual rights and responsibilities” advertindo que, ao construir uma alternativa à nova direita, a esquerda não poderia descartar o indivíduo.²⁴⁰ Para muitos desses pensadores, a importância da sociedade civil igualmente deveria ser colocada no centro das análises progressistas.²⁴¹ Depois da crise de um modelo mais estatista, a sociedade civil ressurgia como alternativa ao mercado, ao planejamento estatal e à burocracia.²⁴²

Pensadores como Michael Walzer consideravam a sociedade civil não apenas um espaço importante para cidadania, mas o lugar concreto onde indivíduos espontaneamente se associavam, comunicavam-se e interagiam; em outras palavras, o espaço onde se

²³⁷ LISTER, Citizenship: Feminist perspective, Op. Cit., p. 43.

²³⁸ NEIL, Concepts of Citizenship, Op. Cit., p. 426.

²³⁹ HOOVER; PLANT, Op. Cit., p. 291.

²⁴⁰ LISTER, Citizenship: Feminist perspective, Op. Cit., p. 2. “Noções de direitos e responsabilidades individuais”, tradução nossa.

²⁴¹ HELD, Citizenship, Op. Cit., pp. 19-25 e ANDREWS, Op. Cit., pp. 11-18.

²⁴² ROSE, Nikolas. Power of Freedom. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 168.

criavam autênticas solidariedades.²⁴³ A questão da participação também voltava às análises da esquerda. No entanto, ao contrário dos analistas da nova direita, o cidadão deveria aumentar sua participação na comunidade de forma mais coletiva e política. Enquanto Chantal Mouffe defendia o restabelecimento da ligação entre direitos sociais e políticos e uma cidadania mais ativa, baseada em empreendimentos coletivos²⁴⁴, Williams insistia na importância de cidadãos mais articulados dentro de organizações democráticas do *welfare state*.²⁴⁵ Bernard Crick, que teria influência nos governos trabalhistas posteriores, promovia o que chamava de *political literacy*, ideia que consistia em ensinar alunos “how to make themselves effective in public life”.²⁴⁶

Por último – e talvez o ponto mais importante que a esquerda lançava por estes anos, como lembrado por Stuart Hall e David Held –, a extensão dos direitos dos cidadãos deveria ser repensada à luz das questões destacadas por ativistas e movimentos como “feminists, the black and ethnic movement, ecology and vulnerable minorities”.²⁴⁷ Por intermédio de seus pensadores, a esquerda também reavaliava o conceito e propunha alternativas a um cada vez mais criticado modelo de cidadania. Se, em alguns momentos, tais pensadores compartilhavam os diagnósticos apresentados pela nova direita, eles geralmente recorriam a soluções bem diferentes.

Apesar de ambos os lados do espectro político trabalharem em busca de alternativas, a vitória de Margaret Thatcher nas eleições de 1979 daria à direita a oportunidade de lançar-se à frente da oposição na busca pela ressignificação e reformulação de inúmeras ideias e práticas políticas repensadas à época. Tal como pretendemos mostrar neste capítulo, a ideia de cidadania de Thatcher, além de mais complexa do que geralmente pensada, teria profunda e duradoura influência nos espaços políticos britânicos do fim do século XX e início do século XXI.

²⁴³ WALZER, Michael. The Civil Society Argument. In: MOUFFE, Chantal (org). **Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community**. London: Verso, 1992, p. 97.

²⁴⁴ MOUFFE, Chantal. Preface: Democratic Politics Today. In: _____ (org). **Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community**. London: Verso, 1992, p. 4.

²⁴⁵ WILLIAMS, Fiona. Principles of Recognition and Respect in Welfare. In: LEWIS, Gay; GEWIRTZ, Sharon; CLARKE, John. **Rethinking Social Policy**, London: Sage Publications, 200, p. 339.

²⁴⁶ CRICK, Bernard. **Essays on Citizenship**. London: Continuum, 2000, p. 9. “Como fazê-los mais efetivos na vida pública”, tradução nossa.

²⁴⁷ HELD, David; HALL, Stuart. Left and Rights. **Marxism Today**, 1989, pp. 16-23; p. 19. “Feministas, os movimentos negros e étnicos, ecologia e minorias vulneráveis”, tradução nossa.

1.3 Thatcher chega ao poder: economia e declínio moral nos anos pós-guerra

Desde o final da década de 1970, inúmeros trabalhos se debruçaram sobre o tema Thatcherismo. Se muitos pensadores se esforçaram para compreender o fenômeno, nenhum consenso sobre sua definição foi alcançado²⁴⁸. Desse modo, ele é atualmente entendido muito mais como um conjunto de crenças e ideias específicas de seu tempo, do que um sistema propriamente coeso de pensamento político ou uma ideologia. *Grosso modo*, o conceito de Thatcherismo parece englobar três princípios mais centrais: liberdade individual para fazer escolhas, sobretudo na esfera do mercado; liberdade não apenas relacionada a maior prosperidade, mas também ao desenvolvimento moral do indivíduo; e ênfase na importância da lealdade para com instituições consideradas “naturais”.²⁴⁹ Em termos práticos, o Thatcherismo parece ter levantado quatro questões ideológicas principais: conflito entre inflação e crescimento; conflito entre mercado e estruturas tradicionais; conflito entre intervenção estatal ou não intervenção estatal; e o modelo de individualismo deveria encorajar.²⁵⁰

Se há diferentes formas de analisar o que foi o Thatcherismo²⁵¹, o presente estudo contempla a visão de que ele não deve ser compreendido apenas como um fenômeno econômico, mas, sobretudo, como um movimento empenhado em reestabelecer certos valores morais na sociedade britânica, que rejeitava tanto os parâmetros relacionados às liberdades dos anos 1960, quanto a cultura de dependência fomentada pelo modelo de bem-estar social estatal.²⁵²

Para os conservadores, o suposto declínio moral britânico seria, em grande medida, o fator preponderante dos problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país. A crise econômica estava intrinsecamente relacionada a uma crise moral. Na visão desses conservadores, a sociedade “permissiva” e a cultura da dependência minaram os valores

²⁴⁸ JACKSON, Ben; SAUNDERS, Robert. Introduction: varieties of Thatcherism. In: JACKSON, Ben; SAUNDERS, Robert (Ed.). **Making Thatcher's Britain**. Cambridge University Press: Cambridge, 2012, p. 12.

²⁴⁹ NEIL, Edmund. Intellectual Reactions to Thatcherism: Conceptions of Citizenship and Civil Society from 1990–2010. In: MULLEN, Antony; FARRALL, Stephen; JEFFERY, David (Ed.). **Thatcherism in the 21st Century**. The Social and Cultural Legacy. London: Palgrave MacMillan, 2020, p. 36.

²⁵⁰ *Ibid*, p. 37.

²⁵¹ Basicamente, são cinco os tipos mais comuns de análises e abordagens relacionadas ao período em que Thatcher esteve no poder: econômica – o Thatcherismo como resposta à crise econômica, encarregado de restabelecer o equilíbrio entre capital e trabalho; ideológica – como projeto de perseguição à hegemonia ideológica; política – mudança de uma política de consenso para uma política de convicção; eleitoral – “stratcraft”; personalidade – focada em seu estilo como ponto de coesão entre diversas tensões dentro do movimento. Cf. CRINERS, Andrew; DOREY, Peter; HEPPELL, Timothy. **The Political Rhetoric and Oratory of Margaret Thatcher**. Palgrave MacMillan: London, 2016, p. 5-8.

²⁵² CRINERS; DOREY; HEPPEL. *Op. Cit.*, p. 4.

tradicionais britânicos, colocando o país em um ciclo contínuo de crises. Para eles, o "consenso" do pós-guerra deslocou a economia para o centro do debate político, relegando à margem outros âmbitos importantes da vida, sobretudo a dimensão moral. "This economics first approach has aggravated unhappiness and social conflict" declarava Keith Joseph em 1974²⁵³, considerado o mentor de Thatcher e grande influência nos anos 1970. Para a primeira-ministra, tal como se vê em Joseph, o desenvolvimento da esfera econômica não era condição suficiente para o desenvolvimento de um país: "I believe that economic freedom is a necessary but not a sufficient condition of our own national recovery and prosperity. "E concluía: "There is another dimension—a moral one."²⁵⁴ Um ano após o discurso de Joseph, já como líder do partido, Thatcher reforçaria tal posição ao estabelecer que "Our aim is to build a flourishing society – not an economic system"²⁵⁵, e repetiria essa ideia logo após sua eleição, ao definir a missão do governo como algo muito além da promoção do progresso econômico, que deveria se voltar para a renovação do "spirit and the solidarity of the nation".²⁵⁶

A crítica de parte dos conservadores à ênfase econômica dos anos do pós-guerra não era de todo nova, mas ganharia força com a derrota eleitoral do então candidato do partido em 1974.²⁵⁷ Por outro lado, esse discurso também era impulsionado por uma crescente percepção, dentro do partido, de que os conservadores não poderiam ganhar as próximas eleições assentados em um programa baseado apenas em planejamento e política econômica.²⁵⁸ É interessante notar que o Thatcherismo, amplamente criticado como fenômeno político apenas preocupado com questões econômicas, tenha ele próprio ascendido criticando este economicismo.

Seja como for, o fato é que a percepção de parte dos membros do partido, ao final da década de 1970, sobretudo aqueles ligados a Margaret Thatcher, era a de que anos de

²⁵³ Ibidem, p. 82. "Essa abordagem que prioriza o econômico tem aprofundado infelicidade e conflito social", tradução nossa. Joseph, assim como seu mentor Alfred Sherman e por ele influenciado, acreditava que o estímulo a uma economia de mercado mais livre não resolveria todos os problemas da nação. A economia não era o suficiente. Havia um pré-requisito social e moral para que tanto a economia de mercado quanto a sociedade como um todo, pudessem se desenvolver. SHERMAN, Op. Cit., posição 677.

²⁵⁴ THATCHER, Margaret. Speech at St. Lawrence Jewry (1978). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em <<https://www.margaretthatcher.org/document/103522>> Acessado em: 09 dec. 2018. "Eu acredito que liberdade econômica é necessário, mas não condição suficiente para nossa própria recuperação e prosperidade nacional"/ "Há outra dimensão – a moral", tradução nossa.

²⁵⁵ Ibidem, p. 40. "Nosso objetivo é construir uma próspera sociedade – não um sistema econômico", tradução nossa.

²⁵⁶ THATCHER, Margaret, apud GRIMLEY, Matthew. Thatcherism, Morality and Religion. In: JACKSON, Ben; SAUNDERS, Robert (Ed.). **Making Thatcher's Britain**. Cambridge University Press: Cambridge, 2012, p. 88. "Espírito e solidariedade da nação", tradução nossa.

²⁵⁷ Ibidem, p. 82.

²⁵⁸ VINEN, Op. Cit., p. 92.

políticas “socialistas” haviam minado o desenvolvimento de qualidades individuais²⁵⁹, os “valores vitorianos” relacionados ao trabalho duro e a parcimônia econômica.²⁶⁰ Este era um temor real nos círculos conservadores e explica a importância que Thatcher atribuía à necessidade de ganhar o campo das ideias, a centralidade de “re-educate and re-awake the public”.²⁶¹ Ademais, essa não era apenas uma preocupação de membros do partido, mas também certa percepção compartilhada por parte importante da sociedade britânica. Desse modo, tendo Thatcher se tornado líder do partido, em 1975, ela buscou enfatizar ainda mais a relação entre declínio moral e econômico, ao passo que se aproximava dos grupos de *lobby* moral que emergiam no período.²⁶² O fato é que, desde o final da década de 1960, se difundia um certo senso de crise moral que, cada vez mais, demandava soluções urgentes.²⁶³

A próxima década testemunharia a formação de inúmeros grupos de interesse, majoritariamente compostos por indivíduos de classe média, como resposta a um crescente senso de paranoia e frustração, impulsionados pelo aumento da militância sindical e da inflação, e que desaguava em intenso sentimento antissocialista.²⁶⁴ Essa suposta decadência moral era explicada não como fruto das diversas mudanças sociais que vinham ocorrendo nos últimos anos, mas por meio de respostas simples, inimigos imaginados, “bodes expiatórios” – tais como a difusão de um certo liberalismo, permissividade, socialismo – e ideias que unificavam tais movimentos moralistas.²⁶⁵ Nesse contexto, o partido não seria apenas extremamente hábil em explorar a ideia de crise, mas também em impor sua própria narrativa sobre ela.²⁶⁶

De uma perspectiva transnacional, o estabelecimento de eleições diretas para o parlamento europeu trazia aos conservadores a oportunidade de aproximar-se dos partidos democratas cristãos europeus e promover uma grande frente antimarxista,²⁶⁷ em um contexto no qual a Guerra Fria ainda causava enorme preocupação tanto entre círculos políticos como na opinião pública. Desde a eclosão do conflito entre norte-americanos e

²⁵⁹ SUTCLIFFE-BRAITHWAITE, Op. Cit., p. 515.

²⁶⁰ Ibidem, p. 512.

²⁶¹ Em reunião com membros da oposição, dezembro de 1985. THCR 1/17/45. Churchill Archives, Cambridge, United Kingdom. “Reeducar e reconscientizar o público”, tradução nossa.

²⁶² FILBY, Eliza. **God & Mrs Thatcher. The battle for Britain’s soul**. London: Biteback, 2015, pp. 102–103.

²⁶³ WEEKS, Jeffrey. **Sex, Politics and Society: the regulation of sexuality since 1800**. Abingdon: Routledge, 2017, p. 312

²⁶⁴ FILBY, Op. Cit., p. 96.

²⁶⁵ WEEKS, Op. Cit., pp. 314-315

²⁶⁶ SAUNDERS, Op. Cit., p. 25.

²⁶⁷ VINEN, Op. Cit., pp. 234–237.

soviéticos, a religião teve papel central no seu desenvolvimento²⁶⁸, e Thatcher parecia estar disposta a explorar a questão. Em um discurso dirigido aos europeus, em 1978, ela afirmaria que “moral values based on a religious foundation are more important than matters of state.”²⁶⁹ Pouco tempo depois, em artigo veiculado em um jornal alemão, voltaria ao tema ao insistir que “like-minded parties in Europe [...] Conservative or Christian Democrats” deviam fortalecer a cooperação, não apenas pela necessidade de se construir uma frente antimarxista, mas também pela similaridade de princípios compartilhados.²⁷⁰ Para Thatcher, nunca esses valores haviam sido tão ameaçados como naqueles anos²⁷¹, o que tornava urgente a necessidade de transcender fronteiras nacionais e divisões religiosas, na busca por aliados contra um inimigo em comum. Valores morais, cristianismo e antissocialismo compunham um discurso sedutor naqueles anos, tanto dentro quanto fora do Reino Unido.

Nesse contexto, é fácil compreender por que, ao assumir a liderança do partido, Thatcher se voltava cada vez mais aos anos de sua infância, sob forte influência religiosa não conformista na pequena cidade de Grantham, como modelo/guia para uma nação que, a seu ver, estava em profunda crise moral.²⁷² Também não é de surpreender que uma das suas maiores influências ideológicas, Alfred Sherman, emergiria no período. Ele foi, sem dúvida alguma, uma figura interessante. Ex-comunista e combatente na guerra civil espanhola, era mais um dos “convertidos” à nova direita no círculo de Thatcher que contava, além de Sherman e outras figuras menores, com o professor e conselheiro Alan Walters.

Apesar de sua origem judaica, Sherman acreditava ter sido a descristianização do pensamento social e político do Reino Unido a grande responsável pelos problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país.²⁷³ Para ele, o cristianismo representava muito mais do que uma religião; representava civilização e cultura.²⁷⁴ Sherman foi o autor de

²⁶⁸ FILBY, Op. Cit., p. 269.

²⁶⁹ THATCHER, Margaret. Speech to Democratic European union (founding conference 24 April 1978). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/103663>>. Acesso em: 05 mar. 2020. “Valores morais baseados em fundações religiosas são mais importantes do que questões de Estado”, tradução nossa.

²⁷⁰ THATCHER, Margaret. Article for Hamburger Abendblatt (13 May 1978). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/103683>>. Acesso em: 5 mar. 2020. “Partidos com ideias similares na Europa (...) Conservadores ou cristões democratas”, tradução nossa.

²⁷¹ Making, 83.

²⁷² VINEN, Op. Cit., pp. 2–3 and 108.

²⁷³ GRIMLEY, Op. Cit., p. 85.

²⁷⁴ SHERMAN, Alfred. **Paradoxes of Power. Reflections on the Thatcher Interlude**. Versão digital: Andrews UK Limited, 2016, posição 483.

muitos dos discursos e artigos de Thatcher, no final da década de 1970, que enfatizavam a necessidade de revitalização do cristianismo e da ética protestante.²⁷⁵ Mais do que isso, procurou restabelecer a ligação entre o partido e uma ética cristã conservadora, insistindo na necessidade de se promover uma cultura cristã dentro dele – ideia entusiasticamente apoiada por Thatcher.²⁷⁶ Sherman a influenciava direta e indiretamente, por intermédio de Keith Joseph, mentor de Thatcher. Em outras palavras, Alfred Sherman exercia enorme influência intelectual sobre Joseph, e foi figura central na forma como este último pensava questões políticas, especialmente a estreita relação entre uma estrutura de valores morais e a economia de mercado.²⁷⁷

Com a ajuda de Sherman, Keith Joseph, ainda durante o governo conservador de Edward Heath (1970-1974) e com seu consentimento, fundaria o *Centre for Policy Studies* (CPS) – uma espécie de *think-tank* para a promoção de ideias da nova direita, com caráter mais “missionário” do que de pesquisa²⁷⁸ – e nomearia Thatcher como sua delegada. Joseph, à época ministro do governo Heath, assim como Thatcher, iniciava o rompimento com Heath e colocava o partido em uma direção radicalmente oposta àquela que vinha seguindo desde o pós-guerra. Era Sherman que, por meio de inúmeras críticas veladas ao ministro Joseph, feitas em seus artigos publicados no jornal *Telegraph*, auxiliava Joseph na mudança intelectual que atravessava.²⁷⁹ Tanto Sherman, que também escrevia alguns dos discursos de Joseph, quanto o próprio Joseph tiveram grande influência sobre o desenvolvimento de Thatcher nos anos 1970. Ela participava dos seminários na CPS e lia os livros indicados por ambos os conservadores.²⁸⁰ Se Thatcher é reconhecida como a grande personagem que transformou a política britânica, rompendo com certos elementos do modelo político implementado no pós-guerra, foi Joseph, sob certa influência de Sherman, que iniciaria todo esse movimento dentro do partido e construiria as fundações para a ascensão de Thatcher nos próximos anos.

Assim, em 1975, Thatcher herdava um partido que procurava se redescobrir e se redefinir em meio à crise dos anos 1970 e, como apontou Robert Saunders, ela usaria sua posição de liderança para promover seus valores ao público em uma extensão nunca antes

²⁷⁵ FILBY, Op. Cit., p. 113.

²⁷⁶ SHERMAN, Op. Cit., posição 483.

²⁷⁷ Ibidem, posição 696.

²⁷⁸ FILBY, Op. Cit., p. 107.

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ CAMPBELL, John. **The Iron Lady**. Margaret Thatcher, From Grocer's Daughter to Prime Minister. Penguin Books: London, 2009, pp. 137-138.

usada por seus predecessores.²⁸¹ Se o uso da retórica na política serve não apenas para mediar a realidade e narrar contextos, mas também para reorganizar criativamente o espaço de ação do ator político, Thatcher, que acreditava que valores e princípios – e não doutrinas – importavam, usava astutamente sua posição de líder do partido e chefe da nação para promover valores e difundir novas ideias.²⁸² Por meio de manifestações públicas, escritas ou faladas, buscava moldar e redirecionar a opinião pública, carregada daquilo que ela acreditava ser um forte *ethos* coletivista e progressista, em direção a valores tanto individualistas quanto tradicionais.

Por essa razão, o Thatcherismo não pode ser interpretado como um puro reflexo das teorias econômicas liberais; antes, deve ser entendido como algo mais complexo, que reunia várias tradições – política, cultural e religiosa – britânicas e se apresentava como a única solução possível para os males que assolavam o país. Thatcher planejava recriar “[a] wholly new attitude of mind”²⁸³, que resgataria o verdadeiro “caráter” britânico, perdido com os desdobramentos políticos do pós-guerra. A primeira-ministra acreditava estar travando uma batalha ideológica contra o socialismo²⁸⁴ e tinha como objetivo não apenas melhorar, em curto prazo, a performance econômica do país, mas também – e sobretudo – eliminar o socialismo de sua cultura política.²⁸⁵

Somente compreendendo essas questões podemos entender como seu governo tentou reformular o conceito de cidadania, redefinindo, reavaliando e deslocando elementos para alcançar uma nova definição. Embora o termo fosse pouco utilizado no período, todos os elementos mais importantes já estavam presentes em seus discursos naqueles anos, mais de uma década anterior a Douglas Hurd. A “revolução” de Thatcher necessariamente envolvia a construção de um novo modelo de cidadania.

1.4. *Active citizenship*: reconstruindo um conceito

Como brevemente exposto anteriormente, a nova direita produziu inúmeras críticas ao modelo de cidadania do *welfare state* britânico. A ideia conservadora de "cidadania ativa" deve ser entendida como uma tentativa de responder às questões de médio e longo prazos. Em termos gerais, dois grandes problemas podem ser detectados nas análises, geralmente

²⁸¹ SAUNDERS, Op. Cit., p. 27.

²⁸² Ibidem, pp. 29-30.

²⁸³ THATCHER, Margaret apud Ibidem, p. 40. “Uma nova mentalidade completa”, tradução nossa.

²⁸⁴ THATCHER, Margaret apud Ibidem, p. 27. Thatcher nunca definia o termo de forma completa. Esta ambiguidade, inclusive, era parte de sua atração. SAUNDERS, Op. Cit., p. 33.

²⁸⁵ Ibidem, p. 40.

críticas, do conceito de *active citizenship*. Em primeiro lugar, alguns estudiosos veem o modelo de cidadania de Thatcher como simples reflexo de suas políticas econômicas neoliberais.²⁸⁶ De acordo com dois importantes pesquisadores do tema: “Based on neoliberal roots, the concept of active citizenship put forward by right-wing politicians was aimed at preserving and promoting individual liberty by enhancing a sense of utilitarian responsibility towards the community.”²⁸⁷ O problema desse tipo de abordagem é o risco de confundir intenções e resultados, além de impor, conseqüentemente, significados inexistentes ao conceito. Em outras palavras, os resultados políticos e econômicos do Thatcherismo não podem ser confundidos com suas ideias e intenções. Como bem observado por Matthew Grimley, devido ao fato de a maioria das manifestações políticas da administração Thatcher ser econômica, analistas tendem a ver o Thatcherismo, primeiramente, como fenômeno econômico, concentrando-se, assim, mais naquilo que o governo alcançou do que no que ele representou.²⁸⁸ Trabalhos mais recentes têm reabilitado temas antes ignorados pelos estudiosos do Thatcherismo, dando maior profundidade e complexidade ao fenômeno.²⁸⁹ Não que outros aspectos do período fossem totalmente ignorados anteriormente; Stuart Hall e Shirley Letwin são ótimos exemplos de estudiosos que entenderam e enfatizaram a dimensão moral e o caráter ideológico do Thatcherismo.²⁹⁰ No entanto, foram trabalhos quase solitários em meio a análises econômicas do período. Portanto, este não é apenas um problema das análises sobre cidadania, mas, de forma geral, algo recorrente nos trabalhos sobre o Thatcherismo como um todo. Como este capítulo pretende mostrar, as ideias acerca da cidadania em Thatcher resultam de crenças e valores oriundos de diferentes tradições britânicas. A intenção é trazer este novo impulso de repensar o Thatcherismo para um campo pouco explorado, o da cidadania.

²⁸⁶ Reconhecemos o quão problemático é o uso do termo “neoliberal”, devido à dificuldade de defini-lo. Sabemos que o conceito é complexo e seu uso generalizado pode trazer mais problemas que soluções. Dito isso, não pretendemos redefinir o termo, mas atentar para o fato de que, nesta pesquisa, ele é usado com uma definição aberta, significando o movimento que se tornaria influente na segunda metade do século XX e defendia algumas ideias liberais econômicas clássicas, sobretudo o livre mercado e os direitos relacionados à esfera civil, principalmente os ligados às relações de mercado e propriedade.

²⁸⁷BEE; PACHI, Op. Cit., p. 103. “Baseado em raízes neoliberais, o conceito de cidadania ativa defendido por políticos da direita tem como objetivo preservar e promover liberdade individual através do aumento de um senso de responsabilidade utilitária para com a comunidade”, tradução nossa.

²⁸⁸ GRIMLEY, Op. Cit., pp. 78-79.

²⁸⁹ Cf. CAMPBELL. *The Iron Lady*. Op. Cit.; FILBY, Op. Cit.; FLORENCE, Op. Cit.; GRIMLEY, Op. Cit.; JACKSON, Op. Cit.; MOORE, Op. Cit.; SAUNERS, Op. Cit.; WEISS, Antonio. *The Religious Mind of Mrs Thatcher*. Artigo não publicado. 2011. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/112748>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

²⁹⁰ Cf. HALL, Stuart. *The Great Moving Right Show*. *Marxism Today*, Jan 1979; SHIRLEY, Op. Cit.

Em segundo lugar, se, por um lado, muitos analistas derivam *active citizenship* de princípios neoliberais, por outro, alguns pensadores tratam o conceito como simples instrumento retórico ou demagógico, seja para justificar uma certa política conservadora, seja como resposta ao aumento dos problemas sociais enfrentados pela administração Thatcher a partir da metade da década de 1980, seja como reação a sua crescente impopularidade. Assim, o vice-líder do Partido Trabalhista Roy Hattersley acusou Thatcher de usar o conceito de “cidadania ativa” de forma perversa, como uma alternativa para reduzir os gastos públicos.²⁹¹ Essa percepção não foi apenas compartilhada por atores políticos, mas também defendida por alguns estudiosos do tema.

Por exemplo, Engin Isin e Bryan Turner acusavam a direita de se apropriar estrategicamente da ideia de que a cidadania implicaria obrigações apenas para regulamentar os serviços públicos,²⁹² enquanto Susan Smith afirmava que o conceito de *active citizenship* nada mais era do que um eufemismo para “self provision”.²⁹³ Ade Kearns, por sua vez, argumentava que o uso da ideia serviu como instrumento retórico para justificar a crescente tendência de redução dos gastos com o sistema de seguridade britânico.²⁹⁴ Em contrapartida, Raymond Plant atribuiu a emergência do conceito à tentativa de o partido atenuar os efeitos de uma economia individualista promovida em outros espaços.²⁹⁵

Indubitavelmente, o fato de o termo ter surgido em 1988 – justamente num momento de radicalização das políticas do governo de Thatcher, de aumento dos problemas sociais e de críticas dirigidas à sua administração – relaciona-se diretamente à tentativa de alguns membros do Partido Conservador de suavizar a mensagem de Thatcher e encontrar mecanismos para balancear o resultado de suas políticas econômicas. Não parece haver dúvidas de que o surgimento do termo e a ênfase dada à ideia respondiam, em boa parte, a circunstâncias específicas de curto prazo. Portanto, concordamos com Geoff Andrews, por exemplo, quando afirma que o termo de Hurd foi uma tentativa de o partido mostrar que eles “do[did] see individuals as part of a community”, em um período em que o apoio aos conservadores estava em queda, e o

²⁹¹ HEATER, A sudden case, Op. Cit., p. 143.

²⁹² ISIN; TURNER, Op. Cit., p. 7.

²⁹³ SMITH, Citizenship: all or nothing, Op. Cit., p. 192. “Auto-provisão”, tradução nossa.

²⁹⁴ KEARNS, Op. Cit., p. 158.

²⁹⁵ PLANT, Raymond. Social Rights and the reconstruction of Welfare. In: ANDREWS, Geoff (org.) **Citizenship**. London: Lawrence & Wishart, 1991, p. 50.

partido era visto, cada vez mais, como aquele da “social division and heartless individualism”.²⁹⁶ Isso posto, podemos prosseguir com a análise do termo.

O fato é que, embora as circunstâncias tenham sido fundamentais para a mudança de ênfase e de estilo, tanto com relação ao termo quanto com relação à mensagem, a substância do conceito não é algo novo. Como pretendemos mostrar, os princípios por trás da ideia de *active citizenship* podem ser encontrados nas expressões públicas de Thatcher desde a década de 1960 e devem ser considerados como parte importante do pensamento *Thatcherite* e de suas ideias sobre a relação entre indivíduo, Estado e comunidade. Se Hurd percebeu, no final da mesma década, a necessidade de se avançar um modelo de cidadania mais sofisticado e coerente, isso significava muito mais uma mudança de foco e estilo do que de substância. Entretanto, não se trata de desconsiderar todas essas análises; pelo contrário, muitas delas trazem aspectos importantes do termo, bem como suas possíveis consequências práticas e ideológicas. Apesar disso, para entendermos a complexidade do conceito, temos de abandonar respostas unidimensionais que enfatizam apenas um único fator de sua construção e analisar como Thatcher expressou-se com relação ao tema durante toda a sua carreira política.

1.4.1 O indivíduo responsável

Em abril de 1988, em um artigo publicado na revista política *New Statesman*, Douglas Hurd anunciava que o partido estava se movendo para uma redefinição de como “individual citizens, business and voluntary group can use resources and leisure to help the community”, argumentando que a difusão de poder, o incentivo às atividades dentro da comunidade e as associações voluntárias seriam as bases para uma nova política social.²⁹⁷

O cidadão ativo seria um indivíduo dinâmico, autossuficiente, responsável por suas ações e portador de virtude cívica, apoiado pela necessidade percebida de valores compartilhados e obrigações mútuas, desenvolvidas na comunidade local.²⁹⁸ Envolveria serviços voluntários como dever cívico, que ia além das contribuições monetárias

²⁹⁶ GEOFF, 215. “Realmente viam os indivíduos como parte de uma comunidade”/ “divisão social e individualismo impiedoso”, tradução nossa.

²⁹⁷ HURD, Douglas. Citizenship in the Tory Democracy. *New Statesman*, 29 de abr. 1988, p. 14. “Cidadãos, homens de negócio e grupos voluntários podem utilizar seus recursos e tempo livre para ajudar a comunidade”, tradução nossa.

²⁹⁸ FAULKS, Op. Cit., p. 128.

mediante pagamento de impostos. Para os conservadores, seria um saudável retorno aos valores tradicionais, enfraquecidos por uma passiva confiança no *nanny state*.²⁹⁹

Na mesma edição em que o artigo de Hurd foi publicado, a revista, em seu editorial, criticava duramente o modelo de cidadania proposto pelo ministro. De acordo com o editorial, o ministro agia de forma ilógica ao acreditar na possibilidade de se combinar “acquisitive individualism” com “values of community and caring”. O texto continuava: “If Market liberals beliefs - that society is just a collection of self-regarding individuals - are true, then there is no basis on which common purpose and mutual help could be built”.³⁰⁰ Semanas depois, a revista acusaria o modelo de Hurd de derivar suas pressuposições de uma “individualistic moral responsibility”, em vez de um verdadeiro senso de obrigação social.³⁰¹

A revista corretamente acusava o modelo de potencialmente criar poucos cidadãos ativos, já que apenas os mais bem-sucedidos economicamente teriam tempo e recursos para participar mais ativamente em suas comunidades.³⁰² Afora a validade dessas críticas e do diagnóstico de possíveis problemas criados por tal concepção de cidadania, o significado do termo em si foi pouco analisado. A ideia de que o Thatcherismo vislumbrava o indivíduo como os libertários o exergavam, não parece se sustentar quando analisamos o que Thatcher tinha a dizer sobre a questão.

Mas então, o que Thatcher pensava sobre o indivíduo?³⁰³ Talvez em nenhum outro momento ela tenha sido tão clara sobre o assunto quanto o foi em seu discurso para o *Greater London Young Conservatives* em 1977, mais de uma década antes de toda essa discussão sobre cidadania emergir na Grã-Bretanha. De acordo com a nova líder conservadora, os “socialistas” haviam triunfado em persuadir a opinião pública de que o mercado, definido como “ruim” e “egoísta”, encorajava interesses pessoais e que, por outro lado, o socialismo se baseava na ideia de altruísmo e abnegação. Ela se referia diretamente à famosa divisão entre interesse privado e bem comum, questão muito

²⁹⁹ HEATER, A sudden case, Op. Cit., p. 141.

³⁰⁰ A Flawed Vision. *New Statesman*, London, 29 abr. 1988, p. 3. Editorial. “Individualismo aquisitivo”/ “cuidado e valores comunitários”/ “Se a crença de liberais de mercado – que sociedade é apenas a coleção de indivíduos egoístas – for verdade, então não há base na qual propósito comum e ajuda mutua pode ser construídos”, tradução nossa.

³⁰¹ Citizen Hurd. *New Statesman*. London, 15 abr. 1988, p. 4. Editorial. “Responsabilidade moral individualista”, tradução nossa.

³⁰² *Ibidem*.

³⁰³ Letwin notou, no começo da década de 1990, que a maioria dos analistas ignoravam a visão que o Thatcherismo tinha sobre a natureza do indivíduo. Se, atualmente, há uma preocupação maior com essa questão, uma vez que as análises passaram a focar temas além do econômico, ainda assim há um grande espaço a ser explorado. Cf. LETWIN, Op. Cit., p. 32.

próxima àquela focalizada pelo editorial da revista *New Statesman* sobre a impossibilidade de se encorajar coisas tão contrárias quanto “acquisitive individualism” e “values of community and caring”. Thatcher respondeu ao imbróglio da seguinte forma:

This is baseless nonsense in theory and in practice; let me explain why. Let us start from the idea of self. There is not and cannot possibly be any hard and fast antithesis between self-interest and care for others, for man is a social creature, born into family, clan, community, nation, brought up in mutual dependence. The founders of our religion made this a cornerstone of morality. The admonition: love thy neighbor as thyself, and do as you would be done by, expresses this.³⁰⁴

A nova líder conservadora indagava sobre a natureza humana, baseando-se, segundo ela mesma, em religião e senso comum, e não em doutrinas políticas.³⁰⁵ Apesar de curta, essa passagem contém alguns importantes pressupostos e ideias fundamentais para o Thatcherismo. O trecho mostra sobremaneira tanto a centralidade da batalha contra o socialismo – tema recorrente no partido, mas nunca tão importante na retórica de um líder³⁰⁶ – quanto a influência de ideias cristãs no seu pensamento político. Essas questões moldariam grande parte das suas ideias sobre indivíduo, Estado e comunidade. Seus princípios eram fortemente baseados em certa visão judaico-cristã³⁰⁷ e era para a Bíblia que Thatcher sempre se voltava quando precisava de respostas.³⁰⁸ Mais importante, aqui ela define de forma concisa sua ideia de indivíduo como "criatura social", nascido e criado em um ambiente social particular, essencialmente ligado à sua comunidade, já que se desenvolvia em relação de mútua dependência com outros indivíduos.

Assim, seria possível refutar a alegação de que o interesse próprio seria contrário ao interesse comum. Como o indivíduo faz parte de um todo com o qual tem uma relação de dependência mútua, a busca pela realização de seus interesses significaria não uma oposição à comunidade, mas a possibilidade de favorecê-la. Sendo a comunidade formada por indivíduos em relacionamento de dependência mútua, a prosperidade de seus

³⁰⁴ THATCHER, Margaret. **Speech to Greater London Young Conservatives**. London. Margaret Thatcher Foundation. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/103411>> Acesso em: 10/12/2018. “Isto não faz sentido, tanto em teoria quanto na prática. Deixe-me explicar o porquê. Vamos começar pela ideia de individualidade. Não há e não pode haver nenhuma antítese rigorosa entre interesse próprio e cuidado com os outros, porque o homem é uma criatura social, nascido em uma família, clan, comunidade, nação, criado em relação de mútua dependência. Os fundadores da nossa religião fizeram disto um pilar da moralidade. O aviso: ame o próximo como a si mesmo, e faça como você faria, expressa isto”, tradução nossa.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ SAUNDERS, Op. Cit., p. 33.

³⁰⁷ FILBY, Op. Cit., p. 234.

³⁰⁸ *Ibidem*, p. 85.

membros individualmente representaria a prosperidade de toda a comunidade. Para o Thatcherismo, não havia lógica na alegação de que existiriam interesses conflitantes entre indivíduo e comunidade, pois seus interesses seriam compartilhados. “I was always an individualist in the sense that I believed that individuals are ultimately accountable for their actions and must behave like it” – escreveu em suas memórias – “But I always refused to accept that there was some kind of conflict between this kind of individualism and social responsibility.”³⁰⁹ Para Thatcher, sua ideia de indivíduo – longe de ser a do indivíduo atomizado – era a do indivíduo consciente e responsável pela sua comunidade. De acordo com Charles Moore, biógrafo oficial e homem próximo a Thatcher, “she instinctively disliked mere individualism”.³¹⁰ Assim, ela acreditava profundamente que uma sociedade só poderia prosperar se cada um reconhecesse suas obrigações com relação aos outros.³¹¹

Isso não é o mesmo que afirmar que sua moralidade não fosse individualista. Para Thatcher, a Bíblia defendia duas ideias fundamentais: responsabilidade pessoal e liberdade de escolhas, e era a partir delas que buscava justificar suas convicções políticas.³¹² Ela sempre foi explícita ao relacionar sua fé pessoal às suas convicções políticas.³¹³ Além de ser assídua leitora de trabalhos religiosos³¹⁴, sua infância não conformista a impactou profundamente e, tal como para seu religioso pai, o pastor Alfred Roberts, sua crença religiosa era sempre conectada a questões políticas.³¹⁵ Certamente, Thatcher promoveu uma cruzada contra o *ethos* coletivista do pós-guerra. Mas isso não equivale a dizer que acreditava em um indivíduo isolado. Seu individualismo, baseado na ideia de indivíduo responsável, só funcionaria pelo fato de que este último estaria sempre inserido em determinada comunidade. O indivíduo só pode ser responsabilizado por algo de que faz parte e participa. Como ela escreveu em um artigo em 1978, “We are all

³⁰⁹ THATCHER, Margaret. **The Downing Street Years**. London: Harper Press, 1993, p. 627. “Eu sempre fui uma individualista no sentido em que eu acreditava que indivíduos são os últimos responsáveis por suas ações e devem se comportar com base nisso”/ “Mas eu sempre recusei a aceitar que havia algum tipo de conflito entre este tipo de individualismo e responsabilidade social”, tradução nossa.

³¹⁰ MOORE, Charles. **Margaret Thatcher**. The Authorized biography. Not for Turning. Vol. I. London: Penguin Books, 2013, p. 342. Ela instintivamente desgostava de mero individualism”, tradução nossa.

³¹¹ MOORE, Charles. **Margaret Thatcher**. The Authorized biography. Herself Alone. Vol. III. I. London: Penguin Books, 2019, p. 402.

³¹² WEISS, Op. Cit., pp. 28-29.

³¹³ Ibidem, p. 4.

³¹⁴ FILBY, Op. Cit., p. 145.

³¹⁵ WEISS, Op. Cit., pp. 23-24; FILBY, Op. Cit., p. 584.

members of one another”, e os indivíduos só se sentem realizados ao servirem aos outros e a Deus.³¹⁶

Se seu cristianismo metodista justificava seu individualismo³¹⁷, também lhe dava um senso de comunidade e propósito. Entender sua influência não conformista é fundamental para entender suas ideias e seu conceito de cidadania. Como explicou Hartley Booth, conselheiro especial em sua *Policy Unit* de 1984 a 1988, Thatcher, baseando-se em princípios cristãos, não acreditava no indivíduo enquanto unidade totalmente autônoma; antes, ela o via como “a person with dignity and responsibilities towards neighbours.”³¹⁸ Francis Maude, intelectual e importante membro do partido, foi incisivo sobre essa questão: “In the 1980s, during the great battle of ideas against socialism, we properly opposed collectivism”. Em seguida, clarifica: “the alternative to state collectivism is not individualism. This is a false opposition. The alternative to state collectivism is people doing things themselves, voluntarily. And most of what we do is done in groups.”³¹⁹ A crença na autonomia individual não seria, para esses conservadores, sinônimo de defesa de um individualismo extremo, pois, sendo o indivíduo um ser social, ele quase sempre atuaria dentro de um certo grupo.

Em 1990, seu principal conselheiro político e chefe de sua *Policy Unit*, Brian Griffiths, em texto publicado no livro *Christianity & Conservatism. Are Christianity and conservatism compatible?* tentou elucidar a questão, apelando também à tradição cristã. Mesmo enfatizando o indivíduo como peça central na Bíblia – fé, talento, salvação, tudo estaria nele e, portanto, tudo dependeria de suas ações – o autor argumentava que o indivíduo “moralmente autônomo”, baseado em relações não naturais, nas quais a liberdade pessoal seria o motor da mudança política, seria anticristão. “Extreme individualisms is at root a deeply non-Christian philosophy”³²⁰, escreveu ele. De acordo

³¹⁶ THATCHER, Margaret. The moral basis of a free society’, article for the Daily Telegraph (1978), **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/103687>>. Acesso em: 16 jul. 2019. “Somos todos membros parte um do outro”, tradução nossa.

³¹⁷ Thatcher se converteu, posteriormente, ao Anglicanismo. Mas suas origens e influencias são metodistas.

³¹⁸ SHEPPARD, Gillian. **The Iron Lady**. Working with Margaret Thatcher. London: Biteback, 2013, pp. 54-55. “Uma pessoa com dignidade e responsabilidades para com a comunidade”, tradução nossa.

³¹⁹ MAUDE, Francis. Centre. In: HICKSON, Kevin (Ed.). **The Political Thought of the Conservative Party since 1945**. Palgrave MacMillan: London, 2005, p. 210. “Nos anos 1980, durante a grande batalha das ideias contra o socialismo, nos propriamente nos opúnhamos ao coletivismo”/ “a alternativa ao Estado coletivista não era individualismo. Essa é uma falsa oposição. A alternativa ao Estado coletivista é pessoas fazendo coisas por elas mesmas, voluntariamente. E a maioria do que é feito pelas pessoas, é feito em grupo”, tradução nossa.

³²⁰ GRIFFITHS, Brian. The Conservative Quadrilateral. In: ALISON, Michael; EDWARD, David (org.). **Christianity & Conservatism**. Are Christianity and conservatism compatible? London: Hodder &

com Griffiths, os Testamentos não mostravam um indivíduo isolado, mas sempre parte de uma comunidade – o Novo Testamento enfatizava a vida em comunidade a todo momento, enquanto o Antigo tratava Israel como uma grande comunidade.³²¹

Assim como Thatcher, Griffiths rebatia a divisão entre interesse individual e público por meio do cristianismo. Na verdade, foi a própria Thatcher que solicitou a Griffiths, bem como um parlamentar conservador e homem próximo a ela, Michael Alison, que iniciassem um diálogo entre cristianismo e conservadorismo, o que resultaria nessa coleção de ensaios.³²² Griffiths seria chefe de sua unidade política de 1986 a 1990 e tornar-se-ia o seu principal conselheiro político no final dos anos 1980. De família gaulesa e batista, ele se converteria ao anglicanismo no decorrer de sua vida e seria conselheiro acadêmico do *Bank of England* antes de tornar-se conselheiro de Thatcher. Crítico tanto do keynesianismo e do marxismo quanto do neoliberalismo de Hayek e Friedman, Griffiths afirmava que todos estes movimentos eram produto do humanismo secular iluminista e, assim, não tinham a legitimidade moral do cristianismo.³²³ Como ficará mais claro posteriormente, para ele, a liberdade individual era central, mas precisava ser balanceada por certo senso de responsabilidade social cristão, que prevenisse o surgimento de injustiças e explorações.³²⁴

Seja como for, as ideias de Thatcher permitiam-lhe não apenas interpretar o indivíduo como um ser social, mas também romper com a ideia de que o interesse individual seria contrário ao interesse comunitário. Não sendo atomizado, mas um ser social, seu sucesso representaria o sucesso de toda comunidade da qual fazia parte. “Personal effort does not undermine the community; it enhances the community” disse ela na Conferência anual do partido de 1988, na qual concluiria que “When individual talents are held back, the community is held back too. Encourage the individual and the community benefits. We can only build a responsible, independent community with responsible, independent people”.³²⁵ Mais de dez anos depois de seu discurso em *Greater London*, suas ideias permaneciam as mesmas.

Stoughton, 1990, p. 220. “Extremo individualismo é, em suas raízes, uma filosofia profundamente anti-cristã”, tradução nossa.

³²¹ Ibidem, pp. 220-221.

³²² GRIMLEY, Op. Cit., p. 90.

³²³ FILBY, Op. Cit., p. 236.

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Party Conference 1988. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: < <https://www.margaretthatcher.org/document/107352>> Acessado em: 10 dec. 2018. “Esforço pessoal não enfraquece a comunidade, isto a fortalece”/ “ao segurar-se o talento do indivíduo, a comunidade também é segura. Encoraje o indivíduo, e a comunidade se beneficiará. Apenas

Nessa lógica, Thatcher se tornava apta a relacionar o desenvolvimento do indivíduo ao de sua comunidade e ressignificar a relação entre interesse próprio e o bem comum. “Self-regard is the root of regard for one's fellows. The child learns to understand others through its own feelings. At first its immediate family, in course of time the circle grows”³²⁶, disse ela em *Greater London*. Griffiths chegaria a conclusões similares quando afirmou que “Our fellow-feelings develops from self-regard.”³²⁷ Em uma conferência para as mulheres do partido, em 1988, Thatcher apontava a incapacidade de os trabalhistas deduzirem tal relação, entre cuidado próprio e cuidado ao próximo: “Can't they see [Labour party] that self-reliance is the first step towards helping others? That men and women are striving for more independence, accepting more responsibility, hoping to give their children a better chance in life?”³²⁸

A maneira como Thatcher ressignifica qualidades individuais, por exemplo, "interesse próprio", "autoestima" e "autoconfiança" é interessante. Como visto em seus discursos, esses termos quase sempre apareciam ligados a outro: responsabilidade. Tal qual palavras gêmeas, termos como indivíduo, escolha, independência, interesse próprio e autoestima eram quase sempre utilizados seguidos pela ideia de responsabilidade. O elemento responsabilidade parece ser o mecanismo pelo qual o conceito de indivíduo, para Thatcher, evitava cair em um atomismo libertário, tornando-se, junto à obrigação, um dos elementos unificadores entre ele e a comunidade. Thatcher estava ciente da possível contradição entre a liberdade individual e o bem comum, daí a insistência na ideia de responsabilidade. “You could say that the whole of political wisdom consists in getting these two ideas in the right relationship to each other [...] free and responsible

podemos construir uma responsável e independente comunidade com pessoas responsáveis e independentes”, tradução nossa.

³²⁶ THATCHER, Margaret. Speech to Greater London Young Conservatives (1977). **Margaret Thatcher Foundation**. <<https://www.margaretthatcher.org/document/103411>>. Acesso em: 10 fev. 2019. “O cuidado próprio está na base para a consideração pelo outro. A criança aprende a entender o outro através de seus próprios sentimentos. Em um primeiro momento, é a família, com o passar do tempo o círculo cresce”, tradução nossa.

³²⁷ GRIFFITHS, Op. Cit., p. 219-220. “Nosso sentimento pelo próximo desenvolve-se através do cuidado próprios”, tradução nossa.

³²⁸ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Woman's Conference 1988. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: < <https://www.margaretthatcher.org/document/107248>> Acessado em: 10 dec. 2018. “Eles não percebem que o cuidado próprio é o primeiro passo no auxílio ao outro? Que homens e mulheres estão lutando por maior independência, aceitando mais responsabilidade, na esperança de dar aos seus filhos melhores condições?”, tradução nossa.

human beings”³²⁹, declarava a uma grande audiência em *St. Lawrence Jewry*, ou, como disse em outra oportunidade: “So we must have freedom and we must have a morality.”³³⁰

Assim, enquanto encorajava atitudes individualistas, em compensação, ao menos em teoria, essas noções eram balanceadas pela ideia de responsabilidade, “the other side of the coin of freedom is personal responsibility.”³³¹ O indivíduo é um ser livre, mas como ser social e moral, tem obrigações com seu grupo. Seria essa concepção, derivada da ideia do indivíduo social "embutido" na comunidade, que distanciaria Thatcher do individualismo extremo do *homo economicus* dos neoliberais, que enxergavam o indivíduo como ator soberano que determina seu próprio conceito de bem e persegue-o através de ações racionais no mercado.³³² O indivíduo de Thatcher, por ser parte da comunidade e dependente dela, devia-lhe obrigações, enquanto o indivíduo neoliberal, atomizado, só tinha obrigações consigo mesmo, referentes à sua busca privada pela felicidade, limitada apenas pelo *rule of law*.

Assim, a própria ideia de liberdade, tão central para esse indivíduo independente e responsável, também começa a ser reconstruída e *decontested*, diferentemente daquela dos neoliberais. Se a liberdade é, para a nova direita em geral, a ausência de coerção e, portanto, a liberdade de fazer suas próprias escolhas, para o Thatcherismo ela é limitada, novamente, pela ideia de responsabilidade. “We accept the sanctity of life, the responsibility that comes with freedom,” afirmou Thatcher em seu polêmico discurso para a Igreja da Escócia em 1988.³³³ Liberdade, definida como possibilidade de fazer escolhas, implicava responsabilidade. Como explicou Griffiths, “Extending choice can not be divorced from extended responsibility.”³³⁴ Novamente, o argumento não é apenas baseado na ideia de dependência mútua entre indivíduos, mas também ressoa ideias cristãs.

³²⁹ THATCHER, Margaret. Speech at St. Lawrence Jewry (1978). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em <<https://www.margaretthatcher.org/document/103522>> Acessado em: 09 dec. 2018. “Pode-se dizer toda sabedoria política consiste em colocar estas duas ideias na correta relação uma com a outra (...) seres humanos livres e responsáveis”, tradução nossa.

³³⁰ Ibidem, “Então devemos ter liberdade e devemos ter moralidade”, tradução nossa.

³³¹ THATCHER, Margaret. Radio Interview for BBC Radio 2’s Jimmy Young Show. “O outro lado da moeda da Liberdade é a responsabilidade pessoal”, tradução nossa.

Margaret Thatcher Foundation. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/102500>>. Acessado em: 10 dec. 2019.

³³² BEVIR, Mark; TRENTMANN, Frank. **Government, Consumers and Citizenship**. Agency and resistance in contemporary British politics. London: Palgrave Macmillan, 2017, p. 238.

³³³ THATCHER, Margaret. Speech to General Assembly to the Church of Scotland (1988). **Margaret Thatcher Foundation** <https://www.margaretthatcher.org/document/107246>. Acesso em: 09 dec. 2018. “Nós aceitamos a santidade da vida, a responsabilidade que vem com a liberdade”, tradução nossa.

³³⁴ GRIFFITHS, Op. Cit., p. 230. “A extensão da escolha não pode estar divorciada da extensão da responsabilidade”, tradução nossa.

O ponto é que, como criaturas de Deus, feitas à sua imagem e semelhança, temos a capacidade de julgar e escolher entre o certo e o errado, daí a questão de aceitar a responsabilidade que vem com a santidade da vida. Esta última derivaria da capacidade divina – divina porque compartilhada por Deus – de fazer escolhas, mas essa habilidade também traria uma enorme responsabilidade, já que cada escolha envolveria uma decisão moral entre o certo e o errado, “We are all responsible moral beings with a choice between good and evil”³³⁵, disse Thatcher em 1978. Neste mesmo discurso, ela estabeleceria a completa relação entre liberdade, moralidade e responsabilidade. “Freedom”, definia, “does not give you safety, it creates moral dilemmas for you; it requires self-discipline; it imposes great responsibilities; but such is the destiny of Man and in such consists his glory and salvation.”³³⁶ Como criatura divina, o indivíduo teria, por um lado, a liberdade de fazer escolhas, e por outro, a habilidade e a responsabilidade de fazer julgamentos morais sobre tais escolhas; este seria seu “destino” e também sua “glória” e “salvação”. Desse modo, a sociedade moral de Thatcher necessariamente incluía escolhas e a liberdade dos indivíduos de fazer o bem. Foi assim que definiu, de forma clara, em um artigo, o que seria, para ela, uma sociedade moral: “where people are free to make choices, to make mistakes, to be generous and compassionate. This is what we mean by a moral society”.³³⁷

É interessante notar como o Thatcherismo ressignificava a liberdade de uma maneira positiva, não apenas em sua forma negativa. Aqui o conceito era reinterpretado como a capacidade individual de fazer escolhas. A falta de coerção, que significava liberdade para grande parte da nova direita, sobretudo para liberais econômicos, não tinha valor algum, caso o indivíduo não dispusesse da capacidade de fazer escolhas; em outras palavras, sem ela, não seria livre. Diferentemente da esquerda, essa liberdade positiva não estava relacionada a recursos, mas exigia do indivíduo o desenvolvimento de certas habilidades, além da ausência formal de coerção.

Com Thatcher, a liberdade se tornaria uma ferramenta essencial ao desenvolvimento do indivíduo moral. Seria por meio do seu exercício que ele desenvolveria a responsabilidade e se aperfeiçoaria como ser moral. Por essa razão,

³³⁵ THATCHER, Speech at St. Lawrence Jewry (1978), Op. Cit. “Somos todos seres morais responsáveis, com a escolha entre o bem e o mal”, tradução nossa.

³³⁶ THATCHER, Speech at St. Lawrence Jewry (1978). Op. Cit. “Liberdade não te garante segurança, isto cria dilemas morais para você; isto requer autodisciplina; isto impõe grande responsabilidade; mas este é o destino do homem, e nisto consiste sua glória e salvação”, tradução nossa.

³³⁷ Speech to Zurich ec, 1977

Thatcher afirmava que “without choice, talk of morality is an idle and empty idea”.³³⁸ O indivíduo só se desenvolveria e se tornaria “responsible citizen by making decisions yourself, not by having them made for you.”³³⁹ Quase três décadas após proferir esse discurso, em seu livro *Statecraft*, de 2003, ela ainda mantinha exatamente a mesma posição ao escrever que “A society which was so tightly controlled that individuals have no choice at all [...] would necessarily be one in which they could earn no moral merit”.³⁴⁰ Novamente, diferentemente dos neoliberais, que defendiam a ideia de liberdade como um fim em si³⁴¹, Thatcher tornava liberdade um meio, um instrumento para desenvolvimento do ser moral. Logo, não era tratada como um fim em si, e seu excesso poderia trazer mais malefícios do que benefícios à sociedade. “Freedom will destroy itself if it is not exercised within some sort of moral framework, some body of shared beliefs”³⁴², disse ela no início dos anos 1980.

As consequências dessa visão de indivíduo, liberdade e responsabilidade começam a ficar mais evidentes. Se a liberdade e a escolha se relacionam com responsabilidade e moralidade, a existência de uma “cultura da dependência” teria implicações sérias e duradouras para a sociedade britânica, uma vez que dizia respeito à própria formação do indivíduo. Como dito por um membro do governo e parlamentar conservador, se Deus nos deu a oportunidade de escolher entre o bem e o mal – e isso está no coração do que é ser humano –, assumir a responsabilidade do indivíduo e sua possibilidade de fazer escolhas seria desumanizá-lo,³⁴³ arrancar-lhe a santidade de sua vida. É dessa visão geral que o Thatcherismo nutria sua crítica moral ao *welfare state* britânico e, de forma mais ampla, ao socialismo como ideologia e prática. O modelo do Estado de bem-estar social, ao dar ao indivíduo a ideia de que tudo poderia ser feito por

³³⁸ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Party Conference 1988. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <www.margaretthatcher.org/document/106498>. Acesso em: 09 dec. 2018. “Sem escolha, falar sobre moralidade é uma ideia inútil e vazia”, tradução nossa.

³³⁹ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Party Conference 1975. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/102777>>. Acesso em: 10 dec. 2018. “Cidadão responsável ao tomar decisões por eles próprio, não sendo elas feitas por ele”, tradução nossa. “Uma sociedade que tenha um controle tão apertado que os indivíduos não tenham liberdade de escolha alguma (...) seria aquela em que eles não poderiam obter mérito moral algum”, tradução nossa.

³⁴⁰ THATCHER, Margaret. **Statecraft**. Strategies for a changing world. London: HarperCollins, 2003, p. 425.

³⁴¹ FAULKS, Op. Cit., p. 55.

³⁴² THATCHER, Lawrence (1978), Op. Cit. “Liberdade se destruirá se não for exercida dentro de algum tipo de estrutura moral, um corpo de crenças compartilhadas”, tradução nossa.

³⁴³ GUNNER, John. Conserving the Family. In: ALISON, Michael; EDWARD, David (Ed.) **Christianity & Conservatism**. Are Christianity and conservatism compatible? London: Hodder & Stoughton, 1990, pp. 312-313.

e através do Estado, privava-o de participar na comunidade, de ser altruísta e solidário, e trazia certo enrijecimento moral.³⁴⁴

Para os conservadores, o Estado de bem-estar social enfraquecia as virtudes individuais e conseqüentemente a cidadania e a comunidade. A seu ver, o modelo de bem-estar social não havia fortalecido cidadania e solidariedade; em vez disso, minava-as.

1.4.2 O papel do estado?

Após analisarmos a ideia de indivíduo em Thatcher e conceitos como liberdade, escolha e responsabilidade, podemos avançar para os espaços em que esse indivíduo habita, se desenvolve e se relaciona: as instituições das quais participa, bem como seus respectivos papéis. Qual seria a relação da construção desse indivíduo com o ambiente em que está inserido? Com seus espaços de vivências? Com as instituições da qual participa? E qual seria o papel desses espaços e instituições na formação do cidadão? Para responder a essas perguntas, precisamos observar como Thatcher enxergava tais espaços e seus respectivos papéis na construção de cidadania. Referimo-nos, especificamente, ao Estado, à sociedade civil e ao mercado.

Já assinalamos que os conservadores tratavam o modelo de Estado britânico do pós-guerra, em particular, e a ideologia socialista, em geral, como os grandes responsáveis pelo empobrecimento moral e conseqüente declínio econômico britânicos. O estímulo a uma “cultura de dependência”, como explorado anteriormente, era visto como um problema central, resultante do modelo britânico de bem-estar social. A questão fundamental era que um “Estado inchado” – baseado em “redistributive taxation, demand management, extensive social welfare”³⁴⁵ – acabava por reduzir o papel do cidadão, privando-o da possibilidade de fazer escolhas e de desenvolver responsabilidade.³⁴⁶ Como apontado pela primeira-ministra, “When the State steps in, generosity is increasingly restricted from all sides.”³⁴⁷ Para Thatcher, com a extensão das atividades estatais popularizou-se a visão de que “whatever needs doing is best done by the state”³⁴⁸,

³⁴⁴ SAUNDERS, Op. Cit., p. 30.

³⁴⁵ ECCLSHALL, Op. Cit., p. 213. “Tributação redistributiva, gestão por demanda e extensivo *welfare* social”, tradução nossa.

³⁴⁶ Ibidem, p. 213.

³⁴⁷ THATCHER, *Speech to Greater London Young Conservatives (1977)*, Op. Cit. “Quando o Estado intervêm, a generosidade é cada vez mais restrita por todos os lados”, tradução nossa.

³⁴⁸ THATCHER, *Speech to Greater London Young Conservatives (1977)*, Op. Cit. “Qualquer coisa que necessite ser feita, é melhor feita pelo Estado”, tradução nossa.

o que estimulava uma atitude passiva e pouco participativa dos cidadãos. Ela defendia esse ponto de vista já na distante década de 1960. Em um panfleto escrito para o *Conservative Political Centre*, em 1968, a então ainda parlamentar Margaret Thatcher argumentava que, para fazer com que indivíduos se tornassem mais participativos, o governo deveria “reduce the area of decision over which it presides and consequently leave the private citizen to participate”. Mais importante, esse extenso e ativo Estado que não deixava espaço para as atividades de seus cidadãos, fazia as pessoas “no longer feel important in the shape of things.”³⁴⁹ Ao expor sua visão sobre a relação entre indivíduo e Estado, deixava clara sua ideia de que um Estado ativo criava cidadãos passivos e indivíduos moralmente deficientes.³⁵⁰

Thatcher revertia, completamente, os pressupostos do período pós-guerra. A premissa de que um Estado responsável por prover serviços públicos de forma abrangente estimularia a formação de cidadãos virtuosos era atacada em suas fundações. Esse Estado coletivista não fomentava solidariedade e altruísmo; antes, sacrificava “the generous, sacrificial giving of individuals” em detrimento de uma poderosa e influente “cold bureaucracy.”³⁵¹ Ao expandir suas atividades, o Estado deixava pouco espaço para o indivíduo desenvolver conexão e solidariedade para com outros cidadãos. Como disse em um famoso discurso, se colocarmos todas as responsabilidades nas mãos do Estado, chegará um momento – e, para ela, esse momento já havia chegado – “when what the taxpayer is willing to provide for the good of humanity will be seen to be far less than what the individual used to be willing to give from love of his neighbour”.³⁵² Além disso, para esses conservadores, o que levava o modelo socialista a expandir as funções do Estado era o desejo de controlar a vida de seus cidadãos, a não compaixão ou o altruísmo. Thatcher definia socialismo como “[the] political organization of hatred”.³⁵³ “We don’t

³⁴⁹ THATCHER, Margaret. *What’s Wrong with Politics?* London: Conservative Political Centre 1978, p. 12. “Reduzir a área de tomada de decisão a qual ele preside e, conseqüentemente, deixar o cidadão privado participar”/ “não sente-se mais importante em moldar as coisas”, tradução nossa.

³⁵⁰ Francis Maude, importante político do partido e membro de seu governo afirma algo similar ao dizer que “We think that when the state does less, people do more, not just for themselves and their families but for each other and for their communities”. Cf. HICKSON, *The Political Thought*, Op. Cit., p. 210.

³⁵¹ SAUNDERS, Op. Cit., p. 32. “A generosidade, o ato sacrificial do indivíduo de dar”/ “fria burocracia”, tradução nossa.

³⁵² THATCHER, Lawrence (1978), Op. Cit. “Quando o que o contribuinte estiver disposto a prover para o bem da humanidade for visto como muito menor do que aquilo que ele estava disposto a dar pelo amor ao próximo”, tradução nossa.

³⁵³ THATCHER, Margaret, apud SAUNDERS, Op. Cit., p. 32. “A organização política do ódio”, tradução nossa.

preach hatred and we are not a party of envy”³⁵⁴, disse ela na Conferência do partido em 1978.

Portanto, para Thatcher, o modelo welfarista, longe de se basear em virtudes solidárias, apoiava-se em sentimentos como ódio e inveja. Além de incentivar passividade, o Estado encorajava conflito e ressentimento. Ao intervir na economia e politizar as atividades econômicas, estimulava conflito entre grupos e classes, ameaçando toda a coesão social.³⁵⁵ Keith Joseph, por exemplo, argumentava que a tentativa de redução da desigualdade no Reino Unido, desde 1945, havia fomentado, e não combatido, o ressentimento social. O aumento da coerção, resultado da expansão da burocracia estatal e do governo intervencionista, somado ao uso arbitrário do poder estatal, consequência da falta de critério objetivo moral para um sistema redistributivo, minava o senso de comunidade e criava ressentimento social. Isso acontecia, em primeiro lugar, porque as políticas redistributivas eram determinadas de modo arbitrário; em segundo lugar, porque tal arbitrariedade encorajava a criação de grupos de interesses que competiam pelo orçamento do governo; em terceiro lugar, como consequência, isso elevava o poder da burocracia estatal que poderia decidir, de forma unilateral, como alocar os recursos públicos.³⁵⁶

Ademais, ao politizar certas áreas, o Estado minava o desenvolvimento comunitário. As cidades eram vistas como dominadas por conselhos “trabalhistas”,³⁵⁷ ao passo que se argumentava que a extrema esquerda conspirava dentro de sindicatos, conselhos locais³⁵⁸ e escolas.³⁵⁹ Novamente, a politização era vista como sinônimo de conflito. O Estado, racional e totalizante, minava as vívidas relações dos indivíduos e grupos dentro da sociedade civil.

³⁵⁴ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Party Conference 1978. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em < <https://www.margaretthatcher.org/document/103764>>. Acessado em: 09 dec. 2018. “Não pregamos ódio e não somos o Partido da inveja”, tradução nossa.

³⁵⁵ SAUNDERS, Op. Cit., p. 33.

³⁵⁶ GARNETT, Mark; HICKSON, Kevin. **Conservative thinkers**. The key contributors to the political thought of the modern Conservative Party. Manchester University Press: Manchester, 2009, pp. 94-95.

³⁵⁷ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Party Conference 1987. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em < www.margaretthatcher.org/document/106941>. Acessado em: 12 dec. 2018.

³⁵⁸ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Party Conference 1985. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: < <http://www.margaretthatcher.org/document/106145>> Acessado em: 12 dec. 2018.

³⁵⁹ THATCHER, Speech to Conservative Party Conference 1987. Op. Cit.

Thatcher tinha uma visão extremamente negativa do Estado e via nele um enorme potencial para destruir virtudes individuais.³⁶⁰ Em suas palavras, “the very existence of the state, with its huge capacity for evil, is a potential threat to all moral, cultural, social and economic benefits of freedom.”³⁶¹ Se, por um lado, o Estado tinha impacto claramente negativo na formação do indivíduo, por outro lado, sua capacidade de influenciá-lo positivamente era limitada. “[A] tyrannical state may diminish virtue”, escreveu em um artigo de 1977. E complementava: “the benevolent state cannot procure it”.³⁶² O Estado “desmoraliza” os indivíduos, diria ela em *St. Lawrence Jewry*.³⁶³ Isso pode explicar, em parte, sua recusa em legislar sobre questões morais.

Ao contrário de outros temas, que têm origens em outras tradições políticas e religiosas, seu antiestatismo parece ser muito mais influenciado por autores neoliberais como Hayek e o temor de que qualquer expansão do poder estatal traria serias complicações totalitárias. Além disso, pode estar relacionado a seu passado religioso não conformista, que tradicionalmente se opunha à religião oficial do Reino Unido. Como já salientado, entender o Thatcherismo é buscar a confluência de diversas tradições britânicas. Seja como for, era na sociedade civil e, em menor escala, no mercado – e não no Estado ou em qualquer arena política pública –, que a cidadania florescia. Agora podemos voltar-nos para a questão da sociedade civil.

1.4.3 Sociedade civil como berço da cidadania

Segundo Noël O’Sullivan, o pensamento político conservador da segunda metade do século XX teve como principal objetivo reafirmar a tradição da filosofia civil clássica, que havia quase desaparecido no período pós-guerras.³⁶⁴ Em certa sintonia com tal visão, E.H.H. Green afirmou que a teoria de Estado do Partido Conservador, durante todo o século XX, se debruçaria, não sobre o papel do Estado em si, mas sobre a questão do

³⁶⁰ Para Christopher Collins, homem próximo à Thatcher e responsável por sua Fundação, sua visão negativa sobre o papel do Estado iria influenciar, inclusive, sua ideia de indivíduo. Entrevista com Christopher Collins, 4 de abril 2019.

³⁶¹ THATCHER, Margaret. Keith Joseph Memorial Lecture (1996). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: < <https://www.margarethatcher.org/document/108353>>. Acesso em: 15 jul. 2019. “A própria existência do Estado, com sua enorme capacidade para fazer o mal, é uma ameaça em potencial a todos os benefícios morais, sociais e econômicos da liberdade”, tradução nossa.

³⁶² THATCHER, Margaret. *The Moral Basis of a Free Society*, Op. Cit. “Um Estado tirânico pode enfraquecer valores”/ “um benevolente não pode produzi-los”, tradução nossa.

³⁶³ THATCHER, Margaret. *St. Lawrence Jewry* (1978), Op. Cit.

³⁶⁴ O’SULLIVAN, Noël. *The New Right: The Quest for a Civil Philosophy in Europe and America*. In: EATWELL, Roger; O’SULLIVAN, Noël (Ed.). **The Nature of the Right**. American and European Political Thought since 1789. London: Pinter Publishers, 1992, p. 168.

funcionamento das agências da sociedade civil. Para o historiador, os conservadores defenderiam certa posição com relação às funções do Estado, sempre baseadas em suas visões sobre sociedade civil. Assim, dependendo do grau de efetividade e participação destas entidades civis, o partido promoveria ideias pró ou contra uma maior intervenção estatal.³⁶⁵ A associação voluntária e espontânea que ocorria entre indivíduos e grupos dentro da sociedade civil seria, para os conservadores, a essência mesma da sociedade, e a principal questão que teria permeado todo o pensamento conservador durante o século passado seria justamente se os “little platoons” – ideia desenvolvida por Burke –, estariam funcionando de forma apropriada, desempenhando suas funções efetivamente.³⁶⁶

Durante todo esse período, portanto, o partido mesclou atitudes aprobatórias ou não à interferência do Estado, dependendo de como esses grupos viam o funcionamento das agências locais, e se o Estado poderia incentivar ou limitar seu desempenho.³⁶⁷ Green insere o Thatcherismo nessa tradição conservadora e argumenta que ele deve ser entendido como uma tentativa de revigorar não apenas a economia, mas, sobretudo, a sociedade civil e suas associações voluntárias, consideradas a base de toda a vida social. Logo, o objetivo da administração Thatcher deveria ser o de reduzir o Estado, despolitizar os espaços e, com isso, criar possibilidades para o reflorescimento de uma revigorada sociedade civil.³⁶⁸

Entender o Thatcherismo nesses termos nos ajuda a compreender como ele se aproximava da concepção de cidadão e reconfigurava a relação do cidadão com o Estado e a sociedade civil. Para muitos conservadores, a sociedade civil era parte essencial da tradição britânica. Sir Ferdinand Mount, chefe da *Policy Unit* de Thatcher entre 1982-1983 e responsável por diversos de seus discursos à época, afirmava que a Grã-Bretanha tinha um caráter mutualista intrínseco e deveria retornar a sua condição natural pré-coletivista.³⁶⁹ Ele se referia ao vitoriano século XIX, visto por muitos Thatcherites como período de sociedade civil vibrante, resultado da importância de suas dinâmicas associações civis.

A sociedade civil era importante em preencher as necessidades individuais e dar ao indivíduo senso de pertencimento. “Individuals can’t fulfil their potential without a

³⁶⁵ GREEN, E.H.H. **Ideologies of Conservatism**. Conservative Political Ideas in the Twentieth Century. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 244.

³⁶⁶ GREEN, Op. Cit., p. 261-262.

³⁶⁷ GREEN, Op. Cit., p. 265-268.

³⁶⁸ GREEN, Op. Cit., p. 278.

³⁶⁹ ELLIES, Op. Cit., p. 143.

society in which to do so”³⁷⁰, diria Thatcher no memorial em homenagem a Keith Joseph. Griffiths argumentava que os indivíduos participariam dessas associações pois, apenas juntando-se uns aos outros, sentir-se-iam realizados como tal. Nas sociedades modernas, a participação não estaria apenas confinada a ações governamentais ou processos políticos, mas também à participação na vida comunitária.³⁷¹ Para ele, a sociedade civil, com seus “little platoons”, seria a responsável por desenvolver, nos homens, o senso de comunidade, tirando-os de seu isolamento. Nesse espaço, desenvolver-se-ia o primeiro princípio de afeição humana, que, então, se estenderia a toda a nação e depois a humanidade como um todo. Seria também na comunidade local o lugar onde desenvolveríamos nosso senso de responsabilidade cívica, transmitiríamos nossos valores e, conseqüentemente, criaríamos nossas identidades.³⁷²

Ademais, sociedade civil significava empoderamento, já que permitia aos indivíduos agir e fazer a diferença. Novamente, como seres reais, desenvolvendo ações reais, dentro de um contexto comunitário real, e não abstrato, esses indivíduos influenciavam diretamente seu contexto social e, assim, empoderavam-se enquanto agentes transformadores. Thatcher afirmava que, por meio das relações comunitárias, com suas associações, lealdades e atividades, a sociedade criava “its real strength.”³⁷³ De acordo com Robin Harris, outro membro de sua *Policy Unit* e homem responsável por ajudá-la na produção de suas memórias, ela “instinctively” compreendia a importância do papel da comunidade. Para Harris, Thatcher havia sido profundamente influenciada por seu pai e seu intenso “civic involvement” e suas fortes conexões com “voluntary, [and] charitable organizations”. Seria em Grantham, e sob a influência de Roberts, que ela desenvolveria o que Harris chamava de “responsible individualism values”, definido como as responsabilidades que os indivíduos têm para com os outros.³⁷⁴ Nessa pequena cidade, ela aprenderia, por meio de sua origem metodista, a importância das associações voluntárias e suas conexões históricas com o século XIX.³⁷⁵ A própria primeira-ministra reconhecia que, durante suas experiências de infância em Grantham, ela teria

³⁷⁰ THATCHER. Keith Joseph Memorial Lecture (1996), Op. Cit. “Indivíduos não podem desenvolver todo seu potencial sem uma sociedade para o fazê-lo”, tradução nossa.

³⁷¹ GRIFFITHS, Op. Cit., p. 223-224.

³⁷² Ibidem, p. 224.

³⁷³ THATCHER, Margaret. Airey Neave Memorial Lecture (1980). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/104318>>. Acessado em: 08 jan 2020. “Sua verdadeira força”, tradução nossa.

³⁷⁴ HARRIS, **Not For Turning**. London: Corgi Books: 2013, pp. 13-16. “Envolvimento cívico”/ “organizações voluntárias e de caridade”/ “valores individualistas responsável”, tradução nossa.

³⁷⁵ MOORE, 2013, Op. Cit., p. 164.

desenvolvido suas ideias sobre “individual responsibility” e “looking after your neighbour”.³⁷⁶

Assim, em vez de atomizar o indivíduo, esses conservadores acreditavam estar resgatando-o de seu isolamento e retornando-o ao seu contexto social. Para Thatcher, era a economia “socialista”, planejada e centralizada, que isolava os indivíduos ao tratá-los como “mere units of accounts”.³⁷⁷ Ponto muito semelhante foi abordado por Michael Alison, ao afirmar que o capitalismo democrático preservava o indivíduo em comunidade, ao manter as estruturas intermediárias – suas diversas associações civis – entre ele e o Estado. Para o parlamentar conservador, o marxismo, ao eliminar essas agências e colocar o indivíduo diretamente em contato com o Estado, atomizava o ser.³⁷⁸

Thatcher, aliás, era explícita em argumentar que as instituições do terceiro setor seriam as grandes responsáveis por intermediar a relação entre indivíduo e Estado.³⁷⁹ Para a primeira-ministra, era necessário “libertar” as pessoas do Estado, para que então pudessem servir às suas comunidades e famílias.³⁸⁰ Para ela, era no local e no familiar, nos grupos e associações voluntárias, que o indivíduo buscava seus próprios objetivos e propósitos, mas, ao mesmo tempo, também realizava o propósito comum de fazer do país um lugar melhor e mais civilizado³⁸¹, servindo “others and God”.³⁸² Assim, sociedade civil tinha três funções principais e interrelacionadas: impedia o isolamento dos indivíduos; desenvolvia cidadania; e, por último, oferecia o espaço adequado para a realização das responsabilidades individuais para com a comunidade e Deus.

Em parte, isso ressoava uma tradição conservadora influenciada por Burke. O filósofo irlandês foi um dos primeiros a chamar a atenção para a importância das instituições intermediárias como ponto de equilíbrio entre liberdade e ordem, mas também foi o primeiro a argumentar em favor da família e do local enquanto “bulwarks against tyranny” e contra os “perils of individualism”.³⁸³ Não é uma coincidência, portanto, que Hurd usaria o termo “small platoons” para descrever a sociedade civil, em

³⁷⁶ THATCHER, Margaret. Entrevista para Independent Radio News, 31 jan. 1975, apud ibidem, p. 111. “Responsabilidade individual”/ “olhar pelo vizinho”, tradução nossa.

³⁷⁷ Ibidem, p. 40. “Meras unidades contábeis”, tradução nossa.

³⁷⁸ ALISON, Michael. The Feeding of the Billions. In: _____; _____(org.). **Christianity & Conservatism**. Are Christianity and conservatism compatible? London: Hodder & Stoughton, 1990, pp. 206-207.

³⁷⁹ SLOCOCK, Op. Cit., posição 3166.

³⁸⁰ THATCHER, **Speech to General Assembly to the Church of Scotland (1988)**. Op. Cit.

³⁸¹ THATCHER, **Speech to Conservative Party Conference 1988.**, Op. Cit.

³⁸² THATCHER, **The Moral Basis of a Free Society**. Op. Cit. “A outros e a Deus”, tradução nossa.

³⁸³ BOYD, Op. Cit. “Baluarte contra a tirania”/ “perigos do individualismo”, tradução nossa.

clara referência ao termo Burkeano “little platoons”, e Griffiths, ao explicar sua ideia de sociedade civil, tenha reconhecido o débito direto a Burke.³⁸⁴ Também com Burke, Thatcher afirmava que “to be attached to the subdivision, to love the little platoon we belong to in society, is the first principle of public affection”.³⁸⁵ De fato, Griffiths disse a Slocock que ele e Thatcher tinham conversas frequentes acerca do filósofo irlandês e sua ideia de “little plattons”, bem como sobre a importância de organizações que intermedeiam a relação entre indivíduo e Estado.³⁸⁶ Logo, Burke fazia parte das discussões dentro do círculo responsável por promover e desenvolver ideias da administração Thatcher.

Com isso, não pretendemos afirmar que o Thatcherismo seria parte da tradição burkeana. Claramente ela não era uma discípula de Burke, seja lá o que isso possa significar. Ainda assim, parte de suas crenças e ideias eram extraídas de uma tradição política conservadora – tradição política entendida como um conjunto de “inherited beliefs [...] that can be adapted, as context and circumstances changes”³⁸⁷ – que vinha desde Burke e havia sido adaptada e reinventada durante décadas por conservadores britânicos e neoconservadores americanos.³⁸⁸

Como o Estado não poderia produzir valores³⁸⁹, Thatcher se voltaria para a sociedade civil. O indivíduo, desde o nascimento, pertence a diferentes grupos e instituições e interage com elas, começando em espaços mais privados, como o lar, até os mais públicos e coletivos. Para Thatcher, a primeira responsabilidade individual deveria ser com relação à família, então “to neighbours, then to the nation – and beyond”.³⁹⁰ A família era essencial como lugar de auxílio para os primeiros passos do indivíduo em direção à socialização e ao desenvolvimento moral. Este é o motivo pelo qual, de acordo com um membro do governo, Thatcher repetidamente juntou esforços

³⁸⁴ GRIFFITHS, Op. Cit., p. 224.

³⁸⁵ THATCHER, Margaret. Conservative Party Conference 1990. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/108217>>. Acesso em: 05 jul. 2019. “Estar afeiçoado as subdivisões, amar as associações locais (little plattons) a qual pertencemos, é o primeiro princípio de afeição pública”, tradução nossa.

³⁸⁶ SLOCOCK, Op. Cit., posição 3166.

³⁸⁷ JONES, Emily. **Edmund Burke & the Invention of Modern Conservatism, 1830-1914**. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 10. “Crenças herdadas (...) que podem ser adaptadas conforme o contexto e as circunstâncias mudam”, tradução nossa.

³⁸⁸ Para entender como Burke tornou-se um “Conservador” através do trabalho de Conservadores britânicos, Cf. JONES. E como ele foi redescoberto por neoconservadores norte-americanos depois da 2a. Guerra Mundial, Cf. MACIAG, Drew. **Edmund Burke in America: The contested career of the father of modern conservatism**. New York: Cornell University Press, 2013.

³⁸⁹ GRIMLEY, Op. Cit., p. 90.

³⁹⁰ THATCHER, Conservative Party Conference 1988. “aos vizinhos, então a nação – e além”, tradução nossa.

para tentar desenvolver algum tipo de política para as famílias³⁹¹ desde o início de sua administração. Nas relações familiares, as mais importantes qualidades morais eram instiladas para as próximas gerações³⁹²; na família, desenvolvia-se o mais poderoso “moral bulwark against degeneration and dependence”.³⁹³ De acordo com a primeira-ministra, a família era “[the] very nursery of civic virtue”.³⁹⁴ O Thatcherismo acusava o Estado de interferir na esfera familiar e, assim, fomentar dependência e estimular o que chamava de “cycle of deprivation”³⁹⁵

Neoconservadores norte-americanos trabalharam extensivamente esse tema. Segundo eles, a politização da família por meio do *welfare state* havia produzido uma espécie de *welfare trap* e sido a principal causa do colapso das famílias norte-americanas.³⁹⁶ Alguns desses autores, notavelmente Charles Murray e George Gilder, argumentavam que um sistema de benefícios baseado em indivíduos que não contribuía havia debilitado a família de inúmeras formas ao produzir diversos tipos de “‘incentive’ and ‘enabling’ effects (...) ‘trapping’ effects and (...) ‘deregulation’ effects”³⁹⁷, que levaram, como consequência, ao surgimento de uma *underclass*, muito mais caracterizada por seu comportamento do que por sua condição social.³⁹⁸

Para Murray, talvez o mais influente desses pensadores, os graves e crescentes problemas sociais da sociedade pós Segunda Guerra Mundial eram resultados diretos, não de qualquer tipo de desigualdade, mas do “decay of moral standards, the perverse incentives of welfare policy and the coddling of criminals”.³⁹⁹ Lawrence Mead usou argumento similar ao acusar o governo norte-americano de ter produzido *welfare dependence* no momento em que passou a recompensar cidadãos com benefícios sem

³⁹¹ LETWIN, Oliver. **Hearts and Minds**. The battle for the conservative party from Thatcher to the present. London: Biteback Publishing, 2017, p. 66.

³⁹² LETWIN, The Anatomy, Op. Cit., pp. 35-36.

³⁹³ CAMPBELL, Beatrix. **The Iron Ladies**. Why do Woman Vote Tory? London: Virago, 1987, p. 159. “Baluarte moral contra a degeneração e dependência”, tradução nossa.

³⁹⁴ THATCHER, **Speech to General Assembly to the Church of Scotland (1988)**. Op. Cit. “O verdadeiro berçário da virtude cívica”, tradução nossa.

³⁹⁵ HICKSON, Kevin. Thatcherism, poverty and social justice. **The Policy Press**, Vol. 18, no. 2, 2010, p. 139. “Ciclo de privação”, tradução nossa.

³⁹⁶ ROCHE, Op. Cit., p. 92 e pp. 99-100. É interessante notar que, para esses neoconservadores, o Estado, ao politizar a família, a despolitizava, no momento em que sua intervenção significava homogeneização. Cf. ROCHE, Op. Cit., p. 92.

³⁹⁷ Ibidem, p. 100. “incentivos e efeitos de capacitação (...) de aprisionamento e (...) desregulação”, tradução nossa.

³⁹⁸ MURRAY, Charles. The Emerging British Underclass. In: LISTER, Ruth (Ed.). **Charles Murray and the Underclass: The Developing Debate**. London: The IEA Health and Welfare Unit, 1996, pp. 43-44.

³⁹⁹ MURRAY, Op. Cit., pp. 43-44. “A decadência dos valores morais, os incentivos perversos das políticas do Estado de bem-estar social e a suavização do tratamento dado aos criminosos”, tradução nossa.

quase nenhum tipo de compensação em troca.⁴⁰⁰ Outros autores, como Brigitte e Peter Bergers e Michael Novak, enfatizariam o papel da família como a mais importante instituição responsável por moldar o desenvolvimento do indivíduo. Novamente, a questão do dever e da responsabilidade pessoal tinha proeminência sobre a ideia de direito.⁴⁰¹

Todos esses autores compartilhavam a percepção generalizada de que o sistema de bem-estar social implementado no período pós-guerra, baseado em extensivos benefícios sociais e na supremacia dos direitos sobre deveres, havia tanto minado o papel da família quanto criado cidadania passiva. De fato, esses pensadores neoconservadores produziram análises sociais e de cidadania muito mais consistentes e influentes do que seus pares liberais dentro da nova direita, estendendo suas influências, inclusive, para além de seus países e chegando à política britânica e ao Partido Conservador. Gilder e Murray, por exemplo, tinham conexões permanentes com *think tanks* britânicos⁴⁰² – Murray chegou a discursar na Conferência do partido em 1988 e teve diversos artigos e capítulos publicados em livros e revistas britânicas – e Novak foi convidado a visitar a primeira ministra em *Downing street* – na ocasião, Thatcher presenteou-o com uma cópia da obra de Novak, *The Spirit of Democratic Capitalism*, contendo anotações feitas por ela.⁴⁰³ Novak ainda auxiliou na produção de seu discurso para a Conferência do partido em 1989.

Assim, era o Estado coletivista, e não o mercado, que isolava o indivíduo. Como apontado anteriormente, Thatcher virou de cabeça para baixo a lógica do pós-guerra e as críticas a ele endereçadas. A nova direita culpabilizava o progressivo crescimento do Estado britânico, durante todo o século XX, pela notável redução no número das instituições voluntárias e associações civis da sociedade britânica da segunda metade do século XX.⁴⁰⁴

Era necessário, portanto, revitalizar a tão importante sociedade civil. Se o Estado e, conseqüentemente, os políticos não podiam moralizar os indivíduos – e isso, em parte,

⁴⁰⁰ FULLINWIDER, Robert. Citizenship and Welfare. In. GUTMANN, Amy (Ed.). **Democracy and the Welfare State** (Princeton: Princeton University Press, 1988) p. 270.

⁴⁰¹ ROCHE, Op. Cit., pp. 92-93.

⁴⁰² Ibidem, pp. 72-73.

⁴⁰³ FILBY, Op. Cit., p. 237.

⁴⁰⁴ É importante notar que Beveridge, o arquiteto intelectual do *welfare state* britânico, sempre reconheceu a importância das associações voluntárias em seu modelo. Na verdade, nunca foi sua intenção ter marginalizado essas instituições. Titmuss também reconhecia a importância do setor e acreditava que o estado de bem-estar social não deveria substituí-lo; pelo contrário, deveria fortalecê-lo. Cf. ROCHE, Op. Cit., pp. 26-27.

explica a falta de uma agenda moral no período de seu governo, fato tão criticado pela direita mais tradicional, “values cannot be given by the state or politician”⁴⁰⁵, diria ela em 1978 –, outras instituições da sociedade civil não só poderiam, mas também tinham o dever de promover certos valores.

Além da família, a Igreja, sobretudo, tinha o trabalho fundamental de prover as pessoas “[a] purpose and an ethic”. Ela seria instrumental para que, por meio dos “teachings of faith”, pudessem formar traços essenciais para o desenvolvimento de uma nação, tais quais “industry, honesty and responsibility and justice”.⁴⁰⁶ Segundo Thatcher, outras instituições civis, como as organizações voluntárias, também seriam “entitled to look to them [values]” de manter “certain standards” e prover “[a] way of life”; caso contrário, concluía, seria justamente na ausência delas que as pessoas recorreriam ao Estado.⁴⁰⁷ Seriam essas instituições, somadas à família e à escola que, transmitindo “some spiritual heritage” e “a body of shared beliefs”, proveriam as pessoas uma estrutura moral, a fim de prevenir que a liberdade não se tornasse algo negativo e destrutivo.⁴⁰⁸ “Freedom”, escreveu a primeira-ministra no prefácio do livro sobre cristianismo e conservadorismo, “have come with growth and maturity (...) Christianity has indeed done much to promote his evolution”.⁴⁰⁹ Temos, novamente, a ideia fundamental de que liberdade só é algo positivo se contrabalanceado com responsabilidade e, ainda mais importante, o argumento de que, justamente nas relações dentro da sociedade civil, tais valores seriam mantidos, transmitidos e desenvolvidos.

Como dito certa vez pelo conservador John Redwood, membro do partido à época de Thatcher e figura conhecida por suas posições Thatcherites: “She [Thatcher] always believed in society, and saw it in Burkeian terms, favouring the small battalions and

⁴⁰⁵ THATCHER, Margaret, apud GRIMLEY, Op, Cit., p. 90. “Valores não podem ser transmitidos pelo Estado ou por políticos”, tradução nossa.

⁴⁰⁶ THATCHER, Speech at St. Lawrence Jewry (1978), Op. Cit. “Um propósito e uma ética”/ “ensinamentos da fé”/ “assiduidade, honestidade e responsabilidade e justiça”, tradução nossa.

⁴⁰⁷ THATCHER, Margaret. Interview for Woman’s Own (“No such thing as society” 23 September 1987). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margarethatcher.org/document/106689>>. Acesso em: 01 mai. 2020. “Responsáveis por zelar por eles (valores)”/ “certos padrões”/ “(um) estilo de vida”, tradução nossa.

⁴⁰⁸ THATCHER, Speech at St. Lawrence Jewry (1978), Op. Cit. “Herança espiritual”/ “um corpo de crenças compartilhadas”, tradução nossa.

⁴⁰⁹ THATCHER, Margaret. Preface. In: _____; _____ (org.). **Christianity & Conservatism**. Are Christianity and conservatism compatible? London: Hodder & Stoughton, 1990, p. vii. “Liberdade veio conjuntamente com crescimento e maturidade (...) Cristianismo foi muito importante na promoção desta evolução”, tradução nossa.

voluntary associations rather than massive extensions of state power to try to solve social problems. In this she was not New Right but old Tory”.⁴¹⁰

1.4.4 O mercado como ferramenta educativa?

Se, para os conservadores, uma sociedade civil dinâmica era vista como a essência de qualquer sociedade livre, na qual as pessoas aprenderiam, desenvolveriam e promoveriam suas habilidades, crenças e valores, e o lugar por excelência da fabricação de virtudes cívicas, o mercado também tinha função central no que se refere ao desenvolvimento de uma cidadania saudável. De forma geral, ele era visto como parte integrante da comunidade. Como já mencionado anteriormente, comunidade e sociedade civil eram considerados conceitos próximos, senão análogos, e o mercado era tratado como parte dessa mesma grande e dinâmica engrenagem. Longe de ter função meramente econômica, era, antes de tudo, o lugar onde as pessoas expressavam suas escolhas, voluntariamente se relacionavam e interagiam. Como disse a primeira-ministra em certo momento, o mercado era considerado “living, bustling, spontaneously generated communities”.⁴¹¹

De acordo com a administração Thatcher, o mercado auxiliava o desenvolvimento de cidadania de três principais e interconectadas maneiras. O primeiro argumento se baseava na ideia de eficiência econômica: a maior eficiência econômica do mercado em gerar riquezas aumentava a receita pública e, conseqüentemente, a disponibilidade de recursos a serem gastos na área social. Se, por um lado, esse argumento parece ser totalmente contrário às políticas sociais de Thatcher, por outro lado, é verdade que seu governo nunca tentou dismantelar totalmente o Estado de bem-estar social, e sempre defendeu a necessidade de se garantir, ao menos, “a level of well-being below which a citizen must not be allowed to fall”.⁴¹² O mercado não deveria substituir, integralmente, o papel do Estado. Assim, Thatcher acreditava acabar com a cultura de dependência, sem

⁴¹⁰ REDWOOD, John. New Right. In: GARNETT; HICKSON (Ed.). **The Political Thought of the Conservative Party since 1945**. Palgrave MacMillan: London, 2005, p. 206. “Ela (Thatcher) sempre acreditou em sociedade, e via isto em termos Burkeanos, favorecendo os pequenos batalhões e associações voluntárias, ao invés do uso massivo do poder estatal, para tentar solucionar os problemas sociais. Neste sentido, ela não era nova direita, mas sim *old Tory*”, tradução nossa.

⁴¹¹ THATCHER, Margaret. Speech to Scottish Conservative Party Conference 1990. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/108087>>. Acesso em 23 set. 2019. “Comunidades vivas, dinâmicas, geradas espontaneamente”, tradução nossa.

⁴¹² THATCHER, Speech at St. Lawrence Jewry (1978), Op. Cit. “Um nível de bem-estar abaixo do qual nenhum cidadão deve cair”, tradução nossa.

extinguir totalmente o papel do Estado e, ao mesmo tempo, sem arruinar as contas públicas.

Ainda mais importante para cidadania, era o fato de que maior geração de riqueza significava indivíduos mais ricos e, por conseguinte, com maior capacidade de compartilhar recursos e tempo. Como já mostrado, o Thatcherismo não interpretava interesse próprio como sinônimo de *selfishness*, não havendo, *a priori*, nenhuma contradição entre geração de riqueza individual e bem público. Pelo contrário, quanto mais recursos possuir o indivíduo, maior será sua possibilidade de contribuição para o bem comum. “Only by creating wealth can you relieve poverty. It’s what you do with your wealth that counts”⁴¹³, diria Thatcher na Conferência do Partido em 1989. Anos antes, em 1980, ela já havia argumentado de forma similar em uma entrevista, quando disse “No one would remember the Good Samaritan if he’d only had good intentions. He had Money as well.”⁴¹⁴ Desse modo, o mercado, ao gerar mais recursos e ser um espaço de trocas voluntárias, possibilitava que indivíduos participassem mais ativamente de ações solidárias e redistributivas. É o dilema simples entre oportunidades e incentivos. Ao contrário do modelo centralizador e burocrático do pós-guerra, o mercado dava a chance aos indivíduos de participar e se sentir importantes. Na visão do Thatcherismo, o mercado estimulava generosidade.

Tal como o primeiro argumento, o segundo derivava das implicações econômicas do mercado sobre a dimensão moral da sociedade, porém como consequência direta não da produção, mas da distribuição de recursos. Esse argumento já foi apresentado anteriormente, nos termos postos por Keith Joseph, e será apenas brevemente recuperado.

Ao sistematicamente buscar diminuir as desigualdades sociais por meio de políticas de redistribuição de renda, o Estado gerava descontentamento e ressentimento entre seus cidadãos. *Grosso modo*, todo Estado que buscasse este tipo de política cometeria necessariamente ações arbitrárias, em decorrência da falta de critério objetivo para justificar esse tipo de redistribuição. Por outro lado, justamente pela falta de critério, isso encorajaria grupos de interesses a competir e disputar maior participação no orçamento público. Portanto, a consequência dessas políticas seria o aprofundamento das

⁴¹³ THATCHER, Margaret. Conservative Party Conference 1990. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/108217>>. Acesso em: 05 jul. 2019. “Apenas ao criar riqueza você pode aliviar pobreza. O que você faz com sua riqueza é o que conta”, tradução nossa.

⁴¹⁴ THATCHER, Margaret. Entrevista para Weekend World, 6 jan. 1980 apud CAMPBELL, The Iron Lady, Op. Cit., p. 384. “Ninguém se lembraria do bom samaritano se ele tivesse apenas boas intenções. Ele também tinha dinheiro”, tradução nossa.

divisões, conflitos e ressentimentos sociais, e não a promoção de altruísmo e solidariedade, conforme argumento usado pelos defensores do *welfare state*.

Em contrapartida, o mecanismo de redistribuição de recursos pelo mercado, baseado em recompensas pelo esforço individual, não poderia gerar tais sentimentos. O interessante, como notou Robert Eccleshall, é que Joseph dissociava livre mercado de darwinismo social, afirmando que livre iniciativa e livre mercado não eram licença para o mais forte “pisar” no mais fraco; pelo contrário, a competição econômica deveria encorajar um comportamento mais civilizado e um cidadão mais consciente de suas responsabilidades civis.⁴¹⁵ Assim, enquanto a maior produção de riquezas abria caminho para a generosidade, a distribuição pelo mercado apaziguava conflitos e acabava com o ressentimento; criava civilidade.

O terceiro e último argumento – e o mais importante – girava em torno da questão, amplamente discutida neste capítulo, acerca da relação entre escolhas e desenvolvimento moral. Ao fazer escolhas, os indivíduos desenvolver-se-iam como seres morais e responsáveis. Aqui, é no modo como essas trocas acontecem voluntariamente que o Thatcherismo mais apreciava o valor do mercado. Se ele era considerado ambiente maximizador de escolhas por excelência, seria, então, nesse ambiente, que o indivíduo enfrentaria dilemas constantes e, conseqüentemente, grande oportunidade para desenvolver responsabilidade consigo e para com o outro, já que tais dilemas geralmente envolviam outros indivíduos. O mercado seria, portanto, instrumental na criação do ser moral de Thatcher.

Por meio da possibilidade de fazer escolhas, e conseqüentemente arcar com as suas conseqüências, o indivíduo desenvolver-se-ia como ser autônomo e responsável, beneficiando sua comunidade. Se, para Friedrich Hayek, o sistema de livre mercado seria essencial por dar ao indivíduo a possibilidade de determinar sua própria moral e satisfazer seus próprios objetivos⁴¹⁶ – um bem em si, segundo o Thatcherismo –, essa liberdade seria muito mais um meio. O mercado não seria apreciado por dar ao indivíduo a possibilidade quase infinita de exercer sua própria moral; pelo contrário, com suas atividades e interações, seria um espaço de moralização para esse indivíduo.

Como lembrou um dos membros de seu governo, David Willetts, em uma reunião na qual discutiam sobre o mercado e o governo, Thatcher prontamente o corrigiu

⁴¹⁵ ECCLESHALL, 1990, Op. Cit., p. 212.

⁴¹⁶ LOWE, Op. Cit., p. 25

após ele se referir ao livre mercado: “Not laissez-faire, David – ordered liberty”.⁴¹⁷ Muito antes de sua eleição, ela já afirmava que “economic choice have a moral dimension”⁴¹⁸. Isso significava, *grosso modo*, que, mesmo em suas escolhas econômicas, o indivíduo se depararia com questões morais envolvendo certo e errado, bom e mau, justo e injusto. Thatcher moralizava o mercado distanciando-se, assim, da visão neutra de mercado defendida por autores como Friedrich Hayek, na qual as suas regras não poderiam assumir nenhuma dimensão moral⁴¹⁹, e apenas o *rule of law* limitaria as ações econômicas dos indivíduos. Como notado por um intelectual conservador à época, Thatcher não tinha nenhuma simpatia pela liberdade aos laços sociais, implicadas no individualismo dos neoliberais. Para ela, a liberdade era redefinida para coincidir com uma visão de sociedade virtuosa.⁴²⁰ Assim, o mercado, por um lado, geraria indivíduos mais generosos e, por outro lado, responsáveis, numa sociedade menos dividida por ressentimento e inveja.

Mais do que isso, Thatcher tentava reconciliar livre mercado e valores cristãos⁴²¹ e, por essa razão, cercava-se de pessoas com a mesma perspectiva. Por exemplo, era grande admiradora do trabalho de Edward Norman e, sempre que possível, tentava conseguir alguns conselhos sobre o modo como o cristianismo justificava o capitalismo.⁴²² Era isto também o que mais a atraía na obra de Novak: a crença de que o capitalismo democrático não era apenas um sistema econômico, mas também um sistema moral que estimulava virtudes individuais e senso cooperativo.⁴²³ Não é coincidência que Novak não apenas auxiliaria o discurso de Thatcher para a Conferência anual do Partido de 1989, como também o fez com Griffiths, figura que havia se tornado extremamente influente no final da década de 1980 e costumava relacionar livre mercado e valores cristãos.

Apesar de ter tido contato com a obra de Griffiths ainda nos anos 1970⁴²⁴, sua apresentação sobre *Morality and the Marketplace* chamou a atenção da primeira-ministra

⁴¹⁷ MOORE, 2020, Op. Cit., p. 20. “Não laissez-faire, David – liberdade ordenada”, tradução nossa.

⁴¹⁸ THATCHER, Margaret. Entrevista para o Sunday Express, apud CAMPBELL, The Iron Lady, Op. Cit., pp. 451-452. “Escolha econômica possui uma dimensão moral”, tradução nossa.

⁴¹⁹ FREEDEN, Op. Cit., p. 375.

⁴²⁰ CROWTHER, I. Mrs Thatcher’s idea of the good Society. The Salisbury Review, 3, 1984, p. 41 apud LEVITAS, Ruth. Competition and Compliance. The utopias of the new right. In: Ruth Levitas (Ed.). The Ideology of the New Right. Cambridge: Polity Press, 1986, p. 92.

⁴²¹ GARNETT; HICKSON. Op. Cit., p. 162. **A ascensão de um movimento cristão conservador, que fundia moralismo e capitalismo em sua agenda política, pode ser verificado dos dois lados do Atlântico. Cf. FILBY, Op. Cit., p. 309.**

⁴²² MOORE, 2013, Op. Cit., p. 349.

⁴²³ FILBY, Op. Cit., pp. 237-238.

⁴²⁴ MOORE, Vol. I, Op. Cit., p. 254.

ao ponto de torná-lo chefe de sua *Policy Unit*.⁴²⁵ Griffiths seria responsável por escrever muitos de seus discursos, sobretudo os relacionados à moralidade e ao cristianismo, incluindo o famoso e polêmico discurso para a assembleia geral da Igreja da Escócia. De certa forma, Griffiths fazia o papel que Sherman, já há muito distante de Thatcher, fez durante a década de 1970. Em direção ao final dos anos 1980, ela se cercaria cada vez mais de indivíduos ansiosos para reconciliar suas políticas com valores cristãos, tais como John O’Sullivan e Hartley Booths.⁴²⁶

Assim, o mercado era reinterpretado como lugar central para desenvolvimento moral. Esta é uma das maiores razões para a importância do mercado na filosofia *Thatcherite* e ajuda a explicar algumas de suas políticas públicas, sobretudo a obsessão com a venda das *council houses* e o foco na regeneração urbana de algumas áreas do país.

1.4.5 “Popular capitalism”

Se Thatcher era avessa ao uso do Estado para remoralizar os indivíduos, suas políticas, em geral, tentariam reduzir o seu papel, enquanto facilitavam a ascensão de práticas e mecanismos de mercado, com intuito além daquele relacionado à crença em sua maior eficiência econômica. A privatização das *council houses* e a regeneração de áreas urbanas são talvez os dois principais exemplos de políticas públicas que visavam, em parte, a reinventar a cidadania.

A propriedade privada, mais do que qualquer outro elemento, mostrava a importância moral do mercado e sua função como ferramenta de desenvolvimento das virtudes cívicas. Para os conservadores, o direito à propriedade privada seria a essência de qualquer economia livre. “On that freedom all our other freedoms depend”, diria Joseph, concluindo que apenas através da propriedade privada o cidadão tornava-se totalmente “independent of the overmighty state.”⁴²⁷ A primeira conclusão que se segue é autoevidente: se propriedade privada é a base para todas as liberdades individuais, e liberdade é um meio para aprimorar a responsabilidade do indivíduo, logo, propriedade privada seria um enorme incentivo para a produção de cidadãos responsáveis. Somada a isso, há a ideia tradicional conservadora de que a propriedade privada traria ao indivíduo algo permanente e sólido, produzindo qualidades como prudência, cautela e

⁴²⁵ FILBY, Op. Cit., p. 235.

⁴²⁶ MOORE, Vol. II, Op. Cit., p. 20.

⁴²⁷ SAUNDERS, Op. Cit., p. 35. “Daquela Liberdade todas as nossas outras liberdades dependem”/ “independente de um todo poderoso Estado”, tradução nossa.

responsabilidade, além de fortalecer a sensação de pertencimento, de “stake in the commonwealth”.⁴²⁸ Portanto, se, por um lado, propriedade trazia ao indivíduo segurança, por outro, promovia valores considerados essenciais para os conservadores. Daí a importância de se estender a quantidade de proprietários.

Thatcher era clara ao vincular propriedade privada não apenas à responsabilidade pessoal, mas também com relação aos outros.⁴²⁹ Assim, o famoso programa de privatização das *council houses* não pode ser entendido apenas como forma do governo de levantar recursos ou enriquecer grandes investidores imobiliários. Antes, como apontou Peter Saunders, o processo visava, em parte, a reinventar uma cidadania mais positiva. Segundo sua pesquisa sobre o processo de privatização dessas residências, aumentar o número de proprietários não era associado, inicialmente, à questão de lucro, mas sim a uma maior boa vontade de se engajar na vida coletiva e encorajar o aumento do comprometimento social.⁴³⁰ Disso decorre a relevância da venda de *council houses*, mesmo a preços muito menores do que aqueles de mercado.⁴³¹

“I want everyone to have their own personal property stake. Property, every single one in this country”⁴³², disse Thatcher em uma entrevista na qual também se comprometia com aquilo que se tornaria conhecido como “victorian values”. Seu grupo de políticas estratégicas estava totalmente sintonizado com essas ideias e, enquanto seu governo se consolidava, o grupo trabalhava possíveis meios para se expandir o número de proprietários, como “the surest guarantee of more social responsibility”.⁴³³ Em contrapartida, isso também ajuda a entender as políticas de privatizações que iam além do setor imobiliário. Para muitos conservadores, se o objetivo era difundir amplamente a propriedade privada e a ideia de “stake in society”, seria necessário incluir a esfera produtiva nessa estratégia.⁴³⁴ Por essa razão, Thatcher considerava suas políticas de

⁴²⁸ KING, Desmond S.; WALDRON, Jeremy. Citizenship, Social Citizenship and the Defense of Welfare Provision. **British Journal of Political Science**, Vol. 18, no. 4, 1988, p. 430. “De ter algo/pertencer a comunidade”, tradução nossa.

⁴²⁹ THATCHER, Woman’s Own, Op. Cit.

⁴³⁰ SAUNDERS, Peter. Citizenship in a Liberal Society. In: TURNER, B.S. (org.), **Citizenship and Social Theory**. London: Sage, 1993, pp. 85–86.

⁴³¹ HICKSON, 2005, Op. Cit., p. 44.

⁴³² THATCHER, Margaret. Entrevista a Brian Walden, 1983. apud CRINERS; DOREY; HEPPELL, Op. Cit., p. 127. “Eu quero que todos tenham sua própria propriedade. Tornar proprietário cada pessoa deste país”, tradução nossa.

⁴³³ **Themes for Policy Work and the Manifesto**: Second Strategy Group Meeting. Strategy Group Jun – Out. 1986. Arquivo: CRD 4/307/4-7. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford. “A mais segura garantia para maior responsabilidade pessoal”, tradução nossa.

⁴³⁴ BARNES, John. Ideology and Factions. In: BALL, Stuart; SELDON, Anthony. **Conservative Century: The Conservative Party since 1900**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 326.

privatizações como parte integrante do seu projeto de *popular capitalism*, sua “cruzada” para habilitar o máximo possível de indivíduos na vida econômica britânica, que traria “power and responsibility back to people, to restore to individuals and families the sense and feeling of independence”, e, por outro lado, “the freedom and the dignity which come from having something they can call their own”⁴³⁵ Tratava-se de transferir poder as pessoas. Como diria ela em um discurso para o Conservative Central Council, em 1986, “power through ownership to the man and woman in the street”.⁴³⁶

Para os conservadores, as *council houses* eram parte de um problema ainda maior relacionado a formulação, administração e planejamento das cidades durante o período do pós-guerra. As moradias públicas não apenas privavam seus moradores de gozar de algo que fosse deles, mas também a forma como tais residências eram administradas e planejadas contribuía para o aumento de uma percepção já difundida de “lack of stake in the Community”.⁴³⁷ Assim, planejamento urbano e moradias públicas eram parte de um mesmo problema. Nesses círculos, acreditava-se que a forma como essas áreas foram construídas e planejadas havia privado seus moradores do desenvolvimento de qualquer senso comunitário.⁴³⁸

Em artigo de 1974, Thatcher já afirmava que os bairros privados e o modo como eram construídos tinham “far more community spirit than tall tower blocks”.⁴³⁹ Em certa ocasião, Thatcher indagava se quem planejou essas áreas não haviam pensado: “are we breaking the pattern of people’s lives? Are we cutting them off from their friends, their neighbours? Are we uprooting whole community?”⁴⁴⁰ Os conservadores criticavam desde a forma como as calçadas eram construídas, até as garagens nos subsolos que encorajavam certos tipos de crimes e vandalismos.⁴⁴¹ Para eles, criava-se um círculo

⁴³⁵ THATCHER, Margaret, apud SAUNDERS, Op. Cit., p. 36. “Poder e responsabilidade de volta as pessoas, para restaurar aos indivíduos e as famílias a noção e o sentimento de independência”/ “a liberdade e a dignidade que vem quando se tem algo que podemos chamar de nosso”, tradução nossa.

⁴³⁶ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Central Council (1986). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margarethatcher.org/document/106348>>. Acesso em: 04 jun 2020. “Poder através da posse de propriedade para o homem e a mulher na rua”, tradução nossa.

⁴³⁷ HURD, Douglas. Discurso para o Tory Reform Group (1987), Arquivo: PPB 131/4. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford. “Ausência de pertencimento na comunidade”, tradução nossa.

⁴³⁸ HURD, Douglas. **Memoirs**. London: Abacus, 2003, pp. 378-379.

⁴³⁹ THATCHER, Margaret. The owner-occupiers party, *Daily Telegraph*, 1 Jul. 1974. **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margarethatcher.org/document/102377>>. Acesso em: 01 mar. 2020. “Muito mais espírito comunitário do que nos tall tower blocks [modelo de residência pública que consistia em uma série de prédios populares]”, tradução nossa.

⁴⁴⁰ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Party Conference 1985, Op. Cit. “Estamos interferindo no cotidiano das pessoas? Estamos distanciando eles de seus amigos, seus vizinhos? Estamos desenraizando toda a comunidade?”, tradução nossa.

⁴⁴¹ VINEN, Op. Cit., p. 201.

vicioso no qual famílias com maiores problemas eram deslocadas para áreas que ninguém gostaria de se mudar, tornando-as ainda mais problemáticas.⁴⁴² Thatcher acreditava que esses *council states* fomentavam dependência, vandalismo, socialismo e crimes.⁴⁴³ “Where one finds poverty in the inner cities”, declarava em 1979, “there one finds that Socialist government has operated for many years”.⁴⁴⁴ Mais uma vez, tudo se conectava: socialismo, decadência moral, estatismo, problemas sociais, declínio econômico eram parte de um mesmo problema.

Ao longo da década, para responder ao que considerava um processo de contínua decadência das áreas urbanas, a administração Thatcher daria início a uma política de regeneração de áreas urbanas, flexibilizando regras e regulamentações com o intuito de atrair investimentos e parcerias privadas.⁴⁴⁵ Assim, o remodelamento de áreas urbanas por meio da iniciativa privada também respondia a uma busca ideológica para incentivar iniciativas comunitárias e participação local de seus cidadãos. Esse esforço aumentaria após as eleições de 1987, quando o governo reavaliaria sua estratégia e mover-se-ia, gradualmente, de uma abordagem mais orientada para o mercado, para uma que envolvesse mais a comunidade local.⁴⁴⁶ Além do mercado, tentava-se incluir ao processo atores e agências locais, enquanto termos como “community” e “partnership” tornavam-se cada vez mais presentes no vocabulário dessas políticas.⁴⁴⁷

Essa tendência, ao final dos anos 1980, parece confirmar o aspecto ideológico do programa, que visava mais do que apenas a reduzir despesas públicas utilizando-se da iniciativa privada. Isso também parece confirmar a próxima análise – a de que, ao final da década, o governo parece ter percebido que comunidades não floresceriam apenas com a maior liberalização de mercados. Esses dois exemplos mostram tanto as ideias e crenças do Thatcherismo sobre indivíduo, Estado e comunidade, e suas respectivas relações, como evidenciam certa ingenuidade em sua fé no mercado como mecanismo gerador de comunidades e de virtudes individuais.

⁴⁴² *Ibidem*.

⁴⁴³ CAMPBELL, *The Iron Lady*, Op. Cit., p. 299.

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 457. “Onde achamos pobreza em áreas urbanas – inner circles geralmente carregam uma conotação negativa – descobrimos que um governo socialista tem administrado a área por anos”, tradução nossa.

⁴⁴⁵ MARINETTO, Op. Cit., pp. 111-112.

⁴⁴⁶ MARINETTO, Op. Cit., p. 113.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, p. 113.

1.4.6 Direitos e Deveres

A visão conservadora da natureza do indivíduo e de sua relação com o Estado e a comunidade, a ideia de responsabilidade individual, bem como a percepção de liberdade como instrumento para desenvolver virtude teriam implicações profundas no significado de direitos e deveres. Como mostramos neste capítulo, se, por um lado, o neoconservadorismo do pós-guerra criticava o modelo welfarista pela sua ênfase nos direitos individuais, por outro, apontava para o fato de que o modelo desestimulava obrigações e deveres e, assim, uma cidadania mais ativa. Direitos eram ressignificados como liberdades tradicionais, não abstratas, garantidos pela comunidade e promovendo obrigações a serem assumidas por seus membros.⁴⁴⁸ Um direito individual não seria mais considerado um conceito abstrato e universal, derivado naturalmente da condição humana, como no modelo de Marshall. Direitos seriam apenas validados com relação às obrigações individuais prestadas à comunidade. Assim, o dever de ajudar a criança da comunidade,⁴⁴⁹ o dever comum de auxiliar a polícia,⁴⁵⁰ a obrigação de fazer trabalhos voluntários e contribuir com a comunidade⁴⁵¹, todas essas ações seriam obrigações individuais relacionadas a associação dos indivíduos como membros de uma comunidade.⁴⁵²

De fato, com os neoconservadores, o Thatcherismo denunciava a necessidade de “redress the balance between duties and rights” que havia sido perdido com o sistema implementado no pós-guerra.⁴⁵³ E esta também não era uma ideia nova. Em artigo produzido para o *Daily Telegraph*, de 1974, Thatcher já afirmava a urgência de equilibrar “rights and duties, individual and Society”.⁴⁵⁴ A ideia era amplamente compartilhada nos círculos conservadores. Willetts apontava que os conservadores tinham uma teoria de sociedade orgânica e, portanto, maior ênfase deveria ser colocada nos deveres, e não nos direitos.⁴⁵⁵ Sherman, que havia auxiliado Thatcher a escrever o artigo para o *Daily*

⁴⁴⁸ FREEDEN, Op. Cit., p. 389.

⁴⁴⁹ THATCHER, Woman’s Own, Op. Cit.

⁴⁵⁰ THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Party Conference 1987. **Margaret thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/106941>>. Acesso em: 23 set 2019.

⁴⁵¹ HURD, Douglas. **Annual General Meeting** 1988. Arquivo: PPB 134/3. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford University.

⁴⁵² THATCHER, Woman’s Own, Op. Cit.

⁴⁵³ MOORE, John, 1988 apud LISTER, 1998, Op. Cit., p. 315. “Corrigir o balanço entre deveres e direitos”, tradução nossa.

⁴⁵⁴ THATCHER, The owner-occupiers party. Op. Cit. “Direitos e deveres, indivíduo e sociedade”, tradução nossa.

⁴⁵⁵ GARNETT; HICKSON, Op. Cit., p. 160.

Telegraph, afirmava que o Reino Unido do pós-guerra havia se tornado uma sociedade baseada em “duty free claims and entitlements”.⁴⁵⁶ Mais importante, assegurava que a primeira-ministra, longe de pregar “a crude ahistorical materialism [...] emphasized duties”, a importância do autocuidado e com a família, mas também a necessidade de se contribuir para o bem geral.⁴⁵⁷

Grosso modo, Thatcher acreditava que as sociedades modernas haviam se esquecido dos deveres em sua urgência de promover direitos. Como argumentado em um discurso na França “liberty, equality, fraternity; they [revolucionários franceses] forgot obligations and duties”.⁴⁵⁸ Indivíduos tinham deveres com relação às suas comunidades, em primeiro lugar, porque crescem e se desenvolvem juntos e são “held together by mutual dependence, by the experience by which their members have in common, by common customs and belief”⁴⁵⁹ e, em segundo lugar, porque essa é uma responsabilidade que “God has enjoined on Mankind”.⁴⁶⁰ Em outras palavras, obrigações antecederiam direitos, em primeiro lugar porque se originariam da relação de dependência mútua entre os membros de uma comunidade, que começa quando o indivíduo nasce e, em segundo lugar, porque são impostas por Deus.

Assim, o Thatcherismo transformava deveres como pré-requisitos para o acesso a direitos. Como Thatcher disse em uma polêmica entrevista em 1987, “there is no such thing as an entitlement unless someone has first met an obligation”.⁴⁶¹ Para os conservadores, indivíduos “are shaped by and respond to the communities in which they

⁴⁵⁶ SHERMAN, Op. Cit., posição 848. “Direitos livres de obrigações”, tradução nossa.

⁴⁵⁷ Ibidem, posição 1020. “Um rude materialismo a-histórico (...) enfatizava deveres”, tradução nossa.

⁴⁵⁸ THATCHER, Margaret, 1988 apud MOORE, 2019, Op. Cit., p. 321. “Liberdade, igualdade, fraternidade, eles esqueceram obrigações e deveres”, tradução nossa.

⁴⁵⁹ M. Thatcher, Speech at St. Lawrence Jewry (1981). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: <<https://www.margarethatcher.org/document/104587>>. Acesso em: 01 mar. 2020. “Mantidos juntos por dependência mútua, pelas experiências que seus membros possuem em comum, por costumes e crenças comuns”, tradução nossa.

⁴⁶⁰ THATCHER, St. Lawrence Jewry (1978), Op. Cit. “Deus impôs a humanidade”, tradução nossa.

⁴⁶¹ Nessa entrevista, Thatcher pronunciaria uma de suas mais polêmicas frases enquanto primeira ministra: “There is such a thing as society”. Como notou John Campbell, a frase foi um enorme ultraje à época, pois parecia legitimar um comportamento egoísta cada vez mais em voga e a redução da provisão de serviços públicos para os mais pobres, Cf. CAMPBELL, *The Iron Lady*, Op. Cit., p. 542. Contudo, a frase pode ser interpretada de outra maneira, quando melhor contextualizada. Em sua autobiografia, Thatcher tentaria explicar o significado do que havia dito. Para ela, não existiria sociedade como algo abstrato, teórico, como sistema, mas sim como algo concreto, “a living structure of individuals, families, neighbours and voluntary associations...Society for me is not na excuse, but na obligation.” Cf. THATCHER, 1993, Op. Cit., p. 626. Analisando toda a sentença da entrevista, essa explicação torna-se mais clara: “There is such a thing as society. There is living tapestry of men and women and people and the beauty of that tapestry and the quality of our lives will depend upon how much each of us is prepared to take responsibility for ourselves and each of us prepared to turn round and help by our own efforts those who are unfortunate”. Cf. THATCHER, *Woman’s Own*, Op. Cit.

live”, portanto, não seria por meio de contrato social que as sociedades se estabeleceriam, mas da relação natural e orgânica entre seus indivíduos.⁴⁶² A rejeição de uma teoria fundamentada na concepção de um contrato universal, abstrato e consentido remonta às origens do pensamento conservador. Ao menos desde os escritos do Visconde de Bolingbroke, os direitos individuais são interpretados como históricos, portanto, concretos e não abstratos.⁴⁶³

Para Burke, provavelmente o mais importante teórico conservador nesse tema, direitos não poderiam existir separados da sociedade, já que evoluíam com o tempo, em conjunto com “customary obligations, traditional morality and established institution”.⁴⁶⁴ Além disso, o filósofo irlandês argumentava que os indivíduos entrariam em suas sociedades não por escolha, mas por nascença, e esse fato lhes impunha demandas inescapáveis, ao mesmo tempo que também garantiria alguns privilégios.⁴⁶⁵ A partir de causas físicas, deveres morais surgiriam, como “social ties and ligaments spum out of these physical relation”, independente do desejo do indivíduo e de seu consentimento.⁴⁶⁶ Disso segue-se que as obrigações individuais não seriam voluntárias, à medida que surgiriam como resultado de dependência física e sentimental a partir do momento de nascimento. Obrigações seriam “compulsive duties”, nascidas da relação entre os homens e deles com Deus.⁴⁶⁷

Assim como em Thatcher, Burke não separava política e moral, e direitos e deveres sempre deveriam estar assentados em justificativas morais.⁴⁶⁸ Em contrapartida, esses direitos e deveres também não seriam universais, mas determinados por um contexto específico, com suas próprias tradições, práticas, crenças e instituições. Essas características históricas conectariam diferentes gerações – passado, presente e futuro – numa espécie de “partnership” feita entre “the living, the died and those to be born”.⁴⁶⁹

⁴⁶² GARNETT; HICKSON, Op. Cit., p. 162. “São moldados por e respondem as comunidades nas quais vivem”, tradução nossa.

⁴⁶³ Br conserve, 10)

⁴⁶⁴ O’GORMAN, Frank. **Edmund Burke**. Political Thinkers, Vol II. London: Routledge, 2004, p. 135. “Obrigações consuetudinárias, moralidade tradicional e instituições estabelecidas”, tradução nossa.

⁴⁶⁵ LEVIN, Yuval. **The Great Debate**. Edmund Burke, Thomas Paine and the birth of right and left. (New York: Basic Books, 2014), p. 101.

⁴⁶⁶ BROMWICH, David. Burke and the Argument from Human Nature. In: CROWE, Ian (Ed.). **An Imaginative Whig**. Missouri: University of Missouri Press, 2005, p. 44. “Ligações e laços sociais desprendem-se dessas relações físicas”, tradução nossa.

⁴⁶⁷ Ibidem, p. 44.

⁴⁶⁸ O’GORMAN, Op. Cit., p. 160.

⁴⁶⁹ MANSFIELD, Harvey Jr. Edmund Burke. In: STRAUSS, Leo; CROPSEY, Joseph. **History of Political Philosophy**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987, p. 697. “Parceria”/ “os vivos, os mortos e aqueles que irão nascer”, tradução nossa.

Como escreveu Thatcher em suas memórias, claramente influenciada pelas ideias de Burke: “[the] great chain of people [stretches] back into the past and forward into the future. All are linked by a common belief in freedom, and in Britain’s greatness. All are aware of their own responsibility to contribute to both”.⁴⁷⁰

Por isso, na visão desses conservadores, o modelo de cidadania do pós-guerra era essencialmente falho porque se baseava na ideia de um contrato universal e racional que conferia aos indivíduos direitos inalienáveis, adquiridos e garantidos apenas pela qualidade de se ser humano. Assim, o modelo não previa quase nenhum tipo de obrigação como parte de boa cidadania, apenas o dever do cidadão de pagar tributos. Por essa razão, Thatcher insistia na ideia de que “when you have finished as a taxpayer, you have not finished as a citizen”.⁴⁷¹ Essa crítica tornar-se-ia recorrente no partido, no final da década de 1980. Hurd usaria o mesmo argumento ao criticar o modelo do pós-guerra, segundo o qual o indivíduo apenas teria a obrigação de “lying back and waiting to be taxed by the state”.⁴⁷² Kenneth Baker, então *Secretary of State for Education and Science*, afirmou em um discurso que “collectivism encouraged the notion that the good citizen was one who paid taxes to the state (...) the individual was absolved of responsibility”⁴⁷³. Por sua vez, John Patten, *Minister of State for Home Affairs*, explicou que, por muito tempo, o país acreditou que a mais importante medida para boa cidadania seria a boa vontade de pagar impostos, o que absolvía os indivíduos de “all further civic duties”.⁴⁷⁴

O problema era que, como já explicado anteriormente, o governo tinha pouco papel na criação desse novo cidadão. Thatcher argumentaria que a principal função do governo deveria ser a de remover as tentações produzidas pelos governos anteriores e anos de políticas que desestimulavam o bom comportamento individual.⁴⁷⁵ Era na sociedade civil que o cidadão se desenvolveria, como espaço natural de interação, participação e transmissão de valores. Thatcher acreditava que a verdadeira natureza do

⁴⁷⁰ THATCHER, 1995, Op. Cit., p. 285. “A grande cadeia de pessoas que vem desde o passado em direção ao futuro. Todos conectados pela crença comum em liberdade e na grandeza britânica. Todos conscientes de suas próprias responsabilidades na contribuição para com ambos.”, tradução nossa.

⁴⁷¹ THATCHER, Margaret apud HEATER, a sudden case, Op. Cit., p. 141. “Quando você paga seus impostos, você não encerra suas obrigações como cidadão”, tradução nossa.

⁴⁷² HURD, 1993, Op. Cit., p. 401. “Deitado e esperando ser taxado pelo Estado”, tradução nossa.

⁴⁷³ BAKER, Ken, Speech to the Bow Group annual dinner. Arquivo: PPB 134, Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford University. “Coletivismo encorajou a noção de que bom cidadão era aquele que paga seus impostos para o estado (...) o individual foi absolvido de responsabilidade”, tradução nossa.

⁴⁷⁴ PATTEN, John. Speech to the Bath Conservative Association Conference. Arquivo: PPB 134, Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford University. “Todos os outros deveres cívicos”, tradução nossa.

⁴⁷⁵ THATCHER, 1995, Op. Cit., p. 560.

indivíduo, que, nesse contexto, significava seu próprio modelo de indivíduo, reemergiria naturalmente com um governo capaz de intervir de forma eficiente em pontos específicos.⁴⁷⁶ Ela acreditava que, ao reduzir o papel do Estado e retirar os entraves colocados por governos anteriores ao desenvolvimento de boa cidadania, tanto um novo cidadão quanto uma nova sociedade civil floresceriam.

Para esses conservadores, havia uma direção natural das coisas, interrompida por anos de governos estatistas durante boa parte do século XX, sobretudo após 1945. Apesar de suas idéias sobre sociedade civil, os anos em que Thatcher governou o país parece ter encorajado outro tipo de sociedade, diferente daquela idealizada. Em vez de recriar comunidades orgânicas – os "little platoons" –, o Thatcherismo parece ter acelerado a fragmentação das comunidades. Como corretamente apontou Mark Garnett, no fim das contas, suas políticas acabaram por enfraquecer aquilo que Thatcher acreditava estar fortalecendo, "the first link [the little platoons] of Burke's beneficent 'series'".⁴⁷⁷ Contudo, isso parece ter sido muito mais o resultado das enormes contradições de sua filosofia – e de sua completa incapacidade de percebê-las –, do que sua real intenção. Os resultados obtidos por anos de administração conservadora parecem ter sido algo muito diferente daquilo idealizado com base na infância de Thatcher e em suas experiências em Grantham.

1.5 Douglas Hurd, *active citizenship* e a terceira administração Thatcher

Se Thatcher tinha algumas ideias e crenças sobre importantes elementos relacionados à ideia de cidadania, isso nunca se tornou um modelo teórico ou ideacional coerente e pronto, como já mencionamos neste capítulo. No entanto, com o passar do tempo, a necessidade de pensar e desenvolver o conceito tornar-se-ia mais urgente.

O cenário econômico e social havia mudado no decorrer da década. Se o começo dos anos 1980 foi caracterizado por crescente inflação e aguda crise econômica, na metade da década o cenário era diferente. A inflação havia sido totalmente controlada e a economia voltava a crescer consistentemente. Contudo, esses dados não tornavam as coisas mais simples. Se os números econômicos melhoravam, problemas sociais se avolumavam. O número de protestos pelo país crescia tanto em escala quanto em

⁴⁷⁶ FREEDEN, Op. Cit., p. 411.

⁴⁷⁷ GARNETT, Mark. Edmund Burke (1729-97). In: GARNETT, Mark (Ed.). **Conservative Moments: Reading Conservative Texts**. London: Bloomsbury Academic, 2018, pp. 41-42. "O primeiro link da série beneficente de Burke", tradução nossa.

frequência⁴⁷⁸ e, durante os anos de 1985 e 1986, as manifestações haviam se tornado mais violentas em algumas regiões urbanas.⁴⁷⁹ Ademais, o período também foi caracterizado por vertiginoso aumento nas taxas de criminalidade – 60% no total – pelo país.⁴⁸⁰ Em contrapartida, se o desemprego havia diminuído em 1986, ainda continuava marcadamente alto para os padrões britânicos e se tornara um problema endêmico de tamanha relevância, que a administração Thatcher revisou a metodologia de contagem dos dados por dezoito vezes durante o período.⁴⁸¹

Sobretudo em decorrência das altas taxas de desemprego, o número de pessoas em situação de pobreza que recebiam auxílios e benefícios crescia⁴⁸², enquanto o valor desses recursos ia sendo reduzido paulatinamente.⁴⁸³ Toda essa conjuntura levou a oposição, sobretudo a esquerda e alguns grupos conservadores, a lançar um poderoso ataque à administração Thatcher, baseado na denúncia de que as políticas governamentais empobreciam os mais pobres e aumentavam a desigualdade social.

Se a sensação de que o país se tornava cada vez mais dividido crescia, a oposição tinha papel importante de promover tal percepção com dados, pesquisas, panfletos e propagandas. Inúmeros relatórios, tanto oficiais quanto independentes, de diferentes autoridades e grupos, concluíam que a sociedade britânica estava nitidamente mais dividida do que antes da administração conservadora.⁴⁸⁴ O assunto repercutiu tanto, que se tornou tema central no repertório da oposição nas eleições de 1987. Na ocasião, a Aliança (Partido Liberal e Social-Democrata) nomeou seu manifesto de *Britain United: The Time Has Come*, e os trabalhistas provocativamente indagaram, em seu documento, se os britânicos queriam um “United Kingdom or a divided kingdom”.⁴⁸⁵ Para a oposição, o aumento dos problemas sociais era resultado direto do Thatcherismo no poder e do

⁴⁷⁸ TURNER, Alwyn, **Rejoice! Rejoice! Britain in the 1980s**. London: Aurum Press, 2010, p. ix

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 150.

⁴⁸⁰ LEA, John. **What is to be done about law and Order?:** crisis in the nineties. London: Pluto Press, 1993, p. viii.

⁴⁸¹ WORCESTER, Kent. Ten years of Thatcherism. **World Policy Journal**, Vol. 6, no. 2, 1989, p. 306.

⁴⁸² PIAUCHAD, David. The Growth of Poverty. In: WALKER, Alan; WALKER, Carol (Ed.). **The Growing Divide. A Social Audit 1979-1987**. London: Calvert's North Star Press, 1987, pp. 22-23.

⁴⁸³ ROBERTSON, David. Mrs. Thatcher's Employment Prescription: An Active Neo-liberal Labor Market Policy. **Journal of Public Policy**, Vol. 6, no. 3, 1986, p. 290.

⁴⁸⁴ WALKER, Alan. Introduction. In: WALKER, Alan; WALKER, Carol (Ed.). **The Growing Divide. A Social Audit 1979-1987**. London: Calvert's North Star Press, 1987, p. 5

⁴⁸⁵ Britain will win with Labour, **Party Manifestos**. Disponível em: <<http://www.politicsresources.net/area/uk/man/lab87.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2016. “Reino unido ou reino dividido”, tradução nossa.

modo como ele excluía largos segmentos da população e desempoderava as camadas sociais mais vulneráveis.⁴⁸⁶

Em 1985, a Igreja da Inglaterra lançava aquela que seria uma das maiores críticas às políticas conservadoras do período. Em documento intitulado *Faith in the City*, ela denunciava a nação dividida – “two nations”⁴⁸⁷ –, que emergia na década de 1980. Mais do que isso, acusava diretamente as ideias e políticas neoliberais como “unworkable”, “morally reprehensible” e “unchristian”.⁴⁸⁸ É importante dizer que a Igreja da Inglaterra havia se tornado, naqueles anos, uma das forças políticas mais desafiadoras e prejudiciais ao governo Thatcher, e acusações advindas de clérigos de que suas políticas estavam em desacordo com os princípios cristãos eram comuns.⁴⁸⁹

Não só a oposição e a Igreja aumentavam seus ataques à administração de Thatcher durante os anos 1980 e ao seu suposto descaso com causas sociais. As críticas dentro do partido também cresciam. As divisões internas, sobretudo após a eleição de Thatcher para líder dos conservadores, e sua retórica de rompimento eram antigas. A mais importante delas, em torno das políticas econômicas de seu governo, separava *wets* – aqueles que defendiam um Estado mais ativo e favoreciam políticas de geração de empregos e crescimento econômico – e *dries* – indivíduos próximos a Thatcher, que priorizavam a redução dos gastos públicos e dos impostos, políticas anti-inflacionárias e legislação antissindical.⁴⁹⁰

Com o aprofundamento das políticas Thatcherites, durante a década, essa oposição tornava-se mais ruidosa. O jornal *The Independent*, por exemplo, em uma pesquisa com parlamentares do partido, constatou que dois terços deles se mostravam preocupados com as reformas no sistema de seguridade social implementadas no final da década⁴⁹¹, enquanto Ian Gilmour e Francis Pym, figuras importantes do partido e críticos antigos do governo Thatcher, referiam-se às reformas como um “affront to common sense” e uma medida que desconsiderava as necessidades dos próprios beneficiários do sistema.⁴⁹² O

⁴⁸⁶ FAULKS, Op. Cit., p. 125

⁴⁸⁷ *Faith in the City* (1985) apud FILBY, Op. Cit., p. 172. “Duas nações”/ “impraticável”/ “moralmente repreensível”/ “não cristão”, tradução nossa.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, p. 175.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, p. 155.

⁴⁹⁰ HEPPELL, Timotht.; HILL, Michael. Ideological Typologies of Contemporary British Conservatism. *Political Studies Review*, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 335–355, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1478-9299.2005.00027.x>, p. 338.

⁴⁹¹ Apud ‘Poor people’s budge’, *New Statesman*, 15 April 1988

⁴⁹² Ambos participaram dos primeiros ministérios da administração Thatcher, não por afinidade ideológica, mas pela importância desses membros dentro do partido. Com o tempo, Thatcher foi conseguindo isolar essas figuras. Para as referidas declarações, ver LAWSON, Nigel. *The View from No. 11*. London: Bantam

Conservative Women's National Advisory Council reagiu vigorosamente à proposta do governo de eliminar a indexação dos benefícios pagos por crianças pela inflação⁴⁹³, ao passo que o parlamentar conservador Braden Rhys Williams tentava introduzir, via parlamento, uma peça de lei que asseguraria a manutenção de tal indexação.⁴⁹⁴ Esses são apenas alguns exemplos de como os conservadores reagiam às próprias políticas da primeira-ministra britânica.

Seja como for, as inúmeras reformas implementadas pela administração Thatcher aceleraram mudanças sociais e causaram enorme desconforto em alguns setores da sociedade britânica. Como um conjunto de crenças e políticas influenciadas tanto por ideias econômicas liberais quanto por ideias neoconservadoras e tradicionais⁴⁹⁵, o Thatcherismo unia-se em torno do seu impulso de “free the economy from the controls and burdens of collectivism” ao passo que também tentava restabelecer certa “authority of the government”.⁴⁹⁶ Privatização, flexibilização de leis trabalhistas, desregulamentação do mercado financeiro e reformas no *welfare state* foram persistentes tentativas de liberar a economia, com algumas consequências profundas para a sociedade britânica. Com o advento de uma economia menos regulamentada e um sistema de seguridade social reduzido, indivíduos foram sendo cada vez mais expostos aos efeitos flutuantes da economia de mercado⁴⁹⁷ e suas sanções. As políticas de Thatcher traziam ou aceleravam profundas mudanças sociais. Se, por um lado, a insatisfação popular tanto por seu governo quanto por seu estilo crescia, por outro, verificava-se o aumento do suporte da opinião pública pelo modelo de bem-estar social e sua provisão de serviços públicos.⁴⁹⁸

Press, 1992, p. 306 e Francis Pym, Hansard, 28 January 1986, col 841, apud BENNETT, Frank. What future for social security. In: WALKER, Alan; WALKER, Carol (Ed.). **The Growing Divide. A Social Audit 1979-1987**. London: Calvert's North Star Press, 1987, p. 127.

⁴⁹³ HOOVER, Kenneth. The Rise of Conservative Capitalism: Ideological Tensions within the Reagan and Thatcher Governments. **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 29, 1987, p. 260.

⁴⁹⁴ Shut up, Nobory's Listening. **New Statesman**, 8 de janeiro de 1988, p. 22.

⁴⁹⁵ GAMBLE, Andrew. **The Free Economy and the Strong State**. London: Palgrave, 1994. HAY, Colin; FARRALL, Steven. Interrogating and conceptualizing the legacy of Thatcherism. In: HAY, Colin; FARRALL, Steven. **The Legacy of Thatcherism**. Assessing and Exploring Thatcherite Social and Economic Policies. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 9.

⁴⁹⁶ GAMBLE, Andrew. Privatisation, Thatcherism, and the British State. **Journal of Law and Society**, Vol. 16, no. 1, 1988, pp. 1-20. “Libertar a economia dos controles e fardos do coletivismo”/ “autoridade do governo”, tradução nossa.

⁴⁹⁷ MURIE, Alan. The housing legacy of Thatcherism. In: HAY, COLIN; FARRALL, Steven, Op. Cit., p. 163.

⁴⁹⁸ KING, Anthony. **British Political Opinion 1937-2000**. The Gallup Polls. London: Politico's, 2001, pp. 238-239.

Em parte, como resposta a essas questões, sobretudo a partir das eleições de 1987, os conservadores buscaram radicalizar sua abordagem, apoiando-se num discurso mais moralista e popular, ao mesmo tempo que se voltavam mais às questões sociais. Tendo focalizado mais questões econômicas por anos, Thatcher e sua unidade política esperavam “Thatcherizar”⁴⁹⁹ as políticas sociais, ou seja, trazer suas ideias para essa área, que havia sido menos explorada. Apesar de sua crescente impopularidade – em uma pesquisa de opinião, 59% dos entrevistados acreditavam que ela desprezava as pessoas, e 54% sustentavam que ela estava totalmente fora de contato com as pessoas comuns⁵⁰⁰ – Thatcher conseguiu se eleger, pela terceira vez consecutiva, primeira-ministra do Reino Unido.

A maioria de cadeiras que conseguiu no parlamento, mesmo que a diferença entre ela e os trabalhistas tenha diminuído⁵⁰¹, se comparada às eleições de 1983, dava ao partido maior liberdade para a implementação de reformas em outros setores e o desenvolvimento de uma retórica que se preocupava mais com temas sociais e morais. Portanto, mesmo representando contextos diferentes, não causa nenhuma surpresa que muitos dos discursos do final dos anos 1980 sejam bastante similares àqueles dos anos 1970. Se o contexto era outro e as razões um pouco diferentes, ainda assim, o governo tentava recuperar parte de sua imagem como resposta às cada vez mais recorrentes críticas. Cada vez mais, a imagem do partido tornava-se “a national disaster”⁵⁰², vinculada à percepção geral de uma primeira-ministra que pouco se importava com as pessoas e, além disso, era divisiva e “un-Christian”.⁵⁰³ O próprio Hurd recordava que, naqueles anos, “in the high point in the reign of Margaret Thatcher”, o governo era frequentemente acusado “of divisiveness.”⁵⁰⁴

Assim, a partir da sua terceira administração, Thatcher buscou reconectar-se com temas morais, como havia feito no final da década de 1970, voltando-se cada vez mais à

⁴⁹⁹ MOORE. **Margaret Thatcher**, Vol. III., Op. Cit., p. 5.

⁵⁰⁰ Conservative Leader Image. Ipsos MORI. Disponível em:

< <https://www.ipsosmori.com/researchpublications/researcharchive/58/Conservative-Leader-Image.aspx> >

Acesso em: 18 fev 2022. A opinião de que Thatcher não se importava com as pessoas comuns era compartilhada, inclusive, por membros do partido. Cf. TEBBIT, Norman. **Upwardly Mobile**. London: Futura Publications, 1989, p. 312. A preocupação com esta questão foi tamanha, que na conferência anual do partido de 1986 ela dedicou boa parte de seu discurso ao tema “Conservative Care”, Cf. THATCHER, Margaret. Speech to Conservative Party Conference (1986). **Margaret Thatcher Foundation**. Disponível em: < <https://www.margaretthatcher.org/document/106498> >. Acesso em: 04 fev 2022.

⁵⁰¹ O Partido Conservador conseguiu 376 cadeiras, 23 a menos do que nas eleições de 1983, mas ainda manteve uma maioria confortável de 102 cadeiras.

⁵⁰² TURNER, Op. Cit., p. 322. “Desastre nacional”, tradução nossa.

⁵⁰³ WALKER, Op. Cit., pp. 1–7.

⁵⁰⁴ HURD, Douglas. **Robert Peel: a biography**. London: Phoenix, 2007, p. 1. “no alto do reinado de Margaret Thatcher”/ “de ser divisivo”, tradução nossa.

Bíblia.⁵⁰⁵ Não é coincidência que figuras como Griffiths, Booth e Hurd emergiriam nesses anos. Como Sherman e Joseph no final dos anos 1970, Griffiths tornar-se-ia um ator central no final dos anos 1980, em parte, pelas mesmas razões de seus antecessores, ou seja, a necessidade de estabelecer conexão entre cristianismo, valores morais e Thatcherismo. Hurd, que se descrevia como cristão democrata e sempre havia sido comprometido com o Anglicanismo⁵⁰⁶, era amplamente percebido como alguém que poderia fornecer uma expressão mais humana a um governo que encarava uma crescente crise em sua imagem.

Sutcliffe-Braithwaite corretamente observou que um crescente pessimismo em direção ao final dos anos 1980 – quando o partido parece ter reconhecido que os valores Thatcherites não floresceram naturalmente depois que o “socialismo” havia sido derrotado – moveu o discurso de Thatcher vigorosamente para questões culturais e morais.⁵⁰⁷ O governo não apenas redirecionava seu discurso para responder às críticas, mas também o alterava, como resposta à percebida falha em transformar comportamentos. Se o governo tivera êxito em muitas de suas batalhas, sobretudo econômicas, parecia ter falhado em alterar as crenças e o *national mood*.

De acordo com sua *Policy Unit*, a própria primeira-ministra havia tomado a liderança na estratégia de enfatizar temas relacionados a moralidade, valores e responsabilidade.⁵⁰⁸ Mais importante, documentos desse grupo mostram como o partido estava preocupado com essa questão e via a necessidade de outra abordagem para tratar do problema. Em relatório intitulado *Changing the Climate*, a unidade debatia a importância de mudar a percepção popular e direcionar a sociedade de uma posição “from the welfare state to an enterprise and responsible society”.⁵⁰⁹ Não é de se surpreender que o documento sugeria temas caros ao Thatcherismo, relacionados a pontos já analisados no capítulo. Para mudar as mentalidades, ele propunha maior participação de organizações da sociedade civil e da família na vida do indivíduo. Grande ênfase deveria ser dada à “family” e ao “voluntary sector”. Além disso, é importante notar a necessidade de “dealing with the church”⁵¹⁰ no processo de mudança da mentalidade nacional.

⁵⁰⁵ FILBY, Op. Cit., p. 235.

⁵⁰⁶ VINEN, Op. Cit., pp. 254 e 235.

⁵⁰⁷ SUTCLIFFE-BRAITHWAITE, Op. Cit., p. 517.

⁵⁰⁸ **Possible Issues for Future Policy**, 15 dec. 1988. Arquivo: PREM 19/3494. National Archives, London.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, “do Estado de bem-estar social para uma sociedade empreendedora e responsável”, tradução nossa.

⁵¹⁰ **Papers to end of July**, 18 jun. 1987. Arquivo: PREM 19/3494. National Archives, London. “Família”/ “setor voluntário”/ lidando com a igreja”, tradução nossa.

Como uma de suas estratégias, o partido tentava se reaproximar da Igreja ou, ao menos, limitar os danos que as críticas dessa instituição causavam ao governo Thatcher. Mais do que isso, além de causar danos à imagem dos conservadores, ela não estaria desempenhando o papel essencial de principal transmissora de virtudes da sociedade. A primeira-ministra culpava não apenas a Igreja da Inglaterra, mas todas as igrejas por supostamente terem abdicado de sua liderança moral em face da crescente permissividade e perda geral de valores morais.⁵¹¹ Assim, ao fim da década, alguns membros do partido esforçavam-se para encorajar o engajamento da Igreja à cruzada moral do governo e tentavam estimular um papel mais ativo da instituição na transmissão de valores tradicionais.⁵¹² A própria Thatcher convidou alguns dos mais importantes arcebispos para um encontro nos *Chequers*, uma casa de campo usada pelo primeiro-ministro em exercício, em uma tentativa de se estabelecer algum tipo de entendimento entre as partes e construir algum diálogo.⁵¹³

De fato, o governo vinha monitorando os membros da instituição e tentava uma aproximação há alguns anos. Enquanto o conselho da Igreja para assuntos relacionados a responsabilidade social, o *Board for Social Responsibility*, tentava organizar um diálogo entre Igreja e governo desde 1986⁵¹⁴, secretamente, o governo trabalhava com possíveis meios de neutralizar os arcebispos de esquerda que eram membros da comissão e, assim, reduzir o impacto de suas ideias.⁵¹⁵ Clérigos católicos também estavam na mira. Além de buscar motivar aqueles que se sabia serem conservadores, o governo buscava conquistar os indecisos.⁵¹⁶ Esse era o contexto político, social e ideológico britânico a partir da segunda metade da década de 1980.

É justamente por isso que, mesmo que o termo *active citizenship* tenha sido usado apenas em 1988, Hurd já vinha se valendo de muitos de seus elementos desde a metade da década, e a discussão sobre o tema crescia com o passar dos anos. O *Home Office* havia começado a enfatizar temas como comunidade e coesão social na metade dos anos 1980.⁵¹⁷ Em muitos desses discursos, Hurd associava “responsible citizens”, “good

⁵¹¹ CAMPBELL, *The Iron Lady*, Op. Cit., p. 383.

⁵¹² DURHAN, Martin. The Thatcher Government and “The Moral Right”. *Parliamentary Affairs*, Vol. 42, no. 1, 1989, pp. 58–71

⁵¹³ MOORE, Vol. II, Op. Cit., p. 399.

⁵¹⁴ FILBY, Op. Cit., p. 247.

⁵¹⁵ **Archbishop’s report**, 26 nov. 1985. Arquivo: CRD/D/10/6-10. Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford.

⁵¹⁶ **Links with the clergy**, 5 dec. 1985. Arquivo: CRD/D/10/6-10. Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford.

⁵¹⁷ HURD, *Memoirs*, 1993, Op. Cit., p. 400.

citizens” e “good neighbour” como sinônimos.⁵¹⁸ O ministro não apenas tentava argumentar em favor do equilíbrio entre “the interest of the individual and the interest of community”⁵¹⁹, como também, explicitamente, derivava direitos de deveres: “[a] framework of rights and responsibilities derived from and owing to their community and country”⁵²⁰, ambas questões centrais no conceito de cidadania de Thatcher já há muitos anos. Ademais, Hurd fazia questão de tentar enquadrar essas ideias em uma ampla tradição conservadora ou da filosofia do partido. Cidadania ativa era tratada como a “Thatchery philosophy”⁵²¹, como parte da tradição do partido em equilibrar interesses individuais e os da comunidade.⁵²²

No mesmo período, o *Conservative Strategy Group* também trabalhava essas ideias. O grupo estabelecia que os padrões de uma “responsible society” seriam alcançados quando “rights and duties, freedom and responsibility, go together”. A própria ideia de “good neighbour” era considerada algo distintivo da tradição conservadora e um tema que o partido deveria começar a enfatizar.⁵²³ Mais importante, em um relatório dirigido a Hurd, o grupo estratégico argumentava acerca da necessidade de se reconstruir “a community infrastructure in which people are given the opportunity to participate and feel again that they can influence what happens around them”. Nesse modelo, organizações voluntárias e não lucrativas teriam papel central a desempenhar.

O relatório ainda apontava para o fato de que um cidadão mais participativo em sua comunidade melhoraria “the well-being of both”.⁵²⁴ Esses documentos governamentais não apenas mostram que o governo estava verdadeiramente engajado ideologicamente com estas questões – mesmo que o contexto tenha ajudado a colocar o

⁵¹⁸ HURD, Bow Group, 9 oct 1986. Op. Cit.; HURD, Douglas. **Keighley Conservative Association Lunch**, 1 mai. 1987. Arquivo: PPB 140, Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford; HURD, Douglas, **Carlton Club Political Dinner**, 22 out. 1986. Arquivo: PPB 129. Conservative Archives, Bodleian Libraries, Oxford. “cidadãos responsáveis”/ “bons cidadãos”/ “bom vizinho”, tradução nossa.

⁵¹⁹ HURD, Douglas. **Edmond Lecture**, 12 set. 1986. Arquivo: PPB 129. Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford.

⁵²⁰ HURD, Douglas. **Carlton Club**, Op. Cit., e HURD, Douglas. **Cambridge University Conservative Association**, 10 mar. 1988. Arquivo: PPB 134. Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford. “o interesse do indivíduo e o interesse da comunidade”, tradução nossa. “Uma estrutura de direitos e responsabilidades derivadas da e devidas a sua comunidade e país”, tradução nossa.

⁵²¹ HURD, Douglas. **Speech to the Conservative Women’s Conference**, 25 mai, 1988. Arquivo: PPB 135, Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford..

⁵²² HURD, Edmonton Lecture, Op. Cit.

⁵²³ Diversas reuniões enfatizando esta questão durante 1986. Arquivo: CRD 4/307/4-7. Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford. “Sociedade responsável”/ direitos e deveres, liberdade e responsabilidade vão juntos”, tradução nossa.

⁵²⁴ **Repot of the Home Secretary’s policy group on law and order, inner cities and drugs**, dec. 1986. Arquivo: CDR 4/9/57-60. Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford.

tema na agenda – mas também reforçam a ideia defendida nesta pesquisa, a saber, o fato de que Thatcher já defendia muitas das ideias que seriam popularizadas no discurso de cidadania ativa no final da década de 1980. A necessidade de maior participação do cidadão na comunidade para enriquecer o senso de identidade e utilidade; a importância central da sociedade civil; o equilíbrio entre direitos e deveres, liberdade e responsabilidade, todos esses eram temas importantes e extensivamente explorados por Thatcher desde os anos 1960.

No final dos anos 1980, Hurd defendia a necessidade de um cidadão ativo que voluntariamente aceitaria suas obrigações com a comunidade⁵²⁵, tal qual um requerimento central a qualquer sociedade livre. Como alternativa a um modelo à esquerda, que burocratizava a ideia de cidadania⁵²⁶, ele acreditava oferecer algo que encorajava o surgimento dos “little platoons”⁵²⁷ e criava as condições para o ressurgimento das comunidades.⁵²⁸ “We must make a reality once again of the concept of community”, disse a um grupo de jovens conservadores em 1988.⁵²⁹

Hurd foi, provavelmente, o ator conservador mais consciente da importância do tema, num contexto em que o governo estava sob ataque, e a opinião pública demonstrava crescente insatisfação com o estilo de governar de Thatcher.⁵³⁰ A crença da primeira-ministra de que seu indivíduo – ou cidadão – e sociedade civil floresceriam por meio da redução do papel do Estado claramente não se concretizava. Douglas Hurd não apenas reconheceu o tempo certo para colocar o tema na agenda política conservadora, como também – e sobretudo – compreendeu a necessidade de melhor definir, refinar, suavizar e incorporar um tom mais compassivo ao discurso *Thatcherite*. A *Policy Unit*, igualmente reconhecendo a importância do tema para o partido, aconselhava a extensão do conceito

⁵²⁵ HURD, Freedom will flourish, 1989, Op. Cit. “Uma infraestrutura comunitária na qual é dado as pessoas a oportunidade de participar e sentir, novamente, que elas podem influenciar o que acontece ao seu redor”/ “o bem-estar de ambos”, tradução nossa.

⁵²⁶ Ibidem.

⁵²⁷ HURD, Citizenship in the Tory Democracy, 1989, Op. Cit.

⁵²⁸ HURD, Douglas, *Speech to the Tory Reform Group*, 4 April 1987. Arquivo: PPB 131. Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford.

⁵²⁹ HURD, Douglas, *National Young Conservatives Conference*, 13 fev. 1988. Arquivo: PPB 134. Conservative Party Archives, Bodleian Libraries, Oxford. “Devemos tornar realidade, novamente, o conceito de comunidade”, tradução nossa.

⁵³⁰ Em sua biografia sobre Robert Peel, Hurd foi explícito quanto a sua consciência sobre a necessidade do tema. Não foi a uma coincidência que o termo tenha surgido em um discurso sobre Peel, visto por Hurd como alguém preocupado em amenizar as diferenças sociais. Para Hurd, as circunstâncias do momento pediam pela ênfase nesta questão. Cf. HURD, Robert Peel, Op. Cit., p. 1.

a outras esferas, ao passo que sugeria que o tema fosse abordado de forma menos filosófica e mais popular.⁵³¹

Com a renúncia de Thatcher em 1990, seu sucessor John Major daria continuidade à empreitada conservadora de redefinir o conceito de cidadania. Seu famoso programa de reformas no sistema de serviços públicos de 1991 não apenas encorajava a aplicação de princípios de mercado nesses serviços⁵³², como também aproximava os conceitos de cidadão e consumidor⁵³³, em que a defesa de recompensas contrastaria com a linguagem de cidadania.⁵³⁴

Os anos 1990 testemunhariam uma grande expansão no número tanto de análises normativas quanto descritivas sobre o tema. Uma das vertentes mais populares no período, o comunitarismo, emergiria, em parte, como resposta ao individualismo dos anos 1980 e teria enorme influência nas ideias e políticas dos *New Labours*, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Contudo, seria o comunitarismo totalmente avesso ao Thatcherismo? Esta será a última questão que o capítulo tentará endereçar

1.6 Neoliberalismo ou comunitarismo?

O conceito de *active citizenship* seria duramente criticado tanto no momento em que foi lançado, como nos anos seguintes. Para a revista *New Statesman*, o mais importante e tradicional periódico político britânico à esquerda, Hurd havia reduzido cidadania a uma moral “privatizada”, que ressoava o moralismo aristocrático medieval da *noblesse oblige*.⁵³⁵ Assim, segundo muitos críticos, Thatcher dividia cidadania entre agentes passivos e ativos: os bons cidadãos seriam aqueles com recursos para participar da vida comunitária, enquanto aqueles já marginalizados sentir-se-iam ainda mais inferiorizados e excluídos.⁵³⁶

Keith Faulks aponta quatro tipos de críticas recorrentes a cidadania ativa do governo Thatcher. A primeira crítica recaía sobre o modelo, que criava cidadãos despolidizados. Se a essência histórica do conceito de cidadania, para o autor, é a relação entre indivíduo e sua comunidade política, ao focar deveres sociais sem nenhuma

⁵³¹ Possible issues for Future, Op. Cit.

⁵³² SMITH, Op. Cit., p. 192

⁵³³ SHAMSUL, HAQUE M. ‘Citizens’ Needs vs. Market Demands in Public Governance: An Extended View, *Administrative Theory & Praxis*, Vol. 21, no. 2, 1999, p. 228.

⁵³⁴ HILL, Op. Cit., p. 201.

⁵³⁵ Citizen Hurd, 1988, Op. Cit.

⁵³⁶ FAULKS, Op. Cit., p. 125

referência ao reino político, aos direitos e à democracia, a administração Thatcher criava um conceito estreito e pouco politizado.⁵³⁷ A segunda relacionava-se ao conceito, que era excludente ao dividir o cidadão entre passivo e ativo, baseando-se na posse de recursos.⁵³⁸ Como apontou Ignatieff, sendo a ideia de cidadania em Thatcher vinculada à propriedade, cidadãos despossuídos dependeriam da benevolência de outros bem-sucedidos⁵³⁹, estigmatizando o receptor da ação e criando dependência. A terceira crítica é resultado direto do segundo ponto e concerne à dependência do beneficiário de determinada ação à boa vontade de outro indivíduo para satisfazer suas necessidades mínimas.⁵⁴⁰ E mais, como indagou Dilys Hill, teria o setor voluntário a capacidade de absorver as demandas daqueles que estão em necessidade?⁵⁴¹ A quarta e última crítica questiona se o modelo traria maior fardo às mulheres, numa sociedade ainda com grande desigualdade de gênero, na qual a figura feminina é vinculada ao cuidado⁵⁴² O problema sequer mencionado pelos conservadores era que, ao enfatizar deveres e reduzir direitos, diminuía-se a própria capacidade de alguns indivíduos de preencherem suas obrigações.⁵⁴³

Além das críticas dirigidas às possíveis consequências do modelo Thatcherite, como já anunciado anteriormente, criticava-se o *timing* do surgimento do termo. Algumas análises avaliaram o discurso de Hurd como uma tentativa de reintegrar uma sociedade fragmentada.⁵⁴⁴ Como apontou Ruth Lister, o discurso de *active citizenship* foi desacreditado porque acontecia concomitantemente à redução de benefícios e recursos para a provisão de serviços públicos.⁵⁴⁵ Faulks também avalia o conceito como retórica Thatcherite baseada na percepção da necessidade de se promoverem valores compartilhados e mútua obrigação. Para o historiador, o conceito de cidadania de Thatcher não era burkeano, mas reflexo de suas ideias neoliberais.⁵⁴⁶

Como analisado na seção anterior, o contexto diz muito sobre o surgimento do termo e essas análises corretamente apontam para a necessidade percebida, pelos conservadores, de alterar um discurso pouco popular, numa época de crescentes

⁵³⁷ Ibidem, p. 130.

⁵³⁸ Ibidem, p. 131.

⁵³⁹ IGNATIEFF, Op. Cit., p. 72

⁵⁴⁰ FAULKS, Op. Cit., p. 131.

⁵⁴¹ HILL, Op. Cit., p. 20.

⁵⁴² FAULKS, Op. Cit., p. 131-132.

⁵⁴³ Ibidem, p. 132.

⁵⁴⁴ HELD; HALL, Left and Rights, Op. Cit., p. 16.

⁵⁴⁵ LISTER, Citizenship: Feminist perspective, Op. Cit., p. 23.

⁵⁴⁶ FAULKS, Op. Cit., p. 128.

problemas sociais e críticas à administração conservadora. Seja como for – e este é o ponto central da presente pesquisa –, em primeiro lugar, as principais ideias acerca de cidadania expostas por Hurd haviam sido, de forma pouco elaborada, defendidas por Thatcher e seu entorno ao longo das décadas anteriores. Portanto, se o contexto colocou o tema na pauta e guiou a redefinição do conceito de forma a suavizá-lo e dar-lhe coerência, grande parte do conteúdo sempre esteve na retórica *Thatcherite*, e essas ideias sempre foram importantes para o movimento. Portanto, longe de ser fruto de pura demagogia, o Thatcherismo realmente redefinia cidadania desta forma. Em segundo lugar – e como resultado direto das análises efetuadas nesta pesquisa –, segue-se que o conceito de cidadania em Thatcher não pode ser confundido com um modelo neoliberal e economicista. Se a visão econômica liberal mais pura enxerga o indivíduo como ator soberano, racional e único responsável por definir seus parâmetros morais, não podemos vincular Thatcher a tal perspectiva.

Em contrapartida, é interessante notar algo pouco ou nada explorado nessas análises sobre cidadania, a saber, a relação entre Thatcherismo e comunitarismo. Se alguns autores sinalizam a proeminência da ideia de comunidade nas análises da *new right*,⁵⁴⁷ não há menção a qualquer tipo de relação entre Thatcherismo e comunitarismo. Pelo contrário, ou se atribui a emergência de um *civic conservatism* como reação à administração Thatcher e à percepção de que o governo havia desconsiderado o papel da comunidade⁵⁴⁸, ou se considera o *New Labour* como o partido que se distanciava do Thatcherismo justamente por sua retórica sobre comunidade.⁵⁴⁹ Comunitarismo, assim, é sempre visto como reação ao Thatcherismo. Uma das poucas exceções é Geoff Andrews, que ressalta que a crise ao final dos anos 1980 teria levado o Thatcherismo a tardiamente tentar recuperar a tradição comunitária dentro da filosofia conservadora.⁵⁵⁰ Ainda assim, Andrews não foi além disso para tentar desvelar a ideia, sobretudo porque, novamente, a ela era tratada como reação a algo, como retórica, e não como parte original das ideias Thatcherites.

Vale salientar que não se trata de desconsiderar essas análises. Novamente, elas apontam e consideram aspectos de extrema relevância para o tópico. O surgimento de um

⁵⁴⁷ HARRIS, Op. Cit., p. 271; ROSE, Op. Cit.

⁵⁴⁸ WILLIAMS, Ben. Social Policy. In: HICKSON, Kevin; WILLIAMS, Ben (org.). **John Major**. An unsuccessful prime minister? London: Biteback Publishing, 2017, pp. 203-204

⁵⁴⁹ DAVIES, Jonathan. Active citizenship: navigating the Conservative heartlands of the New Labour project. **Policy & Politics**, Vol. 40, no. 1, 2012, p. 3.

⁵⁵⁰ ANDREWS, Geoff. Introduction. In: ANDREWS, Geoff (Ed.). **Citizenship**. London: Lawrence & Wishart, 1991, p. 12.

civic conservatism e *compassionate conservatism* nos anos 1990, bem como a importância dada à comunidade pelo *New Labour* são, em parte, reação às políticas do governo Thatcher e à opinião pública que se mostrava desgastada com anos de políticas conservadoras. Ainda assim, essa é só parte da história. Ambos os desenvolvimentos são reação de oposição aos anos Thatcher, mas também sua continuidade. E aqui o foco é mostrar que, mais do que reação, houve continuidade. Em outras palavras, acerca do tema cidadania e comunidade, há mais diferença de grau do que de oposição. Parece-nos que, se Thatcher encorajou a ascensão do comunitarismo como reação à sua década, ao mesmo tempo, o próprio Thatcherismo já trazia muitas das ideias que seriam centrais a esse mesmo comunitarismo.

Em termos gerais, como já dissemos, o comunitarismo, como vertente que analisa, mas também promove certo modelo de cidadania, emerge nos anos 1980 e, sobretudo, 1990, em reação ao modelo de cidadania liberal. Para os pensadores comunitários, os grandes problemas sociais do fim do século XX decorreriam do excesso de autonomia encorajada tanto pelo modelo social liberal welfarista, quanto pelo individualismo neoliberal da *new right*.⁵⁵¹ Em total oposição ao Thatcherismo, esses pensadores acusavam o individualismo de mercado de enfraquecer os valores relacionados à sociedade civil e ao terceiro setor.⁵⁵² Além dessa diferença clara, há uma distinção importante, mas de grau, entre a ênfase dada ao indivíduo por Thatcher e aquela dada pelos comunitários. Dito isso, as semelhanças são enormes.

Amitai Etzioni, o mais influente entre esses intelectuais, apontava a contracultura dos anos 1960 e 1970 como a grande responsável pelo excesso de autonomia da sociedade do final do século passado.⁵⁵³ Para o sociólogo, a sociedade americana dos anos 1950 era uma “viable community” porque dispunha de um amplo conjunto de valores compartilhados, baseados nas ideias cristãs, “[a] strong sense of duty to their families, communities and society” e um grande equilíbrio entre comunidade e autonomia.⁵⁵⁴ De acordo com Etzioni, o excesso de autonomia trazido pelos anos 1960 e 1970, com sua ênfase nos direitos, declínio do respeito as autoridades e dependência associada às

⁵⁵¹ BEVIR, 2005, Op. Cit., p. 74.

⁵⁵² TAM, Henry. **Communitarianism**. A new agenda for politics and citizenship. London: Macmillan, 1998, p. 199.

⁵⁵³ BEVIR, 2005, Op. Cit., p. 74.

⁵⁵⁴ *Ibidem*, p. 74. “Comunidade viável”/ “um forte senso de dever para com a famílias, comunidades e sociedade”, tradução nossa.

camadas mais vulneráveis, teria trazido os enormes problemas sociais que desafiavam seu tempo.⁵⁵⁵

Para os comunitários, não existia a ideia de indivíduo fora de seu contexto social. Por essa razão, não haveria nenhum princípio moral universal inteligível à razão, apenas aqueles enraizados nas práticas de determinada comunidade.⁵⁵⁶ Assim, as obrigações emergiam da identidade comunal, pré-existente ao indivíduo, mas gerada de maneira orgânica naquela comunidade. Isso posto, a cidadania refletia comunidade, e não o contrário.⁵⁵⁷ Portanto, era necessário reafirmar obrigações sobre direitos – deveres também tratados como pré-requisitos – e enfatizar a importância das associações civis e da criação de identidade. Como base, era preciso reiterar o papel dos valores morais associados a “*religion, work and family*”, responsáveis por prover ao indivíduo “*self-reliance, involvement and sense of contribution to community*”.⁵⁵⁸

Ademais, alguns autores chamam a atenção para o fato de que, tal como os pensadores da *new right*, os comunitários também defendiam tanto a redução do Estado quanto o incentivo à responsabilidade pessoal com relação à manutenção e promoção do próprio bem-estar individual⁵⁵⁹, absolvendo, em parte, o Estado de sua responsabilidade e transformando cidadania em ato de *self-empowerment*.⁵⁶⁰ Em contrapartida, esses autores também compartilhavam com a nova direita a negligência da dimensão participativa do cidadão na arena política.⁵⁶¹

Comunitários e Thatcherites compartilhavam, em suas análises, tanto parte do diagnóstico para os problemas do final do século XX, quanto algumas das possíveis soluções para eles. A fragmentação das comunidades seria fruto, sobretudo, de questões culturais, e não socioeconômicas. Mais do que isso, a contracultura dos anos 1960 e 1970, bem como o sistema de *welfare state* estariam na origem desses problemas, ao encorajarem passividade, dependência e desrespeito à autoridade. Em contrapartida, a solução oferecida encontrava-se na promoção de valores comuns, sobretudo cristãos; no reflorescimento da sociedade civil e de suas associações civis; no papel central desempenhado pelas igrejas, família e ética do trabalho; na busca do reequilíbrio entre

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 74.

⁵⁵⁶ LISTER; PIA, Op. Cit., pp. 16-17.

⁵⁵⁷ Ibidem, p. 15.

⁵⁵⁸ BEVIR, New Labour, Op. Cit., p. 75. “Religião, trabalho e família”/ “autossuficiência, envolvimento e senso de contribuição à comunidade”, tradução nossa.

⁵⁵⁹ LISTER; PIA, Op. Cit., pp. 132-133.

⁵⁶⁰ DELANTY, Op. Cit., p. 168.

⁵⁶¹ Ibidem, p. 163.

direitos e deveres e também autonomia e comunidade; no restabelecimento do indivíduo ativo e na autoridade.

Não pretendemos argumentar que o comunitarismo foi um desenvolvimento linear ou natural do Thatcherismo, tampouco deduzir que este antecipou aquele, ou que o Thatcherismo foi uma espécie de comunitarismo ou pré-comunitarismo. Em história das ideias, falar em pioneirismo é sempre perigoso e, geralmente, errado. Estabelecem-se relações inexistentes de causa e efeito por simples dedução cronológica. É ponto pacífico o fato de que o comunitarismo ascendeu, em parte, como reação ao individualismo e às políticas pró-mercado incentivadas por Thatcher, bem como aos resultados alcançados por tais práticas. Nesse sentido, comunitarismo e Thatcherismo opõem-se. Por outro lado, como mostrado neste estudo, ambos compartilhavam ideias-chave tanto com relação à causa dos problemas sociais do final do século XX, quanto com relação a possíveis respostas a essas questões.

Não se trata de estabelecer uma relação direta entres os dois movimentos; antes, trata-se de compreender que se desenvolveram no mesmo contexto de críticas ao sistema político, cultural e socioeconômico do pós-guerra, absorvendo e compartilhando muitas das análises, oriundas de diversos segmentos, desenvolvidas naqueles anos. Parece-nos claro que a maior diferença entre eles, ou seja, a visão que carregavam do mercado e seu impacto no indivíduo e na comunidade, seja proveniente do fato de que os comunitários, ao experimentarem a década de Thatcher e as políticas neoliberais que se espalhavam pelo mundo, concluíram que o mercado desmoralizava o indivíduo tanto quanto o Estado e que ambos, portanto, representavam perigo real ao desenvolvimento de uma sociedade civil saudável e dinâmica. Comunitarismo e Thatcherismo, portanto, não devem ser tratados como movimentos totalmente antagônicos, mas como desdobramentos de um mesmo contexto histórico e, mais do que se diferenciarem, compartilhavam ideias e perspectivas.

1.7 O conceito Conservador de cidadania

Ao final, o Thatcherismo ressignificou o conceito de cidadania ao rearranjar e/ou eliminar e/ou reinterpretar antigos elementos, introduzir novos e construir diferentes relações com outros conceitos políticos. O próprio indivíduo, objeto do conceito de cidadania, foi ressignificado como agente ativo individual, mas sempre em um espaço de interação e dependência com outros indivíduos igualmente ativos. O indivíduo passou a ser

interpretado como criatura social e moral, responsável e, ao mesmo tempo, dependente do seu entorno. A liberdade, elemento importante para qualquer conceito de cidadania, seria ressignificada, em parte, em termos negativos, como a ausência de coerção e a liberdade de fazer escolhas. Ao mesmo tempo, entretanto, tornava-se instrumento moralizador do indivíduo, por meio do qual ele se tornaria um cidadão responsável. Assim, a liberdade seria vista como um instrumento, um meio para se alcançar algo, mais do que um fim em si mesmo. Nesse quesito, Thatcher parece estar muito mais em sintonia com uma tradição conservadora que, como notou Francisco Carlos Teixeira da Silva, relaciona liberdade à autonomia dos corpos sociais responsáveis pela formação dos indivíduos – daí a necessidade de “libertar” a sociedade civil da tutela do Estado –, do que com a tradição liberal que a coloca apenas na esfera da ação do indivíduo.⁵⁶²

A ideia de comunidade, entendida como algo orgânico e natural, espaço onde indivíduos, em mútua dependência, cresceriam, interagiriam e se associariam, transformaria a interpretação de direitos e deveres. Se direito continuava sendo um elemento central para o conceito de cidadania, ele seria *descontested* como algo real, histórico e não abstrato. Assim, sua importância seria reduzida e contrabalanceada pela ideia de dever. Nesse novo modelo, qualquer direito que fosse entendido como fundamentado em ideias universais, naturais e contratualistas, consideradas direitos garantidos sem qualquer relação de dever ou obrigação do beneficiário, poderia ser reduzido ou extinto. Portanto, alguns direitos civis e políticos, mas sobretudo direitos sociais, seriam objeto de contestação e reanálise.

O indivíduo, como membro da comunidade, ser social e moral, em relação de dependência desde seu nascimento, deve obrigações à sua comunidade, antes do acesso e do pedido a qualquer direito que possa almejar. Precisamente por ser ressignificado como algo real, adquirido *a posteriori*, e não *a priori*, o direito passava a depender necessariamente do elemento dever, invertendo-se, assim, a lógica do modelo defendido no pós-guerra. Dever tornava-se elemento central na concepção conservadora de comunidade orgânica, relacionando-se com outros elementos adjacentes que o significavam. Mais especificamente, comunidade, moral, responsabilidade, autoridade, tradição, dependência, seriam todos elementos adjacentes que ganhariam importância e orbitariam em torno do elemento dever.

⁵⁶² DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. O Conservadorismo como via para a Modernidade. **Anos 90**, Vol. 4, no. 6, 1996, p. 18

Outros conceitos relacionados ao termo também seriam reinterpretados, alterando o próprio significado de cidadania. O Estado passava a ser visto mais como um facilitador, um “capacitador” responsável não por encontrar a resposta de todos os problemas sociais, mas antes, por estimular os indivíduos a serem empreendedores de si próprios.⁵⁶³ Mais do que isso, suspeitava-se de que o Estado fosse um produtor de vícios, responsável por desmoralizar os indivíduos. Desse modo, suas funções diminuía ao passo que se tornava uma instituição mais reguladora do que provedora. Novamente, tais transformações impactariam a provisão de serviços públicos e a ideia de direitos sociais. Ademais, diminuindo-se o papel do Estado, diminuía-se parte do poder e dos espaços políticos e, conseqüentemente, reduziam-se os direitos políticos. A própria esfera política, vista como lugar de conflito e promoção de interesses, seria reduzida. O mercado, em compensação, além de ser considerado mais eficiente economicamente, seria ressignificado como um espaço moralizador do indivíduo e encorajador de virtudes e responsabilidades cívicas. Assim, o conceito de mercado seria colocado próximo ao de cidadania, entendido como espaço essencial no qual o indivíduo exerceria sua liberdade de escolha e se desenvolveria como ser moral e, conseqüentemente, melhor cidadão.

Finalmente, a sociedade civil – e não a arena política – tornar-se-ia o espaço por excelência de desenvolvimento de cidadania e construção de coesão social. No ambiente da sociedade civil, entendida como sinônimo de comunidade, com indivíduos interagindo em grupos, compartilhando atividades e transmitindo valores, a ideia de cidadania de Thatcher se desenvolveria. É na comunidade civil, não política, que esse cidadão existe. Para os conservadores, a política, o Estado, o partido não moralizavam os indivíduos. Esse era o trabalho de instituições civis, como a Igreja, as famílias, instituições e associações voluntárias. Assim, o Thatcherismo movia a cidadania, da arena pública política, para a arena mais privada da sociedade civil.

1.8 Conclusão

O presente capítulo analisou como o Thatcherismo redefiniu tanto a ideia de indivíduo, Estado e sociedade civil, quanto a relação entre eles. Mostrou-se que o Thatcherismo atribuiu novos significados a elementos centrais que compõem o conceito de cidadania e que, ao fim da década de 1980, por diferentes razões, o Partido Conservador,

*Um Estado capacitador, que habilita o indivíduo mais do que provém ao mesmo.

⁵⁶³ ROSE, op. Cit., p. 142.

especialmente por intermédio do ministro Douglas Hurd, ao mesmo tempo que recolocava o conceito no seio do debate político britânico, tentava desenvolver uma definição mais sofisticada, coerente e humana. No entanto, muitas das ideias apresentadas no conceito de Hurd já estavam presentes nos discursos de Thatcher desde o final da década de 1960, embora nunca tivessem sido desenvolvidas de forma a criar uma teoria sobre o conceito. Assim, não podemos concordar com a recorrente visão de que o conceito de *active citizenship* tenha sido simples desdobramento das políticas econômicas neoliberais dos anos Thatcher, tampouco com a defesa de que seja puro instrumento retórico para justificar reformas e/ou problemas sociais de meados da década de 1980. Se, em parte, a ideia de "cidadania ativa" de Hurd respondia aos desafios sociais e políticos da época, também continha muitas das ideias já promovidas pela primeira-ministra desde os tempos em que era parlamentar.

Ao que parece, devido ao foco das análises do Thatcherismo recair sobre a esfera econômica de sua administração e sobre os resultados concretos de suas políticas, pouca atenção foi dada ao conceito conservador de cidadania em si, quase sempre confundido com um desdobramento natural das políticas econômicas de Thatcher. Isso também explicaria a perspectiva quase automática de se "classificar" o comunitarismo como algo puramente oposto ao Thatcherismo, pelo simples fato de o primeiro criticar a forma como os governos influenciados pela nova direita promoviam mercado e individualismo.

As ideias e crenças que Thatcher e o Thatcherismo promoviam sobre questões relacionadas à temática cidadania eram fruto da influência de inúmeras e diferentes tradições políticas e religiosas nativas, mas também oriundas de discussões com outras tradições fora do Reino Unido. Sua infância em um ambiente metodista e não conformista⁵⁶⁴, por exemplo, deixou marcas profundas em seus valores relacionados a uma ética do trabalho, prudência econômica e autoconfiança, enquanto suas ideias sobre Deus, comunidade e indivíduo apresentavam estreita relação com um cristianismo conservador⁵⁶⁵. Em contrapartida, a importância concedida à sociedade civil, a recusa de uma visão de cidadania contratualista, a defesa dos deveres, a ligação moral entre eles, o

⁵⁶⁴ Sua infância não conformista e os ensinamentos metodistas de seu religioso pai tiveram profundo impacto em sua formação e efeito duradouro na sua ideia de que crenças religiosas estariam sempre conectadas com preocupações políticas. Cf. WEISS, Op. Cit., pp. 23-24; FILBY, Op. Cit., p. 584.

⁵⁶⁵ Charles Moore disse acreditar que sua visão de sociedade era algo próxima a visão de John Wesley, "Christian social". Entrevista com Charles Moore, 11 de agosto 2020.

indivíduo e a comunidade, tudo isso ressoava um conservadorismo tradicional britânico histórico.

Suas ideias também incorporam muito a crítica neoconservadora ao Estado de bem-estar social do pós-guerra, a contracultura dos anos 1960 e 1970 e a ascensão daquilo que passou a ser chamado de “cultura da dependência”, resultado direto de um modelo de Estado coletivista e políticas redistributivas. Por fim, sua crença em um Estado mínimo, a ideia de indivisibilidade da liberdade e a fé no mercado reverberam pensadores neoliberais.⁵⁶⁶ É importante notar que essas diferentes posições não devem ser tratadas como separadas, fechadas em recipientes próprios e que não dialogavam. Antes, sobrepunham-se e reforçavam-se, muitas vezes, harmonizando-se, comunicando-se e justificando-se, dividindo inúmeros aspectos em comum. Desse modo, por exemplo, seu ceticismo com relação ao Estado pode ser encontrado tanto na tradição conservadora, quanto em suas origens não conformistas ou em autores neoliberais. Como apontou Eliza Filby, muitas de suas ideias de origem não conformista harmonizavam, convenientemente, com premissas apresentadas pela nova direita.⁵⁶⁷ O Thatcherismo era influenciado por todas as tradições transformadas ao longo dos anos, ao passo que também as transformava, ao buscar responder a novas questões e adaptá-las a novas circunstâncias.

Os anos de governo Thatcher influenciaram profundamente o debate acerca do tema cidadania ao fim dos anos 1980. Em primeiro lugar, influenciou diretamente ao ressignificar a natureza e a relação entre indivíduo, Estado e comunidade, tanto durante os anos em que esteve no poder, como nos anos antes de tornar-se primeira-ministra. Em segundo lugar, influenciou indiretamente o debate por meio dos resultados de uma década de políticas econômicas e sociais que mudaram significativamente o comportamento do Reino Unido, sobretudo seus ataques ao sistema de bem-estar social e aos direitos sociais.

Ao final, a ideia de cidadania de Thatcher parece ter sido tanto bem-sucedida quanto malograda. Ela não foi capaz de recriar uma sociedade civil dinâmica, tampouco fomentou a geração de indivíduos responsáveis e cidadãos ativos. Pelo contrário, sua administração foi acusada de ter encorajado irresponsabilidade e egoísmo em tal escala

⁵⁶⁶ Christopher Collins sugere que Friedrich Hayek e sua obra tenham sido a maior influência sobre a visão de Thatcher acerca da ameaça do Estado. Entrevista com Christopher Collins, 4 de abril 2020. É interessante notar também a diferença com os neoliberais sobre a questão religiosa. Com exceção de Wilhelm Ropke, que trata do aspecto moral do mercado e da ideia de ordem cristã, os neoliberais pouco relacionam mercado e religião. Para Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, por exemplo, a religião é tema periférico ou absente. Cf. SLOBODIAN, Op. Cit., pp. 148, 155 e 165.

⁵⁶⁷ FILBY, Op. Cit., p. 109.

que aprofundou, ainda mais, a fragmentação e coesão dentro das comunidades.⁵⁶⁸ Green foi direto ao ponto quando escreveu que “whether as a consequence of a mismatch between intention and outcome, or as a result of a failure to anticipate where a liberal market strategy could lead, Thatcherism stretched organicism to its breaking-point”.⁵⁶⁹

Thatcher parece não ter percebido que uma sociedade civil vívida e saudável não pode florescer espontaneamente apenas como resultado direto da expansão dos mecanismos de mercado. Pelo contrário, a ênfase do governo nas ideias de livre mercado e escolha individual foi provavelmente a principal causa dos problemas sociais crescentes que ela teve de enfrentar a partir da metade dos anos 1980. Ao questionar Moore se Thatcher, alguma vez, compartilhou com ele algum pensamento sobre um possível aumento do individualismo e do egoísmo nos anos 1980, durante sua administração, ele foi direto ao ponto: “Yes. She was worried that some people who had done well out of Thatcherism had not behaved well with the fortunes they had made”.⁵⁷⁰

Quando os conservadores possivelmente perceberam que isso não seria o suficiente para restabelecer tanto a sociedade civil quanto o indivíduo responsável, a percepção de que o Thatcherismo promovia o indivíduo atomizado já era tão popular que a resposta tardia de Hurd não poderia mais alterar o fato. Por outro lado, as ideias *Thatcherites* de cidadania parecem ter ajudado, ao menos no que se refere à sua influência dentro do debate político, a promover três questões essenciais que teriam profunda e duradoura influência nos debates posteriores sobre o tema: em primeiro lugar, a ideia de responsabilidade, deveres e obrigações como contrapartida a direitos; em segundo lugar, o restabelecimento da sociedade civil, da comunidade⁵⁷¹ e do mercado como importantes espaços para o exercício de cidadania – a sociedade civil gozaria particularmente de enorme prestígio nas décadas posteriores, enquanto o mercado sofreria duros ataques; e, em terceiro lugar, a ideia de cidadania ativa e do indivíduo responsável dentro de sua comunidade.

⁵⁶⁸ Essa percepção era também compartilhada por pensadores e políticos conservadores. Robert Nisbet afirmou que as políticas de Thatcher ajudaram a erodir as estruturas sociais, enquanto o importante membro do Partido Conservador, Ian Gilmour, acusou-a de enfraquecer os “little platoons”, Cf. FAULKS, Op. Cit., p. 90.

⁵⁶⁹ GREEN, Op. Cit., p. 290. “Seja como consequência de uma incompatibilidade entre intenção e resultado ou como resultado do fracasso em antecipar onde uma estratégia liberal de mercado poderia levar, o Thatcherismo estendeu o organicismo a seu ponto de ruptura”, tradução nossa.

⁵⁷⁰ Entrevista com Charles Moore, 11 de agosto de 2020

⁵⁷¹ Para Rose, a comunidade tornou-se, no final do século XX, uma nova especialização do governo, integrada a programas profissionais e de conhecimento. A participação na comunidade local promoveria um tipo particular de moralidade pessoal e formas positivas de vida comunitária. Cf. ROSE, Op. Cit.

Se, na década de 1990, um novo paradigma sobre cidadania emergiria, baseado na ideia de responsabilidade e obrigações para com a família, a comunidade e o trabalho⁵⁷², é inegável o papel dos anos de Thatcher à frente do país na construção desse paradigma. Definitivamente, o Thatcherismo não era o único movimento que promovia essas questões, mas foi enormemente influente em estabelecer a linguagem a ser utilizada no debate público britânico pelos próximos anos.⁵⁷³

⁵⁷² ORTON, Michael. New Labour, citizenship and responsibility: family, community and the obscuring of social relations. In: DEAN, Hartley (Ed.) **The Ethics of Welfare**. Humans right, dependency and responsibility. Bristol: Policy Press, 2004, p. 173.

⁵⁷³ PHILLIPS, Op. Cit.

Capítulo II - *The Citizen's Charter* e o Cidadão Consumidor

2.1 Um sucessor ideal?

Não apenas o legado da administração Margaret Thatcher, mas também a forma como se daria sua renúncia e seus consequentes desdobramentos influenciariam profundamente o governo conservador de John Major. Entender os anos de Major à frente do Reino Unido perpassa a compreensão de sua chegada à liderança do partido e ao mais importante cargo do país.

O fim do governo Thatcher foi marcado por sucessivas crises, forte queda de sua popularidade e início de uma recessão econômica que adentraria os anos 1990. Algumas questões tornar-se-iam cada vez mais problemáticas em direção ao final da década de 1980 e início dos anos 1990. O crescente debate em torno da Europa e da associação à União Europeia – que teria longa vida e culminaria com a saída do Reino Unido do bloco e com a renúncia do então primeiro-ministro David Cameron, em 2016 –, as reformas no setor público e as intervenções nas finanças nos governos locais, sobretudo por meio da polêmica da implementação da *poll tax*⁵⁷⁴, foram eventos fundamentais para a instalação de uma crise política que levaria à queda da primeira-ministra. Ademais, se os primeiros anos de seu governo foram marcados por ideias e ações simples e claras, a partir da metade da década, sua administração tornar-se-ia cada vez mais confusa e complicada.⁵⁷⁵

Uma série de eventos políticos, passando pela renúncia de seu ministro da Economia Nigel Lawson e a ainda mais desastrosa renúncia do vice primeiro-ministro Geoffrey Howe⁵⁷⁶ – e seu incisivo discurso na Câmara dos Comuns –, culminariam com o desafio de sua liderança por Michael Heseltine. Ele se tornou, durante os anos 1980, não apenas uma figura proeminente e influente dentro do partido, mas também um dos maiores – senão o maior – desafeto de Thatcher. O ponto aqui é que, independentemente do resultado das eleições internas do partido, apenas o fato de alguém desafiar uma liderança em pleno mandato de primeira-ministra, após sucessivas vitórias eleitorais, já revela o tamanho da crise política por que passavam os conservadores, bem como as crescentes dúvidas em torno da liderança de Thatcher. Para além dessa questão, o fato de Thatcher ter ganhado as eleições internas, mas não com votos suficientes para afastar um

⁵⁷⁴ VINEN, Op. Cit., pp. 258-259.

⁵⁷⁵ Ibidem, p. 279.

⁵⁷⁶ Ambos renunciaram em decorrência de um desacordo insustentável sobre a posição do país com relação a União Europeia. Thatcher mostrava-se cada vez mais avessa à ideia de integração com os europeus. Tal posicionamento tornar-se-ia mais popular e radical dentro do partido com o passar dos anos.

segundo turno, tornou sua permanência como líder quase insustentável e, após o conselho de grande parte de seus ministros por sua saída, ela finalmente decidiu renunciar. Esse processo deixaria profundas marcas em um partido que começava a se dividir em torno de algumas questões-chave, e traria importantes consequências para o governo de seu sucessor, John Major.

A recessão econômica, a difundida oposição à sua impopular *poll tax* e as disputas ideológicas em torno de sua liderança e da integração europeia foram os fatores de curto prazo que jogaram o partido em uma enorme crise política, culminando com o discurso de Howe e o desafio de Helsetine.⁵⁷⁷ De um ponto de vista mais estratégico, a queda de Thatcher foi resultado da percepção do partido de que ela já não era mais um bem eleitoral. Pesquisas de opinião mostravam que o partido poderia ter um ressurgimento dramático sem ela como líder, e muitos membros sentiam que Thatcher havia se tornado inelegível.⁵⁷⁸ Em contrapartida, essas mesmas pesquisas apontavam para o fato de que Major era a melhor opção eleitoral para o partido vencer as eleições de 1992 – visto pelos eleitores como mais honesto, flexível e realista⁵⁷⁹ – o que atraía parte dos parlamentares conservadores a gravitar ao seu redor.⁵⁸⁰

Major não era o líder conservador habitual. De origem humilde, teve ascensão meteórica dentro do partido e foi o escolhido para substituir, de forma surpreendente, Nigel Lawson como ministro da Economia. Após sua renúncia, Thatcher apoiaria seu ministro da Economia nas eleições para a liderança do partido, vislumbrando no conservador o único candidato capaz de assegurar seu legado e a continuidade de suas políticas.⁵⁸¹ Com ela, veio a direita do partido que votaria majoritariamente em seu candidato.⁵⁸² Após um ano de governo, Thatcher e seus seguidores perceberiam que Major não era um *Thatcherite* convicto, o que geraria um enorme sentimento de traição e desconfiança,⁵⁸³ que já vinha sendo nutrido desde o momento de sua queda e como

⁵⁷⁷ HEPPELL, Timothy. **Choosing the Tory Leader Conservative Party Leadership Elections from Heath to Cameron.** London: I.B.Tauris, 2008, pp. 76-79

⁵⁷⁸ BUTLER, David; KAVANAGH, Dennis. **The British General Election of 1992.** London: MacMillan Press, 1992, pp. 17-18.

⁵⁷⁹ DENVER, David. From Hegemony to Ignominy: Elections and Public Opinion under John Major. In: HICKSON, Kevin; WILLIAMS, Ben (Ed.). **John Major: An Unsuccessful Prime Minister? Reappraising John Major.** London: Biteback Publishing, 2017, p. 6.

⁵⁸⁰ HEPPELL, 2008, Op. Cit., p. 86.

⁵⁸¹ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 22.

⁵⁸² SELDON, Anthony. Major: **A Political Life.** London: Phoenix, 1998, p. 127.

⁵⁸³ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 21.

consequência de todo o processo que resultou em sua renúncia.⁵⁸⁴ Segundo Kenneth Clarke, importante membro do partido que serviu a ambos os governos, ao perceber que Major não seria apenas um primeiro-ministro fantoche, a relação de ambos se deteriorou e, a partir desse momento, Thatcher dedicou-se a fomentar um clima de hostilidade e revanchismo contra ele, inflamando ainda mais um já dividido partido.⁵⁸⁵ Em realidade, Major nunca foi um Thatcherite e, em privado, sua posição sempre foi clara com relação a isso.⁵⁸⁶

Seja como for, a oposição por parte de membros do partido que o haviam apoiado e se sentiam traídos somava-se à imagem de liderança acidental, decorrente da improbabilidade de sua ascensão, que nunca seria revertida completamente⁵⁸⁷, bem como aos problemas e às divisões crescentes com relação à Europa, criando uma crise contínua de legitimidade que minaria sua liderança durante toda sua administração.⁵⁸⁸ Em contrapartida, se ele montou uma equipe de ministros mais ideologicamente alinhados às suas ideias, os representantes conservadores do parlamento eram ainda mais *Thatcherites* do que aqueles à época de Thatcher⁵⁸⁹, já que muitos dos antigos parlamentares conservadores haviam se aposentado, dando início a uma ampla renovação nas cadeiras, que jogaria a ala parlamentar do partido ainda mais à direita.⁵⁹⁰

Como descrito no início do capítulo, não apenas a conjectura ligada à queda de Thatcher e as mudanças na composição do partido, mas também as reformas iniciadas pela ex-primeira-ministra teriam forte influência nos governos de Major. As inúmeras reformas por ela promovidas na provisão de serviços públicos, sobretudo em seus últimos anos, reduziram o espaço de manobra de Major e limitariam seu poder de estabelecer sua própria agenda em termos de políticas sociais⁵⁹¹, dificultando ainda mais a análise dessas políticas⁵⁹² e a sua relação com as ideias do político em questão. Este era o cenário político e partidário inicial nos anos em que Major surgiu como líder dos conservadores e que

⁵⁸⁴ A forma como Thatcher foi desafiada, aconselhada por seus próximos a renunciar e, finalmente, deixou o cargo, encorajou a ideia de que ela foi vítima de uma conspiração planejada por rivais ambiciosos. Ela mesma convenceu-se de que havia sido traída. Isto iria dificultar sua relação com seu sucessor e encobrir o partido por uma década. Cf. VINEN, Cit., Op. p. 250.

⁵⁸⁵ CLARKE, Ken. **Kind of Blue**. A political memoir. London: Macmillan, 2016, p. 250.

⁵⁸⁶ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 22.

⁵⁸⁷ Ibidem, p. 18.

⁵⁸⁸ HEPPEL, 2008, Op. Cit., pp. 92 e 96.

⁵⁸⁹ BOCHEL, Hugh. **The Conservative Party and Social Policy**. Bristol: Policy Press, 2011, p. 57.

⁵⁹⁰ BUTLER; KAVANAGH, Op. Cit., pp. 225-227.

⁵⁹¹ WILLIAMS, Ben. Social Policy. In: HICKSON, Kevin; WILLIAMS, Ben (Ed.). **John Major: An Unsuccessful Prime Minister? Reappraising John Major**. London: Biteback Publishing, 2017, p. 206.

⁵⁹² Ibidem, 211

moldaria não apenas seus anos à frente do partido, mas também como líder do Reino Unido.

2.2 Os anos 1990 e a administração Major

Se o partido aceitou trocar sua ex-líder, isso se deu mais pelos problemas causados por seu estilo do que por uma reprovação contundente às suas políticas. Em outras palavras, a derrocada de Thatcher foi mais consequência de seu tom do que resultado de suas ideias e reformas políticas⁵⁹³, até porque, muitas delas, ao menos no campo econômico, tornar-se-iam consenso nos anos seguintes.

Como já salientado anteriormente, com Thatcher, o partido atravessava grave crise de popularidade e era visto como desunido e não confiável.⁵⁹⁴ Assim, ele próprio buscava, com a queda de Thatcher, uma liderança mais inclusiva, colegiada e menos ideológica, característica que Major provou apresentar.⁵⁹⁵ Uma abordagem menos doutrinária e mais pragmática combinava com o novo humor nacional.⁵⁹⁶

Se Thatcher havia vencido o argumento econômico, o mesmo não era verdade para as questões morais.⁵⁹⁷ Se o seu estilo era questionado, algumas de suas posições também eram contestadas, e a década de 1990, tanto em termos políticos como culturais, parecia reagir à sua famosa e polêmica frase: “there is no such thing as society”.⁵⁹⁸ Com o desenvolvimento de uma sociedade mais heterogênea e legatária dos anos 1960, um certo consentimento em torno de ideias mais liberais e baseadas em um comportamento mais relaxado emergia.⁵⁹⁹ O mundo havia mudado e não era mais o herdeiro do *welfare state* do pós-guerra. Não só as relações de trabalho, mas também as relações familiares e de gênero haviam se transformado.

Com a globalização e a expansão de uma sociedade de consumo, proliferavam-se bens e serviços, bem como a habilidade de os indivíduos satisfazerem seus desejos e vontades.⁶⁰⁰ E justamente essa sociedade de consumo seria o ponto de referência para

⁵⁹³ VINEN, Op. Cit., p. 279.

⁵⁹⁴ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 5.

⁵⁹⁵ SELDON, Anthony; Davies, Mark. An Overall Assessment. In: HICKSON, Kevin; WILLIAMS, Ben (Ed.). **John Major: An Unsuccessful Prime Minister? Reappraising John Major**. London: Biteback Publishing, 2017, p. 337.

⁵⁹⁶ Ibidem.

⁵⁹⁷ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 4.

⁵⁹⁸ Ibidem, p. 3. “Não existe sociedade”, tradução nossa.

⁵⁹⁹ TURNER, 2013, Op. Cit., pp. 7 e 38

⁶⁰⁰ CLARKE, John. “It’s not Like Shopping”: Citizens, Consumers and the Reform of Public Services. In: BEVIR, Mark; TRENTMANN, Frank. **Government, Consumers and Citizenship**. Agency and resistance in contemporary British politics. London: Palgrave Macmillan, 2017, pp. 102-03

avaliar a qualidade dos serviços públicos e os mecanismos que os engendravam.⁶⁰¹ Além disso, nas democracias liberais contemporâneas – fato que pode ser averiguado na década de 1990 e perdura até os dias de hoje –, verificam-se o contínuo aumento da resistência do contribuinte em financiar os serviços públicos com mais recursos e a insistência em apoiar tais serviços apenas se financiados a gastos constantes ou reduzidos.⁶⁰² Estas são questões centrais para a compreensão do contexto histórico em que a *Citizen's Charter* de Major seria produzida.

Em contrapartida, o partido também passava por tensões e transformações que iam além da questão europeia ou dos problemas associados à queda de Thatcher. Se a questão em torno da Europa era o principal motivo de desavenças, ela não era a única. O partido se via em uma encruzilhada moral e cultural com o surgimento de uma sociedade mais plural e liberal. Assim, se, por um lado, havia a divisão entre eurocéticos e eurófilos, por outro, crescia o atrito entre tradicionalistas e modernizadores⁶⁰³, que perduraria até pouco tempo, com a vitória de David Cameron e o lançamento de uma espécie de *New Conservative Party*. Não bastassem essas questões, o partido também se dividia sobre o estilo do próximo governante. Uma parte, composta pelos reformadores, encorajava a manutenção de uma política de reformas continuadas – política de “revolução permanente”, iniciada por Thatcher, enquanto outros membros entendiam que o momento era mais propício à consolidação das reformas e da diminuição da velocidade da implementação de políticas conservadoras.⁶⁰⁴

De fato, a tradição ideológica conservadora encontrava-se exaurida, no momento em que as grandes “cruzadas” do passado haviam desaparecido, ou estavam desaparecendo.⁶⁰⁵ O comunismo e a Guerra Fria haviam sido vencidos, e as grandes questões da década de 1980, superadas. A aliança momentânea entre liberais e conservadores, que havia se fortalecido após a Segunda Guerra Mundial, como consequência da necessidade de combater-se “inimigos” em comum – URSS, sindicatos, aumento do poder do Estado⁶⁰⁶ – tornava-se mais problemática e difícil. Se Thatcher havia sido bem-sucedida em assegurar a aliança entre neliberais e conservadores tradicionais, mesmo com inúmeras incompatibilidades entre os grupos, isso havia sido

⁶⁰¹ Ibidem, 103.

⁶⁰² LEWIS, Norman. The Citizen's Charter and Next Steps: A New Way of Governing? **The Political Quarterly**, vol. 64, 1993, p. 317

⁶⁰³ KAVANAGH, Dennis. **The Major Effect**. London: Macmillan, 1994, pp. 42-43.

⁶⁰⁴ Ibidem.

⁶⁰⁵ GAMBLE, Andrew. The Crisis of Conservatism. **New Left Review**, Vol. 214, 1995, p. 24.

⁶⁰⁶ O'SULLIVAN, Noel. **Conservatism**. New York: St. Martin's Press, 1976, p. 29.

alcançado, em parte, por sua personalidade e, em parte, devido aos objetivos em comum que ambos os grupos almejavam.⁶⁰⁷

Todavia, nos anos 1990, as circunstâncias relacionadas à personalidade do líder e aos inimigos em comum eram bem diferentes,⁶⁰⁸ o que pode ter sido mais um fator de acirramento das tensões dentro do partido.⁶⁰⁹ Se importantes questões unificadoras desapareciam, novos problemas – muito menos consensuais e mais divisivos, como a questão da Europa e a dimensão moral – emergiam. Ao mesmo tempo, se o partido havia tido importante papel na formulação de novas ideias na década de 1970, sendo substituído em importância pelos *think tanks* na década seguinte, com o advento dos anos 1990, essa “máquina” de produção e proliferação de ideias chegava à exaustão. A nova direita atingia seu limite em termos de promoção de novas ideias. Portanto, não apenas Major se mostrava um homem menos ideológico e mais pragmático do que Thatcher, mas também o partido e os *think tanks*, que por anos haviam trabalhado em proximidade e abastecido o partido com novas ideias, davam sinais de esgotamento em suas atividades ideacionais.

Se a questão ideológica é central, sobretudo em estudos que pretendem entender ideias e conceitos, uma análise ideacional dos anos Major impõe alguns desafios que já devem ter sido notados desde o início deste capítulo. O primeiro – e mais óbvio – é que Major era um homem mais pragmático e menos preocupado com ideias do que Thatcher. Ele nunca se sentiu confortável com pronunciamentos ideológicos e sempre foi tratado muito mais como um operador tático do que como um pensador ou alguém ligado a conceitos e grandes ideias.⁶¹⁰ Não seguia uma linha filosófica conservadora específica, nem tinha mentores entre os líderes conservadores.⁶¹¹ Como disseram Sarah Hogg, chefe da sua *Policy Unit*, e Jonathan Hill, membro da mesma unidade, Major sempre foi avesso a “ismos”, preferindo alinhar-se a valores conservadores compartilhados pelo partido.⁶¹² Como ele próprio disse em certo discurso: “I speak as a conservative by instinct,

⁶⁰⁷ HICKSON, Kevin. John Major and the Evolution of British Conservatism. In: HICKSON, Kevin; WILLIAMS, Ben (Ed.). **John Major: An Unsuccessful Prime Minister? Reappraising John Major.** London: Biteback Publishing, 2017, pp. 37-38.

⁶⁰⁸ Ibidem.

⁶⁰⁹ As divisões dentro do partido não eram novas. Durante o governo Thatcher, ficou famoso os termos *wets* and *dries*, que representavam dois grupos que disputavam a hegemonia dentro do partido. Mas, após a década de 1980 e o bem sucedido ataque aos “inimigos” em comum, algumas divisões foram acentuando-se sem elementos em comum que estes grupos poderiam compartilhar.

⁶¹⁰ SELDON, 1998, Op. Cit., p. 133.

⁶¹¹ Ibidem, p. 738.

⁶¹² HOGG, Sarah; HILL, Jonathan. **Too Close to Call.** Power and Politics. John Major in no. 10. London: Warner Book, 1995, p. 83.

conservative by instinct not by learning (...) I didn't read any conservative philosophers, I learned my conservatism in the back streets of Brixton (...)"⁶¹³

Em termos de política, pautava-se por posição mais pragmática, baseando suas ações de caso por caso.⁶¹⁴ Em compensação, reconhecendo os problemas trazidos pelas políticas liberais econômicas de Thatcher⁶¹⁵, o então primeiro-ministro buscou suavizar a retórica do partido, ao passo que demonstrava maior preocupação e consciência com as políticas sociais, demonstrando maior compreensão sobre a importância do tema.⁶¹⁶ Dedicou-se, conscientemente, a produzir uma imagem diferente daquela dos anos Thatcher, mais consensual e socialmente mais preocupada⁶¹⁷, e compreendeu tanto a necessidade de se adaptar o Thatcherismo à nova década, quanto a necessidade de se criar uma nova abordagem e linguagem.⁶¹⁸

A necessidade de mudança na retórica do partido era, inclusive, uma posição compartilhada por muitos conservadores e impulsionada pelas análises da agência de comunicação que prestava serviços ao partido, a Saatchi. Ela havia aconselhado Major a repensar sua posição com relação a questões sociais relacionadas ao cuidado com as pessoas.⁶¹⁹ Apesar de seu pragmatismo, como qualquer indivíduo, ele tinha ideias alinhadas a certa visão de mundo. Nesse sentido, sempre foi considerado um social-liberal e alguém que tentou, talvez sem sucesso, reintroduzir no partido certa tradição conservadora do *One Nation*.⁶²⁰ Demonstrava uma sensibilidade muito maior com relação aos desafortunados e também maior grau de tolerância com a diversidade⁶²¹, buscando

⁶¹³ MAJOR, John. Speech to the Institute of Directors. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: <www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-speech-to-the-institute-of-directors-19-january-1996> Acesso em: 30 set 2020. Isso não significa dizer que Major não tinha ideologia. Nada mais ideológico do que a ideia de que determinado ator ou grupo não tem ideologia. De qualquer forma, o importante é notar que ele não apresentava nenhuma influência muito arraigada com determinado autor, ator ou escola de pensamento político. "Eu falo como um conservador por instinto, não aprendizagem (...) Eu não li filósofos conservadores, eu aprendi meu conservadorismo nas ruas de Brixton", tradução nossa.

⁶¹⁴ SELDON, 1998, Op. Cit., p. 743.

⁶¹⁵ Em sua autobiografia, Major reconhece que alguns grupos minoritários foram deixados para trás, durante a administração conservadora dos anos 1980, e afirma que gostaria de ter feito mais por essas pessoas. Cf. MAJOR, John. **John Major**. The Autobiography. London: Harper Collins, 2010, p. 201.

⁶¹⁶ WILLIAMS, 2017, Op. Cit., pp. 198-199.

⁶¹⁷ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 217.

⁶¹⁸ SELDON, 1998, Op. Cit., p. 188.

⁶¹⁹ BUTLER; KAVANAGH, Op. Cit., p. 36.

⁶²⁰ Andrew Gamble afirma que desde 1979 um líder conservador não tinha todas as principais figuras de seu *Cabinet* oriundas da vertente *One Nation*. Cf. GAMBLE, 1995, Op. Cit., p. 25. *One Nation* foi um dos grupos conservadores que emergiu nos anos do pós-guerra, dentro do Partido Conservador. Grupo mais influente e importante dentro do partido, até a ascensão de Thatcher ao poder, respeitava e defendia o "consenso" do pós-guerra, embora as críticas a tal consenso tivessem se tornado mais crescentes ao longo dos anos. Para uma análise mais aprofundada, Cf. SEAWRIGHT, David. *One Nation*. In: HICKSON, Kevin (org). **The Political Thought of the Conservative Party since 1945**. Palgrave MacMillan: London, 2005.

⁶²¹ HOGG; HILL, Op. Cit., p. 86.

reconciliar uma sociedade mais complexa do que aquela dos anos 1980, uma nação que reconhecia estar mais dividida e fraturada.⁶²² Sua famosa aversão a qualquer tipo de discriminação e seu forte social-liberalismo, que iam além de pura estratégia pós-Thatcherite, certamente eram mais um dos fatores que o colocavam como uma liderança conservadora incomum e única.⁶²³

Do primeiro desafio de analisar as ideias de Major, segue-se o segundo, referente ao contexto histórico específico em que ele ascendeu à liderança do partido e às limitações que lhe foram impostas. As questões aqui são claras, e têm sido objeto de grande debate entre políticos e estudiosos: até que ponto Major seguiu seus sentimentos verbais iniciais com relação a sua agenda para políticas sociais?⁶²⁴ Em que medida sua retórica mais humana e social liberal influenciou seu governo? Seria sua retórica simples instrumento estratégico como reação aos anos Thatcher? Seria Major pura continuidade do Thatcherismo, com roupagem mais humana? Seria este conservadorismo mais socialmente orientado por uma variação do pensamento conservador? Embora não seja objetivo deste estudo tentar responder a tais indagações, algumas circunstâncias específicas parecem ter limitado consideravelmente a forma como Major governaria. Ademais, alguns desses questionamentos já foram brevemente expostos.

O governo Major foi minado permanentemente por uma extensiva sensação de insegurança, caracterizada pela erosão da lealdade do partido para com ele e de sua legitimidade enquanto líder do partido.⁶²⁵ A forma como chegou ao topo do partido, como já mencionado anteriormente, durante o mandato de uma ex-primeira-ministra, de forma quase “acidental”, daria certo ar de ilegitimidade sobre seu governo. Não apenas isso, mas também a polarização que emergiu dentro do partido após a queda de Thatcher e a sensação, entre os membros, de que Major havia traído o seu legado tornaram tal facção um problema constante durante os anos 1990. Qualquer tentativa de fugir desse radicalismo à direita gerava forte reação desses setores⁶²⁶, o que minava sua orientação mais liberal, em um partido já em guerra em decorrência da questão europeia.⁶²⁷

Major teve de enfrentar a mais organizada e contínua oposição dentro do partido de todo o século XX⁶²⁸, marcada por um sectarismo que havia construído seus próprios

⁶²² *Ibidem*, p. 201.

⁶²³ SELDON, 1998, *Op. Cit.*, pp. 200 e 215.

⁶²⁴ WILLIAMS, *Op. Cit.*, p. 203.

⁶²⁵ BUTLER; KAVANAGH, *Op. Cit.*, p. 113.

⁶²⁶ WILLIAMS, *Op. Cit.*, p. 202.

⁶²⁷ TURNER, 2013, *Op. Cit.*, p. 227.

⁶²⁸ GAMBLE, 1995, *Op. Cit.*, p. 6.

significados e agia como se fosse uma entidade independente do partido.⁶²⁹ Se o apoio de Thatcher foi importante para sua vitória, ela também o colocava em uma situação delicada, na qual, além de precisar lidar com a oposição de quem o ajudou a se eleger, era necessário evitar um criticismo mais aberto aos governos Thatcher, ao mesmo tempo que tentava se distanciar dele.⁶³⁰ Além dessa oposição interna, Major também deveria trabalhar com uma considerável diminuição de sua maioria parlamentar, sobretudo após as eleições de 1992.

Por último, a grave crise econômica que havia se iniciado no fim da década de 1980 limitaria seu orçamento e sua habilidade de implementar reformas e enfatizar políticas sociais. Como descrito anteriormente, Major reconhecia os problemas herdados pelas políticas de Thatcher – ao menos parte deles –, e mostrava-se muito mais aberto a ideias relacionadas a políticas sociais. Essa questão fica clara em sua autobiografia. Nela, ele tanto reconhece os efeitos dos anos 1980, como admite sua incapacidade para aliviá-los.

De acordo com o primeiro-ministro, sua intenção era implementar mudanças sociais e educacionais no Reino Unido, mas a condição fiscal atravessada pelo país não permitiu que essas ideias fossem colocadas em prática.⁶³¹ Isso sinaliza não apenas sua preocupação com estas questões, mas também o fato de estar disposto a utilizar recursos públicos para amenizar tais problemas. Major diz arrependê-lo do fato de que sua verdadeira voz política raramente foi explorada.⁶³² Mais do que isso, atribui ao Estado papel importante na promoção de certos indivíduos que haviam sido deixados para trás e não conseguiam libertar-se desta situação “I wish to concentrate now on those who wanted to succeed [...] but who were often trapped by circumstances from which they could not break out”.⁶³³ Novamente, ele culpa a falta de recursos para justificar sua inação, a crise econômica que o teria impedido “from doing more to help them”.⁶³⁴ Diferentemente de Thatcher, Major reconhece certo papel do Estado em auxiliar as pessoas em situação de vulnerabilidade, rompendo, até certo ponto, com um discurso

⁶²⁹ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 156.

⁶³⁰ BALE, Tim. **The Conservative Party: From Thatcher to Cameron**. Cambridge: Polity Press, 2013, p. 33.

⁶³¹ MAJOR, 2010, Op. Cit., p. xxii.

⁶³² Ibidem.

⁶³³ MAJOR, 2010, Op. Cit., p. 143. “Eu quero me concentrar agora naqueles que querem suceder (...), mas que geralmente ficam presos pelas circunstâncias das quais não conseguem sair”, tradução nossa.

⁶³⁴ Ibidem. “de fazer mais para ajuda-los”, tradução nossa.

individualista que atribuía ao indivíduo toda a responsabilidade por sua situação. Esse ponto, ao nosso ver, terá implicações importantes para sua ideia de cidadania.

Logo, não é simples tentar compreender o governo Major, muito menos entender ideologicamente suas posições. Se seu governo é visto e criticado, muitas vezes, por certa falta de coerência⁶³⁵, ela pode ser vista como consequência direta das questões anteriormente apresentadas, e não apenas como resultado de sua personalidade. Ademais, é necessário compreender que, durante a década, se alcançou certo consenso⁶³⁶ em torno das políticas econômicas *Thatcherites* – a construção do *New Labour* é uma das maiores expressões desse consenso –, o que tornava quase irresistível a não continuidade dessas ideias. Desse modo, não apenas se criou grande confiança nos mecanismos de mercado após os governos Thatcher – e Major é também fruto de seu tempo, como veremos mais adiante – mas também, estrategicamente, ele concluiu, com seus conselheiros, que abandonar o Thatcherismo não seria politicamente nem sábio nem prático.⁶³⁷

Major passou seus anos à frente do partido tentando gerenciar crises internas e esforçando-se por mantê-lo unido. Ao mesmo tempo que tentava construir seu governo sobre a herança e conquistas de Thatcher, buscava estabelecer uma nova agenda política⁶³⁸ mais em sintonia com suas ideias e com as necessidades de seu tempo. Se concordamos com a afirmação de que os anos de Major à frente do Reino Unido foram de desenvolvimento e continuidade de certas medidas políticas da nova direita – e a intensificação de políticas de privatização é o primeiro aspecto que vem à mente –, porém, com tom e retórica distintos de sua predecessora⁶³⁹, em contrapartida, devemos entender tanto as limitações enfrentadas pelo primeiro-ministro quanto as diferenças que suas ideias, personalidade e o novo contexto impunham a seu governo.

Se Major claramente deu continuidade a algumas ideias centrais do Thatcherismo, em outras esferas, como moralidade social, seu legado é menos claro.⁶⁴⁰ Seus anos à frente do partido devem ser entendidos não como simples continuidade de políticas dos anos Thatcher, nem como ruptura aos anos 1980; antes, devem ser analisados como um governo distinto, em um contexto histórico diferente, mas que também incluía uma enorme influência de mais de uma década de políticas *Thatcherites* e coincide com a

⁶³⁵ SELDON, 1998, Op. Cit., p. 133.

⁶³⁶⁶³⁶ Por consenso, aqui, não quero dizer total ausência de críticas e alternativas. O significado de consenso refere-se apenas a certa hegemonia momentânea de certo discurso.

⁶³⁷ SELDON, 1998, Op. Cit., p. 188.

⁶³⁸ BUTLER; KAVANAGH, Op. Cit., p. 19.

⁶³⁹ HICKSON, 2017, Op. Cit., p. 43.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, p. 215

ascensão e consolidação das ideias e práticas da nova direita. Portanto, e isso é bem perceptível na questão da *Citizen's Charter*, sua administração pode ser entendida como uma mistura de políticas e ideias que ora abraçavam o legado de Thatcher, ora rompiam com as ideias e práticas da ex-primeira-ministra.

2.3. Cidadania e *The Citizen's Charter*: o significado do termo nos anos Major

Como já analisado, o governo Major representou um momento tanto de continuidade quanto de tentativa de ruptura com o último governo conservador. Se sua administração manteve a fé nos mecanismos e valores de mercado, ela procurou mitigar os impactos sociais resultantes dessas mesmas políticas, e isso pautou, ao menos em parte, uma revisão moderada das políticas sociais conservadoras.⁶⁴¹ Major ajudou a resgatar, dentro do partido, as estruturas para o surgimento de um certo conservadorismo social, mais compassivo e pragmático, que se desenvolveria nos próximos anos e, segundo alguns autores, energizaria as narrativas em torno da ideia de *Big Society* de Cameron.⁶⁴²

O fato é que, nesses anos, ascendia, dentro do movimento conservador, um modelo ideológico mais refinado, que dava mais valor à ideia de sociedade e comunidade e maior importância à necessidade de serviços públicos bons e viáveis na vida do cidadão, mesmo que ele ainda gravitasse em torno da ideia de escolhas individuais.⁶⁴³ Difundia-se, não apenas dentro do partido, mas também entre pensadores conservadores, a percepção de que a primazia nas políticas econômicas durante o governo Thatcher havia negligenciado a esfera social, e, assim, certa noção de sociedade deveria ser recuperada pela administração Major.⁶⁴⁴ A ideia de *Civic Conservatism* florescia nestes anos e ajudava a reviver, na direita dos anos 1990, a questão da importância de certa combinação entre ação cívica individual, localismo comunitário e formas mais variadas de provisão de serviços públicos.⁶⁴⁵ É importante notar que este não era apenas algo próprio ao Reino

⁶⁴¹ WILLIAMS, 2017, Op. Cit., p. 209.

⁶⁴² Ibidem 211-213,

⁶⁴³ WILLIAMS, 2017, Op. Cit., p. 204.

⁶⁴⁴ Ibidem. Aqui, é importante fazermos uma observação: no capítulo anterior, defendemos a ideia de que o governo Thatcher não era apenas voltado à economia, mas também tinha uma importante dimensão moral. Além disso, afirmamos que seu individualismo não negava a comunidade e nem sua importância. Isso pode parecer contraditório com o que dizemos acima – da necessidade de o partido se mover um pouco mais em direção a questões sociais e comunitárias, mas não é. Como esclarecemos no capítulo anterior, em primeiro lugar, as consequências do governo Thatcher devem ser separadas, até certo ponto, das análises que focalizam suas ideias. E o motivo foi amplamente explicado no capítulo em questão. Em segundo lugar, Thatcher não acreditava que o Estado tivesse importante papel em promover comunidade – muito pelo contrário –, porém isso não significa que ela não acreditasse nesta última.

⁶⁴⁵ Ibidem.

Unido, mas também visível em outros lugares. Nos Estados Unidos, por exemplo, igualmente se desenvolviam novas ideias que ajudariam na promoção de um conservadorismo mais moderado e assentado em uma agenda social mais robusta. Tais desdobramentos fariam surgir uma variação conservadora chamada de *Compassionate Conservatism*, que se tornaria famosa durante a administração do republicano George W. Bush e seria endossada pelo então presidente norte-americano.

Pretendemos desenvolver melhor essas ideias nos próximos capítulos, pois acreditamos que elas teriam muito mais influência nos anos posteriores ao governo Major e na reconstrução do partido durante o tempo em que esteve na oposição. De qualquer forma, é importante notar todas essas transformações ideacionais que estavam ocorrendo na década de 1990, não apenas por certo impacto que viriam a ter na administração Major, mas também por mostrarem como a década se movia em algumas esferas e reagia aos anos 1980. Se essas reformulações não aconteciam apenas no Reino Unido, também não ficaram restritas a apenas um espectro ideológico. O surgimento do *Third Way* e a popularização de tais ideias igualmente se dariam durante esses anos⁶⁴⁶ e como reação, em parte, aos anos 1980 e, em parte, ao modelo welfarista do pós-guerra.

As ideologias reagem às políticas conservadoras da década de 1990, bem como a outras mudanças mais estruturais que vinham ocorrendo nos últimos anos. Ademais, tal qual a sociedade como um todo, eram influenciadas por essas mudanças. Como já observamos anteriormente, a sociedade moderna mudava e tornava-se, cada vez mais, uma sociedade de consumo. Os usuários de serviços locais, grupo que se tornava cada vez mais heterogêneo, passavam a demandar que as autoridades locais responsáveis pela provisão desses serviços fossem mais sensíveis às suas demandas e não à dos provedores.⁶⁴⁷ Do mesmo modo, a variedade dos grupos, de consumo aumentava.⁶⁴⁸ A expansão exponencial de grupos de pressão e ONG pelo direito do consumidor influenciava o surgimento de uma nova percepção sobre a necessidade de se estabelecer direitos do consumidor no setor público.⁶⁴⁹

De fato, o mercado avançava na esfera pública. Não só a ideia de consumidor adentrava o reino do cidadão e das relações entre indivíduo e Estado, mas, com ele e como sua parte fundamental, emergia também um certo consenso político em torno da

⁶⁴⁶ Este tema também será mais bem abordado no capítulo posterior.

⁶⁴⁷ GYFORD, John. **Citizens, Consumers and Councils**. London: Macmillan, 1991, p. 31.

⁶⁴⁸ *Ibidem*.

⁶⁴⁹ *Ibidem*, p. 38.

necessidade de se importarem mecanismos de mercado para o setor público⁶⁵⁰, bem como com relação à importância e o valor de estender a ele o poder de escolha e as liberdades individuais, embora não incluísse maior participação em seus processos decisórios.⁶⁵¹ Por essa razão, as reformas do setor, nos anos 1990, seriam pautadas pela concepção do cidadão consumidor, baseada na ideia de eficiência, escolha, flexibilidade e capacidade de resposta.⁶⁵² Se isso, em parte, era consequência dos novos tempos, o governo Thatcher definitivamente ajudou na promoção de tal concepção, ao encorajar a visão de um *welfare state* como um variado instrumento de entrega de serviços de consumo, em vez de um instrumento auxiliar na reprodução do tecido social britânica.⁶⁵³

Se, em seu segundo mandato, a ex-primeira-ministra focalizou reformas econômicas no controle dos gastos com despesas sociais e no aumento de sua eficiência, em parte por meio da importação do modelo de administração desses serviços do setor privado, em seu terceiro governo, Thatcher voltar-se-ia para a reforma do *welfare state* e das políticas sociais do período do pós-guerra, não mediante a abolição ou privatização destes serviços, mas, sobretudo, na diversificação dos provedores desses serviços, visando ao aumento da eficiência e à redução de custos.⁶⁵⁴ Assim, as reformas sociais promovidas por Thatcher ao modelo welfarista visavam a separar as finanças públicas da provisão de serviços públicos, com a criação de *quase-markets* e com o objetivo de reduzir a burocracia, aumentar as escolhas dos usuários e promover maior eficiência.⁶⁵⁵ Separava-se, portanto, ao menos parcialmente, o comprador do provedor de serviços públicos; e ao Estado, tendência que continuaria nos anos posteriores, seria atribuído mais o papel para “steer” do que para “row”.⁶⁵⁶

Em compensação, temas negligenciados nos anos 1980 – como a necessidade de se redefinir e encorajar um etos do serviço público bem como produzir e implementar critérios de performance tanto para o setor privado quanto para o público⁶⁵⁷ – seriam tratados com maior atenção. Após o governo da ex-primeira-ministra, a qualidade dos serviços públicos emergiria como uma questão crítica no Reino Unido, e Major herdaria

⁶⁵⁰ BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 526.

⁶⁵¹ Ibidem, p. 546.

⁶⁵² BEVIR; TRENTMANN, Op. Cit., p. 231.

⁶⁵³ BOCHEL, 2011, Op. Cit., p. 34.

⁶⁵⁴ BOCHEL, 2011, Op. Cit., p. 33.

⁶⁵⁵ LOWE, Op. Cit., p. 320.

⁶⁵⁶ LEWIS, Op. Cit., p. 317. “dirigir” e “remar”, tradução nossa.

⁶⁵⁷ COXALL, Bill; ROBINS, Lynton. **British Politics Since the War**. London: Macmillan Press, 1998, p. 68.

uma estrutura em más condições depois dos anos Thatcher e sua constante propaganda contra os profissionais do setor público.⁶⁵⁸ Mais do que isso, havia uma sensação geral de que anos de subinvestimento haviam erodido a qualidade dos serviços públicos⁶⁵⁹, e crescia a suspeita popular de que mais investimentos eram necessários para o setor.⁶⁶⁰ A impressão dos britânicos era a de que os conservadores negligenciavam os serviços públicos⁶⁶¹ e esse tema tornar-se-ia central no início dos anos 1990. De fato, na ocasião, emergiria um consenso que cruzaria a fronteira dos partidos políticos, baseado na ideia de que era importante, naquele momento, se concentrar na melhoria da qualidade de vida do cidadão britânico, sobretudo por meio da melhora na provisão de serviços públicos como saúde e educação.⁶⁶²

Desse modo, a década de 1990 despontaria com problemas e questões bem distintos daqueles do início dos anos 1980. Apesar da recessão, o foco não era mais apenas a estagnação econômica ou a alta inflação, mas uma sociedade mais plural e, ao mesmo tempo, mais individualista e consumista. Além disso, após anos de um governo conservador que pouco olhou para os serviços públicos, a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado como bens essenciais tornou-se um dos focos do início da década.

2.4. A ideia de carta e a *Citizen's Charter*

Em 22 de julho 1991, menos de um ano após sua chegada ao poder, John Major lançaria aquele que deveria ser seu mais importante programa⁶⁶³, nomeado pelos conservadores de *Citizen's Charter*. A ideia de uma carta com um conjunto de regras e políticas visando à melhoria dos serviços públicos não era algo totalmente novo. Ademais, o conceito difundia-se por todo o espectro político britânico e não estava em voga apenas no Reino Unido. Vale ressaltar que a ideia de uma carta para proteger os direitos dos cidadãos seria reflexo da crescente juridicização da política, da expansão do discurso dos direitos e do contínuo sucesso da nova direita⁶⁶⁴, mesmo que acompanhado de crescente criticismo.

⁶⁵⁸ SCHIAVO, Luca Lo. Quality Standards in Public Sector: Differences between Italy and the UK in the Citizen's Charter initiative. **Public Administration** Vol. 78 No. 3, 2000, p. 689.

⁶⁵⁹ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 202.

⁶⁶⁰ Ibidem, p. 183.

⁶⁶¹ Ibidem, p. 202.

⁶⁶² BUTLER; KAVANAGH, Op. Cit., p. 19.

⁶⁶³ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 174.

⁶⁶⁴ COOPER, Davina. The Citizen's Charter and Radical Democracy: Empowerment and exclusion within Citizenship Discourse. **Social & Legal Studies**, Vol. 2, no. 1, pp. 149-171, 1993, p. 150

Se a carta era vista como grande trunfo da administração conservadora por Major e seu entorno, ela não simbolizava uma ideia única ou monopólio de um partido. Na verdade, algumas administrações locais trabalhistas já vinham implementando modelos de cartas ao cidadão, porém com finalidade um pouco diferente – mais voltadas a assegurar maior participação das pessoas na criação de políticas públicas pelas autoridades locais, e menos preocupadas com a ideia de consumo.⁶⁶⁵ No plano nacional, os outros dois principais partidos, o Trabalhista e o Liberal Democrata, também lançavam suas cartas aos cidadãos, que não se diferenciavam muito da proposta conservadora. Os trabalhistas, embora com um cuidado um pouco maior na distinção entre cidadãos e consumidores, também enfatizavam o indivíduo como consumidor.⁶⁶⁶ Mais conscientes dessa confusão, os Liberais Democratas acusavam os dois partidos não apenas de confundir os termos, mas também de oferecer propostas pouco distintas.⁶⁶⁷ Indo além, ofereciam uma visão de cidadania mais complexa, que também incluía seus elementos políticos e sociais, a importância dos direitos sociais e de governos representativos, bem como da luta contra a discriminação.⁶⁶⁸ Seja como for, os exemplos mostram como a política britânica se movia em direção a ideia de cartas e de uma cidadania mais voltada ao consumo.

A carta de Major seria lançada em forma de documento, com pouco mais de cinquenta páginas, intitulado *The Citizen's Charter. Raising the Standards*. A missiva, que tencionava ser a grande obra do seu governo, foi recebida com muitas críticas e poucos elogios.⁶⁶⁹ A imprensa à direita argumentava que ela tinha pouca substância e acusava o primeiro-ministro de usá-la para distrair o público de seus projetos de privatizações, enquanto a imprensa à esquerda o acusava de ter roubado a ideia da carta.⁶⁷⁰ Mesmo dentro do partido, ele sofria resistência, e alguns de seus próprios ministros viam a carta como estreita e antithatcherite.⁶⁷¹ Os ministros e seus departamentos, pouco engajados no tema, demoravam a responder às demandas do documento, enquanto o governo cobrava-lhes auxílio.⁶⁷² Em contrapartida, tanto o Tesouro quanto outros

⁶⁶⁵ KINGDOM, John. Citizen or State Consumer? A Fistful of Charters. CHANDLER, J. A. (Ed.). **The Citizen's Charter**. Hants: Dartmouth, 1996, p. 21.

⁶⁶⁶ HEATER; OLIVER, Op. Cit., p. 49.

⁶⁶⁷ Ibidem, p. 50.

⁶⁶⁸ Ibidem

⁶⁶⁹ TURNER, 2013, Op. Cit., p. 174.

⁶⁷⁰ SELDON, 1998, Op. Cit., p. 189.

⁶⁷¹ Ibidem, 190

⁶⁷² HOGG, HILL, Op. Cit., p. 96.

departamentos envolvidos não acreditavam que a proposta por trás da missiva – ou seja, melhorar os serviços públicos sem aumento dos gastos governamentais – pudesse ser bem aceita pela opinião pública.⁶⁷³ Vale ressaltar que Major se esforçou para promovê-la dentro do partido.⁶⁷⁴

O fato é que, se ela respondia a algumas questões estratégicas, também era resultado de crenças reais do primeiro-ministro; Major verdadeiramente se engajou no tema. Influenciado por suas experiências pessoais e origem humilde, ele havia sentido a importância dos serviços públicos, bem como a frustração por seus problemas. Além disso, compartilhava a suspeita popular de que a qualidade deles havia piorado consideravelmente nos últimos anos.⁶⁷⁵ Portanto, ao mesmo tempo que o documento era uma estratégia para responder aos novos tempos e um instrumento simbólico para se diferenciar-se de Thatcher, era igualmente fruto de sentimentos genuínos.⁶⁷⁶

Dito isso, emerge uma questão crucial: afinal, do que trava a carta? Logo em sua introdução, ela definia que, como todos os serviços públicos são financiados por seus cidadãos, eles tinham o direito de esperar por “high-quality services, responsive to their needs, provided efficiently at a reasonable cost”.⁶⁷⁷ O documento tinha como grande objetivo melhorar a qualidade dos serviços públicos. Para alcançá-lo, defendiam-se reformas no sistema de serviço público, baseadas no aumento da escolha do cidadão e na extensão da competição entre provedores.⁶⁷⁸ Era por meio da competição e do aumento do poder do usuário dos serviços públicos via escolhas que a missiva pretendia alcançar seu grande objetivo de melhorar esses serviços. Competição e escolha eram tratados como os mecanismos mais importantes para aumentar eficiência e qualidade. Desse modo, quando não fosse possível ou desejável privatizar, a pressão se daria por meio de regulação e, sobretudo, de aumento da competição, a fim de se obter maior eficiência.⁶⁷⁹ Em suma, a carta tinha como objetivo “raise quality, increase choice, secure better value, and extend accountability”.⁶⁸⁰

⁶⁷³ Ibidem 193

⁶⁷⁴ SELDON, 1998, Op. Cit., p. 192.

⁶⁷⁵ Ibidem.

⁶⁷⁶ DOERN, Bruce. The UK Citizen's Charter: Origins and Implementation in Three Agencies. **Policy and Politics**, Vol. 21, no. 1, 1993, p. 20.

⁶⁷⁷ **The Citizen's Charter**. Raising the Standard. London: HMSO, 1991, p. 1.

⁶⁷⁸ Ibidem, p. 1.

⁶⁷⁹ Ibidem.

⁶⁸⁰ Ibidem. “melhorar a qualidade, aumentar escolhas, garantir melhor valor e estender responsabilidade”, tradução nossa.

O documento garantia, de forma geral, alguns direitos que todo cidadão tinha, além de boa qualidade dos serviços públicos, acesso às políticas empregadas, informação, maior escolha de serviços, não-discriminação, acessibilidade e canais para reclamação, devolução e restituição.⁶⁸¹ Esses princípios e reformas deveriam estender-se por todo o sistema de serviços públicos e – é importante notar – a baixo custo, respeitando o “committed to sound public expenditure and tax policy” vinculado ao partido.⁶⁸²

Assim, concluía o documento, a carta iria além das reformas dos anos 1980, impondo novas obrigações sobre os serviços públicos e, conseqüentemente, dando novos “poderes” aos cidadãos.⁶⁸³

2.4.1. Algumas questões metodológicas e teóricas

Com a carta, algumas questões centrais emergem: Qual o conteúdo da carta? Qual seu significado e quais as implicações destas reformas? Mais importante para nós, qual a visão de cidadania que ela engendrava e que o governo Major promovia? Antes de analisarmos estas questões, é fundamental, antes, esclarecermos um ponto.

Como já descrito acima, devido a inúmeros fatores, entender as ideias por detrás do governo Major não é tarefa fácil e, provavelmente, nem mesmo plenamente possível. No que tange o tema cidadania, a carta pode tanto nos auxiliar quanto dificultar ainda mais o objetivo de analisarmos as ideias do governo Major. Se, por um lado, uma carta dirigida aos cidadãos, enquanto programa, nos garante um excepcional instrumento para analisarmos este conceito sendo, justamente por isto, um documento amplamente analisado por especialistas de cidadania, por outro, o fato da carta dirigir-se a questões específicas dentro do tema pode prejudicar toda a nossa visão com relação ao mesmo. O ponto aqui é mais simples do que parece. A carta se refere, claramente, ao cidadão enquanto usuário de serviços públicos. Ela pouco ou nada diz sobre outras dimensões de cidadania. Ela não considera questões relacionadas a identidade, comunidade, responsabilidade, participação e tantos outros temas centrais ao conceito. Isto pode significar que o governo Major simplesmente ignorava estas questões, e isto nos diria muito sobre sua visão de cidadania. Por outro lado, esta não é uma conclusão necessária. Pode ser que Major se importava com todas estas questões, e que a carta nos apresentaria algumas de suas ideias apenas sobre determinada dimensão de cidadania. Podemos

⁶⁸¹ Ibidem, p. 5.

⁶⁸² Ibidem, p. 6. “comprometer-se com responsável despesa pública e política de impostos”, tradução nossa.

⁶⁸³ Ibidem, p. 51.

concluir, não que esta seja sua visão de cidadania como um todo, mas que esta era parte de sua visão de cidadania, referente a um tema específico, a saber, sobre os direitos dos usuários dos serviços públicos. O fato de Major pouco falar sobre suas predileções ideológicas e de ter governado com tantas restrições, não facilita nossa tarefa de tentar entender seu conceito de cidadania. Seja como for, este é um documento fundamental de seu governo e do tema e, muito provavelmente, a centralidade deste nos diz alguma coisa sobre sua visão. Se Major provavelmente possuía outras ideias sobre outros elementos que constituíam o tema, a questão dos direitos do cidadão enquanto usuário dos serviços públicos era, muito provavelmente, a dimensão mais importante dentro da sua visão de cidadania ou, ao menos, a mais urgente a ser tratada. Logo, mesmo com estas ressalvas e reconhecendo os possíveis problemas de uma análise com baixa variedade documental, o documento deve ser tratado com extrema seriedade, dado a importância do mesmo para a administração conservadora, o alcance de suas ideias e práticas e o momento histórico, de crescente centralidade sobre a questão do consumo, em que a mesma foi concebida.

2.4.2. O significado de cidadania

A carta de Major tinha variedade de objetivos e assentava-se sobre inúmeros pressupostos e ideias. Não apenas visava a melhorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos, mas também tinha como objetivo mudar a própria cultura que envolvia todo o setor público.⁶⁸⁴ Por trás da carta, havia a ideia básica de que o setor privado era, operacionalmente, mais eficiente que o público, e tal pensamento teria implicações tanto para o provedor de serviço quanto para o seu usuário. Assim, a *charter* não apenas pretendia alterar o comportamento do produtor, mas também do usuário desses serviços.⁶⁸⁵

Na esfera da provisão de serviços, existiram dois temas caros à carta: a ideia de que os mecanismos de mercado eram preferíveis como sistema de alocação de recursos, e a questão, já tangenciada anteriormente, sob influência da *Public Choice Theory*, de que burocratas e representantes eleitos eram indivíduos que agiam em torno de seus próprios interesses.⁶⁸⁶ Por isso, a necessidade de uma ampla reforma administrativa, que tencionava implementar a racionalidade do mercado no setor público.

⁶⁸⁴ KAVANAGH, 1994, Op. Cit., p. 10.

⁶⁸⁵ KEEBLE, Paul. The concept and operation of the Citizen's Charter. **Management Services, Vol. 40, 1996, p. 10.**

⁶⁸⁶ BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 537.

Ao contrário de Thatcher, Major guardava maior afeição aos serviços públicos e seus funcionários, e fazia questão de elogiá-los, mas com a ressalva de que poderiam melhorar e que, muitas vezes, eram “patronising and arrogant”.⁶⁸⁷ Desse modo, ele estava disposto a solucionar dois problemas que havia identificado: a cultura dentro dos serviços públicos e a percepção geral de que o partido não se importava com eles.⁶⁸⁸ De acordo com o primeiro-ministro, muitos no partido haviam se esquecido de todo o trabalho já desempenhado pelos servidores públicos e a importância vital dos serviços públicos para o funcionamento do país.⁶⁸⁹

Para Major, a reabilitação da imagem do partido e a melhoria dos serviços públicos passavam necessariamente pela importação dos mecanismos de mercado para o setor. Por meio de competição, transparência e responsabilidade, construir-se-iam serviços mais eficientes.⁶⁹⁰ Em parte, isso seria alcançado por intermédio de um programa amplo de privatizações; quando não fosse possível ou desejável, implementr-se-iam mecanismos para aumentar competição. Major era claro no argumento de que muitos serviços essenciais deveriam permanecer públicos e eram fundamentais para o crescimento de muitos indivíduos; eram responsabilidades do Estado.

De acordo com o primeiro-ministro, pessoas comuns dependiam fundamentalmente da provisão de serviços como saúde, educação e segurança pública, que eram predominantemente responsabilidade do Estado e assim deveriam continuar.⁶⁹¹ Logo, Major reconhecia a importância do Estado em manter uma rede de segurança básica para seus cidadãos.⁶⁹² Em contrapartida, ele também tinha outra função: a de regulador. Mais uma vez, quando não fosse possível privatizar ou implementar mecanismos de competição, o Estado deveria ser o agente regulador que garantiria o interesse público.⁶⁹³ Com Major, ele voltava a ter maior proeminência, embora ainda fosse visto com desconfiança e apesar de o mercado ainda ser tratado como o espaço mais eficiente por excelência.

No processo de importação de mecanismos de mercado, as privatizações eram fundamentais, ao beneficiarem tanto o contribuinte como o consumidor.⁶⁹⁴ Ao lado da

⁶⁸⁷ MAJOR, 2010, Op. Cit., p. 246. “paternalista e arrogante”, tradução nossa.

⁶⁸⁸ MAJOR, 2010, Op. Cit., pp. 245-246.

⁶⁸⁹ Ibidem.

⁶⁹⁰ Ibidem, p. 245.

⁶⁹¹ MAJOR, 2010, Op. Cit., p. 386.

⁶⁹² WILLIAMS, 2017, Op. Cit., p. 205.

⁶⁹³ The Citizen’s Charter, 1991, Op. Cit., p. 28.

⁶⁹⁴ Ibidem.

competição entre agências, elas deveriam transformar a performance desses serviços. Para a administração Major, o setor privado seria essencialmente mais eficiente e, ao transformar o setor público, traria maior valorização aos recursos empregados e melhor resposta às demandas do contribuinte, ao implementar princípios de mercado relacionados à escolha, à competição e à melhor qualidade na provisão dos serviços.⁶⁹⁵

É interessante notar que essa ideia ia além da esfera econômica e se estendia à social. Além da eficiência, esse modelo tinha a intenção de endereçar a questão do sentimento de desamparo e impotência⁶⁹⁶ que o modelo mais centralizado do *welfare state* causava. Durante a administração Major, melhorar a qualidade de vida das pessoas passava pela melhora dos serviços públicos, que seria alcançada com a introdução de mecanismos que aumentariam a escolha dos indivíduos e a competição entre provedores. Com a competição, aumentava-se a escolha do indivíduo e, por sua vez, a qualidade dos serviços.⁶⁹⁷ A escolha era tratada como o melhor estímulo possível para se alcançar melhores serviços.⁶⁹⁸

Desse modo, emergia um novo tipo de funcionalismo público e, ao mesmo tempo, de modelo de gestão pública. O Estado – característica que já vinha dos últimos anos da administração Thatcher, mas que se aprofundava consideravelmente naquele momento – tornava-se mais regulador: estabelecia e monitorava performances, organizava, mais do que provia serviços.⁶⁹⁹ Isso não só representava certa continuidade das reformas de Thatcher, como também mostrava certo alinhamento com desdobramentos na esfera administrativa ao redor do mundo, baseados na ideia de ênfase no sucesso por meio da qualidade e da importância de uma cultura organizacional, de funcionários comprometidos e de valores compartilhados.⁷⁰⁰ Havia um impulso poderoso nessa

⁶⁹⁵ MAJOR, John. Speech to Adam Smith Institute. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: < <http://www.johnmajorarchive.org.uk/chief-secretary-1987-1989/mr-majors-speech-to-adam-smith-institute-27-june-1989/>>. Acesso em: 01 out 2020.

⁶⁹⁶ **Citizen's Charter Seminar at Chequers**, 3/6/91. Arquivo: PREM 19/3360. National Archives, London.

⁶⁹⁷ MAJOR, John. Speech to Conservative Central Council, 23/03/1991. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: < <http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-speech-to-conservative-central-council-23-march-1991/>>. Acesso em: 01 out 2020.

⁶⁹⁸ The Citizen's Charter, 1991, Op. Cit., p. 5.

⁶⁹⁹ KAVANAGH, 1994, Op. Cit., p. 80.

⁷⁰⁰ CONOLLY, Michael; McKEOWN, Penny; MILLIGAN-BYRNE, Grainne. Making the Public Sector More User Friendly? A Critical Examination of the Citizen's Charter. *Parliamentary Affairs*, Vol. 47, no. 1, 1994, p. 27.

direção, na qual se criava certo consenso político em torno da questão da “marketização” do setor público⁷⁰¹, bem como do valor das escolhas e da liberdade individuais.⁷⁰²

Para responder à questão da escolha e do individualismo de uma sociedade de consumo que crescia, a ideia de uma administração mais eficiente e criativa tornava-se central, e o Estado transformava sua função de “remar” para uma função de “guiar”.⁷⁰³ O modelo de *New Public Management* ganhava força. Focava-se mais a gestão do que a produção de políticas, e a avaliação de performance e eficiência tornava-se mais importante. As burocracias públicas desagregavam-se para formar agências que competiam entre si, que operavam com custos reduzidos, de forma descentralizada e desagregada, por meio de gestão de contratos, metas e *targets*, contratos de tempo limitados, incentivos financeiros, liberdade administrativa, entre outros⁷⁰⁴, refletindo o modelo de gestão do setor privado.⁷⁰⁵

Novamente, essas ideias refletiam, em grande parte, as críticas e os modelos propostos pela nova direita. Nesse caso, mais influenciadas pelos neoliberais e pelos pensadores da *Public Choice Theory*, e muito menos alinhadas às questões tratadas pelos neoconservadores. A relevância do mercado como meio mais eficaz para prover serviços, a crítica ao poder dos burocratas e provedores/produtores de serviços e a impotência dos indivíduos frente ao enorme poder desses burocratas são temas fundamentais que a carta pretendia avançar.

Em contrapartida, havia profundas mudanças na ideia de cidadão, bem como de sua relação com o Estado e os serviços públicos. O cidadão, tratado majoritariamente como usuário de serviços públicos, tornava-se também consumidor. Portanto, tendo o foco no usuário do serviço público, a carta, para ser efetiva, deveria voltar-se para a questão dos direitos, pensados de forma análoga àquela que consumidores têm no mercado.⁷⁰⁶ Mais do que isso, ao aproximar cidadão a consumidor, tornando-o mais um ator econômico do que um indivíduo que tem suas necessidades enquanto tal, a missiva equalizava contrato de serviços a direitos.⁷⁰⁷

⁷⁰¹ BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 526.

⁷⁰² BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 546.

⁷⁰³ LEWIS, Op. Cit., p. 317.

⁷⁰⁴ DOERN, Op. Cit., p. 22 e COXALL, Bill; ROBINS, Lynton; LEACH Robert. **Contemporary British Politics**. New York: Palgrave MacMillan, 2003, p. 213.

⁷⁰⁵ Ibidem, p. 369.

⁷⁰⁶ CONOLLY, Michael; McKEOWN, Penny; MILLIGAN-BYRNE, Grainne, Op. Cit., p. 28.

⁷⁰⁷ BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 543.

Diferentemente do modelo de cidadania do pós-guerra, baseado na ideia de necessidade, naquele momento, o usuário dos serviços públicos aproximava-se do consumidor, com suas relações contratuais e seus direitos calcados no padrão daqueles oferecidos pelo mercado⁷⁰⁸ – direitos contratuais relacionados ao consumo de bens públicos, mais do que direitos sociais.⁷⁰⁹ E esse era um tema importante nas análises de pensadores neoliberais. Para eles, o modo como o mercado operava, sobretudo por meio do aumento da competição, criava mecanismos de pesos e contrapesos que diminuía o espaço de ação dos indivíduos e a possibilidade de atos discricionários dentro da sociedade, sendo o espaço do indivíduo consumidor um dos poucos que restava com grande autonomia de ação e discricção.⁷¹⁰

Segundo esses pensadores, a sociedade capitalista era uma verdadeira democracia do consumidor, na qual cada centavo representaria uma escolha e um voto.⁷¹¹ Daí a importância do indivíduo consumidor para o pensamento neoliberal. Mais do que a nação ou o público, o consumidor era o elemento autônomo dessa equação.⁷¹² E disso também se segue a influência de tais análises sobre as ideias da carta. Palavras como “customer”, “consumer” e “client” estão em quase todo o seu conteúdo. Os serviços públicos deveriam ser conduzidos: “to suit the convenience of customers, not staff”⁷¹³, “it is not always compensation that the consumer wants”⁷¹⁴, ou “where the client can exercise a choice, the most effective form of redress is the right to exit”⁷¹⁵ são apenas alguns exemplos dentro de um documento carregado de tais referências.

Assim como um consumidor que paga por seus serviços e espera pelo melhor retorno possível, o cidadão, como cliente e contribuinte, deveria esperar que o Estado lhe fornecesse o melhor serviço possível. Não somente os termos “customer”, “consumer” e “client” aparecem de forma recorrente na missiva, mas também o termo e a noção de “taxpayer” são bastante utilizados. “All public services are paid for by individual citizens,

⁷⁰⁸ COOPER, Op. Cit., p. 149 e TRITTER, Op. Cit., p. 401.

⁷⁰⁹ BELLAMY, Richard; GREENAWAY, John. The New Right Conception of Citizenship and the Citizen's Charter. **Government and Opposition**, Vol. 30, no. 4, 2014, p. 478.

⁷¹⁰ SLOBODIAN, Op. Cit., pp. 107-108.

⁷¹¹ Ibidem.

⁷¹² Hayek usava o termo “consumer sovereignty” e, em oposição à ideia de autodeterminação das nações durante o período pós-colonialista, ele assertava a ideia de “individual consumer self-determination”, Cf. SLOBODIAN, Op. Cit., p. 118.

⁷¹³ The Citizen's Charter, Op. Cit., p. 5. Interessante, também, é notar o uso do termo “staff” e não “civil servant”. “para melhor conveniência do consumidor, não funcionários”, tradução nossa.

⁷¹⁴ Ibidem 47

⁷¹⁵ Ibidem, 50

either directly or through their taxes. They are entitled to expect high-quality services”⁷¹⁶ é a primeira sentença da carta.

Não apenas o contribuinte tem o direito à provisão de serviços públicos de qualidade, como também, nesse contexto, tem direito a serviços que respondam às suas necessidades⁷¹⁷ e um Estado responsável com o uso dos seus recursos. Desse modo, tanto o conceito de atenção à demanda do cidadão, quanto o de “melhor valor ao dinheiro” tornavam-se centrais. “The citizen is also a taxpayer; public services must give value for money within a tax bill the nation can afford” dizia um quadro destacado nas primeiras páginas do documento.⁷¹⁸ O bom uso do dinheiro público, oriundo dos bolsos dos cidadãos, era do interesse de seu lado contribuinte e de seu lado consumidor.⁷¹⁹ O Estado, financiado por esses contribuintes, tinha o dever de ser responsivo ao cidadão⁷²⁰ e fiscalmente responsável com seus impostos. Por essa razão, a carta tentava criar uma série de mecanismos para tornar os serviços públicos e toda sua burocracia mais responsáveis com as demandas e com os recursos do contribuinte.

Além do uso de mecanismos como a extensão da competição entre provedores e o aumento da escolha entre “consumidores” desses serviços, a missiva oferecia outras propostas que visavam a “empoderar” os usuários. A ideia de compensação era algo caro à carta e tema central do documento. O cidadão teria, no mínimo, o direito a explicações e desculpas⁷²¹; ele tinha o direito de entender por que determinado serviço não cumpriu os parâmetros esperados. A forma e os procedimentos de como se utilizar desses canais de reclamação e informação deveriam ser claros e bem divulgados.⁷²²

O documento também defendia um sistema independente de reclamações. Quando as autoridades responsáveis falhassem, *Ombudsman* e, em última instância, canais que levassem o problema a comissões dentro do parlamento também eram criados.⁷²³ Além disso, o sistema defendia, em casos especiais, a implantação de mecanismos de recompensa e reparação quando “apology will not be enough”.⁷²⁴

⁷¹⁶ The Citizen’s Charter, Op. Cit., p. 4. “todos os serviços públicos são pagos pelos cidadãos, individualmente, seja diretamente ou através de impostos. Eles têm o direito de esperar serviços de alta qualidade”, tradução nossa.

⁷¹⁷ Ibidem.

⁷¹⁸ Ibidem. “O cidadão também é um pagador de impostos; serviços públicos devem dar valor ao dinheiro e respeitar o orçamento que pode usar”, tradução nossa.

⁷¹⁹ Ibidem, p. 31.

⁷²⁰ Ibidem.

⁷²¹ Ibidem, 5

⁷²² Ibidem.

⁷²³ Ibidem 43

⁷²⁴ Ibidem, 47. “quando desculpas não são o suficiente”, tradução nossa.

É importante notar que a carta pretendia se estender a todos os departamentos e agências responsáveis pela provisão de serviços públicos, mas isso não significava uma ideia rígida e centralizada para todos esses espaços. Pelo contrário, cada departamento, observando suas especificidades, deveria criar sua própria carta, baseada nessa “carta-mãe”, porém sempre voltada para as questões únicas de cada setor. Assim, por exemplo, a ideia e os mecanismos de recompensa e reparação poderia variar muito entre departamentos. Ao final, esses mecanismos eram criados não apenas com o intuito de prestar conta ao cidadão, mas também de instituir uma forma pela qual a provisão dos serviços se tornaria mais eficiente mediante aprendizado oriundo das reclamações e experiências dos usuários.

Por meio da implementação de mecanismos de mercado e do estímulo de uma nova cultura dentro do setor público, o documento tinha o escopo de melhorar a qualidade dos serviços públicos, tornar a sua administração mais transparentes e conferir mais poder aos cidadãos, em sua relação com os provedores dos serviços.

Conforme já mencionamos, a carta não era apenas fruto das ideias da nova direita e de sua expansão nos anos 1980 e 1990, mas também resultado de mudanças socioeconômicas e culturais desenvolvidas no seio de uma sociedade de consumo madura e pós-industrial. Aqui, tanto a esfera material quanto a ideacional misturam-se, influenciando-se mutuamente. Nesse sentido, mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e ideacionais ajudam a explicar o contexto específico dos anos 1990.

Como também já dissemos, a esquerda repensava não somente a cidadania, mas a sociedade como um todo. A ideia de indivíduo torna-se tema central na esquerda, tal como a questão dos serviços públicos. Mesmo a relação entre consumidor e cidadão seria reproduzida, ainda que em menor escala. Dessa forma, não surpreende que, também entre os pensadores de esquerda, a ideia de recompensa e reparação individual como resultado de prestação de serviço inadequada, bem como a questão das medidas de performance e objetivos sejam temas debatidos e defendidos.

De todo modo, a carta não foi recebida com desconfiança e críticas apenas pela imprensa ou por membros do Partido Conservador e da oposição, como analisado mais ao início do capítulo. Pensadores e acadêmicos, sobretudo à esquerda, também a criticaram e tentaram mostrar inúmeros problemas e incongruências em suas premissas.

A primeira e mais fundamental crítica dizia respeito à própria definição de cidadania. O documento não definia nem o que era cidadania, nem quem eram os

cidadãos.⁷²⁵ Em vez disso, utilizava-se de termos vagos como clientes e consumidores. Como ponto central, criticava-se a inadequação do uso de termos como consumidor e cliente para usuários de serviços públicos e, em termos mais gerais, como substitutos da ideia de cidadão. Para alguns estudiosos, o conceito de consumidor não se adequaria satisfatoriamente ao setor público.⁷²⁶ Conforme apontou Jonathan Tritter, enquanto a categoria cidadania é definida em termos legais, consumidores são definidos pela sua capacidade de consumir bens.⁷²⁷

Howard Elcock fez uma análise mais detalhada das diferenças conceituais entre “clients”, “customers” e “consumers”.⁷²⁸ Enquanto “clients” seriam recipientes mais ou menos passivos de serviços providos mediante pagamentos, “customers” seriam compradores de bens e serviços no mercado, com direito a qualidade e segurança ligados ao mercado, sem participação nenhuma nos processos produtivos e decisórios. Já os “consumers” seriam recipientes de bens e serviços, seja por meio do mercado, seja por meio de provedores públicos. Portanto, além de ser ilusória e enganadora, ao reduzir cidadão a usuário de serviços públicos, a carta apresentava nomes e concepções equivocados.⁷²⁹ Como consequência, reduzia a cidadania ao indivíduo – e não ao coletivo –, bem como os direitos do homem à sua dimensão comercial.⁷³⁰ Ao equiparar usuários a consumidores e servidores públicos à provedores, acusava-se o documento de modelar a sociedade civil ao conflito entre compradores e vendedores⁷³¹, bem como de promover uma visão extremamente limitada de cidadania.

Além disso – e talvez o mais importante – a carta pouco falava sobre participação. Como argumentava Davina Cooper, se a carta tinha o intuito de dar maior poder aos cidadãos, deveria enfatizar a participação e a associação dentro da comunidade.⁷³² Contudo, excluía-se o cidadão da tomada de decisão e, mais do que isso, despolitizavam-se políticas sociais, ao apresentar reformas como normalizadas e não problematizadas.⁷³³ Em contrapartida, erodia os mecanismos democráticos ao sugerir que o exercício da escolha no mercado era mais eficiente do que o voto e a tomada de decisão por

⁷²⁵ POLLITT, Christopher. The citizen's charter: A preliminary analysis. **Money and Management**. Vol. 14, 1994, p. 12.

⁷²⁶ CONOLLY, Michael; McKEOWN, Penny; MILLIGAN-BYRNE, Grainne, Op. Cit., p. 30.

⁷²⁷ TRITTER, Op. Cit., p. 402.

⁷²⁸ The Citizen's Charter, Op. Cit., pp. 30-32.

⁷²⁹ SCHIAVO, Op. Cit., p. 682.

⁷³⁰ The Citizen's Charter, Op. Cit., p. 18.

⁷³¹ COOPER, Op. Cit., p. 160.

⁷³² COOPER, Op. Cit., p. 160.

⁷³³ Ibidem, p. 153.

representantes eleitos.⁷³⁴ Até mesmo a melhora nos mecanismos de consulta – algo que a carta avançava e defendia – era criticada nem tanto pela questão de uma gestão mais consultiva, mas pelo fato de que ela se limitava a “pesquisas de mercado”; assim, embora fosse bem-vinda, apresentava caráter seletivo e limitado.⁷³⁵

Por último, questionava-se a qualidade das informações prestadas, devido à maleabilidade e seletividade das informações apresentadas. Ademais, discutia-se o fato de os indicadores serem escolhidos pela própria administração.⁷³⁶

Uma vez compreendidas as críticas das quais o documento foi alvo, cabem algumas indagações: até que ponto e em qual medida a carta de Major dialogava com a ideia de cidadania de Thatcher? A cidadania, durante os governos Major, teria os mesmos elementos e significados daqueles da administração Thatcher? Ao responder a tais questionamentos, pretendemos contribuir com este debate, apresentando aquilo que há de mais original sobre nossas considerações neste capítulo.

2.5. O debate sobre a carta como continuidade das políticas de Thatcher

Como já salientado anteriormente, é grande o debate em torno da questão de o governo Major ter sido uma ruptura ou continuidade dos governos Thatcher. Tal questionamento, que não será aprofundado neste espaço, também se desdobra na temática da carta. De forma até mais problemática do que em relação aos governos Major e Thatcher, o documento parece suscitar diferentes opiniões. Se boa parte dos analistas vê grande continuidade entre Major e Thatcher, sobretudo no que se refere às políticas econômicas e às crenças em torno delas, especialmente com relação às suas ideias sobre mercado, indivíduo, propriedade etc, há quem também considere a *charter* uma tentativa de ruptura.

Anne Barron and Colin Scott, por exemplo, argumentavam que a preocupação com os limites fiscais, a “marketização” da burocracia pública e a substituição das decisões coletivas por escolhas individuais – temas centrais da carta – eram elementos já encontrados no período Thatcher. Assim, Major pode ter sido diferente em seu estilo, porém, em substância, suas reformas no setor público refletiam as direções adotadas por Thatcher e/ou pouco diferiam delas.⁷³⁷ Roger Lovel salientava o fato de que as mudanças

⁷³⁴ The Citizen’s Charter, Op. Cit., p. 50.

⁷³⁵ LEWIS, Op. Cit., p. 320.

⁷³⁶ The Citizen’s Charter, Op. Cit., p. 57.

⁷³⁷ BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 526.

de gestão nos serviços públicos ocorriam desde os anos 1980⁷³⁸, enquanto Norman Lewis afirmava que a carta estendia as reformas do anos anteriores a lugares antes não considerados.⁷³⁹ Nicholas Deakin argumentava que a mudança fundamental que a carta pretendia implementar na relação entre Estado e indivíduos era apenas “the glacé cherry on top of a cake”, iniciada 15 anos antes, na administração Thatcher. Para o autor, o documento apenas continuava a expressar as posições da nova direita, baseadas na ideia de escolha política e na crítica aos riscos de uma burocracia “self-interested” e da dominação do setor público pelos interesses dos produtores.⁷⁴⁰

J. A. Chandler, na introdução do livro *The Citizen's Charter*, fez um resumo de algumas análises sobre a carta, dividindo-as entre aqueles que a consideravam um produto secundário dos últimos anos Thatcher e aqueles que viam nela apenas um instrumento eleitoral para suavizar a mensagem da nova direita. O próprio autor concluiu que o document teria sido “largely an extension of Thatcherite values rather than a concerted attempt to move the party in a direction contrary to its chosen ideological path of the 1980s”.⁷⁴¹ Em sua obra, Hogg and Hill, importantes membros da *Policy Unit* de Major, argumentavam que a abordagem da carta aos serviços públicos em nada contradizia o que já vinha sendo feito anteriormente. Pelo contrário, as reformas avançadas preenchiam alguns espaços deixados descobertos na década anterior.⁷⁴²

Em contrapartida, há estudos que reconhecem certo distanciamento entre ambos os líderes no que tange ao tema em foco. De acordo com Luca Lo Schiavo, se alguns valores de Major, como sua crença na superioridade do setor privado sobre o público e sua fé nos mecanismos de competição, não eram muito diferentes daqueles defendidos por sua antecessora Margaret Thatcher, por outro lado, sua ênfase no *New Public Management* e sua preocupação com a qualidade dos serviços públicos parecem ser traços bem distintos e característicos de sua gestão.⁷⁴³ Para Lo Schiavo, Major parecia realmente estar disposto a construir sobre o orgulho tanto do cidadão quanto dos servidores públicos,

⁷³⁸ LOVELL, Roger. ‘Citizen’s Charter: The Cultural Challenge’. **Public Administration**, Vol. 60, 1992, p. 403.

⁷³⁹ LEWIS, Op. Cit., p. 317.

⁷⁴⁰ DEAKIN, Nicholas. Accentuating the apostrophe: The citizen's charter. **Policy Studies**. Vol. 15, 1994, p. 47. “a cereja do bolo”; “interesse próprio”, tradução nossa.

⁷⁴¹ *The Citizen's Charter*, Op. Cit., pp. 1-2. “mais uma extensão dos valores *Thatcherites* do que uma tentativa real de mover o partido à uma direção ideológica contrária aquela escolhida nos anos 1980”, tradução nossa.

⁷⁴² HOGG; HILL, Op. Cit., p. 84.

⁷⁴³ SCHIAVO, Op. Cit., p. 689.

a fim de propiciar um serviço melhor.⁷⁴⁴ Bill Coxall and Lynton Robins apontaram que, apesar de dar continuidade às políticas econômicas de Thatcher, a *Citizen's Charter* e a substituição da *poll tax* foram dois grandes movimentos de Major de partida do Thatcherismo.⁷⁴⁵

A questão é que todas essas análises trazem algo importante. A depender do modo como se analisa a cidadania, bem como do aspecto que se decide focalizar, as conclusões sobre esse debate serão diferentes. Portanto, se o exame se dedicar a entender as reformas administrativas, por exemplo, podemos ver continuidade nos governos. Se observarmos a crítica à burocracia ou à fé nos mecanismos de mercado, igualmente notaremos grande similaridade entre os governos. No entanto, se focarmos a visão mais positiva de Major com relação ao Estado e aos servidores públicos ou, mais fundamentalmente, sua enorme preocupação com a qualidade desses serviços, veremos um claro distanciamento com relação aos anos Thatcher. A carta, tal como todo o governo Major, mostra aspectos novos, mas também é marcada por inúmeras continuidades políticas e crenças compartilhadas.

Ainda mais relevante para o debate é a forma como o analista interpreta a concepção de cidadania em Thatcher. Se falamos de comparações entre os modelos – continuidades e rupturas –, a maneira como alguém interpreta um dos elementos da comparação afetará suas conclusões. Assim, a partir do momento que reinterpretamos, neste trabalho, a noção de cidadania em Thatcher, a comparação entre os líderes e nossas conclusões sobre o conceito serão diferentes. Se, no capítulo anterior, afirmamos que as ideias de Thatcher sobre cidadania não devem ser reduzidas a uma concepção puramente neoliberal de sociedade – tampouco a uma visão atomizada de indivíduo –, mas que, antes, carregam a ideia de um indivíduo inserido em uma sociedade e por ela responsável, com obrigações – mais do que direitos – em com relação a seus pares, as comparações entre os modelos de cidadania entre os dois governos conservadores devem igualmente ser analisadas por outras perspectivas. Contudo, isso não significa dizer que as análises anteriormente mencionadas são incorretas, mas, sim, que podemos abordar outros aspectos pouco ou nada explorados. Por exemplo, qual o papel do Estado, comparando-se os dois modelos? Qual a concepção de indivíduo? Qual a relação entre direitos e

⁷⁴⁴ SCHIAVO, Op. Cit., p. 689.

⁷⁴⁵ COXALL; ROBINS, Op. Cit., p. 66.

deveres? E a concepção de contrato? Ao longo das próximas páginas, pretendemos tratar dessas questões.

2.5.1. As reformas administrativas e organizacionais

Antes de analisarmos algumas diferenças entre os dois governos, no que se refere às concepções de cidadania, salientaremos certas continuidades. O governo Major, em geral, e a carta, em particular, são geralmente tratados como momentos de mudança organizacional e de paradigma dentro do setor público. Como já mostrado, essas mudanças baseavam-se, *grosso modo*, na crença de que os mecanismos de mercado seriam a forma mais eficiente e responsiva de se alocarem recursos, daí a necessidade de importar o modelo do setor privado para o setor público britânico, considerado ineficiente e pouco conectado com seus usuários.

De fato, a forma de organização do setor privado vinha, já por um longo tempo, preocupando-se em introduzir técnicas de gestão que reduzissem custos e, concomitantemente, melhorassem a qualidade de seus serviços.⁷⁴⁶ Esse era o duplo motor que também movia, naquele período, as reformas no setor público. Além de melhorar a qualidade da provisão dos serviços, tais reformas, em alguma medida, eram guiadas por certo imperativo econômico de controle de gastos públicos, influenciado tanto pela linguagem dos economistas neoclássicos e os teóricos da escolha pública, quanto pela mais recente linguagem do “*managerialism*” do setor privado.⁷⁴⁷

Em muitos sentidos, as reformas implementadas por Major podem ser vistas como continuidade ou aprofundamento daquelas formuladas por Thatcher no final dos anos 1980. Seu famoso programa lançado em 1988, *Next Step*, e o documento que o acompanhava, *Service to the Public*, tratavam de diversas questões posteriormente endereçadas por Major. Enquanto o documento visava a melhorar os serviços públicos por meio de mecanismos como criação de *targets*, maior acesso à informação para comparar serviços e criação de mecanismos de reparação⁷⁴⁸, o programa *Next Step* separava o processo de elaboração de políticas àquele ligado à provisão e distribuição de serviços.⁷⁴⁹ Ao descentralizar suas atividades entre agências independentes e recém-criadas, o programa retirava certas atribuições de departamentos.⁷⁵⁰ Em certa medida, tais

⁷⁴⁶ BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 541.

⁷⁴⁷ BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 527.

⁷⁴⁸ BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 540.

⁷⁴⁹ Ibidem, p. 539.

⁷⁵⁰ BUTLER; KAVANAGH, Op. Cit., pp. 12.

programas podem ser vistos como uma tentativa de delegar maior poder aos gestores das unidades, responsáveis por estabelecer objetivos mais claros.⁷⁵¹ Assim, essas unidades, estatais mas quase independentes, separavam-se do processo de elaboração de políticas e dedicavam-se mais à gestão dessas atividades do que de sua produção.

Reforma similar foi feita nas “casas de cuidado” no fim da década de 1980, justamente com o intuito de separar finanças e provisão públicas, mediante a criação de *quasimarkets*, em que uma burocracia reduzida e uma maior escolha para os consumidores garantiriam maior eficiência na provisão desses serviços.⁷⁵² Essas reformas podem, portanto, ser consideradas uma tentativa de mudança da cultura da burocracia pública britânica⁷⁵³, objetivo também almejado pela carta de Major. As mudanças, iniciadas por Thatcher e aprofundadas por Major, visavam a aumentar a eficiência dos serviços, ao passo que diminuía, o poder dos seus produtores.⁷⁵⁴

Em sua reforma do setor público, Major continuou os seguintes pontos e neles inovou: controle financeiro; separação entre elaboração de políticas e provisão de serviços; maior poder e liberdade aos gestores para controlar gastos e impor *targets*; mudança da função das autoridades locais de provedores para supervisores dos serviços públicos; e incentivos importados do mercado. Muitas dessas mudanças, em maior ou menor escala, já vinham sendo pensadas ou implementadas por Thatcher.

Conforme analisado no capítulo anterior, o Thatcherismo foi algo complexo e, por vezes, contraditório. Se tais medidas ajudaram a mover a cidadania para uma visão mais relacionada à questão do consumo e ao mercado, não nos parece provável que Thatcher tenha percebido certa contradição entre suas ideias de comunidade e os resultados desse movimento em direção ao consumo, tal como argumentado anteriormente.

De todo modo, esse movimento parece ser menos contraditório em Major, muito menos influenciado por ideias religiosas e neoconservadoras. O seu conceito de cidadania parece estar mais relacionado à nova direita neoliberal, do que à nova direita conservadora. Inclusive, sua visão moral de mundo era tida como social liberal, conforme apontamos anteriormente. Não nos parece, por exemplo, que sua defesa da ideia de escolha individual tenha algo a ver com dilemas morais ou desenvolvimento individual, como no caso de Thatcher. Para Major, ter maior escolha, além de ser um bem em si, era

⁷⁵¹ LEWIS, Op. Cit., p. 318.

⁷⁵² LOWE, Op. Cit., p. 320.

⁷⁵³ LOVELL, Op. Cit., p. 397.

⁷⁵⁴ TRAVERS, Tony. Local Government. In: HICKSON, Kevin; WILLIAMS, Ben (Ed.). **John Major. An unsuccessful prime minister?** London: Biteback Publishing, 2017, p.119.

visto sobretudo como um meio de aumentar a eficiência na provisão de serviços públicos e o poder do cidadão, diante de uma burocracia corporativista e autointeressada.

Ainda assim, a carta e o conceito, em Major, também parecem carregar certas contradições. Se o documento é, como veremos adiante, bastante influenciado pela ideia liberal de contrato e direitos formais, bem como pelas análises da escola da teoria da escolha pública e sua crítica ao funcionalismo público, em contrapartida, Major parece ter uma visão muito mais simpática dos funcionários públicos e do Estado, além de atribuir a este último um papel mais ativo no combate às mazelas sociais.

2.5.2. O cidadão consumidor e o ativo

Se, no final dos anos Thatcher, algumas reformas iniciariam determinadas tendências vistas anos depois no período Major, isso só mostra aquilo que já mencionamos anteriormente sobre o contexto de meados da década de 1980 e início dos 1990: Thatcher era fruto e também propulsora de algumas mudanças. As transformações ocorridas nos últimos anos e carregadas no seio da década de 1990 apontavam para a necessidade de políticas que olhassem, mais atentamente, para o setor público do país e buscassem formas de melhorar os serviços prestados ao cidadão britânico. Novamente, Thatcher era causa e consequência disso. Suas reformas administrativas decorriam de uma mudança de mentalidade que ela pretendia liderar e influenciaria administrações posteriores. Entretanto, seu desdém com os serviços públicos e a coisa pública ajudaria a fomentar um clima de urgência pela sua melhoria.

Desse modo, tanto a busca pela melhoria desses serviços quanto a forma de se alcançar tal objetivo, com base em determinado modelo, eram, em parte, consequência das ideias e dos resultados da administração Thatcher. E Major foi astuto o suficiente para perceber tal necessidade e o clima geral em relação aos serviços públicos. Com Christopher Patten, homem próximo e membro importante do partido, o primeiro-ministro percebeu o quão urgente era a necessidade de os conservadores mudarem sua linguagem, que não deveria apenas focar a questão das privatizações, mas também os serviços que ainda continuariam sob a provisão do Estado. Como disse certa vez em um discurso em 1993, apesar de estar orgulhoso de suas políticas de privatizações, Major argumentava que sempre haveria um papel para o setor público.⁷⁵⁵ Assim, o foco nos

⁷⁵⁵ MAJOR, John. Speech to Charter Mark Winners. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: <www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-speech-to-charter-mark-winners-27-october-1993/> Acesso em: 01 out 2020.

serviços públicos era algo importante e estratégico. Contudo, essa não era toda a história: conforme já argumentamos, Major realmente se importava com a questão em torno da melhoria desses serviços.

Em sua *charter*, ele afirmava, de forma sincera, que tinha a ambição de melhorar os serviços públicos há vinte anos.⁷⁵⁶ Desde o tempo em que presidia o comitê das moradias públicas em Lambeth, vinte anos antes da produção da carta, Major já tinha uma visão crítica do modo como a burocracia tratava os britânicos – de forma distante e arrogante – e almejava mudar tal realidade.⁷⁵⁷ Assim, desde seus primeiros discursos como primeiro-ministro, Major colocou a melhora da qualidade de vida das pessoas e o aumento da oportunidade para todos como seus principais objetivos.⁷⁵⁸ E isso passava necessariamente pela melhoria na qualidade dos serviços públicos britânicos, tão relevantes na vida de grande parte da população do país.

Para Major, assim como para Thatcher, isso perpassava a implementação de mecanismos administrativos do setor privado. Todavia, ele deixava clara a importância de também melhorar os setores que dificilmente seriam transformados por completo nessa direção. Desse modo, não apenas a continuidade da provisão de muitos serviços por parte do Estado, mas também a maior regulamentação desses serviços era tema importante da carta. Major era enfático ao mencionar a necessidade de fortalecer os mecanismos e órgãos reguladores.⁷⁵⁹ Quando os mecanismos de mercado não podiam prosperar, era por meio de leis e supervisão estatal que ele pretendia melhorar eficiência e produtividade.

O primeiro-ministro reconhecia, muito mais do que Thatcher, certa função social e econômica do Estado. Por essa razão, quando veio a crise de 1992, ele respondeu aumentando os gastos públicos com o intuito de amortecer as graves consequências da recessão.⁷⁶⁰ No caso da carta, Major foi pressionado desde o início para que a proposta não impulsionasse a elevação das despesas públicas.⁷⁶¹ Sem essa pressão, talvez a carta tivesse um formato um pouco menos restrito na questão fiscal. Além disso, no que se refere a políticas sociais, Major teve de enfrentar a questão de que muitas das reformas

⁷⁵⁶ The Citizen's Charter.

⁷⁵⁷ SELDON, 1998, Op. Cit., p. 188.

⁷⁵⁸ MAJOR, Speech to Conservative Central Council, Op. Cit.

⁷⁵⁹ MAJOR, John. Major's Commons Statement on the Citizen's Charter. **Sir John Major KG CH.** Disponível em: < <http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-commons-statement-on-the-citizens-charter-22-july-1991/>> Acesso em: 01 out 2020.

⁷⁶⁰ WILLIAMS, 2017, Op. Cit., p. 209.

⁷⁶¹ DOERN, Op. Cit., p. 20.

nessa esfera foram promulgadas ao fim do governo Thatcher e apenas implementadas durante seu governo⁷⁶², deixando ao primeiro-ministro pouco espaço de manobra.

De qualquer forma, Major carregava algumas diferenças importantes com relação a Thatcher sobre o papel do Estado. Apesar de sempre defender a questão da responsabilidade individual como elemento central para os conservadores⁷⁶³, ele fez duras críticas ao partido com relação a esse ponto. Em sua autobiografia, ele afirmou que os conservadores, na ânsia de atacar os problemas trazidos pela dependência no desenvolvimento da responsabilidade individual, simplificaram a linguagem e transmitiram a mensagem de que diferenças sociais e educacionais não tinham qualquer relação com problemas sociais como criminalidade.⁷⁶⁴

Mesmo ressaltando a importância da responsabilidade do indivíduo, Major reconhecia que os aprendizados da geração dos anos 1960, acerca da relação entre condições sociais e criminalidade, são importantes. Ademais, ele mesmo apontou que sempre compreendeu a questão, afirmando que raramente as vozes dos excluídos são ouvidas no processo de elaboração de políticas públicas.⁷⁶⁵ Portanto, os conservadores, sob Major, repensavam a ideia *Thatcherite* e neoconservadora de que os problemas sociais resultavam de comportamentos individuais ou problemas oriundos de questões culturais e resgatavam, até certo ponto, a importância da esfera social como explicação para tais mazelas. Por isso, o primeiro-ministro defendia políticas econômicas que iriam além do controle da inflação e que pudessem gerar empregos, bem como reformas nas áreas social e educacional para transformar a sociedade⁷⁶⁶.

A percepção de que problemas sociais e certas desigualdades influenciavam o desenvolvimento do indivíduo abria a possibilidade para que Major atribuísse determinados papéis ao Estado, negados durante a administração Thatcher. Desse modo, o Estado reconhecia a existência de pessoas em desvantagem⁷⁶⁷ e a necessidade de auxiliá-las a fim de que pudessem gozar de uma vida plena e independente.⁷⁶⁸ Em contrapartida, a própria natureza do Estado era transformada; se se defendia certa função social para o Estado, ela já não era a mesma dos tempos pós-guerra. O uso do termo “enable” por Major mostra a mudança que vinha ocorrendo naqueles anos com relação à

⁷⁶² WILLIAMS, 2017, Op. Cit., p. 211.

⁷⁶³ KAVANAGH, 1994, Op. Cit., p. 359.

⁷⁶⁴ MAJOR, 2010, Op. Cit., p. 388.

⁷⁶⁵ Ibidem.

⁷⁶⁶ MAJOR, 2010, Op. Cit., p. 204.

⁷⁶⁷ Ibidem, p. 190.

⁷⁶⁸ Ibidem, p. 190.

natureza e o papel do Estado, que se tornava uma instituição que habilitava os indivíduos a serem independentes, por isso, com função delimitada e temporária.

O Estado deveria ser projetado para dar um “hand up” aos indivíduos.⁷⁶⁹ Major falava sobre a necessidade de restabelecer o correto equilíbrio entre Estado e indivíduo, o que remetia aos anos pós-guerra e também parece se referir aos anos Thatcher.⁷⁷⁰ Obviamente, isso não significava uma volta aos anos de confiança no poder do Estado para transformar a sociedade. Como já mostramos, Major confiava nos mecanismos de mercado e atribuía ao Estado – e não ao mercado – a culpa pela perversão das comunidades locais.⁷⁷¹ De qualquer forma, o Estado, ainda que tratado com desconfiança, gozava de maior prestígio e campo de ação na esfera social do que nos anos Thatcher. Por essa razão, o primeiro-ministro lamentava a falta de recursos para implementar reformas profundas na esfera social e educacional.⁷⁷²

A seu ver, a educação era essencial para se alcançar uma sociedade mais justa e com oportunidades iguais para os indivíduos. Era ela, acima de tudo, “that makes a society of opportunity and breaks the bonds of class”.⁷⁷³ Assim, Major acreditava no papel do Estado para ajudar a transformar, até certo ponto, a sociedade britânica. Mais importante, as reformas incluíam o aumento dos gastos públicos, e essa parece ser uma tendência – não necessariamente o aumento de gastos públicos, mas a revitalização de certo papel do Estado, embora bastante reduzida – que atravessaria os anos subsequentes e alcançaria a administração Cameron.

A percepção de Major, de que alguns grupos estavam em posição de desvantagem e precisavam de algum tipo de auxílio para saírem dela, também influenciaria o tema igualdade. Hogg e Hill afirmaram que Major sempre foi sensível à questão dos desafortunados e excluídos⁷⁷⁴ e acreditava que, apenas em uma sociedade que oferecesse oportunidade justas a todos, essa situação seria revertida. Por conseguinte, Major

⁷⁶⁹ MAJOR, John. Speech to Conservative Women’s Conference. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: < <http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-speech-to-conservative-womens-conference-27-june-1991/>> Acesso em: 01 out 2020. “capacitar”; “mãozinha”, tradução nossa.

⁷⁷⁰ Ibidem.

⁷⁷¹ MAJOR, John. Speech to the Carlton Club. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: < <http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-speech-to-the-carlton-club-3-february-1993/>> Acesso em: 01 out 2020.

⁷⁷² MAJOR, 2010, Op. Cit., p. xxi.

⁷⁷³ MAJOR, John. Speech to Conservative Local Government Conference. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: < <http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-speech-to-conservative-local-government-conference-27-february-1993/>>. Acesso em: 01 out 2020. “Que cria uma sociedade da oportunidade e quebra os laços de classe”, tradução nossa.

⁷⁷⁴ HOGG; HILL, Op. Cit., p. 86.

colocava a questão da oportunidade para todos como algo central de seu governo. Não que a ideia fosse algo novo para o pensamento conservador, assim como não o era para ex-primeira-ministra. No entanto, havia uma diferença tanto quantitativa quanto qualitativa. Se a questão da meritocracia era essencial para Thatcher, ela pouco tinha a dizer sobre a situação em que esses indivíduos poderiam ascender ou de que forma poderiam alcançar uma vida melhor, a não ser pelos seus próprios esforços.

Thatcher pouco tinha a dizer sobre as razões que haviam levado as pessoas à situação de vulnerabilidade. Para ela, a questão central não era entender o porquê ou como determinado indivíduo estaria naquela situação, tampouco de que maneira poderia ser alçado para fora dela. Seu ponto central era: “você precisa, com suas próprias forças, sair desta situação que, provavelmente, você mesmo se colocou”. Ademais, havia a questão do Estado, do *welfare state*, que teria criado esse cidadão dependente. De todo modo, ao fim, seria com seus próprios esforços que o indivíduo deveria sair desta situação.

Em contrapartida, Major estava ciente dos problemas enfrentados por alguns grupos para ascender socialmente. Durante sua administração, a questão de como melhorar a condição de vida desses indivíduos se tornou fundamental – o que mostra mudança de ênfase –, assim como o tema sempre repetido de conceder oportunidade para todos – o mecanismo pelo qual ele acreditava que poderia melhorar a condição de vida das pessoas – denotava uma mudança de método. “Our aim is opportunity for all”, disse ele em um discurso em 1991.⁷⁷⁵ Daí segue-se a importância de uma sociedade sem classes, tema recorrente em seus discursos, não em seu sentido “socialista” – de uma sociedade sem classes sociais e com recursos compartilhados –, mas, como ele próprio explicava, de uma sociedade “in which opportunity is not confined to the fortunate few, but wide open to all”.⁷⁷⁶

Em termos de cidadania, isso também tinha desdobramentos para a carta. Por meio das reformas, Major pretendia garantir que todos tivessem acesso a serviços essenciais de qualidade, já que deveriam estar disponíveis a todos.⁷⁷⁷ Como o primeiro-ministro disse em outro momento, “I don’t want anybody to feel a second class citizen.”⁷⁷⁸ A carta

⁷⁷⁵ MAJOR, Speech to Conservative Central Council, 23/03/1991, Op. Cit. “Nosso objetivo é oportunidade para todos”, tradução nossa.

⁷⁷⁶ MAJOR, Speech to Conservative Women’s Conference, Op. cit. “na qual oportunidade não é confinada aos privilegiados, mas aberta à todos”, tradução nossa.

⁷⁷⁷ The Citizen’s Charter, Op. Cit., p. 4.

⁷⁷⁸ MAJOR, John. Major’s Party Political Broadcast. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: <<http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-party-political-broadcast-24-july-1991/>>

discutia como o Estado poderia melhor servir seus cidadãos⁷⁷⁹, o que perpassava a criação de mecanismos que os protegessem de serviços públicos patronizados, por meio de competição, monitoramento, acesso à informação ou novos instrumentos para reclamação e compensação. É possível apontar, corretamente, que a carta poderia aprofundar desigualdades, em vez de amenizá-las, seja porque não englobava aumento de gastos públicos – e isso poderia prejudicar ainda mais regiões mais necessitadas –, seja porque os diretos baseavam-se na ideia de consumo e, como consumidores, pessoas com mais recursos tendem a ter mais “direitos”. Independentemente dos resultados de tais políticas, ao menos em termos teóricos, a carta vislumbrava a ideia de criar um ambiente mais igual no que se refere ao uso de bens e serviços públicos, preocupação que parecia estar bem atrás na fila de prioridades de Thatcher.

Ainda mais importante, quando as diferenças entre ambos os governos conservadores são analisadas, é o fato de que Major parecia muito mais inclinado à ideia de direito e contrato do que Thatcher. Se ela procurou reequilibrar direitos e deveres e foi uma crítica incansável da supervalorização dos direitos nas sociedades modernas – aproximando-se de conservadores, neoconservadores e do conservadorismo cristão para defender uma ideia de dever originada das relações de mútua dependência dentro das comunidades –, Major relacionava cidadania à sua versão mais legalista e baseada em direitos.

Embora muitas das cartas produzidas⁷⁸⁰ não estipulassem novos direitos – mas focalizassem o entendimento de alguns já existentes ou o detalhamento de boas práticas⁷⁸¹ –, e mesmo que a carta nada tivesse a dizer sobre direitos políticos – ainda que surgida em um contexto de intenso debate sobre a necessidade de uma *Bill of Rights* – ou sobre a extensão dos direitos sociais⁷⁸² tão criticados pela nova direita, de todo modo, tratava-se de uma carta que versava sobre direitos e contrastava com a linguagem de dever do Thatcherismo. Desse modo, a carta abarcava uma clara ideia de contrato entre indivíduo e Estado. Não é de surpreender, portanto, que Hill, o criador do termo, se sentia atraído pela ideia de contrato entre indivíduo e Estado. Entretanto, para dar um caráter menos

Acesso em: 01 out 2020. “Eu não quero que ninguém sintam-se um cidadão de segunda classe”, tradução nossa.

⁷⁷⁹ MAJOR, John. Speech to Conservative Central Council, 14/03/1992. **Sir John Major KG CH.** Disponível em: < <http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-1992-conservative-central-council-speech-14-march-1992/>> Acesso em: 01 out 2020.

⁷⁸⁰ No plural aqui porque engloba as cartas específicas de cada departamento, com suas respectivas regras.

⁷⁸¹ TRITTER, Op. Cit., p. 401.

⁷⁸² BARRON; SCOTT, Op. Cit., p. 533.

legalista ao programa, ou seja, por uma questão estratégica, ele teria escolhido a designação *charter*.⁷⁸³

A revista *The Times*, à época, já apontava a relação entre a carta e os liberais clássicos⁷⁸⁴ – a questão do contrato é evidente –, enquanto a revista *Economic Affairs* chamava a atenção para o fato de que a linguagem da carta abrangia a noção de “government by contract”.⁷⁸⁵ Esse ponto é importante e mostra grande distanciamento do Thatcherismo. Não que a ideia de cidadania em Thatcher não fosse complexa e, por vezes, contraditória, como já argumentado; existia a ideia de “empoderar” o cidadão, mas isso se dava basicamente por intermédio dos direitos de propriedade, e não de mecanismos de recompensa e reparação⁷⁸⁶ ou monitoramento. A carta inovava justamente nesses aspectos, ao estabelecer estruturas para mensurar aspectos de performance, monitoramento e esquemas compensatórios.⁷⁸⁷

Poucos elementos mostram mais essa questão contratual e as diferenças entre os modelos do que a percepção que ambos tinham sobre o contribuinte. No capítulo anterior, apresentamos como, em diversos momentos, Thatcher e seu entorno usaram o tema dos impostos para argumentar que o dever do cidadão não se limitaria ao pagamento de tributos, mas iria muito além dessa responsabilidade básica. O governo Thatcher era enfático, sobretudo no final dos anos 1980, em demonstrar que o cidadão tinha muito mais deveres com sua comunidade do que o simples pagamento de impostos. Sem dúvida, essa retórica era, em parte, uma resposta às suas reformas na esfera social e à redução de gastos públicas, além de ser uma tentativa de mudar as mentalidades, no que se refere às funções do Estado, cada vez mais reduzidas na esfera social, e os deveres do cidadão, que deveriam cada vez mais preencher a lacuna deixada pelo governo.

É igualmente verdade que o Thatcherismo impulsionou a ideia de “value for money”, ponto central do *charter*, e o argumento de que o Estado deveria ser mais responsável com o dinheiro do contribuinte. Ainda assim, a ênfase da carta na ideia de direitos derivados do pagamento de taxas, bem como a ausência de menção a outros tipos de deveres e obrigações do cidadão para com sua comunidade marcaram uma mudança retórica enorme. Na verdade, quando a carta aponta para deveres, quase sempre se refere àqueles relacionados ao Estado e suas obrigações com o cidadão. Enquanto Thatcher

⁷⁸³ HOGG; HILL, Op. Cit., p. 94.

⁷⁸⁴ Ibidem, p. 103.

⁷⁸⁵ HOGG; HILL, Op. Cit., p. 103. “Governo por contrato”, tradução nossa.

⁷⁸⁶ DENVER, Op. Cit., p. 10.

⁷⁸⁷ HICKSON, 2017, Op. Cit., pp. 48-49.

direcionava seus esforços, dentro da temática cidadania, à questão dos deveres, Major enfatizava a garantia de alguns direitos, embora bem restritos.

Novamente, é importante salientar que este é um tema complexo e envolve múltiplas facetas. A crítica sobre a ausência de direitos políticos e sociais na carta é correta, tal como a crítica relacionada aos mecanismos de informação e monitoramento. Não queremos dizer aqui que o documento era uma espécie sofisticada de *Bill of Rights*; quando muito, foi uma tentativa confusa de garantir melhores direitos ligados ao consumo de bens públicos, não relacionados a conquistas sociais⁷⁸⁸, uma carta que tratava o cidadão como simples consumidor e usuário de bens e facilidades públicas. Ainda assim, por meio de seus mecanismos, ela tentava aumentar o poder do cidadão mediante escolha e oportunidade, obtidas por mecanismos de mercado e regulamentação, garantidos, por sua vez, por intermédio do poder público.

Ao que parece, Major tinha uma visão mais liberal de cidadania, menos influenciada pelas ideias conservadoras e cristãs.⁷⁸⁹ E por liberal nos referimos a ambos – tanto os “clássicos” quanto os “neos” – pois, se, por um lado, enfatizava a questão dos contratos, por outro, mantinha a celebração acerca da eficiência e poder dos mecanismos de mercado. No entanto, se, nesse ponto, aproxima-se mais dos neoliberais do que Thatcher, em outro ponto, parece estar mais distante, já que sua aversão ao Estado parece menor, permitindo atribuir-lhe maior função social, conforme já explicitamos.

Neste momento, é importante pontuarmos uma questão. Já argumentamos que nossas conclusões sobre o tema podem ser resultado de uma distorção. Como analisamos sua visão de cidadania baseados em uma carta para usuários dos serviços públicos, corremos o risco de tomar a parte pelo todo e reduzir uma ideia complexa a apenas um elemento do conceito. Talvez Major não entendesse cidadania dessa forma, mas apenas um de seus elementos específicos, os direitos dos usuários.

Embora isso já dissesse muito sobre sua visão de cidadania, ainda assim, não nos daria uma visão mais geral sobre o conceito, ou mais específica sobre outros elementos nele contidos. Contudo, como também já apontamos anteriormente, a carta foi o que de mais importante Major lançou sobre o tema cidadania, e esse fato – da centralidade do usuário em seu programa sobre cidadania –, por si só, pode nos dar uma dimensão da

⁷⁸⁸ DENVER, Op. Cit., p. 10.

⁷⁸⁹ Religião nunca foi um tema central em Major, Cf. SELDON, 1998, Op. Cit., p. 200 e, mesmo que tenha continuado grande parte da mensagem econômica de Thatcher, parece ter desconsiderado, assim como os outros sucessores, os elementos religiosos que fundamentavam essa mensagem, Cf. FILBY, Op. Cit., p. 324.

importância que o primeiro ministro dava a essa questão e como entendia o conceito. Talvez o fato de o primeiro-ministro não ter falado quase nada sobre outros aspectos do conceito mostre que ele ou não se importava, ou pouco tinha a dizer sobre eles.

Em 1991, durante uma conferência para a imprensa, cujo tema era a carta, as respostas pareciam apontar para essa direção. Ao ser questionado sobre qual seria sua aceção de cidadão e por que o documento registrava o termo “citizen”, e não “consumer”, Major foi direto ao ponto: um cidadão seria “anyone legally resident in this country”. Dito isso, o jornalista insistiu na questão e seguiu com estas perguntas: “But there is more than that? Is it a simply another name for individual rights through this or there are a broader vision?”, ano que Major prontamente respondeu: “there is no hidden agenda under the word citizen. This is intended to deliver better value for consumer of services”.⁷⁹⁰

Esse é, muito provavelmente, o momento em que Major melhor expressou sua opinião sobre o que seria cidadania. E ela vai diretamente ao encontro com as premissas encontradas na carta e uma visão exclusivista do conceito. Em primeiro lugar, de forma bem sucinta, ele define cidadania em sua forma mais legal, como a associação de um indivíduo adentro de uma determinada comunidade política. Não há qualquer menção a questão de participação ou identidade, por exemplo. Quando o jornalista insiste e questiona se sua visão seria sinônimo de direitos individuais – mostrando ter uma interpretação da visão de Major semelhante à nossa, que resume cidadania à ideia de direitos assegurados por contrato – o político deixa claro que não há nada mais além da questão da prestação de serviços.

Assim, a ideia de cidadania seria exatamente aquela que está na carta e, portanto, uma concepção duplamente limitada; em primeiro lugar, porque não englobaria outros aspectos centrais do conceito, como a questão da participação, da identidade, dos deveres, da relação com a comunidade entre outros; em segundo lugar, mesmo na questão dos direitos, foco do documento, eles seriam reduzidos àqueles relacionados ao uso e ao consumo de certos bens, serviços e espaços públicos. Logo, um cidadão seria membro de

⁷⁹⁰ MAJOR, John. Major’s Press Conference on Citizen’s Charter. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: < <http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-press-conference-on-the-citizens-charter-22-july-1991/>> Acesso em: 01 out 2020. “Mas há mais do que isto? Isto é simplesmente outro nome para direitos individuais ou existe um significado mais amplo?”; “não há nenhuma agenda escondida por tras da palavra cidadão. A carta tem a intenção de entregar melhores serviços para os consumidores destes serviços”, tradução nossa.

uma comunidade política, investido de alguns direitos garantidos pela sua associação a ela. Essa é uma visão comum, bem superficial e genérica de cidadania.

Desse modo, não é possível falar em total continuidade entre Thatcher e Major. Não apenas por aquilo que já foi apontado por alguns analistas – sua genuína preocupação com relação à qualidade dos serviços públicos ou sua maior sensibilidade para com a esfera social –, mas também pela ideia de cidadania em si. Ambos os modelos parecem ter encorajado um aspecto fundamental da cidadania contemporânea, ou seja, a ideia de um cidadão individualizado, inserida em um movimento muito mais amplo e global de mudança de paradigma.

Nesse ponto, se considerarmos nossa análise sobre o conceito *Thatcherite* de cidadania, é interessante notar que Major parece ter contribuído mais para essa questão do que Thatcher. Se ela falava do indivíduo, mas sempre daquele responsável, Major parecia focar a ideia do contribuinte e consumidor, respaldado por seus direitos individuais. Isso não significa que ele não falasse em comunidade e família, ou em valores conservadores. O famoso discurso em que o primeiro-ministro conclamava os britânicos à volta ao básico pode ser interpretado corretamente como uma tentativa de convencer os britânicos a aceitar a responsabilidade com a família e a comunidade⁷⁹¹, o que, nesse sentido, lembra a retórica *Thatcherite*. Entretanto, esse não era um tema recorrente, sobretudo quando relacionado à cidadania.

A ideia da melhora dos serviços públicos e dos direitos individuais sempre foi central, muito mais do que o voluntarismo local. Major, um pouco mais social liberal que Thatcher, parece ter se preocupado mais com a garantia de alguns direitos básicos que considerava importantes, ligados ao mercado e ao consumo, portanto, mais atrelados à versão mais liberal da nova direita do que sua ala mais tradicional. Novamente, isso não quer dizer que houve uma completa ruptura. Thatcher também tentou impulsionar direitos ligados ao mercado⁷⁹², sobretudo os ligados à propriedade.

⁷⁹¹ KAVANAGH, 1994, Op. Cit., p. 359. “Back do Basics”, discurso proferido na conferência nacional do partido em 8 de outubro de 1993. **Sir John Major KG CH.** Disponível em: <<http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-speech-to-1993-conservative-party-conference-8-october-1993/>> Acesso em: 30 set 2020. O fato é que esta ideia sempre foi apresentada de forma bastante vaga e pouco clara Cf. HICKSON, 2017, Op. Cit., p. 41. Se a direita do partido se utilizou deste termo em uma versão mais moralista e tenha visto naquele momento uma oportunidade perfeita para transformar estes valores conservadores em parte importante da *public policy* do governo, esta é outra questão Cf. TURNER, 2013, Op. Cit., p. 209. O fato é que Major sempre reagiu a esta tentativa de setores mais reacionários do partido em utilizar-se desta temática como cruzada moral do governo. Para Major, tratava-se de criar um futuro melhor, não recriar um passado que não mais existia Cf. SELDON, 1998, Op. Cit., p. 407.

⁷⁹² KING, 1987, Op. Cit.

Como tendência geral, ambos os governos parecem ter contribuído para isso. Contudo, e este é o ponto que queremos salientar, eles tinham alguns pontos divergentes essenciais relacionados à cidadania e também ao fato de terem fortalecido direitos civis ligados ao mercado e ao consumo. Enquanto um apresentava uma visão muito mais tradicionalista de cidadania, baseada na premissa de que direitos derivavam necessariamente de obrigações devidas à comunidade – e, portanto, a ideia básica de que todos nós, como indivíduos, somos portadores de direitos naturais, era uma falácia –, o outro preocupava-se com alguns direitos formais de que todo cidadão era beneficiário pelo simples fato de ter nascido naquela comunidade política e contribuir, por meio do pagamento de impostos, com ela. Em suma, ao passo que um procurava reintroduzir a noção de dever junto à comunidade, o outro implementou um projeto que tentava garantir que alguns direitos essenciais fossem melhores e mais eficientemente providos.

2.6. Conclusão

Neste capítulo, mostramos que a eleição de Major à liderança do partido e sua consequente chegada ao cargo de primeiro-ministro do Reino Unido se deram de maneira bem conturbada, após a renúncia da então primeira-ministra Margaret Thatcher. A forma como ela deixou o poder, as alianças em torno da eleição do novo líder do partido, as divisões internas do partido e a ascensão de uma ala cada vez mais radical e segregacionista, a emergência de temas divisivos e a crise econômica, todos esses fatores impactaram a liderança de John Major e sua capacidade de elaborar e implementar políticas públicas de forma mais autônoma e em maior sintonia com suas ideias. Isso torna ainda mais difícil compreender as intenções e ideias de Major, que, por si só, pouco comentava sobre suas tendências ideológicas. Assim, como escreveu em sua autobiografia, “events dictate other priorities”⁷⁹³; assim, ele foi obrigado, por vezes, a seguir um caminho diferente daquele que tinha imaginado.

Por essa razão, torna-se difícil entender o que foi a administração Major, sempre à sombra de Margaret Thatcher, uma personagem imensa na história do partido e do Reino Unido, e que estabeleceria muito da linguagem, das ideias e das políticas das décadas subsequentes. Daí também se segue o grande debate em torno de sua administração ter sido, até que ponto, continuidade ou ruptura das ideias e políticas dos anos de Margaret Thatcher.

⁷⁹³ MAJOR, 2010, Op. Cit., p. 747. “Eventos ditaram outras prioridades”, tradução nossa.

Esse debate passa pela implementação de seu mais importante programa, a *Citizen's Charter*, que carregava a crença de ser uma contribuição distinta do legado *Thatcherite*, já que se concentrava na melhora dos padrões de provisão dos serviços públicos britânicos.⁷⁹⁴ A carta pode ser entendida como criada em um momento de ascensão dos valores ligados ao consumo, bem como do fortalecimento dos grupos de consumidores. Ademais, insere-se em um contexto marcado por forte rejeição popular ao que sempre pareceu desdém de Thatcher pelo setor público⁷⁹⁵ e por forte pressão dos partidos de oposição para a ampliação dos direitos dos cidadãos, sobretudo civis e políticos.⁷⁹⁶ Assim, a elaboração do documento também é parte de um cenário em que os conservadores repensavam sua linguagem, suas ideias e suas práticas.

Havia uma grande preocupação em distanciar-se de Thatcher, não apenas do ponto de vista retórico, mas também ideológico. Tanto no Reino Unido quanto do outro lado do Atlântico, os conservadores repensavam a relação entre Estado, indivíduo e comunidade, fermentando-se um conservadorismo “mais humano”. Major falava sobre a necessidade de um capitalismo aceitável, responsável.⁷⁹⁷ Em contrapartida, a carta baseava-se na ideia de que os serviços públicos poderiam ser melhorados sem que houvesse aumento dos gastos públicos. A preocupação fiscal e a fé nos mecanismos de mercado para aumentar eficiência e qualidade mostram estreita ligação com a administração Thatcher e a força com que tais ideias haviam ganhado terreno na última década. Tal como toda a sua administração, o documento representa continuidade e novidade, manutenção e desejo de mudança.

Isso posto, tentamos igualmente mostrar que, para além das diferenças recorrentemente apontadas entre a ideia de cidadania e de serviços públicos de Major e Thatcher – ou seja, a maior preocupação do primeiro-ministro com o setor público e com os usuários desses serviços – ambos tinham ideias diferentes tanto sobre o papel do Estado quanto à relação entre Estado e indivíduo. E aqui pouco tratamos da comunidade, pois o documento lhe faz pouca referência. Mesmo que, em seus discursos, Major se refira ao tema, ele não parece algo central ou importante em sua ideia de cidadania. A grande diferença parece estar em certa reabilitação do papel do Estado – embora muito reduzida

⁷⁹⁴ KAVANAGH, 1994, Op. Cit., p. 318 e COOPER, Op. Cit., p. 152.

⁷⁹⁵ DOERN, Op. Cit., p. 20.

⁷⁹⁶ DOERN, Op. Cit., p. 21.

⁷⁹⁷ MAJOR, John. Speech to the Percent Club. **Sir John Major KG CH**. Disponível em: <<http://www.johnmajorarchive.org.uk/1990-1997/mr-majors-speech-to-the-percent-club-19-october-1993/>> Acesso em: 01 out 2020. 3

e com atribuições diferentes – e na ideia de contrato. Apesar de sua forte crença nos mecanismos de mercado, Major tentou suavizar os impactos sociais por ele causados⁷⁹⁸ usando o Estado para alcançar tal fim, fosse por meio do aumento dos gastos públicos em alguns momentos, fosse pela imposição de controles, regulamentações, mecanismos de recompensa e maior acesso à informação. O primeiro-ministro aprofundava uma tendência que não havia sido por ele iniciada, mas tomava forma e direção em sua administração: a mudança da natureza do Estado, de provedor para regulador, habilitador. Ela se seguiria nos anos seguintes com o *New Labour* no poder.

Além disso, com certa reabilitação do Estado, ressurgia a importância da ideia de contrato. Como analisado no capítulo anterior, Thatcher pensava cidadania, ou a relação entre indivíduo, Estado e comunidade, não como um contrato abstrato e consentido, baseado em direitos individuais, mas como a relação natural entre indivíduo e comunidade, na qual o primeiro deve obrigações à última, dada sua dependência, tanto afetiva quanto material. Daí a necessidade de restabelecer a importância dos deveres dentro de uma sociedade massivamente baseada em direitos. Pelo menos era essa a sua visão à época.

Já em Major, a linguagem de contrato e dos direitos individuais reapareceu. Conforme explicamos, esses direitos são restritos e conectados ao uso e consumo dos serviços públicos, portanto, não significam, em nada, qualquer tentativa de volta ao modelo do pós-guerra. Não há grande preocupação com os direitos sociais – pelo contrário, permanece certo discurso de dependência –, tampouco com relação aos direitos políticos. O documento também não dava maior acesso à participação no processo decisório, embora falasse em empoderar o cidadão. Logo, esse processo se daria não com sua maior participação, mas, tal como no mercado, com maior escolha, possibilidade de mudança, maior acesso à informação e implementação de sistemas de recompensas.

É interessante notar que ninguém tenha atentado para essa diferença, tampouco para o modo como a visão contratualista de Major difere da visão mais voltada aos deveres de Thatcher. Provavelmente, isso resulta do fato de que muitas análises sobre cidadania no governo Thatcher, como argumentado no capítulo anterior, partem do pressuposto de que o modelo externado ao fim da década de 1980 seja reflexo de suas ideias neoliberais, isto é, puro artifício retórico. Seja como for, nesse ponto, as visões são divergentes.

⁷⁹⁸ WILLIAMS, 2017, Op. Cit., p. 209.

Em contrapartida, ao ressaltar estas diferenças, não pretendemos dizer que seus modelos de cidadania fossem antagônicos e que Major rompia com Thatcher. Definitivamente, ambos os “modelos”⁷⁹⁹ se inserem em um contexto de ascensão das ideias da nova direita, refletindo-as. Thatcher e Major compartilhavam uma visão individualista de cidadania, e não coletiva, mesmo que esse indivíduo, sobretudo em Thatcher, não seja atomizado. Ambos contribuíram para a construção da ideia de homem empreendedor de si mesmo.

Ademais, há a ideia – mais forte em Major, mas também presente em Thatcher – de se combater os interesses dos produtores frente aos usuários e beneficiários dos serviços públicos. Também a transformação da natureza e funções do Estado, que cada vez mais se tornava um “enabling state”⁸⁰⁰, pode ser constatada em Thatcher. Todas estas questões vão ao encontro à crítica aos direitos sociais e à redução de diversos destes direitos. Além disso, tanto mercado quanto sociedade civil se mantinham como esferas centrais na vida do indivíduo, segundo Major. A defesa do mercado ainda era baseada na ideia de escolha, mas a função instrumental como agente moralizador desaparece. Para Major, o mercado é importante ao dar maior poder aos indivíduos por meio de maior competição e aumento das escolhas, não como espaço para o desenvolvimento moral do indivíduo. Por outro lado, a sociedade civil também perde seu caráter moralizador, e pouca ênfase é dada as suas possibilidades voluntaristas. Desse modo, é pela ideia de consumo que a sociedade civil se destaca na cidadania de Major, como o espaço de consumo por excelência.

Todas essas questões podem ser vistas, em maior ou menor grau, em ambos os governos e como resultado de uma mudança de paradigma que estava ocorrendo à época e tem desdobramentos até os dias de hoje. E essas mudanças podem ser explicadas, em boa parte, ao menos em termos ideacionais, pelas críticas da nova direita a todo o sistema herdado do *welfare state*.⁸⁰¹ Porém, tanto a administração Major quanto – sobretudo – os governos Thatcher são mais complexos do que a simples transposição de uma ideologia pode sugerir. Assim, o Thatcherismo – mesmo dialogando mais, em relação à cidadania,

⁷⁹⁹ O uso do termo modelo não significa, aqui, algo fechado, coerente e/ou completo. O significado resume-se a um conjunto de premissas.

⁸⁰⁰ “Estado capacitador”, tradução nossa.

⁸⁰¹ É importante notar toda a crítica que hoje temos sobre o uso deste termo. Cf. EDGERTON, David. What came Between New liberalism and *Neoliberalism*? Rethinking Keynesianism, the Welfare State and Social Democracy. In: JACKSON, Ben; SUTCLIFFE-BRAITHWAITE, Florence; DAVIES, Aled (Ed.). **The Neoliberal Age?** Politics, Economy, Society, and Culture in Britain since c. 1980. London: UCL Press, 2021.

com a tradição conservadora, tanto laica quanto cristã, e com as críticas neoconservadoras à década de 1960 e o sistema político do pós-guerra – se expressava, em sua aversão ao Estado, em termos neoliberais. Entretanto, se a cidadania em Major e o seu foco em contrato e consumo parecem muito mais próximos dos pensadores liberais clássicos e neoliberais, além da grande influência da crítica à burocracia desenvolvida pela *Public Choice Theory*, sua rejeição ao Estado é menor do que a de Thatcher. Por isso, o conceito de cidadania não segue uma linearidade, nem mesmo dentro de um modelo de determinado governo, e ora dialoga com certa tradição política, ora rejeita certos elementos dessa mesma tradição.

Em contrapartida, se os conservadores contribuíram para a emergência das transformações ocorridas à época, eles não são – e nem poderiam ser – tratados como os únicos responsáveis por elas. Se influenciaram o contexto, também foram por ele influenciados. As mudanças propostas pelos conservadores devem igualmente ser vistas como forma de superar certos problemas do final do século passado. A desilusão e a suspeita do cidadão com relação à política e aos políticos cresceram, assim como a distância entre ricos e pobres e, com ela, a coesão social. Por essa razão, cada vez mais, os cidadãos passaram a tomar uma posição mais orientada para o consumo e, por sua vez, os políticos passaram vê-los mais como consumidores.⁸⁰²

A ascensão de uma sociedade de consumo – que, sem dúvida, é, em parte, fruto das administrações conservadoras, mas, majoritariamente, responde a fatores que vão muito além da influência delas e nada têm a ver com esses governos – ajudou a criar um cidadão mais focado em seus interesses próprios, menos atento à solidariedade coletiva e mais avesso ao pagamento de impostos. A escolha de serviços privados – sobretudo pelos cidadãos mais afluentes, resultado da busca por uma relação mais direta com o provedor, encontrada mais facilmente como consumidor do que cidadão – alterou a relação do cidadão com os bens públicos, que passaram a ser vistos mais como bens de consumo privados do que como responsabilidade coletiva, o que ajuda a explicar o crescente apoio dos cidadãos às privatizações.⁸⁰³

No cenário do cidadão mais individualista, focado no consumo e preocupado com os gastos públicos, os governos procuraram superar essa questão, ora com a mercantilização do setor público, ora com o encorajamento do cidadão mais participativo

⁸⁰² BELLAMY, Richard. **Citizenship**. A very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 23.

⁸⁰³ BELLAMY, a very short, Op. Cit., p. 115.

e independente, ora com a implementação de práticas de mercado na própria política, ora com a despolitização de órgãos responsáveis por decisões políticas e econômicas, visando a acabar com as críticas de parcialidade.⁸⁰⁴ Por isso, muitas ações vislumbradas à época não devem ser tratadas como puro resultado de determinada ideologia, mas igualmente fruto de grandes transformações socioeconômicas e culturais experimentadas no momento, que ora eram influenciadas por certos grupos políticos, ora os influenciavam a tomar determinada ação e repensar suas ideias. Globalização, multiculturalismo, sociedade de consumo, todos esses fenômenos alterariam profundamente as relações entre indivíduo, Estado e comunidade.

No fim das contas, Major foi mais efetivo em defender e implementar a “marketização” e a maior diversificação dos serviços públicos e das políticas sociais do que o fora Thatcher.⁸⁰⁵ Enquanto ela desconfiava profundamente dos serviços públicos, Major se empenhou em reformá-los.⁸⁰⁶ Enquanto a ex-primeira-ministra esforçou-se para privatizar parte desse setor, ele parece ter percebido a importância não apenas das privatizações, mas também do padrão de tais serviços.⁸⁰⁷ Desenvolvendo um tom mais suave e positivo, Major conseguiu reviver, dentro do partido, certo foco na esfera social, lançando as bases para uma forma de conservadorismo social⁸⁰⁸ que energizaria narrativas ao longo dos próximos anos, como a da *Big Society*.⁸⁰⁹ Como analisaremos nos próximos capítulos, o partido, após a derrota em 1997, tentaria se transformar e se redefinir, em parte, buscando uma face mais humana e moderna.

⁸⁰⁴ Ibidem, 22. Nesta última questão, o trabalho de Quinn Slobodian é primoroso em mostrar como o neoliberalismo buscou proteger a economia de mecanismos democráticos. Cf. SLOBODIAN, Op. Cit.

⁸⁰⁵ WILLIAMS, 2017, Op. Cit., p. 210.

⁸⁰⁶ KAVANAGH, 1994, Op. Cit., p. 22.

⁸⁰⁷ CONOLLY, Michael; McKEOWN, Penny; MILLIGAN-BYRNE, Grainne, Op. Cit., p. 28.

⁸⁰⁸ Não no sentido moral, tradicionalista, mas no sentido de que o partido passou a dar maior foco e tratar com mais atenção a esfera social.

⁸⁰⁹ WILLIAMS, 2017, Op. Cit., p. 213.

CAPÍTULO III: “A Clear Blue Water”? “New Labour” e a reconstrução dos Conservadores

Depois de dezoito longos anos na oposição, os trabalhistas do *Labour Party* finalmente venceram as eleições gerais de 1997 e voltavam ao poder. E o partido reconquistou o poder de forma memorável. Eles obtiveram 418 cadeiras no parlamento, enquanto os conservadores ganharam 165, representando uma perda de 171 cadeiras. Foi a pior derrota dos conservadores desde 1906. Tony Blair havia deslocado o partido mais para o centro e liderado os trabalhistas a uma histórica vitória, depois de amargar anos de oposição e péssimos resultados eleitorais.

O partido havia se reconstruído ao longo dos últimos anos, e agora era chamado de *New Labours*. Mas o que seria este “novo” partido? Quais as diferenças e as continuidades tanto com os “old” *Labours* quanto com o conservadorismo de Thatcher? Para entendermos o governo conservador de David Cameron, antes, temos de nos debruçar sobre o longo período trabalhista e a ressignificação dos conservadores durante o maior período na oposição de sua história. O partido considerado “natural” do poder e que mais esteve em *Whitehall* no século XX, precisou se reinventar para tornar-se novamente elegível aos olhos do eleitorado britânico e derrotar os trabalhistas depois de três derrotas consecutivas.

Dois grandes movimentos confluíram para explicar a estrondosa vitória trabalhista em 1997: em primeiro lugar, os conservadores estavam profundamente desgastados com o eleitorado; em segundo lugar, os trabalhistas passaram por uma grande transformação em suas ideias e práticas e se ofereciam como um novo partido em um país muito diferente daquele dos anos 1970/1980. Ambos os acontecimentos devem ser considerados se quisermos entender como um partido tão bem-sucedido, política e eleitoralmente, sofreu sua maior derrota em quase cem anos. O primeiro tema, referente ao fato de o partido conservador ter se tornado tão impopular, será abordado na próxima seção. Nela, analisamos o contexto e as transformações do partido trabalhista de Tony Blair, que reconduziu o partido ao poder depois de quase duas décadas.

3.1 *New Labour*: da reinvenção ao poder

Como já analisado no capítulo anterior, muitas mudanças ocorriam na sociedade britânica dos anos 1990, enquanto outras transformações de média duração se intensificavam ou

amadureciam durante a década. A proliferação de diferentes estilos de vida, o aumento do consumo, a diminuição do papel da tradição e dos costumes estruturando as atividades cotidianas e o aumento da sociedade da informação eram fenômenos que haviam se iniciado décadas atrás, mas intensificavam-se naqueles anos, fomentando a necessidade da criação de um novo contrato entre indivíduo e Estado, e tendo, como consequência, uma mudança de comportamento do eleitor. Os trabalhistas não mais poderiam apenas ser um partido de classe e precisavam fazer progressos também em redutos antes dominados pelos conservadores.⁸¹⁰

Em compensação, estabeleceu-se certo “consenso” de centro-direita pós-Thatcher, que influenciava ideias e políticas econômicas, bem como o trato com o regime de bem-estar social. No campo econômico, o Estado limitava-se à sua função de estimular o lado da oferta, enquanto o *welfare* perdia seu *status* universal para um mais seletivo, baseado em metas. A ascensão de uma sociedade da informação, com uma economia cada vez mais globalizada, pressionava as economias nacionais a buscar maior inovação e mão de obra cada vez mais qualificada e competitiva, para conseguir enfrentar um mercado internacional cada vez mais competitivo.⁸¹¹ Os sociais democratas rompiam com o Keynesianismo, que não mais provia uma resposta satisfatória para os dilemas do tempo. De forma geral, os anos 1980 haviam colocado inúmeras dificuldades para eles, que caminhavam em direção ao mercado e aceitavam, cada vez mais, as premissas econômicas do lado da oferta defendidas pela nova direita.⁸¹²

Os partidos convergiam para temas centrais: baixos impostos, controle dos gastos públicos, maior equilíbrio entre setor privado e público, controle da inflação e reformas no setor público que visavam a proporcionar maior eficiência na entrega de serviços públicos. O Estado era visto, por ambos os partidos, não mais como provedor, mas como facilitador e regulador.⁸¹³ Durante os anos 1990, a opinião pública também mudava. O apoio à provisão de serviços públicos diminuía, tal qual a ideia de redistribuição de riquezas, e as atitudes com relação aos beneficiários do sistema de seguridade nacional

⁸¹⁰ BEECH, Matt. Introductory Preface. In: BEECH, Matt.; LEE, Simon (Ed.). **Ten Years of New Labour**. London: Palgrave Macmillan, 2008, pp. xii-xiv.

⁸¹¹ FINLAYSON, Alan. Did Blair Advance Social Democracy? In: GRIFFITHS, Simon; HICKSON, Kevin (Ed.). **British party politics and ideology after New Labour**. New York: Palgrave Macmillan, 2010, p. 13.

⁸¹² BEVIR, New Labour, Op. Cit., pp. 63-65.

⁸¹³ COXALL; ROBINS. Op. Cit., pp. 65-68.

endureciam.⁸¹⁴ Mesmo que o apoio ainda fosse alto e o Estado ainda fosse visto como o maior responsável por tais serviços, esse apoio se restringia ao tipo de benefício e aos grupos. Ademais, se os britânicos ainda desconfiavam do setor privado, uma posição mais ambivalente era reservada ao terceiro setor.⁸¹⁵ A importância deste último e das instituições civis crescia, ao passo que a temática dos serviços públicos se tornava cada vez mais central no debate político britânico.

Por sinal, o aumento da atividade voluntária não era algo inédito do período Thatcher. Uma onda de crescimento nessas atividades já havia se iniciado durante as décadas de 1960 e 1970, decorrente das mudanças demográficas, do envelhecimento da população e da recessão mundial, somada à crescente insatisfação da opinião pública com os serviços públicos, o que forçava os países com economias mais desenvolvidas a buscar alternativas na provisão dos serviços.⁸¹⁶ Esse tema tornar-se-ia cada vez mais central durante a década de 1990 e transcenderia as divisões partidárias e ideológicas britânicas⁸¹⁷, apesar de ter tido um tratamento mais consistente no movimento conservador, que passava de uma posição que colocava a economia no centro dos debates, para uma que colocava a sociedade e os indivíduos nesse espaço.⁸¹⁸

Nesse cenário, o tema comunidade ganhava cada vez mais relevância e tornar-se-ia peça fundamental na retórica dos “novos” trabalhistas. Em uma interessante abordagem de inspiração foucaultiana, Pathik Pathak argumenta que novas técnicas de responsabilização e autonomização dos indivíduos não só tinham o objetivo de diminuir gastos públicos e incentivar mercados, como também promoviam a reprodução de espaços de relacionamentos comunitários de facilitação e performance de cidadania ativa.⁸¹⁹ Nessa nova reinvenção do social por meio da comunidade, o cidadão autônomo, ativo e responsável, seria indivisível dessas comunidades.⁸²⁰

Nesse contexto de mudanças, os trabalhistas vão se reinventando. A esquerda britânica, de forma geral, há muito vinha sendo criticada por ter falhado em sua estratégia

⁸¹⁴ DEFY, Andrew. The Conservatives, social policy and public opinion. In: BOCHEL, Hugh (Ed). **The Conservative Party and Social Policy**. London: The Policy Press, 2011, p. 61.

⁸¹⁵ Ibidem, pp. 67-68.

⁸¹⁶ TAYLOR, Marilyn; LANSLEY, John. Ideology and welfare in the UK: the implications for the voluntary sector. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 3, 1992. pp. 153 e 155.

⁸¹⁷ TAYLOR; LANSLEY. Op. Cit., p. 138.

⁸¹⁸ Ibidem, p. 139.

⁸¹⁹ PATHAK, P. From New Labour to New Conservatism: the changing dynamics of citizenship as self-government. **Citizenship Studies**, Vol. 17, 2013, pp. 72-73.

⁸²⁰ Ibidem, p. 74.

para responder às demandas de uma sociedade mais afluyente, tendência desenvolvida desde a década de 1950 e que ainda demandava do Partido Trabalhista a adoção de políticas de consumo no final dos anos 1980.⁸²¹ Esse processo influenciaria na adoção, por Tony Blair, líder dos trabalhistas desde 1994, das ideias de Antony Giddens e da sua insistência em que os sociais democratas deveriam adotar um sistema que reconhecesse dois aspectos fundamentais da era “pós-materialista”: o desejo das pessoas por maior liberdade e escolhas individuais, somado à ascensão de uma política não tradicional, ligada a ecologia, direitos dos animais, consumo, direitos civis etc. Logo, era necessário deixar os indivíduos serem os líderes das revoluções de seu tempo.⁸²²

O novo líder do partido, ao mesmo tempo que afirmava não ter uma ideologia rígida, declarava ter uma visão político filosófica muito clara, baseada em valores sociais-democratas “eternos”, mas adaptados criativamente aos novos tempos.⁸²³ Dialogando com a filosofia de Giddens, conhecida como *Third Way* – menos uma ideologia e mais uma reunião de certos valores abertos a variadas ideias derivadas de diversas tradições intelectuais⁸²⁴ – Blair buscava conciliar ideias liberais como a centralidade das liberdades individuais e a eficiência dos mercados, com valores sociais democratas, baseados na busca por justiça social, tendo o Estado como principal agente promotor. Se o mercado tinha um papel importante para o *New Labour*, o que os diferenciava dos conservadores era a redefinição do Estado enquanto agente ativo e responsável pelo investimento em capital humano e social.⁸²⁵

As ideias de justiça social e ativismo estatal retornavam à agenda política.⁸²⁶ Assim, o pragmatismo do partido, que combinava a ênfase na eficiência econômica com a ideia de justiça social, provia ao eleitor uma base de comparação entre eles e os conservadores. Se, por um lado, a estratégia econômica dos trabalhistas tinha por objetivo alcançar um crescimento sustentável e estável, diferente do crescimento cíclico dos anos Thatcher, por outro, o foco no conceito de justiça social era visto como alternativa à centralidade do mercado na filosofia conservadora. Dessa forma, os trabalhistas

⁸²¹ HILTON, Matthew. **Consumerism in Twentieth-Century Britain: The Search for a Historical Movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 398.

⁸²² Ibidem, pp. 295-296.

⁸²³ FIELDING, Steven. **THE LABOUR PARTY: CONTINUITY AND CHANGE IN THE MAKING OF NEW LABOUR**. London: Bloomsbury Publishing, 2017, p. 58.

⁸²⁴ FIELDING, Op. Cit., p. 81.

⁸²⁵ Ibidem, pp. 79-81.

⁸²⁶ DRIVER, Stephen. *New Labour and Social Policy*. In: BEECH, Matt.; LEE, Simon (Ed.). **Ten Years of New Labour**. London: Palgrave Macmillan, 2008, p. 65.

conseguiriam promover a imagem de um partido conservador sem empatia e socialmente atrasado.⁸²⁷ O fracasso conservador que levaria aos desdobramentos da *Black Wednesday* e a conseqüente perda de uma áurea quase divina de competência econômica que o partido tinha, criariam um novo espaço de oportunidade para os trabalhistas no debate econômico britânico que, usado de forma hábil, levaria o partido a convencer os eleitores de que não havia nenhuma contradição entre a ideia de justiça social e crescimento econômico, mas sim, uma enorme tensão entre a relação entre baixos impostos e serviços públicos de qualidade.⁸²⁸

Desse modo, o partido se apresentava como algo diferente tanto da *New Right* quando do “*old Labour*”, reposicionando-se como o “centro radical”, como parte de um “novo Estado democrático”.⁸²⁹ A retórica do partido intencionalmente enfatizava essa ruptura com o passado; Tony Blair insistia na ideia de mudança para mostrar ao eleitorado, depois de quase duas décadas de sucessivas derrotas, que o partido mudara fundamentalmente e de forma irreversível.⁸³⁰ A seu ver, o partido havia sido derrotado justamente pela incapacidade de se transformar⁸³¹, e a sensação geral de que os conservadores haviam alcançado certa hegemonia em seu argumento político permitiu que o líder trabalhista impusesse sua visão e estratégia políticas.⁸³² Apesar dessas transformações, muito se discute se, sob a liderança Blair, o partido realmente rompeu com sua tradição ou se algumas mudanças já vinham ocorrendo muito tempo antes de sua ascensão.⁸³³ Além disto, debate-se, sobretudo, até que ponto ele deu continuidade ou não à tradição social democrata, por um lado, e às políticas Thatcherites, por outro.⁸³⁴

Fundamentalmente, o partido respondia a temas que haviam se tornado importantes com a nova direita.⁸³⁵ Além da questão dos mercados, aceitava-se, por um lado, a crítica feita por esses pensadores à ascensão de uma *underclass* e aos problemas de um crescente déficit público, enquanto, por outro lado, se argumentava que diminuir o papel do Estado poderia trazer a erosão dos valores comunitários. Se o partido também

⁸²⁷ HEPPELL, Timothy; SEAWRIGHT, David. Introduction. In: HEPPELL, Timothy (Ed.). **Cameron and the Conservatives: The Transition to Coalition Government**. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 3.

⁸²⁸ HEPPELL; SEAWRIGHT, Op. Cit., p. 3.

⁸²⁹ HILTON, Op. Cit., p. 296.

⁸³⁰ FIELDING, Op. Cit., p. 3.

⁸³¹ *Ibidem*.

⁸³² DOREY, Peter; GARNETT, Mark; DENHAM, Andrew. **From Crisis to Coalition. The Conservative Party, 1997–2010**. London: Palgrave Macmillan, 2011, p. 12.

⁸³³ Mark Bevir faz uma ampla análise sobre esta questão e também sobre o ponto colocado a seguir em BEVIR, New Labour, Op. Cit.

⁸³⁴ Para uma ampla discussão sobre esta questão, ver FIELDING, Op. Cit.

⁸³⁵ BEVIR, New Labour, Op. Cit., p. 85.

criticava o paternalismo do *welfare state* e o desenvolvimento de uma cidadania passiva, nem por isso defendia o desmonte do Estado, mas sim a sua transformação como agente ativo na promoção do indivíduo responsável.⁸³⁶ O setor privado deveria agir como parceiro, por meio de cooperação baseada em confiança, mas com limite a certas áreas do setor público, vistas como inadequadas aos mecanismos de competição do mercado.⁸³⁷

Nesse modelo, o Estado não apenas tinha o papel central de promover o cidadão responsável, mas também de desenvolver seu capital social e prepará-lo para o mercado de trabalho, ao passo que também era responsável por estabelecer um padrão mínimo a esse mesmo mercado.⁸³⁸ A educação tornava-se peça central no modelo do *New Labour*, responsável por proporcionar treinamento adequado ao indivíduo, oferecendo uma base para que possa desenvolver todas as suas potencialidades – caminho necessário para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que também promovia desenvolvimento econômico.⁸³⁹ Assim, se, por um lado, aceitava – ao contrário de seus predecessores trabalhistas – a crítica de que o sistema de seguridade social poderia ter um efeito perverso no comportamento de seus beneficiários⁸⁴⁰, por outro, restituía o papel do Estado como maior agente na promoção da igualdade.

A ideia de igualdade de oportunidade tomava precedência sobre a defesa da igualdade de resultados. O *welfare* tinha de ser reformado, e outras prioridades, relançadas.⁸⁴¹ Os “novos” trabalhistas sempre foram claros em sua oposição à ideia de igualdade de resultados, enquanto se mostravam adeptos à concepção de igualdade de oportunidade⁸⁴², alcançada por meio da ação governamental sobre educação, mercado de trabalho e serviços públicos de forma geral. Nessa lógica, o desemprego era o grande vilão e principal fator causador da desigualdade, daí a necessidade de equipar o cidadão às “corretas” habilidades e aspirações.⁸⁴³

Isso posto, o partido que havia recolocado o tema da exclusão social na agenda política oferecia, como resposta a tal problema, um Estado mais ativo e direcionado para

⁸³⁶ *Ibidem*, p. 90.

⁸³⁷ BEVIR, *New Labour*, Op. Cit., pp. 97-103.

⁸³⁸ FIELDING, Op. Cit., p. 81.

⁸³⁹ FIELDING, Op. Cit., pp. 114 e 192.

⁸⁴⁰ CLASEN, Jochen. Towards a new welfare state or reverting to type? some major trends in British social policy since the early 1980s. **The European Legacy**, Vol. 8, 2003, p. 582.

⁸⁴¹ FIELDING, Op. Cit., 178

⁸⁴² *Ibidem*, p. 181.

⁸⁴³ *Ibidem*, pp. 182-183.

a habilitação de seus cidadãos.⁸⁴⁴ Em vez de medidas redistributivas, o combate à pobreza seria efetivado mediante políticas que focassem o mercado de trabalho e a qualificação do indivíduo. O Estado deveria ser um agente ativo no desenvolvimento individual do cidadão britânico. Mantendo a função que lhe foi atribuída nos anos 1990, os trabalhistas reforçaram e aprofundaram a ideia de que o Estado de bem-estar social não deveria ser instrumento para redistribuição; antes, deveria ajudar as pessoas a conseguir emprego, ao passo que também seria responsável por evitar a pobreza daqueles que não conseguiam se integrar ao mercado de trabalho.⁸⁴⁵ Essas reformas modernizadoras respondiam a pressões tanto nacionais (demográficas) quanto internacionais (globalização) e resultavam de um novo consenso político e uma nova abordagem com relação ao *welfare state*, com a diferença de que os trabalhistas enfatizavam a questão da exclusão social, além dos mecanismos de parceria e colaboração, em detrimento da ideia de competição, defendida pelos conservadores.⁸⁴⁶ Nessa esfera, a questão da comunidade, dos serviços públicos e da cidadania ganham destaque em nosso trabalho.

3.2 Os “novos” trabalhistas: ênfase nas comunidades, serviços públicos e cidadania

Segundo Stuart White, eram três os conceitos centrais do “New Labour”: oportunidade, responsabilidade e comunidade.⁸⁴⁷ A ideia de oportunidade já foi tratada anteriormente, e a de responsabilidade será abordada a seguir.

Comunidade tornou-se um conceito-chave na ascensão dos trabalhistas e termo central na retórica do partido enquanto ideia que servia não apenas como base para suas políticas, mas também como tema que marcava a distinção entre eles e os conservadores⁸⁴⁸, movendo o partido para além de noções estreitas de individualismo e de visões socialistas que pareciam ultrapassadas.⁸⁴⁹ Tony Blair compartilhava muitas das visões de pensadores comunitários, já analisadas em capítulos anteriores, como a ideia de decadência social, valores familiares, a busca por um correto equilíbrio entre direitos e deveres, a correlação moral entre os indivíduos e a ideia de que liberdade individual e

⁸⁴⁴ HERON, Emma; DWYER, Peter. Doing The Right Thing: Labour's Attempt to Forge a New Welfare Deal Between the Individual and the State. **Social Policy & Administration**, Vol. 33, 1999, p. 100.

⁸⁴⁵ CLASEN, Op. Cit., p 576.

⁸⁴⁶ BOCHEL, Hugh; DEFY, Andrew. **Welfare Policy Under New Labour**. Bristol: Policy Press, 2007, p. 28.

⁸⁴⁷ WHITE, Stuart. The Ambiguities of the Third Way. In: WHITE, Stuart (Ed.). **New Labour**. The Progressive Future? London: Palgrave Publishers, 2001, p. 4.

⁸⁴⁸ DAVIES, J. S. Active citizenship: navigating the Conservative heartlands of the New Labour project. **Policy & Politics**, Vol. 40, 2012, p. 3.

⁸⁴⁹ HERON; DWYER, Op. Cit., p. 93.

responsabilidade são os dois lados de uma mesma moeda.⁸⁵⁰ Como disse em um discurso: “without mutuality and solidarity there will be no prosperity; without shared values there will be no progress; without responsibility there is no society.”⁸⁵¹

Assim como em Thatcher e nos pensadores comunitários, havia uma estrutura moral que embasava essa comunidade, que tinha na ideia de responsabilidade consigo e com os outros seu tema fundamental. Era uma via de mão dupla: o Estado ou a sociedade tinham a obrigação de prover o mínimo ao indivíduo, ao passo que ele tinha o dever de aceitar as opções oferecidas, inclusive no mercado de trabalho.⁸⁵² Mais do que isso, para acessar esses direitos, o indivíduo deveria preencher certas condições relacionadas a comportamento e *status*.⁸⁵³ Segundo os trabalhistas, a responsabilidade combinava-se com a tradição ética socialista como alternativa ao modelo individualista da nova direita, baseando-se na concepção de dever cívico e obrigação moral.⁸⁵⁴ Apesar das semelhanças ao endossar um sujeito ativo no bem-estar social, os “novos” trabalhistas e a nova direita apresentavam abordagens e objetivos diferentes.⁸⁵⁵

Fundamental para a concepção trabalhista de comunidade era o conceito de *stakeholding*, fundamentado na ideia de inclusão econômica e social. Nesse sistema, inclusão implicaria associação, que se relacionava à ideia da mutualidade de direitos e deveres.⁸⁵⁶ Essa ideia era proveniente do antecessor de Tony Blair, o líder trabalhista John Smith, e se assentava na premissa de “semicontratos” fundamentados em princípios de reciprocidade.⁸⁵⁷ Senso cívico, responsabilidade, mutualidade, reciprocidade, todas essas questões se juntavam à ideia de capital social, investimento social⁸⁵⁸ e ao papel do governo e das comunidades em promover o indivíduo autônomo e responsável. Essa visão distanciava as ideias trabalhistas dos ideais individualistas conservadores e rompia com certa tradição social-democrata, na qual comunidade era entendida em termos de

⁸⁵⁰ Ibidem, p. 93.

⁸⁵¹ BLAIR, Tony, apud, Ibidem, p. 95. “Sem reciprocidade e solidariedade, não haverá prosperidade, sem valores compartilhados, não haverá progresso, sem responsabilidade não há sociedade”, tradução nossa.

⁸⁵² HERON; DWYER, Op. Cit., p. 96.

⁸⁵³ DRIVER, Stephen. Poverty, social justice and the Labour government, 1997-2007. **The Journal of Poverty and Social Justice**. Vol. 16, 2017, p. 11. Ver também ELLIS, Kethryn. Dependence: justice and the ethic of care. In: DEAN, Hartley (Ed.) **The Ethics of Welfare**. Humans right, dependency and responsibility. Bristol: Policy Press, 2004, p. 36.

⁸⁵⁴ ELLIS, Op. Cit., pp. 49 e 60.

⁸⁵⁵ PETER, Dwyer. Agency, ‘dependence’ and welfare: beyond issues of claim and contribution! In: DEAN, Hartley (Ed.) **The Ethics of Welfare**. Humans right, dependency and responsibility. Bristol: Policy Press, 2004, p. 138.

⁸⁵⁶ HERON; DWYER, Op. Cit., pp. 97-98.

⁸⁵⁷ ELLIS, Op. Cit., p. 35.

⁸⁵⁸ BEVIR, New Labour, Op. Cit., p. 75.

cooperação para o bem comum, não como parte, mas como “acionista em uma empreitada compartilhada”, com o intuito de preencher obrigações e deveres.⁸⁵⁹

Assim, a ideia de cidadania também sofreria alterações, já que a relação entre indivíduo, Estado e comunidade mudava. Entretanto, há claras continuidades entre as ideias de Thatcher e os “novos” trabalhistas”. Jonathan Davies, por exemplo, afirmava que a continuidade mais interessante entre *New Labour* e Thatcher não seria a conversão dos trabalhistas ao livre mercado, na esfera econômica, mas sua política de cidadania ativa, na esfera social.⁸⁶⁰ Em termos gerais, o partido tradicionalmente defendeu os direitos sociais, econômicos e políticos. Para os trabalhistas, a provisão universal de serviços públicos promoveria cidadania independente e virtuosa e seria pré-requisito para uma cidadania responsável.⁸⁶¹ Em contrapartida, os “novos” trabalhistas aceitaram parte da crítica da nova direita que salientava a ausência de obrigações e o encorajamento de uma cultura da dependência, no modelo de Estado de bem-estar social do pós-guerra. Desse modo, as políticas públicas deveriam ser mais um instrumento para habilitar os indivíduos a romper o *welfare trap*, em vez de se voltarem para o combate à pobreza.⁸⁶² A partir da década de 1990, ambos os partidos aceitavam a ideia de ciclo de dependência no *welfare* e defendiam regimes de benefícios mais restritos e com maior ênfase nos deveres.⁸⁶³

Tal como Thatcher, o partido mudava de foco e passava a priorizar os deveres e as responsabilidades sobre os direitos.⁸⁶⁴ E aqui, diferentemente da teoria idealista clássica – segundo a qual o direito de um indivíduo é correlacionado aos deveres de outro cidadão ou agência para a proteção desse mesmo direito –, com os “novos” trabalhistas e os comunitários, esse direito se relaciona à responsabilidade do próprio indivíduo.⁸⁶⁵ No entanto, a ideia de escolha e personalização ia além da questão de ecoar a extensão dos direitos do consumidor e visava a empoderar o cidadão em um novo contrato social modificado.⁸⁶⁶

⁸⁵⁹ Ibidem, p. 72.

⁸⁶⁰ DAVIES, Op. Cit., p. 3.

⁸⁶¹ BEVIR, *New Labour*, op. Cit., p. 66.

⁸⁶² Ibidem, p. 67.

⁸⁶³ CLASEN, Op. Cit., p. 582.

⁸⁶⁴ DAVIES, Op. Cit., p. 7.

⁸⁶⁵ FREEDEN, Michael. *Civil Society and the Good Citizen: Competing Conceptions of Citizenship in the Twentieth-century Britain*. In: HARRIS, Jose (Ed.). **Civil Society in British History**. Ideas, Identities, Institutions. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 290.

⁸⁶⁶ BEECH, *Ten Years*, op. Cit., p. xv.

Como vemos, os trabalhistas dialogavam com muitas das questões e premissas do Thatcherismo e da nova direita. Além da questão do aumento das escolhas e da oportunidade, bem como da ênfase na responsabilidade, a ideia de comunidade lhes era central. Conforme mostramos em capítulos anteriores, embora pouco explorado pelos estudiosos, o Thatcherismo apresentava um forte viés comunitário, apesar de seu discurso individualista. Assim como em Thatcher, o Partido Trabalhista enfatizava o papel das instituições da sociedade civil, tanto de criar laços interpessoais, como de oferecer espaço para participação dos seus cidadãos.⁸⁶⁷ Desse modo, mesmo o comunitarismo dos trabalhistas, tratado por muitos – inclusive pelo partido – como tema de diferenciação com os conservadores, já era explorado por Thatcher. Contudo, há diferenças de grau e substância.

Em primeiro lugar, havia uma diferença de grau na ênfase dada à comunidade. Nos discursos dos trabalhistas, a comunidade era central, em resposta ao individualismo dos anos de Thatcher. Ademais, a própria ideia de responsabilidade individual dentro da comunidade era interpretada de forma diferente, e a impossibilidade de ser responsável por si só, não lhe tirava o *status* de cidadão responsável; a reivindicação por assistência era, portanto, considerada legítima.⁸⁶⁸ Como já mencionado, a ideia de mutualismo, parcerias e cooperação era central e rompia com a concepção de que só a competição seria eficiente. Mas não se trata apenas disso; nesse novo mundo de “*networks*”, a participação do indivíduo se daria não apenas enquanto “clientes”, mas também por meio do aumento dos espaços para consultas e do envolvimento no planejamento e na entrega dos serviços públicos. Em outras palavras, melhores serviços como resultado de uma rede cooperativa baseada em confiança.⁸⁶⁹

O Estado também voltou a ter função muito mais ativa e positiva. Se ele fora desmoralizado no governo Thatcher, com o *New Labour*, aparece como instrumento necessário para criação de um indivíduo melhor e mais participativo dentro de sua comunidade. Nem comunidades, nem indivíduos floresceriam espontaneamente; o Estado tinha papel fundamental nesse processo. Entretanto, isso se dava de forma distinta, não como para os “velhos” trabalhistas, segundo os quais o Estado centralizado redistribuía as riquezas, mas no sentido de capacitar seus cidadãos a se tornarem indivíduos autônomos. Mais especificamente, o Estado deveria promover oportunidades

⁸⁶⁷ WHITE, *New Labour*, Op. Cit., pp. 4-5.

⁸⁶⁸ *Ibidem*, p. 6.

⁸⁶⁹ BEVIR, *New Labour*, Op. Cit., p. 100.

aos indivíduos, mediante a provisão de serviços públicos, bem-estar social e programas que visariam às comunidades mais carentes. Nessa estratégia, as políticas para enfrentamento da pobreza, centradas no desenvolvimento dos indivíduos para o mercado de trabalho, eram fundamentais.⁸⁷⁰

Dessa maneira, os serviços públicos tornaram-se tema-chave na administração trabalhista. O aumento dos investimentos nos serviços públicos – sobretudo saúde e educação – é um dos indicadores de que os trabalhistas deram maior prioridade a esse setor do que as administrações anteriores⁸⁷¹, além de demonstrar como o partido tinha uma posição menos restrita com relação aos cortes de gastos públicos e ao papel do Estado em prover serviços essenciais. O partido intentava criar parcerias entre o setor público e o privado, porém, diferentemente da nova direita, em forma de colaboração, enfatizando a importância de criar serviços mais responsivos, sem ceder ao argumento de que o setor privado seria o único mecanismo capaz de alcançar melhor eficiência.⁸⁷² Conforme mostramos nos capítulos anteriores, essa era uma preocupação já vista em Thatcher e, sobretudo, em Major. O partido ascendia ao poder em uma época de transição para uma cidadania mais focada no consumidor.⁸⁷³

Em seu modelo de *stakeholding*, os trabalhistas viam, na comunidade, um parceiro central na promoção e nas melhorias dos serviços públicos, concedendo novos poderes como provedores destes serviços e como fiscalizadores daqueles não comprometidos com a comunidade. Assim, a relação com o setor voluntário igualmente se tornava mais estreita.⁸⁷⁴ Tanto o foco no usuário quanto a busca por novas associações com outros setores davam ao partido a possibilidade de se opor à forma como os trabalhistas tratavam o tema anteriormente e de enfatizar o contraste com relação a um passado que havia criado serviços “monolíticos” e “limitados”.⁸⁷⁵

Assim, o partido buscava se descolar das antigas ideias e políticas, ao passo que também tentava se diferenciar das políticas da nova direita. De qualquer forma, os tempos eram outros, e muito do que foi pensado e desenvolvido pela nova direita foi mantido ou aprofundado. Com relação à cidadania, é possível perceber algumas mudanças bem

⁸⁷⁰ DRIVER. Poverty, social justice and the Labour government, Op. Cit., pp. 157-159.

⁸⁷¹ CLARKE. Government, Consumers and Citizenship, Op. Cit., p. 89.

⁸⁷² Ibidem, pp. 62-63.

⁸⁷³ Ibidem, p. 79.

⁸⁷⁴ HILTON, Matthew; MCKAY, James. The Ages of Voluntarism: an introduction. In: HILTON, Matthew; MCKAY, James (Ed.). **The Ages of voluntarism**. How we got to the Big Society. Oxford: Oxford Press, 2011, p. 19.

⁸⁷⁵ CLARKE. Government, Consumers and Citizenship, Op. Cit., pp. 95-96.

marcantes que diferenciam os trabalhistas tanto de Thatcher quanto de Major. Conforme já argumentamos, ao contrário de grande parte das análises sobre cidadania em Thatcher, podemos notar que temas como comunidade, sociedade civil e setor voluntário formam parte essencial do conceito de cidadania conservadora. Longe de um indivíduo isolado, Thatcher sustentava que, apenas dentro das associações e atividades civis, o indivíduo se desenvolveria. Em contrapartida, respondendo as demandas de sua época e a certa aversão popular às políticas sociais de sua antecessora, Major concedeu maior atenção aos serviços públicos e preocupou-se em melhorar sua eficiência, sobretudo por meio de mecanismos de mercado.

No caso dos trabalhistas, observamos a confluência de todas essas questões, porém, valendo-se, muitas vezes, de abordagens diferentes e visando a resultados distintos. Mais importante, Blair recolocou a questão da exclusão social na agenda política e o papel do Estado em promover melhores condições de vida à população. Embora com papel diferente, influenciado pelo discurso de oportunidades, o Estado tornava-se novamente o principal agente na resolução dos problemas sociais. Ao contrário de Thatcher, que lhe atribuía apenas função negativa, Tony Blair o reposicionava como principal instrumento de melhoria social, ainda que aceitasse parcialmente o discurso da nova direita de que o *welfare state*, da forma como existia, poderia mais prejudicar do que ajudar os indivíduos. Como reação ao Thatcherismo, Blair acabou por recolocar temas importantes no discurso político, que também influenciariam a reconstrução do Partido Conservador.

3.3 Os Conservadores em crise e a “modernização” do partido

Enquanto os trabalhistas voltavam ao poder com uma vitória esmagadora e se mantinham nele pelo período mais longo de sua história, totalizando três vitórias consecutivas, os conservadores enfrentavam provavelmente a sua maior crise. Apesar do resultado catastrófico de 1997 e das subsequentes derrotas, o partido demorou para entender as novas circunstâncias e tomar uma atitude mais assertiva quanto a esse fato. Seja pelos sucessos eleitorais na década de 1980, seja pelo ressurgimento arrebatador do *New Labour*, o partido foi incapaz de reagir rapidamente.⁸⁷⁶

Os conservadores se deparavam com inúmeros problemas durante a década de 1990. Após o ano de 1997, o partido passou por uma crise dupla, de elementos que se

⁸⁷⁶ GAMBLE, Andrew. *Shifting Sands. Soundings*, Vol. 2006, pp: 94-102, 2006, p. 95.

reforçavam mutuamente e impediam os conservadores de encontrar e articular uma narrativa política bem-sucedida: por um lado, havia uma crise ideológica, de propósito; por outro, uma crise eleitoral.⁸⁷⁷ Como mostramos no capítulo anterior, o partido havia herdado dos governos Thatcher profundas contradições ideológicas que viriam a minar os governos de John Major. Uma relativa unidade e a ideia de lealdade foram abandonadas em nome de um credo ideológico.⁸⁷⁸ Além disso, as tensões no interior da nova direita tornaram-se mais evidentes nos anos 1990, criando maiores disputas pela direção do partido.⁸⁷⁹

Filosoficamente, as suas incertezas derivavam de três posições concorrentes: *antithatcherite*, *neothatcherite* e *pós-thatcherite*, e o debate político interno era estruturado majoritariamente sobre ideias *neothatcherites*, que impediam o partido de pensar alternativas modernizantes e limitavam o espaço para reformas.⁸⁸⁰ A confusão ideológica acerca da natureza e do propósito do conservadorismo contemporâneo, consequência não intencionada dos anos Thatcher, redefinia tanto o conservadorismo quanto o partido, e jogava uma enorme sombra na administração de todos os sucessores de Thatcher, dificultando qualquer tentativa de modernização.⁸⁸¹

Essas incertezas ideológicas obstruíam as tentativas conservadoras de se definir por uma política mais à direita, para que fosse possível estabelecer a “clear blue water”⁸⁸² entre eles e os “novos” trabalhistas, ou uma guinada mais para o centro, mais próxima aos governistas. O partido se dividia sobre qual a melhor estratégia a seguir, com base nas diferentes interpretações de seus membros sobre as sucessivas derrotas. Enquanto alguns conservadores interpretavam as derrotas como o fracasso do partido em entender as grandes mudanças na sociedade britânica e conseqüentemente defendiam a necessidade de uma grande transformação dele – tal qual aquela experienciada pelos trabalhistas –, outros acreditavam que a perda de eleitores tinha sido algo pontual e consequência da falta de substância do partido, argumentando que os valores

⁸⁷⁷ HAYTON, Richard. **Reconstructing conservatism?** The conservative party in opposition, 1997-2010. Manchester: Manchester University Press, 2012, p. 20.

⁸⁷⁸ HEPPEL; HILL. Op. Cit., p. 336.

⁸⁷⁹ GRIFFITHS, Simon; HICKSON, Kevin. Introduction. In: GRIFFITHS, Simon; HICKSON, Kevin (Ed.). **British Party Politics and Ideology after New Labour**. London: Palgrave, 2010, p. 4.

⁸⁸⁰ HAYTON. Reconstructing, Op. Cit., p. 20.

⁸⁸¹ Ibidem, 26.

⁸⁸² Significando uma divisão clara entre os partidos.

conservadores deveriam ser mantidos já que o eleitorado se voltaria ao partido, tão logo os trabalhistas enfrentassem dilemas mais complexos.⁸⁸³

A questão ideológica teve papel central no fracasso eleitoral do partido, pois foi fundamental na formulação e estruturação dos debates estratégicos que o tomaram entre 1997-2005.⁸⁸⁴ O Partido Conservador britânico, considerado por alguns a organização partidária democrática mais bem-sucedida da história europeia⁸⁸⁵ – justamente por sua adaptabilidade e flexibilidade, sua enorme capacidade de se renovar e reinventar⁸⁸⁶ –, debatia-se para conseguir criar estratégias vitoriosas a fim de voltar ao poder, sobretudo por suas divisões ideológicas.

Em termos organizacionais, não apenas a falta de unidade afetava o partido, mas também a ausência de estruturas democráticas internas e uma constante e insistente redução no número de seus membros⁸⁸⁷ dificultavam a recuperação política dos conservadores. Ademais, o partido tinha graves problemas eleitorais; crescia a percepção pública de que ele estava fora de sintonia com a sociedade britânica, sem entender suas aspirações, “social priorities and contemporary attitudes of modern, multicultural, heterogeneous Britain.”⁸⁸⁸ Em suma, estava descolado das prioridades e preocupações da sociedade britânica de meados do século XX e início do XXI⁸⁸⁹, e era incapaz de entender as grandes transformações sociais e culturais das últimas décadas. Cada vez mais, as pessoas o acusavam de negligenciar políticas sociais e ser socialmente demasiado tradicionalista.⁸⁹⁰ Por vários motivos, era visto pela opinião pública como duro e indiferente, sobretudo como resultado de uma percepção geral de não se comprometia com a melhoria dos serviços públicos e era obcecado por cortar impostos.⁸⁹¹ Somado a essas questões, o partido era incapaz de articular uma agenda social coerente e persuasiva.⁸⁹²

⁸⁸³ HAYTON. *Reconstructing*, Op. Cit., p. 125.

⁸⁸⁴ HAYTON. *Reconstructing*, Op. Cit., p. 3.

⁸⁸⁵ HAYTON. *Reconstructing*, Op. Cit., p. 3.

⁸⁸⁶ HAYTON. *Reconstructing*, Op. Cit., p. 6.

⁸⁸⁷ KELLY, Richard. *Organisational reform and the extra-parliamentary party*. In: GARNETT, Mark; LYNCH, Phillip (Ed.). **The Conservatives in Crisis: The Tories after 1997**. Manchester: Manchester University Press, 2003, pp. 82-84.

⁸⁸⁸ WILLIAMS, Ben. **The Evolution of Conservative Party Social Policy**. London: Palgrave Macmillan, 2015, p. 47. “prioridades sociais e atitudes contemporâneas da Grã-Bretanha moderna, multicultural e heterogênea”, tradução nossa.

⁸⁸⁹ *Ibidem*, p. 2.

⁸⁹⁰ *Ibidem*, p. 8.

⁸⁹¹ TAYLOR, Ian. *The Conservatives, 1997–2001: a party in crisis?* In: GARNETT, Mark; LYNCH, Phillip (Ed.). **The Conservatives in Crisis: The Tories after 1997**. Manchester: Manchester University Press, 2003, p. 230.

⁸⁹² WILLIAMS. *The Evolution of Conservative Party*, Op. Cit., p. 47.

Os conservadores também patinavam nos temas tradicionalmente fortes. Desde a crise econômica de 1992, a popular visão de que o partido era competente na economia se esvaiu.⁸⁹³ Ele não só havia perdido prestígio, como também não dispunha de meios para criticar as políticas econômicas de Blair; em primeiro lugar, porque os dados econômicos eram bons; em segundo lugar, porque suas políticas davam certa continuidade às de Major.⁸⁹⁴ Não apenas no campo econômico, mas também em outras áreas tradicionalmente conservadoras, como na esfera da segurança pública, os “novos” trabalhistas conseguiram ganhar campo e, de certa forma, neutralizar as estratégias conservadoras.⁸⁹⁵ Em contrapartida, a sociedade britânica passou a valorizar temas nos quais o partido não era particularmente forte, como educação, saúde e serviços públicos em geral⁸⁹⁶, áreas historicamente associadas aos trabalhistas.

O partido que mais havia conquistado vitórias eleitorais no século XX – conhecido como o “século conservador” – e historicamente sempre fora muito bem-sucedido em se adaptar e reconquistar o poder rapidamente, amargava anos na oposição sem conseguir definir uma estratégia vencedora para voltar a *Downing Street*. Dividia-se entre aqueles que eram incapazes de reconhecer os limites do Thatcherismo e aqueles membros, mais liberais, que acreditavam que o partido havia se tornado profundamente desconectado das tendências sociais contemporâneas e necessitava de uma mudança rápida e radical para retornar ao poder.

Algumas figuras importantes do partido e com forte passado *Thatcherite*, como Peter Liley e Michael Portillo, após a derrota de 1997, publicamente reconheceram a necessidade de os conservadores desenvolverem uma abordagem mais construtiva e socialmente mais tolerante. O partido oscilava entre mover-se mais para o centro, então território dos *Labours*, ou voltar-se ainda mais para a direita.⁸⁹⁷ Essa questão pode ser notada não apenas na posição de alguns membros que abandonaram o partido, buscando outros partidos mais à direita – como o UKIP ou o próprio Partido Trabalhista –, mas especialmente na postura dos sucessores de John Major. William Hague, sucessor direto

⁸⁹³ DOREY, Peter. Conservative policy under Hague. In: GARNETT, Mark; LYNCH, Phillip (Ed.). **The Conservatives in Crisis: The Tories after 1997**. Manchester: Manchester University Press, 2003, p. 126.

⁸⁹⁴ DOREY. **The Conservatives in Crisis**, Op. Cit., p. 127.

⁸⁹⁵ Ibidem, p. 128.

⁸⁹⁶ David, BROUGHTON. The 2001 general election: so, no change there then? In: GARNETT, Mark; LYNCH, Phillip (Ed.). **The Conservatives in Crisis: The Tories after 1997**. Manchester: Manchester University Press, 2003, pp. 208-209.

⁸⁹⁷ DOREY, Peter. **British Conservatism: The Politics and Philosophy of Inequality**. New York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 171.

de Major após sua renúncia em decorrência da derrota nas eleições de 1997, inicialmente declarava a necessidade de o partido mover-se para o centro. Após um ano de liderança e nenhuma recuperação nas pesquisas de opinião, o líder conservador voltou a dar prioridade a temas mais populares e tradicionais ao eleitorado de direita.

Ian Duncan Smith, que ganharia as eleições internas do partido após Hague resignar, em 2001, também iniciou sua liderança insistindo na necessidade de mover o partido para além do Thatcherismo, pregando a filosofia do *Compassionate Conservatism*, dando maior ênfase aos temas sociais e relegando as questões econômicas a um segundo plano. Tal como Hague, ao fracassar nas pesquisas de opinião, ele daria meia-volta em direção a temas ligados ao populismo de direita. Por fim, Michael Howard, sucessor de Duncan Smith em 2003, figura tradicional e proeminente do partido, seguiria os mesmos passos e as mesmas oscilações de seus dois antecessores.⁸⁹⁸ Mesmo com essas oscilações, cada vez mais emergia, dentro do movimento conservador, a defesa a um conservadorismo cívico e a ênfase na importância das instituições civis, vistas em profundo contraste com o Estado. Nessa nova narrativa, Thatcher teria se apoiado exageradamente no mercado para resolver problemas sociais, enquanto os “novos” trabalhistas apenas buscavam respostas no Estado. Em compensação, esses “novos” conservadores estariam olhando para a sociedade em si, para as famílias, comunidades e agências voluntárias, a fim de resolver os problemas sociais do país.⁸⁹⁹

Uma agenda mais voltada para a sociedade civil emergia do pensamento conservador e tornava-se cada vez mais proeminente. A ideia de que havia a necessidade de reinventar o terceiro setor e a sociedade civil espalhava-se sobre os diferentes vieses ideológicos. Não só no Reino Unido, mas também nos Estados Unidos a direita se renovava e alterava seu ambiente intelectual durante os anos 1990, questionando certo libertarianismo e antiestatismo dos anos anteriores e enfatizando a força da sociedade civil sobre o mercado.⁹⁰⁰

Mas o que defendiam esses “modernizadores” e como isso se desenvolveria ao longo dos anos de oposição? Antes de explorarmos suas ideias, convém uma breve análise sobre os líderes conservadores durante estes anos de oposição.

⁸⁹⁸ DOREY. *British Conservatism*, Op. Cit., pp. 171-173.

⁸⁹⁹ DOREY. *British Conservatism*, Op. Cit., p. 166.

⁹⁰⁰ ASHBEE, Edward. The US Republicans: lessons for the Conservatives? In: GARNETT, Mark; LYNCH, Phillip (Ed.). *The Conservatives in Crisis: The Tories after 1997*. Manchester: Manchester University Press, 2003, p. 38.

3.4 Os Líderes Conservadores na Oposição

Após a dolorida derrota para Tony Blair e depois de sete anos à frente do país, John Major não apenas perderia o cargo de primeiro-ministro da Grã-Bretanha como também renunciaria ao cargo de líder dos conservadores. De forma surpreendente, seu sucessor William Hague, de apenas trinta e seis anos, seria o mais jovem britânico a vencer as eleições internas do partido e a liderar os conservadores.

Os mais prováveis candidatos, àquela altura, estavam fora do páreo. Michael Heseltine sofria com sérios problemas de saúde, enquanto Michael Portillo não tinha nem mesmo uma cadeira no Parlamento. Os outros “pesos-pesados” do partido entraram em cena: Ken Clarke, cujo maior suporte advinha da ala mais ao centro e pró-Europa do partido, e os outros três candidatos que buscavam os eurocéticos à direita, Michael Howard, Peter Lilley e John Redwood. Aceitando inicialmente o convite de Howard para integrar sua equipe, porém convencido por amigos da impossibilidade de sua vitória, Hague desfez a aliança com Howard e decidiu lançar sua própria candidatura.⁹⁰¹ O jovem conservador eurocético viu a oportunidade de se apresentar como o único candidato que poderia renovar o partido, não ligado a atores “ultrapassados”.⁹⁰² Após três turnos, nos quais, em cada um deles, o último candidato em número de votos deixava a disputa, Hague foi eleito o novo líder, atraindo os votos da ala eurocética.

Mesmo sendo o candidato menos favorito, sua vitória decorreu de uma série de fatores circunstanciais: os dois mais competitivos candidatos ficaram de fora, a direita do partido falhou em sua campanha, ele era o menos impopular dos candidatos, não alienou nenhuma facção de dentro do partido e foi pouco exposto à crítica por ter ficado pouco tempo num cargo central do governo.⁹⁰³ Em contrapartida, nunca conseguiu conquistar a autoridade necessária dentro do partido.⁹⁰⁴

Hague herdava um partido que havia perdido sua reputação de competente, tinha uma pobre imagem pública e sofrera sua maior derrota eleitoral no século.⁹⁰⁵ Além disso, o novo líder tinha a árdua tarefa de curar as feridas deixadas abertas pelas divisões internas, bem como de construir uma plataforma única, revitalizar as estruturas

⁹⁰¹ SNOWDON, Peter. **Back from the Brink: The Inside Story of the Tory Resurrection**. London: Harper Press, 2010, pp. 42-43.

⁹⁰² Ibidem, p. 43.

⁹⁰³ GARNETT, Mark. Win or bust: the leadership gamble of William Hague. In: GARNETT, Mark; LYNCH, Phillip (Ed.). **The Conservatives in Crisis: The Tories after 1997**. Manchester: Manchester University Press, 2003, p. 51.

⁹⁰⁴ Ibidem, p. 56.

⁹⁰⁵ HAYTON. *Reconstructing*, Op. Cit., 38

organizacionais moribundas⁹⁰⁶ e criar uma nova narrativa conservadora capaz de atrair um eleitorado bastante diferente daquele da década de 1980. Nesse sentido, tentou mover o partido para uma posição mais preocupada com as questões sociais e, logo em seu primeiro discurso como novo líder, tentou reinventá-lo e focar os grupos em maior desvantagem. Pesquisas internas já haviam apontado para o erro do partido, nos anos anteriores, de focar sua agenda em temas puramente econômicos e traziam a necessidade da introdução de temas mais modernos.⁹⁰⁷ Ademais, as pesquisas de opinião à época revelavam a forte desconfiança das pessoas com o partido em áreas sociais como saúde e educação.⁹⁰⁸

Hague foi influenciado pela filosofia de conservadorismo compassivo que emergia nos Estados Unidos e se mostrou impressionado por essas ideias.⁹⁰⁹ Inicialmente, formulou políticas para encorajar o reflorescimento da sociedade civil e suas associações, porém, com o tempo, deixou-as de lado. Na verdade, o líder conservador nunca conseguiu se comprometer, de modo convicto, com a criação de uma nova e coerente agenda política, e seu flerte com o centro era algo muito mais relacionado à forma do que à substância.⁹¹⁰ Seja por temor de perder mais eleitores em uma época de apoio declinante, seja por preocupação de que essas ideias não se enquadravam ao contexto britânico, seja pela fragmentação ideológica do partido⁹¹¹, Hague decidiu abandonar a modernização e voltar-se para uma estratégia que focalizasse as ideias que formavam o núcleo do partido.

O líder dos conservadores apostava no fato de que ainda haveria um bloco amplo de apoiadores que se identificavam com as políticas e os valores do partido, e que não concordavam com as mudanças que ocorriam no país.⁹¹² O problema é que o Reino Unido havia mudado e a opinião pública via o partido como “divided, arrogant, selfish”.⁹¹³ Uma espécie de novo consenso moral havia se desenvolvido ao longo dos últimos anos, caracterizado por uma profunda relutância em julgar a vida privada dos indivíduos e um grande desconforto com políticos que assim agiam.⁹¹⁴ Apesar de seus discursos iniciais

⁹⁰⁶ SELDOM, Anthony; SNOWDON, Peter. The Barren Years: 1997–2005. In: BALL, Stuart; SELDOM, Anthony (Ed.). **Recovering Power. The Conservatives in Opposition since 1867**. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 249.

⁹⁰⁷ SNOWDON. Back from the Brink, Op. Cit., p. 145.

⁹⁰⁸ Ibidem, p. 54.

⁹⁰⁹ Ibidem, p. 147.

⁹¹⁰ SELDOM; SNOWDON. **Recovering Power**, Op. Cit., pp. 253-254.

⁹¹¹ GARNETT. The Conservative in Crisis, Op. Cit., p. 46.

⁹¹² COOPER, Andrew. A party in foreign land. In: VAIZEY, Edward; BOLES, Nicholas; GOVE, Michael. **A Blue Tomorrow**. New visions for modern conservatives. London: Politico’s Publishing, 2001, p. 10.

⁹¹³ Ibidem, p. 14. “Dividido, arrogante e egoísta”, tradução nossa.

⁹¹⁴ COOPER. Blue Tomorrow, Op. Cit., p. 19.

demonstrarem que ele havia entendido a complexa tarefa que o aguardava, Hague acabou por decidir que sua prioridade deveria ser implementar mudanças radicais na estrutura do partido e no seu processo eleitoral, pouco se dedicando a refletir sobre as incertezas ideológicas que atravessavam os conservadores.⁹¹⁵

Boa parte do partido estava em negação: alguns sabiam que eram odiados, porém não se importavam; outros não enxergavam o tamanho da crise enfrentada pelo partido e acreditavam que uma pequena melhora em sua apresentação era a resposta.⁹¹⁶ No entanto, havia aqueles que clamavam por uma ampla renovação, começando pela necessidade de atrair um eleitorado mais jovem – daí a necessidade de reformas administrativa e organizacional dentro do partido⁹¹⁷ –, de defender a revitalização da sociedade civil e das organizações voluntárias, e de maior enfoque à questão da coesão social por meio da comunidade.⁹¹⁸

Com sua renúncia, em 2001, após a segunda pior derrota do partido desde 1832, Hague seria criticado por ter baseado sua campanha eleitoral em temas ligados à Europa, e não na questão dos serviços públicos.⁹¹⁹ Para muitos conservadores, os trabalhistas pareciam estar escutando as preocupações das pessoas com relação aos serviços públicos, enquanto os conservadores não lhes davam respostas.⁹²⁰ A temática social, como um todo, e os serviços públicos, em particular, ganhavam cada vez mais destaque no fim do século XX e início do XXI.

Assim como William Hague, Ian Duncan Smith seria eleito líder dos conservadores de forma surpreendente. Smith concorreu para a liderança do partido com mais quatro candidatos: Michael Acram, David Davis, Ken Clarke e Michael Portillo. Ian Duncan Smith e Davis eram devotos *Thatcherites* e eurocéticos e, ao lado de Acram, apelavam para a direita parlamentar do partido. Ao fim da primeira rodada de votos, sobraram Duncan Smith, Clarke e Portillo liderando as votações. Apesar de ser o candidato mais forte, Portillo teve dificuldades em convencer os membros do partido a embarcar em sua proposta de modernização. Ao longo dos anos, o candidato passara de um lado ao outro e abandonara a direita do partido, sem que ter conseguido alcançar os votos necessários em seus outros setores.⁹²¹

⁹¹⁵ Ibidem, p. 25.

⁹¹⁶ COOPER. *Blue Tomorrow*, Op. Cit., p. 23

⁹¹⁷ WILLETS, David. *Conservative Renewal*. **The Political Quarterly**, Vol. 69, 2002, pp. 111-113.

⁹¹⁸ Ibidem, pp. 134-135.

⁹¹⁹ GANETT. *The Conservative in Crisis*, Op. Cit., p. 56.

⁹²⁰ SNOWDON. *Back from the Brink*, Op. Cit., p. 79.

⁹²¹ SNOWDON. *Back from the Brink*, Op. Cit., p. 85.

Em contrapartida, Duncan Smith fez uma campanha primorosa, tentando ampliar sua abordagem para além da questão europeia e engajando em temas sociais e nos serviços públicos.⁹²² Na segunda rodada, Clarke foi o que recebeu mais votos, enquanto Portillo foi retirado da disputa. Na decisão final, o tema Europa teve maior peso. Smith seria o primeiro líder eleito pelos membros do partido, e não apenas pelos parlamentares conservadores, após as mudanças eleitorais implementadas por Hague. A esses membros, diferentemente da opinião pública britânica, o tema Europa importava.⁹²³ No novo regulamento, a diferença era que os membros do partido decidiriam entre os dois primeiros candidatos votados pelos parlamentares conservadores. O que parecia dar ainda maior força a Duncan Smith, que teoricamente teria uma liderança baseada na vontade dos membros do partido, na verdade, se mostraria uma fraqueza, visto que ele nunca teve mais do que um terço do apoio dos parlamentares, chegando à decisão final com menos votos dos parlamentares do que Clarke.

O novo líder compartilhava muitos dos problemas de seu antecessor: um partido derrotado e desmoralizado, dividido e incapaz de compreender suas próprias derrotas.⁹²⁴ Mais do que isso, ele tinha pouco apoio parlamentar, liderava durante um período de expansão econômica e enfrentava uma imprensa mais hostil.⁹²⁵ Ainda assim, e apesar de suas raízes *Thatcherites*, Duncan Smith mostrou-se mais preparado para aprender com os erros de seu antecessor, optando por uma abordagem mais estratégica e buscando aliados modernizadores também fora do parlamento. Seu foco inicial foi tentar melhorar a imagem dos conservadores e desenvolver uma nova agenda política que enfatizava os grupos em situação de desvantagem⁹²⁶, o que agradou aos moderados.⁹²⁷

Os serviços públicos deveriam ser o tema central do partido e passar por completa renovação.⁹²⁸ Essa centralidade marca a maior diferença entre ele e seu antecessor.⁹²⁹ Assim, de início, Duncan Smith relegava temas tradicionais conservadores ao segundo

⁹²² Ibidem, pp. 84-85.

⁹²³ Ibidem, p. 87.

⁹²⁴ SELDON; SNOWDON. *Recovering Power*. Op. Cit., p. 259.

⁹²⁵ HEPPELL, Timothy. Ian Duncan Smith. In: CLARKE, Charles; JAMES, Toby; BALE, Tim; DIAMOND, Patrick (Ed.). **BRITISH CONSERVATIVE LEADERS**. London: Biteback Publishing, 2015, p. 262.

⁹²⁶ DOREY; GARNETT; DENHAM. Op. Cit., pp. 138-139.

⁹²⁷ LYNCH, Philip; GARNETT, Mark. *Conclusions: the Conservatives in crisis*. In: GARNETT, Mark; LYNCH, Phillip (Ed.). **The Conservatives in Crisis: The Tories after 1997**. Manchester: Manchester University Press, 2003, p. 229.

⁹²⁸ PILBEAM, Bruce. *Social Morality*. In: HICKSON, Kevin (Ed.). **The Political Thought of the Conservative Party since 1945**. Palgrave MacMillan: London, 2005, p. 149.

⁹²⁹ LYNCH; GARNETT. *The Conservatives in crisis*, Op. Cit., p. 261.

plano e abria espaço para o enfoque da redução da pobreza e comprometimento com os serviços públicos. Contudo, a nova abordagem fracassava em emplacar, sobretudo por dois motivos: o primeiro diz respeito à contradição entre a retórica de combate à pobreza e a contínua defesa da diminuição de impostos; o segundo concerne à forma confusa e pouco coerente transmitida.⁹³⁰ Em compensação, temas como justiça e mercado competitivo continuavam sendo valores importantes ao partido⁹³¹, além de certas posições mais tradicionais, sobretudo ligadas à família.⁹³² Naquele momento, as divisões internas se baseavam muito mais entre tradicionalistas e modernizadores. Desse modo, com todas as questões mencionadas anteriormente, somadas à insegurança e às más escolhas feitas pelo líder, sua nova abordagem falhava em atrair modernizadores, ao passo que afastava aliados tradicionalistas.⁹³³

De todo modo, tal como Hague em seu início, Duncan Smith aproximou-se do vocabulário dos republicanos norte-americanos⁹³⁴ e, além do foco na pobreza, planejou um papel muito mais extensivo ao terceiro setor e à sociedade civil, com ideias e propostas que teriam muita semelhança com aquelas do futuro primeiro-ministro David Cameron.⁹³⁵ Apesar de seu conservadorismo compassivo, derivado de sua religiosidade e de seu senso de justiça social, e de seu enfoque nos serviços públicos, mesmo em detrimento da questão fiscal, Duncan Smith nunca foi capaz de convencer o mundo político de seu programa, tampouco foi eficiente ao apresentar um que fosse realmente coerente.⁹³⁶ Ainda assim, mesmo que parte do partido apoiasse a estratégia de focar os valores tradicionais, outros membros concordavam com Duncan Smith e sua insistência para que os conservadores olhassem para temas mais tradicionalmente ligados aos trabalhistas, sobretudo pobreza e exclusão social, especialmente no final da década de 1990, quando os trabalhistas tinham dificuldade de reverter a crescente desigualdade social.⁹³⁷ Nesses anos, os conservadores foram sendo encorajados a promover a tradição *One Nation* e a reconhecer que o livre mercado não tinha todas as soluções para os

⁹³⁰ HEPPELL. *British Conservartive Leaders*, Op. Cit., p. 263.

⁹³¹ DOREY; GARNETT; DENHAM. Op. Cit., p. 151.

⁹³² *The cons in cr*, p. 261.

⁹³³ *Conservartive leaders*, 263-265.

⁹³⁴ LYNCH; GARNETT. *The Conservatives in crisis*, Op. Cit., p. 46.

⁹³⁵ *Ibidem*, p. 183.

⁹³⁶ SELDON; SNOWDON. *Recovering Power*, Op. Cit., pp. 260-261.

⁹³⁷ DOREY. **British Conservatism**, p. 173.

problemas sociais enfrentados pela nação.⁹³⁸ Contudo, o partido falhava em alterar sua imagem e atrair mais eleitores.⁹³⁹

Após apenas dois anos na liderança do partido, Smith foi obrigado a renunciar ao cargo, depois de ter sido derrotado em uma moção de confiança por noventa e setenta e cinco votos. Smith foi um “líder acidental” que conquistou a liderança mais por aquilo que não era – Clarke ou Portillo – do que pelo que era.⁹⁴⁰ Sua falta de carisma e incapacidade de mudar o partido e transformar a imagem pública dos conservadores ajudam a explicar o seu desgaste, visto como inelegível mesmo dentro do partido. Seus sucessivos erros táticos acabaram por precipitar sua queda.⁹⁴¹ Na verdade, sempre faltou credibilidade política ao líder conservador, que, além de não ser considerado preparado intelectualmente, era tido como desleal por muitos parlamentares conservadores. Sua reduzida habilidade comunicativa também é apontada como fator importante na sua fracassada liderança.⁹⁴² De qualquer forma, Duncan Smith estabeleceria muitos dos parâmetros para o desenvolvimento da agenda política de David Cameron.⁹⁴³ O então primeiro-ministro renunciou ao cargo prometendo permanecer na posição até que a nova liderança fosse decidida.

Michael Howard tornou-se líder dos conservadores sem que houvesse uma eleição para a liderança. O *Shadow Chancellor* de Duncan Smith era considerado a única figura dentro do partido com autoridade para estabilizá-lo. Por ter cargos importantes em todo o período desde o governo Thatcher, era uma das figuras mais proeminentes do partido. Antes que a eleição para líder pudesse ocorrer, os possíveis concorrentes desistiram, deixando o caminho livre para Howard como único candidato. Ademais, ele tinha claras vantagens em relação a seus antecessores: além de ter participado da administração pública em altos cargos, ocupando ministérios desde o governo Thatcher, também foi eleito sem oposição e visto como o homem que poderia unir o partido.⁹⁴⁴ Mesmo oriundo da direita eurocética, tinha aliados de peso na “esquerda” do partido pró-Europa, o que o ajudava a conter os ataques daquela ala. Somado a esses fatores, o novo líder gozava da queda de popularidade dos trabalhistas, que tinham de lidar com uma guerra do Iraque

⁹³⁸ Ibidem, p. 173.

⁹³⁹ PILBEAM, op. Cit., p. 151.

⁹⁴⁰ SNOWDON. Back from the Brink, Op. Cit., p. 121.

⁹⁴¹ SELDON; SNOWDON. Recovering Power, Op. Cit., p. 262.

⁹⁴² HEPPELL. British Conservartive Leaders, Op. Cit., pp, 263-264.

⁹⁴³ Ibidem, p. 267.

⁹⁴⁴ SELDON; SNOWDON. Recovering Power, Op. Cit., pp. 263-264.

cada vez mais impopular e com divisões dentro do partido, além de um natural cansaço em torno da liderança de Blair depois de anos no poder.⁹⁴⁵

De início, o líder conservador percebeu a necessidade central de restabelecer a ordem em um partido desmoralizado e dividido⁹⁴⁶, ao mesmo tempo que também estava determinado a mudar-lhe o foco e estabelecer uma nova agenda política para combater à crítica de que se encontrava fora de contato com a realidade. Apesar de tentar se mover para o centro, com vista às eleições gerais de 2005, o partido não conseguia produzir uma narrativa nova e abrangente e, no anúncio de seu programa em 2005, difundiu uma mensagem confusa, que parecia querer agradar a todos, mas não agradava a ninguém.⁹⁴⁷ O problema é que, se o líder tentava mover-se para o centro, mesmo sendo da ala mais à direita do partido, a falta de respaldo nas pesquisas eleitorais – o partido conseguiu, por um breve momento, ultrapassar os trabalhistas nas intenções de voto, mas voltou a cair depois de pouco tempo – fazia com que ele voltasse a flertar com pautas mais populares, o que causava desconfiança nos conservadores.⁹⁴⁸ Estes últimos, por sua vez, patinavam ao se apresentar à opinião pública como alternativa viável. Ademais, o fato de Howard, em si, não ter uma filosofia política clara não ajudava nessa questão.⁹⁴⁹

Por fim, mesmo estando em melhores condições e mais organizado do que em qualquer eleição desde 1992⁹⁵⁰, o partido foi derrotado pela terceira vez consecutiva nas eleições de 2005. Howard falhara tanto em se aproveitar das crescentes vulnerabilidades de Blair, quanto em apresentar uma nova e clara plataforma para o partido.⁹⁵¹ Contudo, havia uma boa notícia para os conservadores, em meio a mais uma derrota: pela primeira vez, desde 1997, a vitória dos trabalhistas gerou pouco entusiasmo⁹⁵², e o partido perdeu muitas cadeiras no parlamento, tendo conseguido apenas 36% dos votos, a menor porcentagem para um partido vitorioso na história.

Apesar dos pedidos insistentes de muitos membros do partido, Howard já havia se decidido e renunciou meses após a derrota. Entretanto, ele entendera que os jovens modernizadores que o aconselharam tinham compreendido melhor os problemas do

⁹⁴⁵ *Ibidem*, p. 164.

⁹⁴⁶ SNOWDON. *Back from the Brink*, Op. Cit., p. 132.

⁹⁴⁷ SELDON; SNOWDON. *Recovering Power*, Op. Cit., pp. 266-267.

⁹⁴⁸ *Ibidem*, p. 268.

⁹⁴⁹ SNOWDON. *Back from the Brink*, Op. Cit., p. 137.

⁹⁵⁰ *Ibidem*, p. 158.

⁹⁵¹ SELDON; SNOWDON. *Recovering Power*, Op. Cit., p. 272.

⁹⁵² SNOWDON. *Back from the Brink*, Op. Cit., p. 164.

partido e apenas eles poderiam conduzir a renovação.⁹⁵³ Por essa razão, o líder conservador postergou por alguns meses sua renúncia, visando a fortalecer esses candidatos jovens e modernizadores, a fim de terem chance de sair vitoriosos nas próximas eleições internas. Nisso ele conquistou seus objetivos e abriu o caminho para a liderança jovem e modernizadora de David Cameron.

3.5 Conservadores, *Compassionate Conservatism* e *Civic Conservatism*

As análises que defendiam que o partido deveria voltar suas atenções às questões sociais não se limitavam apenas a isso. Indo além, defendiam que a prioridade deveria ser o combate à pobreza.⁹⁵⁴ Este era tratado por muitos como o maior desafio: a esfera social, e não as questões econômicas.⁹⁵⁵ O partido não havia dado a necessária atenção a essa esfera quando promoveu suas reformas econômicas, e os efeitos de abraçar o mercado parecem ter sido ignorados pelos conservadores.⁹⁵⁶ Agora, eles deveriam fazer uma reforma radical, tal como promoveram na esfera econômica, nos anos 1980.⁹⁵⁷

Nesse processo, a sociedade civil era vista como fundamental para o desenvolvimento do indivíduo. E esse não era um argumento novo; ao contrário do que muitos estudiosos – e o próprio partido – afirmam, ao tentar se distanciar de Thatcher, tais assuntos já eram caros à ex-primeira-ministra, como mostramos no primeiro capítulo. Todavia, o partido indubitavelmente se movia, tanto em grau quanto em conteúdo. Temas como *civic conservatism* e *compassionate conservatism* tornavam-se cada vez mais comuns nos discursos conservadores. Oliver Letwin, por exemplo, argumentava que o partido deveria desenvolver três temas principais: melhora nos serviços públicos, localismo e uma efetiva compaixão com relação aqueles em situação de desvantagem. Para o conservador, seriam as instituições civis as mais aptas a combater os problemas sociais, e não o Estado – sendo este um dos grandes equívocos dos trabalhistas. O governo ainda teria papel fundamental em dar suporte e proteger a sociedade e suas instituições, porém as associações civis seriam as grandes estrelas no combate a tais problemas.

⁹⁵³ HEPPELL. *British Conservative Leaders*, Op. Cit., pp. 275-276.

⁹⁵⁴ STREETER, Gary. *Conservatives must change in order to help the vulnerable*. In: STREETER, Gary (Ed.). **There is such a thing as society**. London: Politics's Publishing, 2002, p. 9.

⁹⁵⁵ *Ibidem*, p. 70.

⁹⁵⁶ Introduction. In: TATE, John (Ed.). **What's Right Now?** *Conservative essays on the role of civil society, markets and the state*. London: The Social Market Foundation, 2005, p. 12.

⁹⁵⁷ STREETER, Op. Cit., p. 4

Nesse sistema, os serviços públicos, que agem localmente, seriam essenciais para o renascimento das comunidades.⁹⁵⁸ Segundo o parlamentar conservador John Hayes, era nelas que o indivíduo aprendia sobre civilidade e cortesia, sobre compartilhar e superar instintos egoístas.⁹⁵⁹ O governo deveria olhar para os mais necessitados, subsidiando e promovendo as instituições sociais locais responsáveis pelo desenvolvimento humano.⁹⁶⁰ O Estado deveria ter mais compaixão no trato com a pobreza.⁹⁶¹ Aliás, a palavra compaixão aparece recorrentemente nos discursos e textos conservadores desses anos. Como declarou o líder Duncan Smith, era por meio do conservadorismo da compaixão que os governos conservadores garantiriam “a financial safe-net for vulnerable people.”⁹⁶²

O conservadorismo compassivo foi uma variação ideológica conservadora despontada nos Estados Unidos durante os anos 1990 e um trunfo eleitoral para os republicanos na vitória de George W. Bush. A nova filosofia conservadora funcionava como uma tréplica ao pensamento da terceira via do democrata Bill Clinton. Além disso, era resposta à pressão sofrida pelos republicanos após a derrota para Clinton, no sentido de desenvolverem uma narrativa que ficasse entre o conservadorismo tradicional e os eleitores socialmente liberais.⁹⁶³ Baseado sobretudo no trabalho do jornalista conservador Marvin Olasky, o conservadorismo compassivo defendia a necessidade de olhar para os indivíduos mais vulneráveis da sociedade, e essa aproximação e cuidado deveriam ser feitas pelas comunidades e instituições da sociedade civil, principalmente as religiosas, muito mais efetivas em combater os problemas sociais do que o governo.

Isso era consequência do fato de que os problemas sociais resultavam não apenas de questões materiais, mas também das relações interpessoais.⁹⁶⁴ Por essa razão, as instituições locais seriam muito mais efetivas em trabalhar com pessoas em situação de desvantagem. O modelo foi bem-sucedido em ajudar os republicanos a ganhar as eleições

⁹⁵⁸ LETWIN, Oliver. For Labour is such a thing as society, only the state. In: STREETER, Gary (Ed.). **There is such a thing as society**. London: Politicos's Publishing, 2002, pp. 41-47.

⁹⁵⁹ HAYES, John. Politis on a human scale. In: STREETER, Gary (Ed.). **There is such a thing as society**. London: Politicos's Publishing, 2002, p. 70.

⁹⁶⁰ JAVID, Sajuid. Prevention is better than cure. In: STREETER, Gary (Ed.). **There is such a thing as society**. London: Politicos's Publishing, 2002, p. 219.

⁹⁶¹ MUNFORD, Dan; DORRIES, Nadine. A good Society needs good Neighbours. In: STREETER, Gary (Ed.). **There is such a thing as society**. London: Politicos's Publishing, 2002, pp. 200-201.

⁹⁶² HORDERN, Guy. 3D care in a 3D world. In: STREETER, Gary (Ed.). **There is such a thing as society**. London: Politicos's Publishing, 2002, p. 159. “Uma rede de segurança financeira para as pessoas vulneráveis”, tradução nossa.

⁹⁶³ KUYPERS, Jim; HITCHNER, Megan; WILSON, Alexander. Compassionate Conservatism: the rhetorical reconstruction of conservative rhetoric. **American Communication Journal**, Vol. 6, pp. 1-31, 2003. 2

⁹⁶⁴ du Vall, Marta. Compassionate conservatism. A new version of the conservative welfare state? **Krakowskie Studia Miedzynarodowe**. Num. 2, 2010, p. 48.

porque conseguia juntar valores morais religiosos a uma agenda política e social moderada e a um discurso mais suave. Valia-se da linguagem de sentimento e refazia a imagem pública dos republicanos enquanto partido preocupado com os mais vulneráveis.⁹⁶⁵ Além de ajudar os conservadores a articular uma agenda mais atual e popular, demonstrava preocupação com os mais vulneráveis, promovia a sociedade civil e a ideia de liderança moral.⁹⁶⁶

A retórica do conservadorismo compassivo começou em Hague, mas ainda podia ser ouvida nos discursos de Cameron. O primeiro, inclusive, encontrou-se com Marvin Olasky tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido.⁹⁶⁷ Para os conservadores britânicos, essa retórica ainda tinha a vantagem de recapturar certo vocabulário mais ligado à esquerda e aos trabalhistas, distanciando o partido da associação com o individualismo e reconectando-o com políticas associadas a reconstrução do tecido social.⁹⁶⁸ É importante notar que esse modelo de pensamento conservador tinha suas especificidades na Grã-Bretanha. Por exemplo, o forte apelo moralista e religioso visto nos republicanos não se espelhava na sua contrapartida britânica, em uma sociedade historicamente mais secular. Ademais, na tradição política britânica, a ênfase dos compassivos nas instituições civis poderia se reconectar facilmente com a tradição burkeana. Daí o recorrente uso do termo “little platoons” e da reinterpretação das análises de Burke pelos defensores deste “novo” conservadorismo.⁹⁶⁹ Esse tampouco era um tema novo e, conforme já analisamos, foi material bastante utilizado nos anos de Thatcher.

Contudo, para esses conservadores, o ressurgimento da sociedade civil passava pela ação do Estado. Nesse pensamento, o mercado era insuficiente para tratar de tais problemas, e o Estado deveria agir com as instituições da sociedade civil, como parceiros que se complementavam, atuando em cooperação mútua.⁹⁷⁰ Essas ideias vão se desenvolvendo e se moldando durante os anos 2000, em parte como resposta ao novo contexto da opinião pública e à preocupação de se reengajar na sociedade civil e nas associações voluntárias no debate político.⁹⁷¹

⁹⁶⁵ KUYPERS; HITCHNER; WILSON. Op. Cit., pp. 2-3.

⁹⁶⁶ Ibidem, p. 6.

⁹⁶⁷ ASHBEE. The Conservatives in Crisis, Op. Cit., p. 43.

⁹⁶⁸ Ibidem.

⁹⁶⁹ NORMAN, Jesse; GANESH, Jana. **Compassionate Conservatism**. What it is. Why we need it. London: Policy Exchange, 2006, p. 46.

⁹⁷⁰ ASHBEE. The Conservatives in Crisis, Op. Cit., p. 42.

⁹⁷¹ Ibidem, p. 42.

Outra corrente de pensamento – mais britânica – que ganhava muita força era a ideia de *civic conservatism*. O seu maior expoente foi David Willetts, que iniciou sua trajetória nos governos conservadores durante a administração de Margaret Thatcher, quando era membro da sua equipe econômica. Antes dos 30, foi transferido para a *Policy Unit* da ex-primeira-ministra e, em seguida, passou a presidir o *Centre for Policy Studies*. Nos anos 1990, foi eleito para o parlamento britânico e, depois disso, integrou diversos ministérios de diferentes líderes conservadores. Willetts, que estudou política, filosofia e economia em Oxford, foi uma das mentes mais importantes do partido no período e reconheceu, ainda nos anos 1990, a necessidade de ele se mover para uma abordagem mais construtiva, que olhasse mais para os problemas sociais. Além disso, esforçou-se para demonstrar, tanto em termos teóricos quanto práticos, que não havia qualquer contradição entre mercado e sociedade civil.⁹⁷²

Mesmo assim, no decorrer da década, é perceptível a mudança de ênfase em seus trabalhos, do mercado para a sociedade civil, e a atribuição de importância cada vez maior à esfera social. A fé no mercado ainda existia, mas em tom menos triunfalista⁹⁷³, ao passo que o foco nos “little platoons” e nas instituições intermediárias crescia.⁹⁷⁴ O político insistia que o livre mercado, por mais importante que fosse para os conservadores, representava apenas um ramo do pensamento conservador – o outro era o comprometimento com as instituições.⁹⁷⁵ O conservadorismo cívico deveria, portanto, ir além e tocar aquela parcela da população que vivia a margem dos mercados. Por essa razão, os conservadores não deveriam ser contra o *welfare*, mas repensar um modelo que cedesse mais poder e controle às instituições locais, como fundamentais à comunidade; eles precisariam transformar o debate das políticas sociais, como haviam feito na esfera econômica.⁹⁷⁶

Para Willetts, o indivíduo moderno buscava mais qualidade de vida e almejava a manutenção de suas raízes, bem como um propósito para sua vida, além de coesão social

⁹⁷² WILLETTS, David. **Modern Conservatism**. London: Penguin, 1992, p. 175.

⁹⁷³ 'the free market remains relevant to all these issues, but we are not as confident about this as we once were' GRAY, John; WILLETTS, David. *Is Conservatism Dead?* London: Profile Books, 1997, p. 69. “o livre mercado se mantém relevante para todas essas questões, mas não somos mais tão confiantes quanto antes”, tradução nossa; *Ibidem*, p. 176.

⁹⁷⁴ DOREY. *British Conservatism*, Op. Cit., p. 175.

⁹⁷⁵ WILLETTS, David. Why Tories ought to care: David Willetts argues for a non-socialist vision of the welfare state that complements free market economics. **The Independent**, 30 nov 1993. Disponível em: < <https://www.independent.co.uk/voices/why-tories-ought-to-care-david-willetts-argues-for-a-nonsocialist-vision-of-the-welfare-state-that-complements-free-market-economics-1507998.html> > Acesso em: 19 fev 2022.

⁹⁷⁶ *Ibidem*.

e pertencimento à comunidade.⁹⁷⁷ Reconhecendo a redução da influência do cristianismo na sociedade britânica moderna, defendia o uso de outras instituições da sociedade civil como base de renovação comunitária.⁹⁷⁸ Desse modo, o partido deveria dar maior ênfase à sociedade civil⁹⁷⁹ e às atividades e responsabilidades dos indivíduos dentro de suas instituições.

O conservadorismo cívico foi, em parte, uma resposta à terceira via dos trabalhistas, uma alternativa de sociedade civil que enfatizava a ação civil do indivíduo. Em contrapartida, figurou como uma reação à percepção popular de que os conservadores eram hostis aos serviços públicos.⁹⁸⁰ Reconhecendo a limitação do mercado para resolver problemas sociais, igualmente se negava a atribuir ao Estado o papel principal nesse combate, colocando renovada importância no local, no comunitário e nas associações civis e se distanciando tanto do individualismo *Thatcherite* quanto do estatismo dos trabalhistas⁹⁸¹, embora, no decorrer dos anos, Willetts tenha reconhecido certo papel ao Estado no fortalecimento das comunidades.⁹⁸²

David Cameron desenvolveria e reforçaria tais ideias durante sua liderança do partido após 2005. Entretanto, outras figuras como Damien Green, Ian Duncan Smith e Oliver Letwin teriam papel central na promoção de um conservadorismo que colocava a renovação da comunidade e o desenvolvimento de um conservadorismo cívico no centro da agenda conservadora.⁹⁸³

Localismo, sociedade civil e serviços públicos estavam no centro do debate político conservador. Sobretudo após a terceira derrota consecutiva, em 2005, os membros do partido insistiam na necessidade de mudança na direção e na imagem do partido, bem como na necessidade de um novo enfoque conservador em temas como meio ambiente, pobreza e serviços públicos. Era necessário construir uma face mais humana ao consenso econômico⁹⁸⁴, e o próprio Estado aparecia com função mais positiva. Alguns membros do partido, como Sir Malcolm Rifkind, argumentavam que o Estado tinha a

⁹⁷⁷ WILLETS. *Conservative Renewal*, Op. Cit., p. 114.

⁹⁷⁸ HAYTON. *Reconstructing*, Op. Cit., p. 34.

⁹⁷⁹ WILLETS, David. *Civic Conservatism revisited*. In: TATE, John (Ed.). **What's Right Now?** Conservative essays on the role of civil society, markets and the state. London: The Social market Foundation, 2005, p. 29.

⁹⁸⁰ WILLIAMS, *The Evolution*, Op. Cit., p. 72.

⁹⁸¹ DOREY; GARNETT; DENHAM. Op. Cit., pp. 57-58.

⁹⁸² HAYTON. *Reconstructing*, Op. Cit., p. 34.

⁹⁸³ DOREY; GARNETT; DENHAM. Op. Cit., pp. 72.

⁹⁸⁴ Preface. In: TATE, John (Ed.). **What's Right Now?** Conservative essays on the role of civil society, markets and the state. London: The Social market Foundation, 2005, p. 9.

obrigação de auxiliar as pessoas a conseguir emprego e a desenvolver suas habilidades.⁹⁸⁵ Ademais, ele tinha papel central no desenvolvimento dos serviços públicos.

Já Damien Green defendia a modernização do partido e a promoção de um projeto para melhores serviços públicos, principalmente educação e saúde. Green argumentava que estes não deveriam ser temas apenas dos trabalhistas e que o partido deveria estar mais atento às aspirações das pessoas. Se o lema da “*old*” *Left*, que correlacionava investimentos a melhores serviços, estava desacreditado, igualmente estava a ideia da nova direita de que tudo que o setor privado provia era necessariamente bom e o setor público necessariamente ruim. Desse modo, o partido deveria voltar-se para o local, para a comunidade, espaço onde se resolvem as tensões entre liberdade e pertencimento, tema tão marginalizado pelos conservadores nos últimos anos, de acordo com alguns membros do partido.⁹⁸⁶ As políticas do *welfare* deveriam encorajar os indivíduos e suas comunidades, e não criar dependência. Ao governo, cabia redirecionar parte da prosperidade produzida para investir na regeneração das instituições sociais e seus valores, bem como auxiliar as pessoas a desenvolver habilidades e uma rede de relacionamentos necessárias à sua independência.⁹⁸⁷

Este era o cenário político e ideológico nos anos que David Cameron ascendeu à liderança do partido e, posteriormente, ao cargo de primeiro-ministro do Reino Unido.

3.6. Conclusão

O período que transcorreu entre as administrações conservadoras de John Major e David Cameron, objeto deste capítulo, foi fundamental na remodelação conservadora e na ascensão de um político “modernizador” como Cameron, à liderança do partido.

A derrota dos conservadores de Major nas eleições gerais de 1997, foi resultado tanto da exaustão dos conservadores a frente do país, depois de quase duas décadas no poder, quanto fruto das rápidas mudanças que aconteciam na sociedade britânica, que não mais era aquela dos anos 1980 e dos governos Thatcher. Além disto, a derrota era

⁹⁸⁵ RIFKIND, Malcolm. Enterprise with a social purpose: the future of One Nation welfare reform. In: TATE, John (Ed.). **What’s Right Now?** Conservative essays on the role of civil society, markets and the state. London: The Social market Foundation, 2005, p. 44.

⁹⁸⁶ KRUGER, Danny. Love, money and time: how to grow civil society. In: TATE, John (Ed.). **What’s Right Now?** Conservative essays on the role of civil society, markets and the state. London: The Social market Foundation, 2005, pp. 151-152.

⁹⁸⁷ GIBB, Nick. A new theory of the state and a new agenda for public services. In: TATE, John (Ed.). **What’s Right Now?** Conservative essays on the role of civil society, markets and the state. London: The Social market Foundation, 2005, p. 97.

consequência da incapacidade do Partido Conservador em se renovar e de sua crescente impopularidade, bem como da ascensão de um “novo” Partido Trabalhista e de seu carismático líder, Tony Blair.

Depois de sucessivas derrotas e inúmeras mudanças em sua liderança, o Partido Trabalhista começou sua renovação ainda no final dos anos 1980 e alcançou o ápice deste processo após a prematura morte do seu líder John Smith e a ascensão de Tony Blair a liderança do partido em 1994.

Como demonstrado neste capítulo, Blair aprofundou mudanças estruturais e ideológicas nos trabalhistas e fez da ideia de “modernização” sua obsessão e meta. Levando o partido mais para o centro político britânico, Blair tentou combinar ideias e práticas pró-mercado defendidas pelos conservadores, com premissas trabalhistas ligadas ao papel do Estado na promoção de melhores condições de vida e na redução da pobreza. Sobretudo baseando-se nas ideias e nos conselhos da Terceira Via do intelectual Anthony Giddens, Blair tentou governar sobre um modelo que acreditava juntar os aspectos positivos tanto da direita quanto da esquerda, em outras palavras, assumia políticas de mercado para fortalecer a dimensão social. Era necessário utilizar o mercado para gerar recursos que seriam convertidos em políticas sociais no combate a pobreza e diminuição da desigualdade, aqui entendida enquanto desigualdade de oportunidade, e não de renda.

Blair também tentou aproximar as esferas pública e privada, mas amparado na ideia de cooperação, e não competição. Além disto, voltou-se para políticas mais dedicadas a comunidade como resposta a cultura individualista que acusava ter sido fomentada nos anos Thatcher. Assim, as relações entre Estado, indivíduo e comunidade mudavam e, com ela, a ideia de cidadania. Dos governos Thatcher preservava a ideia de que deveres seriam contrapontos importantes aos direitos. A ideia de cidadania ativa e de comunidade como meio importante para o desenvolvimento de cidadania. Por outro lado, reabilitava o Estado enquanto ator mais importante para solucionar os problemas sociais. Dai não se seguiu que o modelo de Estado de bem-estar social do pós-guerra deveria ser revitalizado. Blair tinha enormes críticas aos governos trabalhistas daquele período. Antes, tratava-se de encorajar um novo tipo de Estado, com menos interferência na vida das pessoas e mais preparado para capacitá-las. O Estado deveria tentar dar oportunidades parecidas as pessoas, não distribuir renda. Os governos deveriam investir em serviços e políticas públicas para capacitar os cidadãos, investir em capital humano e social, e torná-los independentes para seguirem seus próprios rumos. Portanto, se o Estado era

reabilitado, o era com funções distintas daquelas idealizadas no sistema pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, os “novos” trabalhistas moviam o cenário política e colocavam a questão da pobreza no centro da vida política britânica, ao passo que revitalizam a discussão sobre o papel do Estado na resolução de problemas sociais.

Enquanto isso, os conservadores amargavam seu mais longo período na oposição. Acostumados a ganhar eleições e se adaptar as mudanças de seu tempo, os conservadores nunca haviam ficado tanto tempo longe do poder, nem haviam perdido tantas eleições consecutivas.

O partido se debatia para tentar entender tanto o legado de Thatcher quanto as transformações da sociedade britânica. Por um lado, o partido estava dividido e tomado por facções, por outro, era visto pela população como distante, arrogante e pouco preocupado com as causas sociais mais urgentes. Enquanto parte do partido negava a crescente rejeição das políticas *Thatcherites*, outra parte defendia que o partido deveria se modernizar. Enquanto certos segmentos argumentavam que o partido deveria voltar-se ainda mais para a direita, e que estas derrotas eram decorrentes do abandono do partido de suas posições mais clássicas, outros grupos do partido, composto por jovens, viam a necessidade do partido de modernizar, se dirigir ao centro e incluir novas pautas em sua agenda.

Dividido e com seríssimas dificuldades para interpretar os fatos, os conservadores alternaram uma série de fracassos eleitorais e mudanças na liderança. O partido, entre 1997 e 2010, ano em que voltaram ao poder, trocou de líder por quatro vezes até a ascensão de Cameron, responsável por levar o partido a *Downing street* novamente. Todos os líderes anteriores à Cameron tentaram mover o partido mais para o centro e introduzir reformas na agremiação, mas como representantes da direita do partido, todos fracassaram e sempre voltavam as ideias e eleitorado mais a direita da sociedade britânica. Apenas após o terceiro fracasso consecutivo o partido decidiu eleger um líder verdadeiramente “modernizador”, da “esquerda” do partido, disposto a levar os conservadores mais ao centro do cenário político do Reino Unido.

Enquanto o partido era derrotado nas urnas em sucessivas eleições e assistia ao sucesso dos “novos” trabalhistas de Blair, o conservadorismo, enquanto ideologia e filosofia políticas, era repensado. Não só na Inglaterra, mas também nos Estados Unidos, pensadores e políticos renovavam ideias conservadores em resposta ao individualismo e antiestatismo conservadores dos anos 1980. É verdade que tanto Ronald Reagan quanto

Margaret Thatcher haviam movido o centro político de seus respectivos países mais à direita. Também haviam vencido o debate econômico e superado, ao menos naquele momento, grande parte das premissas Keynesianas. Ainda assim, os anos 1990 vislumbraram forte reação às políticas conservadoras nos dois países, ao excessivo foco na economia e no indivíduo e suas graves consequências na esfera social. Acusava-se os conservadores de terem fragmentado as comunidades e terem criado uma sociedade ainda mais individualista, onde a criminalidade e os problemas sociais se avolumavam. No Reino Unido, essas insatisfações vinham acompanhadas da acusação de que os conservadores haviam, de forma proposital, sucateado os serviços públicos britânicos e pouco se importavam com os problemas e aspirações do povo.

É neste cenário que surge o *Third Way* de Giddens, que visava assimilar algumas práticas de mercado da nova direita, sem abandonar as preocupações sociais tradicionalmente ligadas à esquerda. É também neste contexto que se desenvolvem teorias sobre a sociedade civil, como resposta aos fracassos tanto de políticas de mercado quanto de Estado e, sobretudo, os pensadores comunitários, que tentavam encontrar, na comunidade, as respostas para os problemas de uma sociedade que havia parecia haver fracassado tanto em sua versão mais estatista quanto em sua versão mais pró-mercado.

No campo conservador, duas filosofias iriam se destacar: o *compassionate conservatism* e o *civic conservatism*. De origem norte-americana, o conservadorismo compassivo iria reagir ao conservadorismo individualista dos anos 1980 e ser peça ideológica importante na campanha vitoriosa de George W. Bush. Os pensadores e políticos desta vertente conservadora argumentavam que o conservadorismo deveria voltar a focar sua atenção nas comunidades e abandonar esta base puramente individualista dos anos 1980. Antes, dever-se-ia voltar as instituições intermediárias e o Estado deveria olhar mais para aquelas pessoas excluídas e deixadas para trás nos anos anteriores. O conservador deveria demonstrar compaixão ao próximo. Estas ideias iriam influenciar os líderes conservadores durante o período de oposição e chegaria até os anos da liderança de Davida Cameron.

Mais britânica, o conservadorismo cívico seria desenvolvido, sobretudo, pelo político conservador David Willets. Willets, um dos mais importantes pensadores do partido tentava conciliar *welfare state* e mercado. Sem abandonar o mercado, mas reconhecendo suas limitações no campo social, Willets pregava um conservadorismo cívico, baseado sobretudo nas instituições da sociedade civil, lugar de excelência de

trocas voluntárias humanas, transmissão de valores e espaço cívico de desenvolvimento de cidadania.

De forma geral, ao longo dos anos 1990 e 2000, os conservadores “modernizadores”, ou simplesmente aqueles que acreditavam que o conservadorismo tinha que mudar e responder as demandas de seu tempo, passavam a olhar muito mais para três questões: serviços públicos, descentralização e sociedade civil. Os dois últimos pontos estavam intrinsicamente ligados, já que descentralização passava por distribuir mais poder as autoridades locais e mais funções as instituições da sociedade civil. Ao mesmo tempo, serviços públicos também seriam mais eficientes se fossem pensados e providos de forma mais local, por instituições voluntárias, mais flexíveis e conectados aos problemas de cada região. Além disto, serviços públicos seriam essenciais para o desenvolvimento individual e a superação dos problemas sociais do país. Assim, melhores serviços públicos, descentralização e sociedade civil eram temas totalmente conectados. Acreditava-se que, através destes temas chaves, mas, sobretudo, a foco nas comunidades e na sociedade civil, muitos dos problemas sociais britânicos poderiam ser superados. A chave para a resolução dos problemas sociais estava na sociedade civil, não no Estado ou no mercado. Assim, os conservadores se voltavam, muito mais, para a esfera social. Tendo as prioridades da sociedade britânica mudado e com o ótimo desempenho da economia nos governos trabalhistas, ao menos até a crise de 2008, sobrava pouco espaço para os conservadores voltarem ao tema economia. Até porque os governos Blair pouco se diferenciavam, economicamente, de seus antecessores conservadores. Por fim, os conservadores, ao se voltarem a dimensão social, e seguindo o *New Labour*, colocavam a pobreza na agenda política e defendiam a necessidade de um olhar mais empático e preocupado com relação a parte da população mais carente do país.

Este era o cenário geral da eleição de David Cameron como líder do partido, bem como de sua ascensão como primeiro-ministro do Reino Unido.

CAPÍTULO IV: ‘There is such thing as Society’: David Cameron e o retorno dos conservadores

David Cameron tornou-se líder do Partido Conservador britânico em 6 de dezembro de 2005. Michael Howard esperou por nove meses, desde a derrota para os trabalhistas em maio, para oficializar sua renúncia e dar tempo para que os jovens conservadores ganhassem mais corpo. A verdade é que Cameron não foi nem mesmo o responsável por iniciar a sua própria campanha à posição de líder. Não era um candidato óbvio, conhecido ou maduro o suficiente para o pleito. Sua candidatura, em um primeiro momento, foi impulsionada mais por pessoas próximas que queriam evitar a vitória do candidato David Davis⁹⁸⁸ do que pelo próprio Cameron.

Ciente da força de Davis e tentando evitar ao máximo sua vitória, após concluir que apenas um candidato novo e modernizador poderia conduzir o partido nas próximas eleições, Howard protelou ao máximo o início das eleições internas, a fim de que Cameron ou George Osborne angariassem apoio suficiente para vencer as prévias. Osborne era o candidato favorito de Howard⁹⁸⁹, pois ainda faltava a Cameron entusiasmo e convicção acerca das mudanças necessárias. Ele era parte do grupo dos modernizadores, mas estava longe de ser um dos líderes do movimento de mudança.⁹⁹⁰ Certo ceticismo que ainda restava por parte do futuro líder com relação aos modernizadores se esvaíria com a terceira derrota consecutiva do partido.⁹⁹¹

Cameron disputou as eleições internas do partido contra David Davis, o grande favorito, e mais três outros candidatos: Ken Clarke, Liam Fox e Malcolm Rifkind. Aos poucos, a campanha foi ganhando corpo, e temas como conservadorismo compassivo e o slogan “Change to Win”⁹⁹² emergiam, ao passo que o grupo ia atraindo maior suporte financeiro. David Davis era o candidato a ser batido, porém a fraqueza organizacional de sua campanha tornava-se cada vez mais evidente e começava a revelar seus impactos.⁹⁹³

⁹⁸⁸ ASHCROFT, Michael; OAKESHOTT, Isabel. **Call me Davi**. The unauthorised biography of David Cameron. London: Biteback Publishing, 2015, p. 230.

⁹⁸⁹ Ibidem, p. 233.

⁹⁹⁰ Ibidem, p. 237.

⁹⁹¹ SNOWDON. Back from the Brink, Op. Cit., p. 183.

⁹⁹² “Mudar para ganhar”, tradução nossa.

⁹⁹³ SNOWDON. Back from the Brink, Op. Cit., p. 198.

De qualquer forma, o grande ponto de inflexão da candidatura de Cameron, que o transformaria de azarão em um dos favoritos, seria a Conferência anual do Partido de 2005, em Blackpool. Não só a organização mais moderna do time de Cameron, mas sobretudo as habilidades oratórias de um inspirado candidato mudariam o jogo definitivamente a seu favor. Em um discurso descontraído, mas potente, ele defendeu que o partido deveria mudar e modernizar sua “culture and attitudes and identity”. Entretanto, a mudança deveria ir além de um “rebranding”⁹⁹⁴ e ser real e profunda. No clímax, o candidato afirmou que o partido deveria confiar e acreditar na nova geração.⁹⁹⁵

Em uma dramática reviravolta, Cameron tornou-se o segundo colocado nas pesquisas, o que iria se confirmar na primeira rodada de votos, na qual Ken Clarke seria eliminado – Malcolm Rifkind já havia desistido do pleito. Na segunda votação, que eliminaria Liam Fox, Cameron teve desempenho ainda melhor e ficou em primeiro lugar, com 90 votos contra 57 de Davis. Na última rodada das eleições, com a participação dos membros do partido e já com mais da metade dos parlamentares conservadores tendo declarado voto a Cameron, o futuro ministro seria eleito líder do partido com 68% dos votos. Ele havia tornado-se líder dos conservadores, não porque todo o partido acreditava na necessidade de modernização, mas porque via em Cameron o candidato com maiores chances de vitória.⁹⁹⁶

Após esse episódio, começava o longo e mais difícil desafio de tornar o partido novamente “elegível” e forte o suficiente para derrotar os trabalhistas. A *Big Society* era um dos meios para se alcançar isso, a grande ideia dos conservadores que representava não apenas a mudança, mas também as alternativas por eles propostas para “arrumar” uma sociedade que dizia estar “quebrada”. No entanto, em que discurso de mudança essas ideias se baseavam? Qual era o contexto? Como o partido retornaria o poder? Antes de analisarmos a ideia de *Big Society*, é necessário observar essas questões para melhor entendermos como Cameron enxergava cidadania sob o prisma do novo projeto.

⁹⁹⁴ “Cultura, atitudes e identidade”; “mudar a marca/slogan”, tradução nossa.

⁹⁹⁵ CAMERON, David. Speech to Conservative Party Conference 2005. **The Guardian**. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/politics/2005/oct/04/conservatives2005.conservatives3> > Acessado em: 20 fev. 2022. 5

⁹⁹⁶ EVANS, Eric. Consigning its Past to History? David Cameron and the Conservative Party. **Parliamentary Affairs**, vol. 61, 2008, p. 292.

4.1 Os ventos da mudança

Como já mencionado no capítulo anterior, o contexto social, cultural e político britânico mudava rapidamente. Uma sociedade mais tolerante e diversa crescia, tendo como centro a ideia de liberdade e autonomia individuais. Globalização, maior conectividade, desenvolvimento nas tecnologias de comunicação e transporte, tudo isso passava a ter grande influência na forma como as pessoas se relacionavam, sem falar no enorme impacto nas relações econômicas, com maior flexibilidade e agilidade para o movimento de capital.

Em termos políticos, algumas questões iam se tornando cada vez mais centrais. Também já mencionada anteriormente, a promoção do terceiro setor havia tornado-se um tema fundamental na política britânica desde os anos 1990, sobretudo nos meios conservadores, nos quais as publicações em *think tanks* sobre *civic conservatism* e *civic capitalism* cresciam.⁹⁹⁷ A sociedade civil tornara-se, para ambos os espectros políticos, um conceito principal para a resolução de problemas sociais.⁹⁹⁸ Principalmente nos meios conservadores, havia uma popular percepção de que comunidade e sociedade civil tinham se enfraquecido com a implementação do *welfare state* e com os desdobramentos socioculturais dos anos 1960.

Apesar das críticas dos conservadores, o que parece ter ocorrido não foi o “desaparecimento” desses espaços, mas uma profunda mudança em sua forma e em seu conteúdo. Desse modo, a sociedade civil tornou-se mais politizada, bem como um veículo de pressão extraparlamentar. O crescimento da mídia em massa e a expansão do ensino superior significava que as pessoas se tornavam mais informadas e conscientes sobre questões políticas e de cidadania.⁹⁹⁹ Se, por um lado, constatou-se uma acentuada queda no número de membros em instituições da sociedade civil como sindicatos, igrejas e associações voluntárias locais, por outro, o número de ONGs e fundações cresceu paulatinamente.¹⁰⁰⁰

Seja como for, a visão de que o Estado poderia ter impacto negativo nas relações sociais e que, em contrapartida, a resposta estaria na sociedade civil se fortalecia. Tal mudança de visão foi interpretada de diversas formas. Do ponto de vista da política econômica, para alguns pensadores, isso seria resultado de um novo modelo,

⁹⁹⁷ ELLIES, Op. Cit., p. 138.

⁹⁹⁸ Ibidem, p. 146.

⁹⁹⁹ SHAPELY, Op. Cit., p. 98.

¹⁰⁰⁰ NORMAN, Jesse. **The Big Society debate**. The anatomy of the new politics. Buckingham: The University of Buckingham Press, 2010, pp. 81-82.

póskeynesiano, no qual o Estado-nação perdia sua influência, assim como as instituições coletivas do capital e do trabalho ligadas a ele.¹⁰⁰¹ Para alguns cientistas políticos, esse era o resultado das mudanças na estrutura de classes, bem como na crescente diversidade de interesses sociais e de movimentos sociais vinculados ao Estado.¹⁰⁰² Teóricos culturais focaram mais o crescente nível de educação e o declínio da deferência social e da confiança no governo,¹⁰⁰³ enquanto sociólogos chamaram a atenção para o desenvolvimento de uma sociedade mais conectada, na qual indivíduos podem se associar, interagir e transferir informação mais facilmente.¹⁰⁰⁴ Segundo os autores que defendiam a ideia de que as decisões deveriam ser mais compartilhadas e tomadas de cima para baixo, tanto se enfatizava a capacidade dos indivíduos em desenvolver normas sociais, quanto se desacreditava a habilidade do Estado em assegurar confiança.¹⁰⁰⁵

As ideias de capital humano e capital social proliferavam, não apenas nos meios intelectuais – e Robert Putnan¹⁰⁰⁶ talvez seja o mais importante dos autores – mas também nos espaços políticos. No que se refere às políticas de Estado de bem-estar social, as diferenças entre os partidos tornavam-se cada vez mais indistinguíveis. O que Lister chama de “Estado de investimento social” – um Estado que coloca, cada vez mais, a responsabilidade no “cidadão trabalhador” de se adaptar às transformações no mercado de trabalho, investindo em capital social e humano – deve ser inserido em um amplo reajuste nas políticas públicas dos Estados de bem-estar social que lutam para promover emprego em um contexto de economias de mercado abertas.¹⁰⁰⁷

No entanto, isso não significa dizer que não havia diferenças entre os partidos. Enquanto a esquerda defendia reformas que enfatizavam o capital humano e a demanda por trabalho tendo, como objetivo, a promoção de maior igualdade, a direita ainda insistia

¹⁰⁰¹ JESSOP, Bob. *The Future of the Capitalist State*. Cambridge: Polity Press, 2002. Apud, TAYLOR-GOGBT, Peter. *The civil society route to social cohesion*. **International Journal of Sociology and Social Policy**, Vol. 32, 2012, p. 369.

¹⁰⁰² SNOW, David; SOULE, Sarah; KRIESI, Hanspeter. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell, 2004. Apud. TAYLOR-GOGBT. *The civil society route to social cohesion*, Op. Cit., p. 369.

¹⁰⁰³ GIDDENS, Anthony. *Beyond Left and Right*. Cambridge: Polity Press, 1994. Apud. TAYLOR-GOGBT. *The civil society route to social cohesion*, Op. Cit., p. 369.

¹⁰⁰⁴ CASTELLS, Manoel. *The Information Age: Economy, Society, and Culture*. 2nd ed., Oxford: Blackwell, 2000. Apud. Apud. TAYLOR-GOGBT. *The civil society route to social cohesion*, Op. Cit., p. 369.

¹⁰⁰⁵ Apud. TAYLOR-GOGBT. *The civil society route to social cohesion*, Op. Cit., p. 370.

¹⁰⁰⁶ Pensadores neotocquevillianos também foram importantes dentro destas análises, sobretudo como influência aos pensadores e políticos conservadores.

¹⁰⁰⁷ DRIVER, Stephen. *Welfare reform and coalition politics in the age of austerity*. In: BEECH, Matt; SIMON, Lee (Ed.). **The Cameron-Clegg Government: Coalition Politics in an Age of Austerity**. London: Palgrave Macmillan, 2011, p. 114.

na responsabilidade individual e na questão comportamental como consequência da cultura da dependência. Entretanto, tais diferenças também diminuía, sobretudo com Cameron.

O fato é que, desde a ascensão da nova direita, grande parte dos eleitores, inclusive nas camadas mais pobres da sociedade, passou a acreditar que o mercado seria o mais eficiente meio de distribuir riquezas, e que a intervenção estatal poderia ser mais prejudicial do que benéfica.¹⁰⁰⁸ Entretanto, no que se refere à provisão de serviços públicos, o apoio ao Estado continuava alto¹⁰⁰⁹, ainda que esse apoio fosse questionável e se relacionasse mais aos serviços utilizados pelo entrevistado do que por uma defesa geral dos serviços públicos.

Esse era o contexto britânico geral em 2005, quando os conservadores perderam sua terceira eleição seguida e Cameron tornou-se líder do partido. Todavia, como ele se tornou líder do partido e como pretendia modernizar as ideias e políticas conservadoras?

4.2 Conservadores modernizadores?

Embora tivesse dado continuidade a algumas políticas de Thatcher, Tony Blair havia definitivamente movido o centro político britânico um pouco mais para a esquerda.¹⁰¹⁰ Ele colocou a pobreza e a questão da desigualdade social no centro da política britânica e de volta à agenda política do país. Disso decorria a necessidade de modernização dos conservadores, bem como a enorme dificuldade que o partido iria enfrentar nesse processo: como ocupar um centro já ocupado pelos trabalhistas? Como desenvolver uma mensagem centrista diferente daquela do partido de Blair? Este era o grande problema ideológico enfrentado pelos conservadores àquela altura.¹⁰¹¹ Contudo, havia outra questão ideológica, tão problemática quanto essa, mas interna ao partido. Desde o final do governo Thatcher, o partido estava dividido, porém tal divisão tinha mudado. A partir de 1997, a mais importante divisão interna dos conservadores não se relacionava a política econômica ou Europa, mas a questões sociais e morais: os modernizadores, representados pelo grupo de Cameron e considerados mais à “esquerda”, “contra” os conservadores

¹⁰⁰⁸ TAM, Henry. The Big Con Reframing the state/society debate. **Public Policy Research**, pp. 30-40, March-May 2011, p. 31.

¹⁰⁰⁹ BOCHEL. The Conservative Party, Op. Cit., pp. 67-68.

¹⁰¹⁰ O'HARA, Kieron. **After Blair**. Conservatism beyond Thatcher. Cambridge: Icon Books, 2005, p. 2.

¹⁰¹¹ O'HARA, Op. Cit., p. 3.

tradicionais. Com o governo mais progressista dos trabalhistas, o partido foi obrigado a enfrentar a questão.¹⁰¹²

Assim, de início, o partido já tinha dois grandes problemas: o cenário político-ideológico alterado pelos trabalhistas e as divisões ideológicas internas. No entanto, estes não eram os únicos problemas. A impopularidade do partido, já explicada nas seções anteriores, ficava ainda mais patente com a terceira derrota consecutiva. Ademais, tanto o partido quanto os líderes anteriores eram impopulares. Diante disso, o partido necessitava urgentemente de um líder que não fosse “ativamente” rejeitado pela opinião pública.¹⁰¹³ Mais do que isso, precisava ser respeitado, reconquistar o direito de ser ouvido¹⁰¹⁴ e desenvolver uma versão mais humana e socialmente responsável. Isso incomodava os eleitores e também membros do próprio partido. Alguns deles, inclusive, abandonaram o partido na década de 1990, em virtude da insatisfação com as políticas sociais conservadoras.¹⁰¹⁵ O partido precisava mudar e havia fracassado em tentativas anteriores. David Cameron chegava à liderança conservadora tendo como principal objetivo a modernização do partido e a missão de transformar os conservadores em uma força política novamente.

4.2.1 Modernizadores

A retórica de modernização tornou-se tema central nos discursos políticos britânicos, desde o final do século XX. Se a temática já era importante desde os anos 1960, durante o governo Thatcher, sobretudo com os “novos” trabalhistas, tornara-se peça essencial na linguagem política. Para Blair, a questão da modernização era o princípio que guiava o desenvolvimento de quase toda sua política pública.¹⁰¹⁶ Tanto para Blair quanto para Cameron, a modernização servia de elemento legitimador no movimento de ambos os partidos em direção ao centro. À medida que um dos lados conquistava o eleitorado, o outro tinha de se mostrar ainda mais moderno para voltar ao poder.¹⁰¹⁷ Blair foi mestre neste processo: seu sucesso foi tão explícito que Cameron se utilizaria tanto de sua

¹⁰¹² HAYTON, Richard; McENHILL, Libby. Cameron’s Conservative Party, social liberalism and social justice. **British Politics**, Vol., 10, 2015, p. 136.

¹⁰¹³ HEPPELL; SEAWRIGHT, Op. Cit., p. 6.

¹⁰¹⁴ CAMERON, David. **For the Record**. London: William Collins, 2019, p. 64.

¹⁰¹⁵ DOREY. *British Conservatism*, Op. Cit., p. 166.

¹⁰¹⁶ LEE, Simon; BEECH, Matt. Introduction: David Cameron’s Political Challenges. In: LEE, Simon; BEECH, Matt (Ed.). **The Conservatives Under David Cameron: Built to last?** London: Palgrave MacMillan, 2009, p. 16.

¹⁰¹⁷ *Ibidem*, pp. 17-18.

retórica quanto de suas ideias. Portanto, a modernização foi um fenômeno que cruzou barreiras ideológicas e baseava-se na premissa de pragmatismo em oposição a uma crescente hostilidade às ideologias e crenças.¹⁰¹⁸

Desde 2001, Cameron salientava a necessidade de mudança no partido. Mais especificamente, desde quando ainda era membro do parlamento, o ex-primeiro-ministro defendia que o partido deveria mudar tanto em linguagem quanto em abordagem, caso almejasse se tornar novamente elegível. Ademais, preconizava que o partido deveria focar suas atenções mais nos serviços públicos; era necessário desenvolver uma nova forma de prover serviços públicos básicos; era preciso voltar-se para o local, o comunitário, a sociedade civil; saúde e educação não podiam mais ser temas ligados apenas aos trabalhistas.¹⁰¹⁹

Cameron não só reconhecia que algo estava muito errado com a direita¹⁰²⁰, mas também ressaltava que os conservadores precisavam de uma agenda positiva, que propusesse mudanças reais.¹⁰²¹ Para tanto, ele se juntou a um grupo de jovens conservadores que estavam ávidos para mudar o partido. Andrew Cooper, George Osborne, Michael Gove, Oliver Letwin, entre outros, tinham se unido para tentar pressionar o partido em direção à mudança;¹⁰²² ele deveria se tornar mais liberal, tolerante e próximo à tradição *One Nation*.¹⁰²³ Diante disso, a ideia de bem-estar social passou a figurar como tema importante na retórica conservadora¹⁰²⁴, bem como o combate à pobreza e a promoção de justiça social. O líder conservador queira ser lembrado como o responsável por uma verdadeira revolução social, que envolvia soluções locais e responsabilidade social, e não estatais.¹⁰²⁵ Além disso, almejava criar uma sociedade de

¹⁰¹⁸ OBORNE, Peter. Preface. In: LEE, Simon; BEECH, Matt (Ed.). **The Conservatives Under David Cameron: Built to last?** London: Palgrave MacMillan, 2009, p. x.

¹⁰¹⁹ GREEN, Damian. Better public services the modern Conservative way. In: TATE, John (Ed.). **What's Right Now?** Conservative essays on the role of civil society, markets and the state. London: The Social Market Foundation, 2005, p. 101.

¹⁰²⁰ WILLIAMS. The Evolution, Op. Cit., p. 78.

¹⁰²¹ PAGE, Robert. David Cameron's Modern Conservative approach to poverty and social justice: towards one nation or two? **Journal of Poverty and Social Justice**, Vol. 18, 2010, p. 149.

¹⁰²² CAMERON. For the record, Op. Cit., p. 63.

¹⁰²³ CAMERON. For the record, Op. Cit., pp. 63-64 e DOREY; GARNETT; DENHAM. Op. Cit., p. 57.

¹⁰²⁴ CAMERON, David. **General Well-Being speech**, 20 jul. 2006. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford.

¹⁰²⁵ JONES, Dylan. **Cameron on Cameron**. London: Harper Collins, 2010, pp. 4 e 13.

oportunidades, aberta e justa o suficiente para destravar o potencial individual de todos os cidadãos.¹⁰²⁶

Comparado aos seus sucessores, Cameron talvez tenha experienciado o melhor momento para implementar mudanças. Os “novos” trabalhistas já haviam feito muitas das reformas na área de legislação sobre igualdade sexual; o partido havia perdido três eleições seguidas, o que dava maior autonomia a seu líder; e os trabalhistas tiveram enorme problema para ganhar as eleições de 2005.¹⁰²⁷ No fim das contas, é difícil analisar o quão profunda foi a mudança realizada por Cameron. Se suas tentativas foram mais bem-sucedidas até 2007-2008, com a crise financeira de 2008 e com a vitória apertada nas eleições de 2010, seu ímpeto modernizador claramente arrefeceria. Ademais, a falta de coerência ideológica, a ausência de consistência de sua liderança e a vulnerabilidade na administração do partido¹⁰²⁸, com uma direita cada vez mais rebelde, foram fatores que ajudam a explicar o enfraquecimento desse seu impulso modernizador.

Mas, se o partido tentava se mover, para onde se movia?

4.2.2 Ideologia

Cameron se dizia um conservador convicto por ter sempre acreditado em valores conservadores como família, responsabilidade e oportunidade. A seu ver, esses valores levariam necessariamente a uma sociedade na qual as pessoas teriam mais poder para controlar suas próprias vidas.¹⁰²⁹ O primeiro-ministro igualmente se considerava um conservador por acreditar que indivíduos não seriam seres isolados, atomizados, mas conectados uns aos outros através dos tempos e, por isso, socialmente responsáveis por suas comunidades.¹⁰³⁰

Em outros momentos, ele se classificava como um liberal conservador pois, como os liberais, acreditava na liberdade individual, com mínima interferência estatal, e aqui se incluem os direitos LGBT. Pelo seu ceticismo com relação ao Estado e por acreditar capacidade individual das pessoas em administrar suas próprias vidas.¹⁰³¹

¹⁰²⁶ CAMERON, David. Raising standards: getting the basics right. TATE, John (Ed.). **What's Right Now?** Conservative essays on the role of civil society, markets and the state. London: The Social market Foundation, 2005, p. 119.

¹⁰²⁷ HAYTON. Conservative Party Modernization, Op. Cit., p. 499.

¹⁰²⁸ HAY, Colin. Whatever Happened to Thatcherism? **Political Studies Review**, vol. 5, pp. 183-201, 2007, p. 115.

¹⁰²⁹ CAMERON, David. What makes me Conservative. **The Telegraph**, London: 8 set. 2007.

¹⁰³⁰ CAMERON, David. **Civility and Social Progress speech**, 23 abr. 2007. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford.

¹⁰³¹ Ibidem.

Para Cameron, o conservadorismo tinha de ser moderno e, ao mesmo tempo, compassivo. Moderno porque o conservador precisa amar o país que pretende governar – o atual, não do passado – e compassivo para criar políticas públicas que visassem a estender oportunidade aos que mais precisavam.¹⁰³² Compassivo também porque olhava para os despossuídos, deixados para trás, e reconhecia as ideias de pobreza relativa e de justiça social. Além disso, pois olhava os indivíduos de forma mais tolerante e menos punitivista.¹⁰³³

Esse conservadorismo moderno estaria baseado em dois princípios centrais: a crença nas pessoas e a responsabilidade compartilhada. A interação dessas duas verdades colocaria o país na direção correta.¹⁰³⁴ Segundo Cameron, a responsabilidade social era a base de todo o seu programa como líder conservador.¹⁰³⁵ Por meio dela, os conservadores seriam capazes não de reduzir o Estado, mas de expandir a sociedade.¹⁰³⁶ Nesse sentido, o conservadorismo moderno deveria alcançar quatro grandes transformações de responsabilidade: uma revolução na responsabilidade social, baseada nas habilidades e nos recursos que o governo auxiliaria o cidadão a desenvolver; uma responsabilidade profissional, dando maior autonomia aos funcionários públicos; uma responsabilidade cívica, com maior engajamento do cidadão em suas comunidades; e uma responsabilidade nos negócios, para ajudar a melhorar o ambiente dos negócios e bem-estar de todos envolvidos.¹⁰³⁷ Era, portanto, necessário expandir a sociedade, dando mais poder às pessoas e aos indivíduos, para que pudessem ter uma função local mais ativa, mais participativa e, com isso, gerar identidade, coesão e empoderamento.

Cameron falava de um *modern, compassionate*, mas também *progressive conservatism*. A seu ver, o partido poderia implementar pautas consideradas progressistas, como melhores serviços públicos, por meios tradicionalmente conservadores.¹⁰³⁸ Dessa forma, ele se aproximava de pautas trabalhistas, com uma abordagem conservadora. Em suma, o conservador deveria trabalhar em prol de uma sociedade mais justa, com melhores oportunidades, mais segura e mais “verde”. No

¹⁰³² CAMERON. For the Record, Op. Cit., p. 83.

¹⁰³³ DOREY; GARNETT; DENHAM, Op. Cit., pp. 65-66.

¹⁰³⁴ CAMERON, David. **Families Matter more than anything else to our Society** speech, 10 jul. 2006. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford.

¹⁰³⁵ CAMERON, David. **Rolling Forward Society** speech, 15 jan. 2007. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford.

¹⁰³⁶ Ibidem.

¹⁰³⁷ DOREY; GARNETT; DENHAM, Op. Cit., pp. 67-68.

¹⁰³⁸ CAMERON. For the record, Op. cit., p. 93.

entanto, isso não se daria por meio do trabalho do Estado, mas compartilhando responsabilidades entre indivíduos, comunidades e instituições civis.¹⁰³⁹ Em vez de atomizar os indivíduos, ao colocar o Estado no centro de todas as funções sociais, o conservadorismo moderno deveria colocar as pessoas para trabalhar de forma conjunta, em grupos, nas suas comunidades.¹⁰⁴⁰ Não só as pessoas e suas comunidades, mas também as empresas deveriam ser socialmente responsáveis. O Estado deveria ter o papel de “influencing behaviour”, “designing smart initiatives” e “wherever possible to strengthen the institutions of civil Society”.¹⁰⁴¹ Por essa razão, os conservadores não falavam em reduzir o Estado, como na era Thatcher, mas em expandir as fronteiras da sociedade.

Nesse modelo, a sociedade – e não o Estado ou o mercado – seria o instrumento fundamental para solucionar os graves problemas sociais britânicos. Segundo Cameron, esquerda e direita haviam esquecido o espaço entre Estado e mercado, que pertencia à sociedade.¹⁰⁴² A ideia de que a sociedade britânica estava “quebrada” e precisava ser “consertada” era central na temática modernizadora do governo conservador de Cameron e baseava-se amplamente nas análises de Duncan Smith e seu grupo de análises políticas.

Quando se tornou líder do partido, uma das primeiras medidas adotadas por David Cameron foi a criação de seis grupos de pesquisa, que o auxiliariam no diagnóstico dos problemas do país, bem como na proposta de recomendações para a solução desses problemas. Ian Duncan Smith foi apontado para presidir o grupo denominado *Social Justice Policy Group*, devido à sua dedicação ao tema de justiça social nos últimos anos e à criação de um *think tank* dedicado ao tema, o *Centre for Social Justice*. O fato de Cameron ter estabelecido tais grupos para auxiliarem na formulação de políticas públicas e de um deles ser dedicado exclusivamente à questão da justiça social – conceito antes “proibido” nos meios conservadores – revela o tamanho da mudança que estava disposto a fazer no partido.

As ideias de Duncan Smith tiveram papel preponderante nas políticas sociais de Cameron. Na verdade, foi Duncan Smith quem introduziu no partido a ideia de justiça

¹⁰³⁹ CAMERON, David. **Making Progressive Conservatism a reality speech**, 22 jan. 2008. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford.

¹⁰⁴⁰ CAMERON. Making Progressive Conservatism a reality speech. Op. Cit. O argumento é muito próximo daquele de Michael Alison e do Thatcherismo.

¹⁰⁴¹ Ibidem.

¹⁰⁴² CAMERON. For the Record, Op. Cit., p. 205.

social e o conceito de pobreza relativa, abandonados nos anos de Thatcher.¹⁰⁴³ O suporte às ações sociais que promovessem justiça social e combate à pobreza foram medidas que Cameron buscou desde o começo de sua liderança e faziam parte de sua tentativa de mover o partido mais para o centro político britânico.¹⁰⁴⁴ Cameron reconheceu que a direita, de forma equivocada, tinha menosprezado a questão da pobreza relativa.

Embora a desigualdade importasse, ela não deveria ser combatida por meio de redistribuição de renda via Estado, mas de outra forma, que combatesse as causas da pobreza. E isso estava diretamente relacionado à falta de estruturas intermediárias e relações construtivas entre o indivíduo e sua comunidade. Cameron reconhecia que os trabalhistas haviam acertado em dar novo foco à pobreza e juntar eficiência econômica e justiça social. No entanto, erraram ao buscar soluções apenas por intermédio do Estado.¹⁰⁴⁵ Diga-se de passagem, Duncan Smith também ajudou na virada do partido para as instituições intermediárias como solução para os problemas sociais do país, o que ajudou na criação de um discurso no qual os “novos” trabalhistas eram caracterizados como inimigos da sociedade, ao mesmo tempo que essa narrativa ajudava o partido a se afastar do legado de Thatcher.¹⁰⁴⁶

Em uma série de relatórios, o grupo tentava explicar a pobreza persistente e os meios para enfrentá-la. Segundo o relatório *Breakthrough Britain*, em uma abordagem que mesclava conceitos da nova direita e trabalhistas, tanto o indivíduo quanto o Estado eram responsáveis pelo combate à pobreza. O primeiro se responsabilizaria por suas escolhas, e o segundo tinha a obrigação de ajudar as pessoas a fazer escolhas mais acertadas.¹⁰⁴⁷ Em outro relatório, *Breakdown Britain*, o grupo de Duncan Smith concluiu que a sociedade britânica estava “quebrada” e tentava elencar os motivos que levavam as pessoas à situação de pobreza. O documento, influenciado consideravelmente pela visão de *Big Society* de Cameron¹⁰⁴⁸, destacava a necessidade de promoção das instituições civis como principal instrumento para solucionar os problemas sociais britânicos. Esses relatórios o ajudariam a pensar políticas sociais de modo a evitar aquilo que se chamava

¹⁰⁴³ HAYTON; McENHILL, Op. Cit., p. 140.

¹⁰⁴⁴ HAYTON; McENHILL, Op. Cit., p. 4.

¹⁰⁴⁵ CAMERON, David. **Scarman lecture**, 24 nov. 2006. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford.

¹⁰⁴⁶ DOREY, Peter; GARNETT, Mark. No such thing as the ‘Big Society’? The Conservative Party’s unnecessary search for ‘narrative’ in the 2010 general election. **British Politics**, Vol. 7, 2012, p. 398.

¹⁰⁴⁷ DOREY, Peter; GARNETT, Mark. **The British Coalition Government, 2010–2015**. A Marriage of Inconvenience. London: Palgrave Macmillan, 2016, p. 142.

¹⁰⁴⁸ DOREY; GARNETT; DENHAM. Op. Cit., p. 74.

de “estatismo” dos trabalhistas e que, segundo os conservadores modernizadores, já não surtia mais efeito no combate à pobreza – pelo contrário, poderia aprofundá-la. Além disso, reconheciam os problemas deixados pelos anos Thatcher e sua falta de atenção com a esfera social.¹⁰⁴⁹

As propostas formuladas por esses grupos tinham alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, uma abordagem mais construtiva, que rompia com a visão mais autoritária e moralizadora dos anos Thatcher. Em segundo lugar, reforçava-se a intenção de aumentar o papel e a autonomia dos profissionais do setor público. Em terceiro lugar, colocavam-se as instituições da sociedade civil no centro das políticas sociais. Em quarto lugar, enfatizava-se uma abordagem mais localizada, ao passo que criticava o método trabalhista de tomar decisões sempre vindas de cima, sem prestar atenção ao local.¹⁰⁵⁰

A defesa do localismo e o projeto de descentralização de poder estavam, por sinal, fortemente relacionados ao diagnóstico de “breakdown.”¹⁰⁵¹ A ideia de colapso social era central para o programa de governo conservador e encarada por Cameron como o maior dos desafios do país.¹⁰⁵² A questão é que esse colapso começava na família, nos bairros e nas comunidades e só poderia ser solucionado se o modelo de Estado de bem-estar social fosse localizado, com implementação comunitária.¹⁰⁵³ Desse modo, era necessário mudar a cultura da tomada de decisão de cima, na qual o Estado impunha, do centro, as políticas locais. Essa estratégia política de tomada de decisões, segundo Cameron, minava os valores sociais da sociedade britânica e enfraquecia comunidades e suas instituições.¹⁰⁵⁴

Assim sendo, era preciso criar indivíduos responsáveis, ativos em suas comunidades, e o Estado não tinha o poder de criá-las, mas sim o papel de promover esse ambiente; responsabilidade social, descentralização e localismo eram todos elementos muito próximos e complementares. Os conservadores argumentavam que o restabelecimento do papel da sociedade era primordial. Daí a famosa frase de Cameron: “There is such a thing as society, it's just not the same thing as the state”¹⁰⁵⁵, na qual procurava distanciar-se de Thatcher, ao mesmo tempo que limitava o que acreditava ser

¹⁰⁴⁹ PAGE, Op. Cit., p. 152.

¹⁰⁵⁰ DOREY; GARNETT; DENHAM, Op. Cit., p. 101.

¹⁰⁵¹ “Falência”, tradução nossa.

¹⁰⁵² CAMERON, David. **Empowering Local Communities can heal our Broken Society** speech, 5 jul. 2007. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford.

¹⁰⁵³ Ibidem.

¹⁰⁵⁴ CAMERON, David. **Speech to CPRE on Local Communities**, 12 mai. 2008. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford.

¹⁰⁵⁵ **Built to Last**. Manifesto de David Cameron pela disputa da liderança conservadora (2005). “Existe sociedade. Ela só não é a mesma coisa que Estado”, tradução nossa.

sociedade, algo distinto de Estado. O governo deveria promover cidadãos ativos, confiar neles e compartilhar responsabilidades. E isso, segundo Cameron, era uma demanda dos indivíduos, em um novo contexto.

Na leitura dos conservadores modernizadores, a sociedade estava se tornando cada vez menos hierárquica e deferente. Já o indivíduo, em sua busca por realização pessoal e bem-estar, esperava por maior controle sobre as decisões que mais afetavam sua vida. Novas redes e formas de conexão entre as pessoas, novas identidades, novos laços sociais, todas essas questões faziam com que ele, cada vez mais, questionasse abordagens centralizadas. A abordagem de cima para baixo, segundo Cameron, estava fracassando no novo contexto. Dito de outro modo, a fórmula baseada em mais Estado tinha dado seus frutos no passado e combatido a pobreza, mas agora se tornava contraproducente. Era necessário “roll forward the frontier of the Society.”¹⁰⁵⁶ Por isso, a necessidade de uma “revolução da responsabilidade”, que daria o poder de volta ao indivíduo. Ao governo restava promover esse indivíduo, auxiliar com habilidades, recursos e oportunidades.¹⁰⁵⁷ Ademais, era necessário promover a sociedade civil e suas instituições, criar mecanismos para que pudessem funcionar plenamente, em suma, habilitá-las.¹⁰⁵⁸

Por todas essas questões, o partido voltava-se, portanto, para a dimensão social. No seu entendimento, Thatcher havia sido importante para a economia, porém era hora de os conservadores olharem para a esfera social, não por meio do mercado, mas da sociedade civil em si. Era necessário reabilitá-la, assim como o local, centro das políticas sociais, e isso passava pela descentralização do poder estatal e pela promoção do indivíduo responsável. Estas eram as bases ideológicas dos modernizadores, ao menos até a crise de 2008. Com ela, o foco novamente mudaria, e o partido se voltaria mais para as questões econômicas. As eleições de 2010 e a necessidade de construir uma coalização com os Liberais Democratas também influenciariam ideias e políticas conservadoras. Antes de analisarmos a ideia de cidadania dos governos Cameron, é importante compreender os anos que precederam as eleições de 2010 e os desdobramentos desse evento.

¹⁰⁵⁶ CAMERON, David. **From state welfare to social welfare**, 14 dez. 2006. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford. “Ampliar as fronteiras da sociedade”, tradução nossa.

¹⁰⁵⁷ **Built to Last**. Manifesto de David Cameron pela disputa da liderança conservadora (2005).

¹⁰⁵⁸ *Ibidem*.

4.2.3 Crise de 2008 e a coalizão de 2010: modernização ameaçada?

O debate em torno do fato de o governo Cameron ter sido uma continuação dos anos Thatcher ou se com ele rompeu é extenso. Trata-se de uma discussão comum entre intelectuais e políticos que se deve, principalmente, à postura de Cameron pós-crise 2008. Se esse não foi o único motivo para Cameron voltar-se para uma agenda mais Thatcherite¹⁰⁵⁹, foi, sem dúvida, o marco temporal de tal mudança.

A crise financeira de 2008 teria fortes impactos na economia britânica. Se os conservadores tinham se voltado para uma agenda mais social, pelos motivos listados neste capítulo, isso também se devia ao bom momento econômico vivido nos governos trabalhistas. Para um partido que havia perdido a marca de competente na gestão econômica desde a crise de 1992, seria difícil criticar outro partido que governava em um momento de forte expansão e estabilidade econômica. Além disso, Blair havia continuado muitas políticas econômicas e ideias de Thatcher, deixando ainda menor espaço para críticas conservadoras nessa esfera. Como criticar um partido por uma gestão econômica muito similar ao seu próprio modelo de política econômica?

Entretanto, a crise econômica, somada à forma como Gordon Brown, novo primeiro-ministro trabalhista, geriu a economia, abriu novamente espaço para os conservadores adentrarem esse campo. A saída de Blair, em 2007, que tinha sido um oponente fabuloso em termos políticos e admirado pelos conservadores, bem como a ascensão de Brown, com um contexto de forte crise econômica, abriam a possibilidade para que os conservadores não só criassem uma narrativa na qual os trabalhistas eram os únicos responsáveis pela crise financeira, mas também lhes dava a oportunidade de, pela primeira vez, estabelecer uma demarcação clara entre eles e os trabalhistas.¹⁰⁶⁰ Mais do que isso, as pesquisas de opinião mostravam que a saída de Blair e a posse de Brown tornavam as coisas ainda piores para um já desgastado governo trabalhista.¹⁰⁶¹ A possibilidade de Brown convocar eleições, ainda em 2007, também foi um elemento que fez Cameron moderar seus impulsos modernizadores, na tentativa de unir o partido para a preparação para mais uma eleição. A palavra “equilíbrio” tornou-se recorrente nos seus

¹⁰⁵⁹ HAY. *Whatever Happened to Thatcherism?*, Op. Cit., p. 115.

¹⁰⁶⁰ BYRNE, Cris; Nick, RANDALL; Kevin, THEAKSTON. Evaluating British prime ministerial performance: David Cameron's premiership in political time. **The British Journal of Politics and International Relations**, Vol. 19, 2017, pp. 207–208.

¹⁰⁶¹ BALE. *The Conservative Party*, Op. Cit., p. 333.

discursos, que visavam a manter-se em harmonia tanto com tradicionalistas quanto com modernizadores.¹⁰⁶²

Com a crise financeira de 2008 e suas consequências para a economia britânica, Cameron e os conservadores mudaram seus discursos e voltaram a defender ideias mais ligadas à era Thatcher. Após anos, palavras como “redução” e “Estado mínimo” voltaram a ser termos frequentes nos discursos de um líder conservador. O partido voltava sua atenção para a esfera econômica, mas, diferentemente dos anos 1980, isso não significou um abandono do discurso social.¹⁰⁶³ Seja como for, a crise global teve implicações profundas no projeto modernizador de Cameron, pois redesenhou o contexto político britânico e alterou a percepção, dentro do partido, sobre a viabilidade e virtude de adotar diferentes estratégias.¹⁰⁶⁴ Se, em um contexto de expansão econômica, o foco era em políticas sociais e investimentos, com o novo contexto econômico, a mensagem política também mudava.¹⁰⁶⁵ Cameron tentava reduzir as expectativas públicas com relação aos gastos estatais.¹⁰⁶⁶ O “consenso” modernizador assegurado por ele dentro do partido foi se desfazendo com a crise econômica, mas também em virtude da incapacidade do próprio partido de assegurar a maioria do parlamento nas eleições de 2010, como veremos a seguir.¹⁰⁶⁷ Todas essas questões contribuiriam para o aumento de resistências internas e a consequente pressão sobre Cameron para que moderasse seu discurso.

O fato é que a crise de 2008 impactou todos os partidos políticos britânicos. Os trabalhistas se voltaram mais para a esquerda, enquanto os conservadores se moviam um pouco mais para a direita. Gordon Brown recorria à tradicional resposta social democrata às crises econômicas, tentando estimular a demanda por meio do Estado. Por mais que essa resposta talvez tenha sido bem-sucedida a médio prazo, a retórica de que os trabalhistas estavam aprofundando a crise foi amplamente utilizada pelos conservadores.¹⁰⁶⁸ Em direção ao fim da crise e com o aumento da dívida pública como consequência dela, os discursos dos três maiores partidos políticos britânicos

¹⁰⁶² EVANS. *Consigning its Past to History?*, Op. Cit., p. 302.

¹⁰⁶³ WILLIAMS. *The Evolution*, Op. Cit., p. 50.

¹⁰⁶⁴ DOMMETT, Katharine. The theory and practice of party modernisation: The conservative party under David Cameron, 2005–2015. **British Politics**, Vol. 10, pp. 249–266, 2015, p. 259.

¹⁰⁶⁵ Ibid.

¹⁰⁶⁶ LEE, Simon. David Cameron and the renewal of policy. In: LEE, Simon; BEECH, Matt (Ed.). **The Conservatives Under David Cameron: Built to last?** London: Palgrave MacMillan, 2009, p. 46.

¹⁰⁶⁷ BEECH, Matt. A cameronite United Kingdom? In: LEE, Simon; BEECH, Matt (Ed.). **The Conservatives Under David Cameron: Built to last?** London: Palgrave MacMillan, 2009, p. 262.

¹⁰⁶⁸ SMITH, Martin. From Big Government to Big Society: Changing the State–Society Balance. **Parliamentary Affairs**, Vol. 63, 2010, p. 826

(conservadores, trabalhistas e liberais democratas) convergiram para o tema de austeridade fiscal. A única diferença era que os conservadores insistiam na necessidade de se começar o processo o mais rápido possível. O partido tentava se apresentar novamente como competente, moderado e pragmático na dimensão econômica.¹⁰⁶⁹

Outro momento determinante para os conservadores seriam as eleições de 2010 e a vitória conservadora depois de décadas na oposição.

Em 2010, os conservadores pareciam estar mais bem preparados do que nos anos anteriores. As pesquisas de opinião mostravam o partido à frente na maior parte dos temas que os eleitores consideravam importantes. Entretanto, a liderança era apertada e os eleitores demonstravam pouco entusiasmo em votar pelos conservadores.¹⁰⁷⁰ Isso também gerava críticas internas e fomentava ainda mais pressão para que Cameron adotasse um discurso mais tradicionalista.¹⁰⁷¹ Era difícil definir, nesses termos, se o partido deveria adotar uma posição mais tradicionalista ou apostar todas as fichas na modernização. Cameron tentou se apresentar como candidato que estaria acima dos rótulos de direita e esquerda, buscando neutralizar seus oponentes e reestruturar o jogo de uma forma mais vantajosa aos conservadores.¹⁰⁷²

Além do desafio óbvio de ter sido derrotado em três eleições consecutivas, o partido também tinha de superar outras questões. Os conservadores haviam perdido a batalha das ideias para o projeto modernizador de Blair; eram os trabalhistas que ditavam as regras do jogo. Ademais, os conservadores patinavam para encontrar uma agenda política com forte apelo popular. Havia também o problema com o número de associados; além da queda constante, a composição etária era um problema: os associados do partido eram, de forma geral, pessoas mais velhas.¹⁰⁷³ Estes eram desafios que Cameron enfrentava desde a sua posse como líder da oposição. Porém, os ventos também estavam mudando a favor dos conservadores.

¹⁰⁶⁹ Ibidem, p. 827.

¹⁰⁷⁰ DOREY; GARNETT; DENHA, Op. Cit., pp. 160-164.

¹⁰⁷¹ BALE. The Conservative Party, Op. Cit., p. 322.

¹⁰⁷² HEPPELL, Tim. The conservative party leadership of David Cameron: Heresthetics and the realignment of British Politics. **British Politics**, Vol. 8, 2013, pp. 261-264.

¹⁰⁷³ LEE; BEECH. The Conservatives Under David Cameron, Op. Cit., pp. 1-2.

Blair, um político carismático e popular, já não era mais o líder dos trabalhistas. Mais importante do que isso, após tantos anos no poder, o partido havia tornado-se impopular. Os britânicos acusavam-no de não entregar o que prometera. Em suma, o partido parecia dividido e distante de seus eleitores.¹⁰⁷⁴ Após anos no poder, dava a impressão de estar ideologicamente esgotado. As pessoas clamavam por mudança, e a economia, sempre um trunfo para os trabalhistas, tornara-se um grande problema. O país estava em recessão e, cada vez mais, os britânicos reclamavam dos altos impostos e da interferência excessiva do Estado em suas vidas. Os conservadores ressaltavam o aumento dos gastos públicos e como eles haviam se tornado insustentáveis. Além disso, criticavam o crescimento da burocracia estatal.¹⁰⁷⁵ Logo, criou-se e popularizou-se um discurso “apocalíptico”, segundo o qual os trabalhistas gastaram muito mais do que deveriam e, agora, a única saída de crise seria via responsabilidade fiscal e social e corte nos gastos públicos.¹⁰⁷⁶ O tradicional tema conservador de imigração também voltava ao centro do debate político britânico. O contexto era perfeito para uma vitória conservadora, com uma única exceção: embora ávidas por mudanças, as pessoas não estavam entusiasmadas que elas viessem pelas mãos dos conservadores. Ainda havia muita desconfiança com relação ao partido.¹⁰⁷⁷

Essas questões ficariam claras com o resultado das eleições de 2010. Os conservadores ganharam o maior número de cadeiras no parlamento do que qualquer outro partido britânico, mas falharam em conseguir uma maioria absoluta que permitisse que o partido formasse um governo solo. Se pensarmos no número de cadeiras que ele somou, comparado às eleições de 2005, o resultado foi espetacular: ganhou 97 cadeiras, ao passo que os trabalhistas perderam 91. Por outro lado, as 306 cadeiras conquistadas pelos conservadores não foram suficientes para dar-lhes ampla maioria. Seriam necessárias 326 cadeiras para formar uma maioria absoluta.

O partido tinha a opção de formar um novo governo, mesmo sem a maioria absoluta, mas corria um enorme risco de vê-lo paralisado e ser obrigado a convocar novas eleições meses após a vitória. Existia ainda o risco de os trabalhistas formarem uma ampla coalização com os liberais democratas e outros partidos menores e continuarem no poder. Houve, inclusive, negociações neste sentido. Por último, os conservadores poderiam se

¹⁰⁷⁴ ASHCROFT, Michael. **Minority Verdict**. The Conservative Party, the voters and the 2010 election. London: Biteback, 2010, p. 22.

¹⁰⁷⁵ ASHCROFT; OAKESHOTT. Op. Cit., p. 155.

¹⁰⁷⁶ DOREY; GARNETT. The British Coalition, Op. Cit., p. 52.

¹⁰⁷⁷ ASHCROFT; OAKESHOTT, Op. Cit., p. 155

aproximar dos liberais democratas e formar uma coalizão, dando início a um novo governo. Após cinco dias de negociação, David Cameron e o líder dos liberais democratas, Nick Clegg, fecharam o acordo por um governo de coalizão, o primeiro desde a Segunda Guerra Mundial, quando os conservadores formaram um governo com os trabalhistas.

Se Cameron já tinha dificuldades para administrar o partido e suas divisões, a vitória apertada aumentaria ainda mais os ruídos internos. Contudo, se o contexto era favorável, por que o partido não conseguiu uma maioria absoluta, concorrendo com um governo desgastado e após uma recessão econômica? Em primeiro lugar, apesar do líder modernizador, as pessoas parecem ter tido dificuldade de acreditar que o partido havia realmente mudado. Em segundo lugar, existiam dúvidas sobre as políticas do partido: a sua competência para implementá-las; as consequências delas; os problemas em articular uma agenda política clara e coerente; e a ascensão dos nacionalistas do UKIP, que arrancaram alguns votos conservadores.¹⁰⁷⁸ O partido parece ter falhado em conseguir a maioria pois, acima de tudo, falhou em mostrar aos eleitores que eram a mudança desejada pelas pessoas. Os conservadores parecem ter contado com uma vitória certa e terem se colocado como a escolha natural frente a um governo exausto.¹⁰⁷⁹

O novo primeiro-ministro enfrentaria alguns problemas em sua administração pós-eleições 2010. Além da oposição interna ter aumentado com o fracasso de não ter conseguido uma maioria absoluta no parlamento, difundiu-se um forte sentimento antissistêmico e de desilusão. Na câmara dos *Lords*, o governo também enfrentaria turbulências, além de ter fracassado em conquistar apoiadores nos veículos de imprensa à direita.¹⁰⁸⁰ Seu time de ministros também seria predominantemente Thatcherite, no sentido de serem socialmente conservadores. Cada vez mais, o partido se veria dividido entre liberais sociais e conservadores, ao passo que, concomitantemente, aumentava a dissidência de parlamentares anti-Europa.¹⁰⁸¹

Se, por um lado, a formação de uma coalizão parece ter aumentado ainda mais a resistência de membros da direita do partido, por ter sido uma decisão tomada de cima, sem consulta, por outro, ela serviu justamente para aumentar a base do governo e deixá-

¹⁰⁷⁸ DOREY; GARNETT; DENHAM, Op. Cit., pp. 178.

¹⁰⁷⁹ ASHCROFT, Op. Cit., p. 123.

¹⁰⁸⁰ SELDON, Anthony; SNOWDON, Peter. **Cameron at 10**. The Verdict. London: William Collind, 2016, p. xxxii.

¹⁰⁸¹ HEPPELL, Timothy. Cameron and Liberal Conservatism: Attitudes within the Parliamentary Conservative Party and Conservative Ministers. **British Journal of Politics and International Relations**, vol. 40, 2012, pp. 340-350.

lo menos refém dessa direita ¹⁰⁸², contrária à formação de uma coalizão. O argumento era simples: se um governo não conseguisse governar por falta de cadeiras, colocar-se-ia a culpa na oposição, por sobrepor seus interesses aos do país, e convocar-se-iam novas eleições. Assim, princípios morais poderiam trazer maior número de votos em uma eleição próxima. O problema é que isso não garantiria uma vitória esmagadora em uma eleição futura. Além do mais, deixaria Cameron ainda mais refém da direita do partido. Sem contar o fato de que os liberais democratas poderiam juntar-se aos trabalhistas, causando um realinhamento à esquerda.¹⁰⁸³

No entanto, se os liberais democratas sempre tiveram uma proximidade maior com a esquerda, isso havia mudado no começo do século XXI, com a ascensão de Nick Clegg como novo líder do partido e sua ênfase na ideia de liberalismo econômico e descentralização do poder.¹⁰⁸⁴ Nesse sentido, tanto a defesa do localismo pelos liberais democratas, quanto a ideia de *Big Society* pareciam representar algo diferente do modelo mais “centralizado” dos trabalhistas.¹⁰⁸⁵ Portanto, uma aliança com os liberais democratas não era apenas fruto de estratégia política para conseguir maioria e diminuir o poder da direita do partido, mas também resultava de certa afinidade ideológica.

A aliança entre conservadores e liberais democratas foi possível, em parte, pela tendência reformista de Cameron como líder dos conservadores, em uma direção mais social liberal, e pela reforma dos liberais democratas com Clegg, com maior foco no liberalismo econômico. Ambos os partidos compartilhavam ideias relacionadas a descentralização de poder, localismo, ênfase na sociedade civil e forte crítica à burocracia estatal.¹⁰⁸⁶ Os líderes, agora aliados no governo, afirmavam que suas ideias não apenas se sobrepunham em alguns pontos, mas que foram combinadas e transformadas em algo novo, mais radical¹⁰⁸⁷, como se cada partido tivesse contribuído com algo diferente, e essas contribuições, somadas, haviam criado algo novo.

A coalizão desenvolveu três posições ideológicas mais marcantes: crítica ao modelo econômico neoliberal de Thatcher, visto como importante, mas não suficiente para criar uma sociedade fortalecida; ênfase no antiestatismo que tinha como base a

¹⁰⁸² HEPPELL; SEAWRIGHT, Op. Cit., p. 9.

¹⁰⁸³ DOREY; GARNETT. *The British Coalition*, Op. Cit., pp. 8-10.

¹⁰⁸⁴ *Ibidem*, p. 87.

¹⁰⁸⁵ DOREY; GARNETT. *The British Coalition*, Op. Cit., p. 88.

¹⁰⁸⁶ WILLIAMS. *The Evolution*, Op. Cit., p. 96.

¹⁰⁸⁷ LEE, Simon. ‘We Are All in This Together’: The Coalition Agenda for British Modernization. In: BEECH, Matt; SIMON, Lee (Ed.). **The Cameron-Clegg Government: Coalition Politics in an Age of Austerity**. London: Palgrave Macmillan, 2011, pp. 13-14.

redução da extensão do governo na provisão de serviços públicos; e, por último, a ideia de que a sociedade deveria ser fortalecida mediante a transferência de poder para os indivíduos e comunidades e formas localizadas de governança.¹⁰⁸⁸ Provavelmente, o mais importante princípio compartilhado entre os partidos era a ideia de descentralização e localismo, vista como a mais importante medida para a implementação do projeto de *Big Society*.¹⁰⁸⁹ As políticas de localismo do novo governo seriam a mais importante tentativa de reconfigurar a relação entre indivíduo e Estado¹⁰⁹⁰, e, nesse ponto, também as políticas em torno de cidadania. Localismo e *Big Society* estavam intrinsecamente ligados e se complementavam mutuamente.

Em uma série de discursos e projetos, o governo visou a diminuir o que chamava de “burocracia vinda de cima”, por meio de um programa de descentralização radical para garantir maior poder e recurso local, visando a maior autonomia e poder de resolução de problemas para essas comunidades.¹⁰⁹¹ O discurso da coalizão era o de que o tempo da centralização e das medidas impostas pelas autoridades centrais havia terminado; esse modelo fracassara. Nesse ponto, as críticas a Gordon Brown e aos trabalhistas eram mais fortes. O partido havia expandido ainda mais as funções do Estado e sua burocracia; era necessário transferir poder para as pessoas, embora isso não significasse um Estado omissivo. Pelo contrário, como argumentado em documento oficial do governo sobre descentralização e localismo, era necessário “ajudar” as pessoas para que, juntas, transformassem suas vidas para melhor.¹⁰⁹² Este é um ponto central, como veremos a seguir, que diferenciava Cameron de Thatcher. A forma como o Estado seria relançado, no projeto da *Big Society*, romperia com ideias e crenças da era da ex-primeira-ministra. O Estado passava a ter função ativa na promoção de uma sociedade mais saudável. Se bem usado, conforme a receita conservadora, poderia trazer de volta uma Grã-Bretanha próspera.

¹⁰⁸⁸ MCANULLA, Stuart. Liberal Conservatism: Ideological Coherence? In: HEPPELL, Timothy (Ed.). **Cameron and the Conservatives: The Transition to Coalition Government**. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 167.

¹⁰⁸⁹ Decentralisation and the Localism Bill: an essential guide. **HM Government**. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/decentralisation-and-the-localism-bill-an-essential-guide--2>> Acesso em: 21 fev 2022. HM Government) 2010

¹⁰⁹⁰ HASTINGS, Annette; MATTHEWS, Peter. Bourdieu and the Big Society: empowering the powerful in public service provision? **Policy & Politics**, Vol. 43, pp. 545-60, 2015, p. 546.

¹⁰⁹¹ Decentralisation and the Localism Bill, Op. Cit.

¹⁰⁹² Ibidem.

4.3 *Big Society* e a redefinição de cidadania no governo David Cameron

“we must use the state to remake society”¹⁰⁹³

O termo *Big Society* foi utilizado pela primeira vez por David Cameron em um discurso proferido em 10 de novembro de 2009, durante a *Hugo Young Lecture*. Nele, o líder do Partido Conservador tencionava estabelecer a abordagem conservadora com relação ao combate à pobreza. *Big Society* era parte central da estratégia do partido na redução da pobreza e da desigualdade social, junto à abertura dos serviços públicos.¹⁰⁹⁴

Em seu discurso, Cameron apresentou a ideia de *Big Society* como solução aos problemas causados pelo “Big Government”. Como já mencionado anteriormente, ele reconhecia o papel do Estado na redução da pobreza e melhora da condição de vida dos indivíduos durante o século XX, mas apontava que, agora, esse mesmo Estado estaria inibindo objetivos progressistas, e não mais colaborando com eles, e tinha ajudado a atomizar ainda mais o indivíduo moderno. Cameron culpava, sobretudo, o governo dos *New Labours*, que, segundo o líder conservador, foi o maior responsável pela expansão do Estado britânico desde a Segunda Guerra Mundial. Era necessário, portanto, reduzir o papel do Estado, mas, ao mesmo tempo, expandir a sociedade. Para tanto, o primeiro passo era empoderar os indivíduos. O novo “Estado reimaginado” não apenas deveria criar oportunidades, mas ativamente auxiliar as pessoas a aproveitar as novas oportunidades criadas. Deveria “actively helping to create the Big Society; directly agitating for, catalysing and galvanising social renewal.”¹⁰⁹⁵

Menos de um ano depois, Cameron lançaria seu projeto da *Big Society*, as ideias e as políticas responsáveis por impulsionar todo o programa. Foi em Liverpool, em julho de 2010, que o então futuro primeiro-ministro estabeleceu as diretrizes do seu mais ambicioso projeto enquanto líder conservador. Seria neste discurso, e também no manifesto do partido para as eleições de 2010, que os conservadores estabeleceriam as diretrizes do programa. Alguns críticos do governo acusaram os conservadores de criar a

¹⁰⁹³ CAMERON, David. Hugo Young Lecture, 9 nov 2009. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford. “Nós devemos usar o Estado para refazer a sociedade”, tradução nossa.

¹⁰⁹⁴ CAMERON. For the Record, Op. Cit., p. 211.

¹⁰⁹⁵ CAMERON, David. Big Society speech, 9 nov 2009. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford. “ativamente ajudar a criar a grande sociedade; diretamente agitar, catalisar e galvanizar renovação social”, tradução nossa.

ideia como justificativa para o extenso programa de austeridade fiscal defendido por Cameron pós-crise 2008. Se ela havia ajudado a impulsionar a ideia, não é verdade que só tenha sido formulada enquanto instrumento retórico para justificar os futuros cortes nos gastos públicos. Em primeiro lugar, Cameron era um entusiasta da ideia e a via como seu principal projeto de governo.¹⁰⁹⁶ Em segundo lugar, muitos princípios encapsulados pela ideia de *Big Society* já haviam sido formulados durante seu período enquanto líder do partido.

Desde o momento que se tornou líder dos conservadores, ele falou sobre a necessidade de se “strengthen our society, empower the voluntary sector, foster social enterprise, boost corporate citizenship and encourage neighbourhood revival.”¹⁰⁹⁷ Sempre deixou claro seu foco em empoderar indivíduos e comunidades e transferir poder a partir do centro. A responsabilidade social, como já explicado neste capítulo, era tema central de seu novo conservadorismo. Mais do que isso, Cameron sempre deixou claro que sua visão de cidadania não era baseada em direitos e na relação legal entre indivíduo e Estado. Em um discurso de 2006, o conservador já tinha deixado claro que ser cidadão não significava entender os trabalhos do parlamento ou conhecer as leis; a cidadania concernia aos relacionamentos e à qualidade deles.¹⁰⁹⁸ Indo além, acusava a esquerda de ter uma visão fria sobre cidadania, na qual a identidade individual era algo reconhecido, registrado e assistido pelo Estado. Segundo Cameron, os conservadores, pelo contrário, acreditavam que identidade era algo que derivava da associação do indivíduo à sua sociedade, não ao Estado.¹⁰⁹⁹

Não só as ideias sobre cidadania e *Big Society* já estavam sendo discutidas pelos conservadores, mas também políticas específicas estavam sendo planejadas. Como veremos mais adiante, uma das principais bandeiras do projeto, o *National Citizen Service*, que seria lançado em 2010, era parte dos discursos de Cameron desde 2006, mesmo que ainda utilizasse diferentes nomes para tal projeto. O conservador falava sobre

¹⁰⁹⁶ BIRREL, Ian. Big Society? Let me explain. *The Guardian*, 9 out. 2010. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/theguardian/2010/oct/08/big-society-i-wrote-speech> > Acesso em: 21 fev. 2022.

¹⁰⁹⁷ Escolha dos ministros do “shadow cabinet” de David Cameron. David Cameron’s Shadow Ministerial Team, 8 dec. 2005. Conservative Party Archive. Bodleian Libraries, Oxford. “Fortalecer nossa sociedade, empoderar o setor voluntário, fomentar empreendimento social, impulsionar cidadania corporativa e encorajar o renascimento comunitário”, tradução nossa.

¹⁰⁹⁸ CAMERON, David. Speech to the Young Adult Trust, 30 out. 2006. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford.

¹⁰⁹⁹ CAMERON, David. From state welfare to social welfare speech, 14 dec. 2006. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford.

a necessidade de se criar um programa de cidadania para os jovens. Chamado de *National School Leaver Programme*, o programa visava a promover conexões pessoais e afetivas entre os jovens, que estariam no coração das relações civilizadas e na construção do “senso de comunidade.”¹¹⁰⁰ Para ele, era urgente, em meio a um forte senso de desintegração social, fornecer aos mais jovens os meios para agirem conjuntamente e construirem valores duradouros.¹¹⁰¹ Era necessário prepará-los para serem cidadãos adultos e ensinar-lhes que não são indivíduos isolados, mas que estão todos juntos e devem obrigações aos outros membros da sociedade.¹¹⁰²

Todos os elementos da *Big Society* já estavam presentes no discurso modernizador de Cameron muito antes da crise de 2008. Entretanto, o discurso também tinha função estratégica para os “novos” conservadores. A ideia de *Big Society* ajudava a distanciar a nova administração do legado de Thatcher e da visão popular de que a ex-primeira-ministra não se importava com questões sociais. Não foi à toa que o conservador utilizou e transformou a tão criticada frase de Thatcher para ressignificar seu governo: “There is such thing as society.” Em contrapartida, além de servir como narrativa de distanciamento, tinha como objetivo persuadir eleitores mais céticos da mudança do partido. Por último, tentava oferecer uma alternativa mais eficiente e barata à estratégia dos trabalhistas para endereçar problemas sociais.

Assim, o projeto de Cameron significava tanto um distanciamento do Thatcherismo quanto uma alternativa ao modelo dos trabalhistas.¹¹⁰³ Endereçava e reunia críticas e ideias dentro do próprio Partido Conservador. Não só dialogava com as já exploradas ideias de Willets e de conservadorismo cívico como também com outros nomes importantes dentro do partido. Mount, já citado como membro da *Policy Unit* de Thatcher, também teve papel importante na defesa de uma ação conjunta entre Estado, mercado e sociedade civil.¹¹⁰⁴ Além dele, destacam-se Green, pela defesa do *One Nation*, e sobretudo Letwin – segundo o próprio Cameron, a pessoa que mais influenciou suas ideias sobre conservadorismo moderno e compassivo¹¹⁰⁵ –, por sua insistência pela

¹¹⁰⁰ CAMERON. Speech to the Young Adult Trust, Op. Cit.

¹¹⁰¹ CAMERON, David. Youth Community Action would bring young people together, 24 jan 2006. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford.

¹¹⁰² David Cameron unveils real respect agenda, 10 jan. 2006. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford.

¹¹⁰³ DOREY; GARNETT. No such thing as the ‘Big Society’? Op. Cit., p. 390.

¹¹⁰⁴ Ibidem, p. 395.

¹¹⁰⁵ CAMERON. For the Record, Op. Cit., p. 5.

necessidade de um reflorescimento da “vizinhança e conservadorismo cívico.”¹¹⁰⁶ Assim, a narrativa da *Big Society* se desenvolve, por um lado, assentada na ideia de crise, “broken society” e, por outro, no discurso de participação cívica e voluntarismo.¹¹⁰⁷

Quando o governo finalmente lançou o programa, utilizou quatro cidades como “comunidades pioneiras” – Liverpool, Cumbria, Windsor e Sutton –, bem como uma série de políticas e atividades para promover o projeto. Todas essas cidades receberiam a ajuda de grupos de *experts* e suporte dos funcionários públicos para garantir o sucesso dos programas.¹¹⁰⁸

E como o governo trabalharia a ideia de *Big Society*? Como o programa seria implementado? Em que se baseava? Qual o novo papel do Estado? Como a relação entre indivíduo, Estado e comunidade mudava? Inicialmente, temos de entender melhor a que o conceito se contrapunha e o que propunha solucionar.

4.3.1 O *Big Government*

O antiestatismo do governo Cameron não era novidade para os conservadores. Como já analisado, Thatcher colocaria o tema no centro do seu governo. Em termos ideológicos, como mencionamos, Cameron relacionaria seu ceticismo em relação ao Estado com a tradição liberal. Contudo, há outras influências antigas, como Burke, e mais recentes, como os pensadores comunitários e os neoliberais, sobretudo Hayek, em conjunto com o desenvolvimento da economia comportamental, que combinaria uma abordagem cética com relação ao Estado, mas que também tentava utilizar o que restava da influência estatal para moldar comportamentos.¹¹⁰⁹

Nesse ponto, já foi possível perceber que a crítica do governo Cameron ao Estado não era muito diferente daquela dos anos Thatcher e voltaria com força no pós-crise 2008 e com a guinada à esquerda do governo Brown. O problema era que, em primeiro lugar, o Estado, ao buscar solucionar problemas sociais, minava responsabilidade social e acabava por piorar o próprio problema que almejava resolver.¹¹¹⁰ Assim como para Thatcher e os neoconservadores, o Estado desmoralizava as pessoas ao influenciar todas

¹¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 396.

¹¹⁰⁷ NORMAN. The Big Society debate, *Op. Cit.*, p. 16.

¹¹⁰⁸ KISBY, Ben. The Big Society: Power to the People? *The Political Quarterly*, Vol. 81, pp. 484-491, 2010, p. 484.

¹¹⁰⁹ MCANULLA, Stuart. Liberal Conservatism: Ideological Coherence? In: HEPPELL, Timothy (Ed.). *Cameron and the Conservatives: The Transition to Coalition Government*. London: Palgrave Macmillan, 2012, p. 179.

¹¹¹⁰ CAMERON. For the Record, *Op. Cit.*, p. 123.

as esferas de sua vida, criando dependência e apatia. Mais do que isso, atomizava-as. Cameron utilizaria esse argumento muito mais do que Thatcher. Como disse em certa ocasião “The once natural bonds that existed between people – of duty and responsibility – have been replaced with the synthetic bonds of the state – regulation and bureaucracy.”¹¹¹¹ O Estado quebrava os laços naturais estabelecidos entre os indivíduos em suas comunidades e os substituía por uma relação sintética e burocrática com o Estado.

Havia também outra segunda crítica, com raízes no governo Thatcher, que dizia respeito à falta de flexibilidade e de entendimento sobre a vida das pessoas por parte do Estado e de sua burocracia. Essa crítica seria mais forte com Cameron. Termos como “top-down approach”, “mechanical state”, “statism” e “centralization” eram palavras recorrentes nos discursos conservadores. O problema é que faltava ao Estado, segundo Cameron, “the flexibility, the combination of moral toughness and sensitivity to people's personal circumstances, that is necessary to reach the most difficult cases.”¹¹¹² A resposta estava no local, nas comunidades, na *Big Society*. Por último, havia uma questão relacionada à segunda e à ideia de burocracia, que derivava da Teoria da Escolha Pública e da ideia do ator racional, maximizador de benefícios. Embora essa crítica também já fosse feita nos anos Thatcher, o foco de Cameron não era nos funcionários públicos, mas nos políticos de *Whitehall*. Esta era, aliás, outra diferença entre ambos.

Se Thatcher criou um clima de guerra com os funcionários públicos e os culpabilizava pelos problemas nos serviços oferecidos pelo setor público, Cameron, assim como Major, fazia questão de elogiá-los. Mais do que isso, Cameron acreditava que o sucesso da *Big Society* passava pela maior autonomia dos funcionários públicos, como parte do processo de transferência de poder das autoridades centrais para as pontas. Assim, os funcionários públicos não eram parte do problema; antes, eram necessariamente parte da solução. “Public sector professionals are absolutely central in all of this. We want to invite them to (...) bring about the social changes people want to

¹¹¹¹ CAMERON, David. Big society can fight poverty. Big government just fuels it. **The Guardian**, 10 nov. 2009. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/commentisfree/2009/nov/10/big-society-government-poverty-inequality> > Acesso em: 21 fev. 2022. “Os laços naturais que existiam entre as pessoas – de dever e responsabilidade – tem sido substituídos por laços artificiais do Estado – regulação e burocracia”, tradução nossa.

¹¹¹² CAMERON, David. A Radical Passion. **The Guardian**, 7 out. 2007. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/commentisfree/2007/aug/07/comment.politics1> > Acesso em: 21 fev. 2022. “Abordagem de cima”; Estado mecânico”; “estatismo”; “centralização”; “a flexibilidade, a combinação da dureza moral e a sensibilidade para com as circunstâncias pessoais das pessoas, que é o necessário para alcançar os casos mais difíceis”, tradução nossa.

see working to make communities stronger.”¹¹¹³ É claro que isso passava por uma reforma profunda no setor público. Ainda assim, era uma abordagem explicitamente diferente daquela dos anos Thatcher. De inimigos, eles haviam se transformado em peças-chave para as ideias de Cameron. Eram os trabalhistas – e não os conservadores – os verdadeiros inimigos do funcionalismo público, que centralizavam o poder e desempoderavam profissionais e cidadãos a exercer funções em suas atividades locais¹¹¹⁴. Ademais, tinham uma visão mecânica do homem e desconsideravam o espírito e as virtudes públicas desses funcionários.¹¹¹⁵

Além das influências já citadas, tanto no que se refere às críticas ao Estado quanto à defesa de uma sociedade civil mais forte – temas intrinsecamente conectados para os conservadores modernizadores e também para a tradição do conservadorismo cívico e compassivo –, outra grande influência se consolidava nos anos posteriores à vitória de Cameron como líder do partido: o professor Phillip Blond e seu *Red Toryism*, ou conservadorismo vermelho.

Teólogo e filósofo político, então professor na Universidade de Cumbria, Blond tornou-se notório por suas críticas à filosofia e ideologia liberais. Fundador do *think tank* ResPublica, ganhou fama com sua ideia de conservadorismo vermelho, o que o levou a se aproximar de Cameron e Letwin e a tornar-se um dos mais importantes formuladores de discurso do ex-primeiro-ministro. Em seu livro *Red Toryism*, argumenta que a verdadeira cultura britânica estava desaparecendo, como consequência do desaparecimento da sociedade civil. Ele definia sociedade civil como o espaço em que as atividades cidadãs não seriam determinadas nem pelo Estado nem pelo mercado.¹¹¹⁶

Tema recorrente em Cameron, Blond argumenta que parecia haver apenas dois espaços de poder no país – Estado e mercado – e a sociedade havia sido esquecida. Os indivíduos não tinham mais poder dentro de suas comunidades, e as agendas locais eram sempre impostas de cima.¹¹¹⁷ Ademais, culpa tanto direita quanto esquerda pelos problemas sociais do país. Embora o *welfare state* e a esquerda tenham minado os valores

¹¹¹³ CAMERON, David. Conservatives launch public sector manifesto speech, 17 abr. 2010. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford. “Os profissionais do setor público são absolutamente centrais para tudo isto. Nós queremos convidá-los para (...) trazer as mudanças sociais que as pessoas esperam ver funcionando para fazer as comunidades mais fortes”, tradução nossa.

¹¹¹⁴ DOREY. *British Conservatism*, Op. Cit., p. 177.

¹¹¹⁵ SMITH, Ian Duncan. The renewal of society. In: STREETER, Gary (Ed.). **There is such a thing as society**. London: Politicos’s Publishing, 2002, p. 35.

¹¹¹⁶ BLOND, Phillip. **RED TORY**. How the Left and Right Have Broken Britain and How We Can Fix It. London: Faber and Faber, 2010.

¹¹¹⁷ *Ibidem*, pp. 12-13.

da classe trabalhadora¹¹¹⁸, o neoliberalismo também contribuiu para a centralização do Estado, já que este último deveria ser o responsável por prover capital social e mitigar os problemas do mercado.¹¹¹⁹ Mas Blond vai além: os “novos” trabalhistas e a terceira via, acima de tudo, corromperam a sociedade britânica. Para o autor, os trabalhistas juntaram o que havia de pior da esquerda e da direita: estatismo, de um lado, e centralização e mercantilização, de outro. O resultado foi o aumento da desigualdade, da cultura do consumo e do autoagraciamento, do débito pessoal etc. A terceira via havia criado, portanto, o *state market*.¹¹²⁰

Segundo Blond, a única resposta estaria em um tipo de conservadorismo vermelho. Vermelho porque se preocupava com aqueles que estavam à margem da sociedade e também porque defendia a justiça econômica; conservador porque defendia tradição, virtude e a prioridade do “bem”.¹¹²¹ O pensador argumentava que, apenas por meio da restauração da sociedade civil e das virtudes que ela fomentava, o Reino Unido poderia voltar a prosperar. Era necessário criar um *ethos* diferente, e isso perpassava a transformação do papel do Estado e a reconfiguração de uma política e economia cívicas, capazes de gerar virtude e confiança entre os indivíduos.¹¹²² Era necessário redistribuir poder, renovar o poder local, fomentar o renascimento de grupos e associações intermediárias, com uma cultura de reciprocidade entre direitos e deveres.¹¹²³ Blond foi um entusiasta da ideia de *Big Society* e um dos “arquitetos” do projeto, mesmo que, com os cortes nos gastos públicos implementados por Cameron, tenha externado a descrença de que poderia prosperar.

Apesar do antiestatismo, é necessário salientar que o governo Cameron marcou uma profunda ruptura com a administração Thatcher, no que se refere à relação Estado, indivíduo e comunidade, ao menos no âmbito ideacional e discursivo. No capítulo sobre Thatcher, vimos como seu governo foi incapaz de atribuir qualquer função positiva ao Estado, no que se refere ao desenvolvimento do indivíduo ativo e de uma sociedade mais saudável. Pelo contrário, sempre que interferia, ele prejudicava indivíduos e comunidades.

¹¹¹⁸ Ibidem, p. 45.

¹¹¹⁹ Ibidem, p. 68.

¹¹²⁰ BLOND, Op. Cit., pp. 18 e 67-68.

¹¹²¹ Ibidem, pp. 23-24.

¹¹²² Ibidem, p. 83.

¹¹²³ Ibidem, pp. 87-88.

Com Cameron, no entanto, isso mudaria. Diga-se de passagem, a mudança já havia começado com Major, que acreditava que o Estado poderia dar um “empurrãozinho” para auxiliar os indivíduos, sobretudo por meio do acesso a melhores serviços públicos. O contexto havia mudado, e o Estado, apesar de muito criticado e visto como ineficiente em diversos setores, era reabilitado aos poucos, senão com a mesma função do pós-guerra, mas com maior confiança do que nos anos Thatcher. Isso não significava a volta da defesa de empresas estatais ou controle dos preços. Essa batalha, ao menos naquele momento, já havia sido superada. Contudo, o Estado voltava a ser visto como ator importante e instrumento essencial para melhorar a vida das pessoas, mesmo que de outras formas.

É interessante, inclusive, que essa questão não seja tão explorada por analistas, já que marca uma grande ruptura entre os governos Thatcher e Cameron e foi, inclusive, reconhecida pelos conservadores. Cameron reconhecia que o uso do Estado para a promoção de uma sociedade mais saudável era um território relativamente novo para o partido.¹¹²⁴ Reconhecia que os conservadores, no passado, acreditavam que indivíduos livres dentro de uma sociedade com leis robustas gerariam espontaneamente uma sociedade responsável. Ademais, argumentava que o receio de ser intrusivo impedia os conservadores de pensar formas de influenciar comportamento e caráter individuais.¹¹²⁵ Apesar de não mencionar Thatcher, fica claro que se refere às administrações da ex-primeira-ministra, sempre muito avessa a qualquer tipo de intervenção do Estado na vida do indivíduo.

Cameron foi muito claro sobre o papel central do Estado na construção de seu projeto. Apesar da crítica ao “big government”, ele reconhecia que um Estado menor não significava o desenvolvimento espontâneo de uma sociedade mais coesa. Para tanto, seria necessário “a powerful role for government in helping to engineer that shift”, “a strong and concerted government action”. Era também do Estado a função de “remake Society”¹¹²⁶; ele deveria ir além do estágio de apenas criar oportunidades e auxiliar ativamente o indivíduo a tirar proveito delas.¹¹²⁷ Além disso, deveria estimular ação social¹¹²⁸ e influenciar comportamentos de forma suave, não mediante a imposição de um

¹¹²⁴ CAMERON, David. Supporting parentes speech, 11 jan. 2010. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford.

¹¹²⁵ Ibidem.

¹¹²⁶ CAMERON. Big society can fight poverty, Op. Cit. “Um poderoso papel para o governo em ajudar a construir essa mudança”; “uma ação governamental forte e conjunta”, tradução nossa.

¹¹²⁷ CAMERON. Big Society speech, Op. Cit.

¹¹²⁸ Ibidem.

sistema artificial, mas entendendo como as pessoas realmente agem, as normas sociais.¹¹²⁹

Na próxima seção veremos como a “economia comportamento” e a teoria conhecida como *Nudge* influenciaram o governo Cameron na direção de tentar influenciar o comportamento dos indivíduos suavemente. Não se tratava, segundo o conservador, de o governo dizer o que as pessoas deveriam fazer e como se comportar, sobretudo em uma era “pós-burocrática”, na qual indivíduos buscavam maior autonomia. Não concernia a uma burocracia governamental impondo regras, mas sim ao entendimento das razões de os indivíduos agirem de determinada maneira e dar-lhes um pequeno “empurrão” na direção correta.¹¹³⁰

Portanto, o governo conservador tinha um projeto para criar o que chamava de *Big Society*, e esse projeto foi formalizado no documento do governo de outubro de 2010, intitulado *Building a Stronger Civil Society A strategy for voluntary and community groups, charities and social enterprises*¹¹³¹. Este é provavelmente o documento mais importante e que dá linhas gerais ao projeto de Cameron de reconstruir a sociedade civil britânica.

4.3.2 Construindo a Sociedade Civil

Nesse documento, os conservadores reafirmavam a necessidade de dar mais poder às pessoas e suas comunidades. De acordo com eles, já estava em curso uma série de medidas nessa direção: empoderamento das comunidades; encorajamento da cidadania ativa; transferência de poder do centro para as localidades; suporte ao terceiro setor; e transparência.¹¹³²

O documento estabelecia as três diretrizes da agenda política da *Big Society*: *Empowering communities*, *Opening up public services* e *Promoting social action*.¹¹³³ Era por meio delas que os conservadores pretendiam construir comunidades e transformar cidadania.

¹¹²⁹ CAMERON, David. David Cameron speech on social innovation, 13 jun, 2008. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford.

¹¹³⁰ CAMERON, David. Blue Green Charter speech, 16 jun. 2008. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford.

¹¹³¹ “Construindo uma sociedade civil mais forte. Uma estratégia para os grupos voluntários e comunitários, caridades e empreendimento sociais”, tradução nossa.

¹¹³² **Building a Stronger Civil Society**. London: HM Government, 2010.

¹¹³³ “Empoderando comunidades, abrindo os serviços públicos e promovendo ação social”, tradução nossa.

4.3.2.1 Empoderando comunidades

A primeira forma de recriar as comunidades, que, segundo os conservadores, estavam desaparecendo, era dar-lhes maior poder. O documento enfatizava a preocupação do governo em fornecer a elas meios para que pudessem ser mais autônomas na tomada de decisão e na formulação de políticas locais. Isso seria feito majoritariamente por meio de três diferentes abordagens: uma série de novas regras e leis, financiamento e transparência. Dessas leis, a mais importante era o direito que as comunidades teriam de comprar e controlar bens pertencentes ao Estado. Em outras palavras, elas poderiam comprar determinados bens públicos, antes controlados pela federação. O governo também se comprometia a oferecer mais de 1 bilhão de libras em recursos para as autoridades locais entre 2010/2011.¹¹³⁴ Além disso, o projeto previa o lançamento de um plano de desenvolvimento comunitário. E, por último, esse empoderamento também se daria mediante o acesso à informação e a transparência por parte do governo central.

4.3.2.2 Abertura dos serviços públicos

A segunda reforma importante era a reforma dos serviços públicos. O projeto tinha como intuito abrir possibilidades para diferentes formas de provisão de serviços públicos, fomentar inovação e promover a expansão de cooperativas. A ideia era, por um lado, abrir os serviços públicos para maior participação de indivíduos e comunidades no *design* e na entrega de tais serviços e, por outro, diversificar a entrega deles pelo terceiro setor e o setor privado.

Cameron colocou a reforma dos serviços públicos como ponto central no seu projeto modernizador. Por meio dessa reforma, os conservadores conseguiriam reduzir a burocracia central tão criticada por Cameron, quebrar monopólios estatais e abrir espaço para que associações civis e empresas privadas também participassem da provisão desses serviços.¹¹³⁵ O lançamento de um banco, o *Big Society Bank*, financiado por contas bancárias inativas e voltado para o investimento de agências independentes, cooperativas e associações voluntárias, visava justamente a fomentar iniciativas sociais que poderiam competir pela provisão de serviços públicos, justamente como resultado da abertura do setor.

¹¹³⁴ Building a Stronger Civil Society, Op. Cit.

¹¹³⁵ CAMERON, David. **Our “Big Society” plan**. 31 mar. 2010. Disponível em: < <https://conservative-speeches.sayit.mysociety.org/speech/601492> > Acesso em 21 fev. 2022.

Se o governo acreditava que a sociedade civil era o espaço mais apropriado para tratar dos problemas sociais britânicos – e não o Estado –, era necessário oferecer mais oportunidades para que as instituições da sociedade civil pudessem trabalhar e solucioná-los. Daí a centralidade da reforma. Como descrito no manifesto do partido para as eleições de 2010, a reforma dos serviços públicos permitiria que empreendimentos sociais, grupos voluntários e associações de caridade tivessem papel de liderança na provisão de serviços públicos e na resolução de problemas sociais enraizados.¹¹³⁶ A ideia era abrir espaço para que empreendedores sociais auxiliassem na provisão de serviços públicos, e o setor voluntário, visto como mais flexível e personalizado, fosse mais livre para implementar soluções locais e inovadoras.¹¹³⁷

4.3.2.3 Ação social

O terceiro elemento na agenda da *Big Society* era a promoção de ações sociais. Esse é, sem dúvida, o elemento mais original no projeto de Cameron e com maior impacto, tanto na forma como os conservadores passavam a redefinir o Estado quanto na reconfiguração que davam à relação entre ele, o indivíduo e a comunidade. Em termos de cidadania, trata-se do ponto mais importante do programa. De todo modo, as três abordagens se complementavam, e o projeto só funcionaria se todas fossem bem-sucedidas em seus objetivos. Para que as comunidades “reflorescessem”, era necessário que fossem empoderadas, tanto pela ação de suas associações civis quanto pela ação de uma cidadania ativa. Se as outras duas medidas governamentais visavam a expandir o número de associações civis e a facilitar seu desenvolvimento, o aumento das instituições demandaria, de acordo com o governo, que suas habilidades e capacidades para responder a esse aumento também fossem melhoradas.¹¹³⁸ Aí entra o papel do Estado.

Neste terceiro ponto, a ideia era incentivar ação social e promover uma mudança cultural profunda, que transformaria o modelo de ação social em norma social.¹¹³⁹ Mas como o governo estimularia tal mudança?

¹¹³⁶ The Conservative Manifesto 2010. **INVITATION TO JOIN THE GOVERNMENT OF BRITAIN**. Disponível em: < <https://conservativehome.blogs.com/files/conservative-manifesto-2010.pdf> > Acesso em: 21 fev, 2022.

¹¹³⁷ The Conservative Manifesto, 2010. Op. Cit.

¹¹³⁸ WEI, Nat. **The Great Transition: what it means for voluntary and community organisations**. Disponível em: < <https://www.natwei.com/2010/11/07/the-great-transition-what-it-means-for-voluntary-and-community-organisations/> >. Acesso em: 21 fev. 2022.

¹¹³⁹ HUDSON, Bob. Big society: a concept in pursuit of a definition. **Journal of Integrated Care**, Vol. 19, 2017. p.19

Embora o governo dispusesse de diversos programas nesse sentido, a principal ideia por trás deles era a teoria da economia comportamental conhecida como *Nudge* (“empurrão”), ou arquitetura da escolha/teoria do incentivo. Como já explicado, o governo Cameron sempre foi muito direto em sua ideia de usar o Estado para promover sua concepção de boa sociedade. Por diversas vezes, ele argumentou que, para a sociedade ideal ressurgir, era necessário que o Estado tivesse um “papel ativo” na construção dessa sociedade¹¹⁴⁰, principalmente no estímulo às ações sociais. O governo deveria tanto encorajar quanto capacitar as pessoas para que tivessem um papel mais ativo na sociedade, promovendo mais voluntarismo e filantropia.¹¹⁴¹ E aí entrava, sobretudo na questão do encorajamento, a teoria do incentivo. Em sua recém lançada autobiografia, Cameron é sincero em dizer que foi convencido sobre os méritos da teoria ao ler o livro de Richard Thaler.¹¹⁴²

O conceito foi introduzido por Richard Thaler e Cass Sunstein no livro *Nudge: Improving Decisions about Health, Wealth, and Happiness*. Segundo os autores, *nudge* seria uma forma de criar ambientes, chamados de “arquitetura da escolha”, que encorajassem pessoas a tomar melhores decisões. Inicialmente, era necessário entender como as pessoas tomavam decisões e, depois, criar meios para encorajá-las a essa tomada, sem coagi-las a isto.¹¹⁴³ A teoria foi formulada em resposta às limitações da teoria econômica neoclássica, que entendia o indivíduo como agente racional, em busca da maximização de seus interesses individuais.

Para Thaler e Sunstein, indivíduos não seriam atores assim tão racionais e também seriam influenciados, durante o processo de escolha, pela percepção de como as pessoas ao seu redor estariam se comportando. A teoria sugere, portanto, que eles podem se comportar e consumir, por hábito ou inércia, de forma prejudicial a si próprios e à sociedade como um todo.¹¹⁴⁴ Daí decorre que o pressuposto de que governos deveriam simplesmente deixar as pessoas agirem conforme suas próprias escolhas individuais não seria suficiente para gerar boa sociedade.

Os autores sugerem um caminho moderado entre libertarianismo e paternalismo, no qual o governo poderia estimular as pessoas a tomar decisões corretas, sem que

¹¹⁴⁰The Conservative Manifesto, 2010. Op. Cit.

¹¹⁴¹ **Building a Stronger Civil Society**. London: HM Government, 2010.

¹¹⁴² CAMERON. For the Record, Op. Cit., p. 213.

¹¹⁴³ NORMAN. The Big Society Debate, Op. Cit., p. 140.

¹¹⁴⁴ MCANULLA. Cameron and the Conservatives, Op. Cit., p. 179.

houvesse coação nessa direção.¹¹⁴⁵ O governo poderia encontrar meios, por meio da arquitetura da escolha como instrumento de promover bom comportamento, sem que isso afetasse a liberdade individual de cada um. Essa teoria tornou-se atrativa para alguns políticos britânicos, em parte pela frustração deles com as limitações de mecanismos políticos tradicionais em moldar bom comportamento, principalmente com relação aos comportamentos de natureza voluntária.¹¹⁴⁶

Entusiasmados¹¹⁴⁷ com a ideia, Cameron e seu amigo e chanceler, George Osborne, implementaram em *Whitehall* uma unidade dedicada a essa questão. Conhecida como *Behavioural Insight Team*, a unidade foi liderada pelo economista comportamental David Hapern e tinha disponível para pesquisa e formulação de estratégias o montante de 500.000,00 libras.¹¹⁴⁸ A unidade trabalhava com cinco projetos diferentes, sendo dois deles focados em meios para promover doação e instituições de caridade.¹¹⁴⁹ O mais interessante dessa estratégia é que, como apontam alguns críticos, ela poderia também ser vista como uma forma de engenharia social, ainda que com abordagem diferente das mais tradicionais¹¹⁵⁰, algo sempre muito criticado na tradição conservadora britânica. Seja como for, essa era a principal base teórica do governo em sua estratégia para influenciar comportamentos e promover o rejuvenescimento da sociedade civil e de uma cidadania ativa.

Em documento de 2011, intitulado *Giving*, o governo estabeleceria suas propostas gerais para impulsionar as doações no país e o terceiro setor. O objetivo era estimular uma mudança comportamental, através de novos incentivos para doação, suporte à inovação, construção de novas normas sociais etc.¹¹⁵¹ Talvez em nenhuma outra área a ideia de *nudge* tenha sido tão influente. Não só o governo apostava em abordagens mais tradicionais, como incentivo tributário e remoção de barreiras regulatórias, mas também em mecanismos mais heterodoxos, baseados na ideia de arquitetura da escolha, que

¹¹⁴⁵ Ibidem.

¹¹⁴⁶ NORMAN. *The Big Society Debate*, Op. Cit., p. 140.

¹¹⁴⁷ OSBORNE, George. Nudge, nudge, win, win. **The Guardian**, 14 jul. 2008. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/commentisfree/2008/jul/14/conservatives.economy> >. Acesso em: 21 fev. 2022.

¹¹⁴⁸ "Nudge unit" not guaranteed to work, says Oliver Letwin. **The Guardian**, 20 fev. 2011. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/politics/2011/feb/20/nudge-unit-oliver-letwin> >. Acesso em: 21 fev. 2022.

¹¹⁴⁹ Ibidem.

¹¹⁵⁰ NORMAN. *The Big Society Debate*, Op. Cit., p. 142.

¹¹⁵¹ **Giving White Paper**. London: HM Government, 2011.

tentava estabelecer bons exemplos como guia para boa ação, além do financiamento de estruturas locais e comunitárias.

Mais do que isso, por meio do *Community Organisers programme*, o governo planejava treinar cinco mil indivíduos da comunidade para trabalhar de dentro da comunidade e desenvolver maior ativismo comunitário.¹¹⁵² Esse foco em ações comunitárias visava a promover o ativismo comunitário como parte de uma agenda de reformas ampla, que também englobava encontros locais com a polícia, membros escolares e o encorajamento de um orçamento para as comunidades. Estabelecia-se a criação de um fundo comunitário, *Community First fund*, que fazia parte de um programa de apoio financeiro às pequenas comunidades.¹¹⁵³

O objetivo também era fornecer às comunidades locais e ao terceiro setor uma grande variedade de novas oportunidades para inovação e *design* na provisão de serviços locais, vindos de baixo, onde o Estado havia falhado.¹¹⁵⁴ Era uma ação conjunta, na qual o Estado dava os incentivos tanto para as instituições quanto para os indivíduos, na busca por uma mudança comportamental profunda. Provavelmente, o programa que melhor representava essa tentativa de mudança focada no comportamento e mentalidade individuais era o destinado a jovens estudantes, que sempre apareceu nos discursos de Cameron desde seus primeiros anos como líder do partido. O programa de Serviço Nacional do Cidadão, *National Citizen Service*, era focado em adolescentes de dezesseis anos de idade, próximos do término do colegial e da entrada na vida adulta. Ele durava duas semanas, durante o recesso escolar, nas quais os jovens deixavam suas casas e ocupavam-se de uma grande variedade de atividades e tarefas ligadas à esfera cívica. Após o retorno aos seus lares, eles tinham de direcionar trinta horas para atividades em suas comunidades locais. Como parte do programa, formulavam e implementavam projetos de ação social baseados em suas comunidades.¹¹⁵⁵ O objetivo do projeto era contribuir para o desenvolvimento de maior coesão social, responsabilidade pessoal e cidadania ativa.¹¹⁵⁶

Se o governo não dispunha de meios para ditar como os milhares de grupos comunitários agiriam, poderia, ao menos, criar um ambiente no qual as pessoas

¹¹⁵² Ibidem.

¹¹⁵³ Building a Stronger Civil Society, Op. Cit.

¹¹⁵⁴ Ibidem.

¹¹⁵⁵ BACON, Kate; FRANKEL, Sam; FAULKS, Keith. Building the 'Big Society': Exploring representations of young people and citizenship in the National Citizen Service. **The International Journal of Children's Rights**, Vol. 21, 2013, p. 495.

¹¹⁵⁶ Ibidem, p. 497.

participariam e sentiriam que poderiam fazer a diferença dentro de suas comunidades.¹¹⁵⁷ Tendo como centro um escritório montado apenas para pensar em políticas para a sociedade civil, o *Office for Civil Society*, o governo investia em diversas formas de promover o espaço entre Estado e mercado, que acreditava ter quase desaparecido com as gestões do pós-guerra. Por meio de financiamento das estruturas locais, descentralização, transferência de poder, promoção de ação social, investimento em treinamentos, incentivo fiscal, desregulamentação e diversificação dos meios de provisão de serviços públicos, os conservadores acreditavam estar estimulando o que chamavam de *Big Society*, associações civis robustas e dinâmicas, bem como cidadania ativa.

4.3.3. *Big Society*: tradições e ideias

O conceito de *Big Society* é complexo e amplo, e parece dialogar e reinterpretar diversas concepções do passado. Entretanto, é também influenciado pelo contexto da época e por suas mudanças, assim como por novas teorias que iam surgindo na ocasião.

O conceito pode ressoar tanto ideias conservadoras de comunidade e associações civis, principalmente a ideia de “little platoons” de Burke, como neoliberais, relacionadas à autoajuda. Mais surpreendente, ele também pode remeter à tradição socialista de cooperação e mutualismo.¹¹⁵⁸ Isso talvez se deva ao fato de que o tema sociedade civil se tornava, cada vez mais, objeto explorado por ambos os lados do espectro político. Ademais, se o partido conservador tinha sido dominado pela influência da nova direita nos anos anteriores, então é possível ver tanto a influência de análises neoconservadoras quanto neoliberais.

Os longos anos de governo trabalhista, a introdução de novos temas na agenda política britânica e a modernização do partido significaram que, por um lado, o partido questionava parte da herança ideológica da nova direita e, por outro, introduzia novos elementos ligados aos trabalhistas. Nesse contexto, a reintrodução de temas como justiça social e pobreza relativa, bem como o retorno da dimensão social na agenda conservadora significavam que a sociedade de Cameron também dialogava, mesmo que tangencialmente, com ideias mais ligadas à esquerda. Houve também quem relacionasse o conceito a princípios centrais da tradição cristã e sua ideia de boa sociedade.¹¹⁵⁹

¹¹⁵⁷ Building a Stronger Civil Society, Op. Cit.

¹¹⁵⁸ SMITH, Mark. The Intellectual Roots of Big Society. In: STOTT, Marina (Ed.). **The Big Society Challenge**. Norfolk: Keystone Development Trust Publications, 2011, p. 27.

¹¹⁵⁹ House of Commons Public Administration Select Committee. **The Big Society**. Seventeenth Report of Session 2010–12. London, 2011.

Como influências mais diretas e recentes, é fácil ver o diálogo com o trabalho dos pensadores do comunitarismo. A crítica ao Estado de bem-estar social e a cultura da dependência, a crítica dos anos 1960 e do politicamente correto e também dos excessos da visão por uma lógica de mercado foram diagnósticos compartilhados. A visão de comunidade como local privilegiado para criação de laços sociais e identidade, participação e compartilhamento de valores, deveres sobre direitos, todas essas ideias ressoam os comunitários. Conservadorismo cívico e compassivo também são influências marcantes, não apenas no conceito de sociedade, mas também na transformação geral do partido. Assim como o comunitarismo, essas filosofias conservadoras emergem ainda no final do século XX, em um contexto no qual intelectuais conservadores repensavam a ideologia conservadora. Cada vez mais, a ideia de sociedade civil, comunidade e valores cívicos vão se tornando centrais.

Por último, há dois autores que influenciariam diretamente a concepção de *Big Society*: o já mencionado Phillip Blond, figura central do conceito, e o filósofo e político conservador Jesse Norman, que escreveu amplamente sobre o tema. Norman se tornou um pensador respeitado dentro do partido e publicou diversos livros ao longo das últimas décadas. Professor de filosofia em diversas universidades em Londres, Norman também trabalhou no sistema financeiro e bancário e tornou-se membro do parlamento britânico pelos conservadores nas eleições de 2010. Defendia um novo modelo de sociedade, ao qual chamava de “connected society”, baseada não na relação entre indivíduo e Estado, mas entre indivíduo, Estado e instituições. Essa sociedade conectada deveria ter suas fundações estabelecidas na interação entre estes três atores: o Estado habilitador, o indivíduo ativo e as “linking institutions”.¹¹⁶⁰

Assim como Willets, Norman colocava a questão das instituições no centro das análises conservadoras. Os trabalhos do conservador fazem parte de um contexto mais amplo de reflexão de pensadores conservadores que tentavam chamar a atenção para o fato de que haveria uma terceira dimensão esquecida pelos analistas e atores políticos: a sociedade em si. Sem citar a direita, criticava a visão prevalente de que indivíduos seriam agentes econômicos autônomos e a conclusão de que funcionários públicos e políticos seriam agentes maximizadores de seus interesses, desprovidos de qualquer espírito público.

¹¹⁶⁰ NORMAN. *Big Society*. Op. Cit., p. 7. “Sociedade conectada”; “instituições de ligação/intermediárias”, tradução nossa.

Norman também não poupou críticas a um certo “fabianismo” que teria dominado a esquerda e impulsionado a expansão das atividades estatais e a centralização dos serviços públicos. Este é outro tema caro a esses conservadores “reformistas”. Tal como os conservadores anteriores, eles criticavam a centralização e a defesa do Estado pela esquerda, porém dão nome e sobrenome aos culpados: a sociedade Fabiana. Todos eles parecem sugerir que o “fabianismo” acabou por controlar toda a esquerda, quase que a tomando de assalto, com seríssimas consequências não só para a esquerda, mas também para o país. A visão do homem como animal econômico e a expansão das atividades estatais eclipsaram o fundamental papel das instituições sociais. Para Norman, essas instituições seriam o elemento-chave no desenvolvimento de capital social e conectividade, fundamentais para a dimensão cultural, para o sentimento de identidade e pertencimento, enfim, para a construção da *Big Society*.¹¹⁶¹

Para o autor, a sociedade conectada deveria ser entendida em termos de afeto e laços pessoais.¹¹⁶² Eram eles que ajudavam a moldar tanto os indivíduos quanto a sociedade como um todo, servindo como fiadores da estabilidade. Norman também falava sobre a necessidade de um conservadorismo compassivo e como a compaixão seria um sentimento essencial para a humanidade.¹¹⁶³ O conservador apontava outros elementos igualmente importantes na narrativa de Cameron: a necessidade de uma profunda reforma nos serviços públicos, na mentalidade e no comportamento das pessoas; a relevância do funcionário público na ponta e a necessidade de lhes garantir autonomia e motivação; a importância de se reviverem ideias sobre dever, vocação, orgulho cívico e honra; e os valores como tolerância, liberdade pessoal e empreendedorismo.¹¹⁶⁴

Como podemos observar, todos os temas ligados à sociedade civil e suas instituições, à centralidade da ideia de identidade e pertencimento, à preocupação com a fragmentação social, à importância da responsabilidade social, à crítica ao Estado intervencionista e também ao individualismo da nova direita vinham se desenvolvendo desde os anos 1990 por diversas correntes e autores conservadores.

O projeto da *Big Society* confluiria para todas as questões levantadas por esses autores, mas também para as colocadas pelos governos trabalhistas. Em contrapartida, opunha-se à parte das ideias formuladas pela nova direita, mas o fazia sem abandoná-las

¹¹⁶¹ NORMAN. *Big Society*. Op. Cit., pp. 103-104.

¹¹⁶² *Ibidem*.

¹¹⁶³ *Ibidem*, p. 133.

¹¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 225.

completamente, incorporando muitas de suas premissas. Por fim, também se buscava inspiração no passado, sobretudo nas ideias do filósofo escocês Edmund Burke.

4.4 Cidadania em Cameron

Como Cameron desenvolveu o tema cidadania? Como ressignificou elementos centrais ao conceito e tentou redefinir a relação indivíduo, Estado e comunidade? Após todas as questões levantadas até aqui, a ideia de cidadania de Cameron já pode ser desenhada.

Ele pouco definiu o que entendia por cidadania, porém, no pouco que disse, deixou claro que não se tratava de uma visão legal, tampouco baseada apenas em direitos. Não se relacionava a leis, mas a estrutura e relacionamentos.¹¹⁶⁵ Ademais, não concernia apenas ao fato de ser cliente do Estado, consumidor e usuário de serviços públicos. Cameron sempre enfatizou que cidadania não era pagar impostos e ter acesso a serviços públicos, mas algo muito maior do que qualquer indivíduo.¹¹⁶⁶ O seu programa nacional de cidadania para jovens diz muito sobre sua visão de cidadania e focava três núcleos principais: responsabilidade social, ativo engajamento social e coesão social.¹¹⁶⁷

Cidadania, para Cameron, numa visão muito próxima à de Thatcher, referia-se às relações estabelecidas dentro da sociedade civil, ao engajamento cívico, à identidade e à responsabilidade. Era dentro da comunidade que se formava o cidadão. Como Thatcher, acreditava que, por meio das relações dentro da sociedade civil e de suas instituições, os cidadãos aprenderiam valores cidadãos, participariam de atividades cívicas, sentiriam-se importantes e, ao mesmo tempo, interligados e identificados. O trabalho na sociedade civil era o centro da vida do cidadão conservador. Por intermédio dele, as pessoas mudavam o mundo ao seu redor, compartilhavam e transmitiam valores e desenvolviam laços sociais. Assim, sendo o centro da vida cidadã a sociedade civil e todas as interações entre indivíduos e instituições nela contidas, a ideia de dever, como em Thatcher, também seria fundamental.

Deveres e obrigações são peças centrais em uma ideia de cidadania baseada na associação entre indivíduos em sua comunidade, como já mencionado anteriormente, e não na ideia de registro a um determinado país, mesmo que esse aspecto legal ainda exista e seja fortalecido nas gestões conservadoras. Em Cameron, a cidadania se baseava na

¹¹⁶⁵ JONES, Op. Cit., p. 1.

¹¹⁶⁶ CAMERON, David. Speech to Conservative Party Conference 2010. **Conservative Party Archive**. Bodleian Libraries, Oxford.

¹¹⁶⁷ BACON; FRANKEL; FAULKS. Op. Cit., p. 499.

ideia das relações de mútua dependência entre indivíduos de determinada sociedade, ou seja, eles têm responsabilidades imediatas nessas comunidades. Daí a importância de se promover a ideia central, no governo Cameron, de responsabilidade social, inclusive estendida às empresas.

Sendo essa uma cidadania localizada na sociedade civil e baseada na ideia de responsabilidade, a questão política perdeu parte de sua importância, assim como a concepção de direitos sociais, já que a ideia de bem-estar social deixava de ser responsabilidade quase que apenas do Estado e passava a ser compartilhada no seio da sociedade. Essa questão também era similar ao projeto de Thatcher e, inclusive, talvez seja possível traçar uma linha direta entre os dois governos. Entretanto, havia, nesse ponto, diferenças de grau. As instituições civis tornaram-se parte central do projeto de Cameron, tomadas de forma muito mais profunda do que em Thatcher. Existia também uma ideia de tolerância muito maior nessas comunidades, do que aquela sugerida por Thatcher. Talvez o que ajude a explicar esse ponto seja a questão da religião, que marca certa diferença entre eles, com relação à sociedade civil. Ao contrário de Thatcher, a comunidade, para Cameron, não derivava de ideias e crenças religiosas. Em Thatcher, ela era algo muito mais moralizante e cristão, mais excludente e fechado. Já em Cameron, parecia ser mais laica e inclusiva. Aqui, o exemplo da família e do suporte da união entre pessoas do mesmo sexo parece representar essa diferença.

O mercado também perdeu seu espaço. Se ainda era visto como instrumento importante na provisão de serviços públicos, perdeu seu *status* de instrumento civilizador e moralizador. Ao menos em seus discursos, Cameron dava pouca importância à ideia de escolha enquanto ferramenta moralizadora, e o mercado enquanto propulsor de virtudes cívicas. O mercado é central, mas mais do ponto de vista econômico do que social.

Por último e, mais importante, Cameron redefiniu a função do Estado, e isso marca a mais importante diferença entre sua ideia de cidadania e a de Thatcher. A ideia de Estado capacitador, ou *enable state*, foi uma visão popularizada no início do século XXI e marcou uma mudança nas atribuições do Estado vista até os dias de hoje, e que percorre ambos os lados do espectro político. Pode ser tratada como reflexo das críticas de um Estado mais intervencionista, do aumento da dívida pública, da busca dos indivíduos por maior autonomia e também como resultado da globalização e novas tecnologias etc. Não pretendemos neste espaço, explorar os significados ou as origens desse fenômeno. O objetivo é apenas mostrar que não se trata de algo criado por Cameron ou teorizado em

seu governo. Os trabalhistas também participaram dessa mudança no contexto britânico. No entanto, o governo de Cameron foi o que mais encampou essa visão, o que se configura como uma ruptura com o Thatcherismo.

Como vimos no capítulo sobre Thatcher, o Estado, para seu governo, era sempre o grande provocador de problemas sociais e não poderia nunca ser utilizado para a transmissão de valores. Cameron igualmente culparia o Estado pelos graves problemas sociais de sua época – pobreza, passividade, apatia, frustração, ressentimento, fragmentação social, impotência etc. –, tal como o fizera toda a tradição conservadora depois de Thatcher. No entanto, ao contrário dela, reconhecia algum papel de relevância do Estado até os anos 1960.

Ainda assim, mesmo culpando-o pelas mazelas sociais, Cameron, ao contrário de Thatcher, via no Estado um parceiro-chave necessário, e o único capaz de reverter essa situação que causada pelo próprio Estado. Diferentemente de Thatcher, Cameron acreditava que o problema não era o Estado em si, mas a forma como vinha sendo utilizado. Daí a necessidade de reinterpretar as suas funções e, com isso, sua relação com os indivíduos e parte da ideia de cidadania. É um pouco irônico pensar que o Estado – e não o mercado – tenha se tornado o parceiro-chave para o desenvolvimento de boa cidadania conservadora. Assim, o Estado passou a ser elemento central no conceito de cidadania de Cameron, não como garantidor dos direitos e propulsor de redistribuição de renda, mas como arquiteto da sociedade civil e do indivíduo cívico. Era na sociedade civil que o indivíduo se tornava cidadão, e não na arena política pública. Contudo, era por meio da ajuda do Estado, do uso de todos os seus recursos, que essa sociedade civil seria reformulada, e um novo cidadão renasceria.

4.5 Conclusão

Ao voltar ao poder, em 2010, o Partido Conservador encontrou um contexto geral bem diferente daquele dos anos 1980 e começo dos anos 1990, quando havia governado o país pela última vez. Se o problema econômico retornava ao centro do debate, como o fora no início da década de 1980, com Thatcher, e isso trazia algumas similaridades entre os discursos conservadores daquele período e o de Thatcher, por exemplo, a necessidade de cortes nos gastos públicos, a responsabilidade fiscal e crítica ao Estado intervencionista na economia, as crises econômicas tinham natureza diferentes. Somado a isso, o mundo

mais globalizado do século XXI oferecia um panorama geral bem diferente daquele dos anos 1980.

Mais importantes, eram as questões que iam além da esfera econômica. Desde o fim do século XX, o cenário político, cultural e social britânico transformava-se rapidamente. As mudanças tinham origem em diversos fatores, doméstico e internacional, de curto e longo prazos, ideacional e material. De forma geral, um mundo mais globalizado, cada vez mais conectado e, ao mesmo tempo, cada vez mais voltado ao consumo, trazia novos problemas e demandava soluções diferentes. Uma sociedade mais diversificada e preocupada com questões relacionadas a qualidade e estilos de vida, mais tolerante e focada nas liberdades individuais demandava, cada vez mais, maior participação no processo de tomada de decisões e, ao mesmo tempo – talvez em resposta à impossibilidade de participação por vias mais tradicionais –, inovava e exigia outras formas de participação. A incapacidade da política tradicional de se engajar com as novas demandas parece ter aumentado o clima de insatisfação e apatia em certos setores sociais. Nesse contexto, temas como qualidade dos serviços públicos e melhores condições de vida tornavam-se centrais no debate político.

Especificamente no Reino Unido, os anos de governo Thatcher e a sensação de que seu governo promovia valores individualistas e divisivos, pouco construtivos, somados à percepção do aumento da pobreza e da desigualdade, além da piora dos serviços públicos, levou os conservadores ao seu mais longo período na oposição e também a uma profunda reformulação ideológica. A ideia de um conservadorismo cívico e compassivo floresce no período, e a sociedade civil tornava-se resposta tanto ao modelo mais estatista da esquerda, quanto à visão estritamente pró-mercado da nova direita. É nesse contexto que surgem os modernizadores conservadores e se desenvolve a ideia de *Big Society*.

Apesar do discurso forte e oposicionista, muitos programas e ideias do governo Cameron com relação à sociedade civil foram continuações do governo trabalhista. Muitos objetivos da coalizão foram também traçados pela administração dos “novos” trabalhistas e continuados pela nova administração. A ideia de devolução de poder às autoridades locais, a reconfiguração de serviços locais e a promoção do engajamento comunitário e cidadania ativa eram tendências do governo trabalhista que ressoavam uma

poderosa tradição de economia social, cooperação e mutualismo¹¹⁶⁸ Mesmo algumas políticas específicas relacionadas à *Big Society* foram implementadas inicialmente nos governos trabalhistas. A questão da transferência de bens públicos para as comunidades locais, a ideia de um orçamento local, a ênfase no empreendedorismo social, o investimento social por meio de bancos, todas essas questões igualmente debatidas e implementadas pelos trabalhistas.¹¹⁶⁹ Por isso, a importância de entender *Big Society* como um conceito que dialogava com o presente e o passado conservador, mas também com os governos trabalhistas que o precederam.

O projeto foi pensado para ir muito além de questões econômicas e sociais mais tradicionais – sejam ligadas ao corte de gastos públicos, sejam relacionadas à melhor forma de diminuir a pobreza – e tentava endereçar problemas mais complexos e contemporâneos. Havia três questões majoritárias que o programa tentava solucionar: as pervasivas sensações de perda, raiva e impotência. Isso ajuda a explicar a ênfase na responsabilidade cívica, no voluntarismo e no senso de comunidade¹¹⁷⁰, bem como o esforço do governo de engajar instituições civis e cidadãos nessa empreitada. A ideia era a de que as interações dentro da sociedade civil não apenas pudessem melhorar a vida material do indivíduo, mas também trazer sentido à sua vida, por meio do fortalecimento dos laços sociais e do senso de pertencimento e empoderamento mediante a participação local.

Apesar de considerado pelo próprio Cameron como sua grande ideia de governo, o conceito falhou miseravelmente em tornar-se popular e se enraizar na opinião pública. Mesmo comprometendo-se com o programa e tendo investido considerável capital político nele, relançando-o por quatro vezes nos primeiros anos de seu governo, não conseguiu atrair apoio popular significativo.¹¹⁷¹ As pesquisas de opinião sugerem uma disseminada falta de reconhecimento e de entendimento sobre o tema. Quando mais bem explicado, a sua aprovação subia, o que sugere que faltou maior engajamento do governo com o público. Ainda assim, permanecia o ceticismo com relação ao sucesso de seu

¹¹⁶⁸ MACBE, Angus. Below the Radar in a Big Society? Reflections on community engagement, empowerment and social action in a changing policy context. **Third Sector Research Centre**, working paper 51, dec. 2008, p. 2.

¹¹⁶⁹ Ibidem, p. 5.

¹¹⁷⁰ GLASMAN, Maurice. Society not State. The challenge of the Big Society. **Public Policy Research**, pp. 59-63, 2010, p. 61.

¹¹⁷¹ DEFTY, Andrew. Can You Tell What It Is Yet? Public Attitudes Towards ‘the Big Society’. **Social Policy and Society**, pp. 13-24, 2013, pp. 15-16.

funcionamento e um forte apoio aos serviços dirigidos pelo Estado.¹¹⁷² A falta de um melhor entendimento sobre a ideia também parece ter contribuído para que uma porção significativa dos entrevistados assumisse que o discurso era apenas uma justificativa para os cortes nos gastos públicos.¹¹⁷³

O partido não foi hábil para desenvolver e apresentar o programa de forma mais inteligível. Ministros e membros do governo tratavam do tema de formas distintas. Enquanto alguns se referiam à *Big Society* como um programa, outros falavam sobre um “estado de mente”.¹¹⁷⁴ Em contrapartida, o governo teve enorme dificuldade de acomodar todas as diferentes definições dentro de uma narrativa clara e atrativa para o eleitorado. Por último, além da falta de clareza com relação à ideia e sua narrativa, os conservadores investiam no projeto ao mesmo tempo que efetuavam duros cortes no orçamento público.¹¹⁷⁵

Com o passar dos meses, a ideia foi desaparecendo da narrativa oficial do partido, mesmo com a insistência de Cameron. Nas eleições de 2015, Steven Hilton, uma das principais mentes por trás do programa e um dos líderes do projeto de modernização do partido, insistiu que os conservadores continuassem focando reformas radicais e relançassem a ideia de *Big Society*¹¹⁷⁶, mas a verdade é que o tema já havia morrido, sem chances de voltar. O problema é que o programa, como já analisado por meio das pesquisas, teve pouco ou nenhum apoio popular, e isso foi resultado, em grande parte, das próprias deficiências do partido em desenvolvê-lo.

Howard Gibson aponta cinco motivos para esse desdobramento: intencionalmente ou não, o discurso coincidiu com a retórica de crise fiscal e corte de gastos, o que prejudicou a ideia de transferência de poder e localismo; o discurso falhou em responsabilizar o mercado pela crise e apontar seus efeitos, sobretudo decorrentes da desregulamentação bancária e expansão das grandes corporações; além da questão de falta de investimento, a ideia de localismo esbarrava na questão de competição de mercado e privatizações, na qual iniciativas locais eram “colonizadas” por interesses privados alheios à comunidade; as comunidades modernas são muito mais complexas e pouco compreendidas do que aquelas à época de Burke, com caráter muito mais diverso

¹¹⁷² DEFTY, op. Cit., p. 16.

¹¹⁷³ Ibidem, p. 22.

¹¹⁷⁴ The report of the Commission on Big Society. **Powerful People, Responsible Society**. London: ACEVO, 2011.

¹¹⁷⁵ Powerful People, Responsible Society, Op. Cit.

¹¹⁷⁶ SELDON; SNOWDON. Cameron at 10, Op. Cit., p. 143.

e transitório; a questão de transferir riscos políticos e o fato de que o discurso coincidiu com uma grande tendência, dentro do Partido Conservador à época, de analisar as vantagens políticas de desviar os riscos políticos.¹¹⁷⁷

O programa não só tinha problemas no discurso, como também esbarrava em alguns desafios práticos profundos que necessitavam ser endereçados para que o projeto fosse efetivamente bem-sucedido. Segundo Helen Haugh, os conservadores tinham de encontrar meios para, em primeiro lugar, mobilizar cidadãos considerados passivos para uma vida cidadã ativa. O problema do programa era que ele, para funcionar, necessitava, antes de mais nada, do engajamento de grande parte da população britânica. Além disso, o projeto precisava reconhecer as desigualdades regionais e assegurar que não fossem refletidas quando da implementação do programa. Precisava ser, antes de tudo, inclusivo, para que comunidades vulneráveis não ficassem ainda mais marginalizadas. Outra questão seria; terceiro, equilibrar as responsabilidades entre todos os elementos envolvidos – Estado, comunidades e indivíduos – e criar meios para avaliar tais medidas. Por fim, carecia de maior investimento em empreendimento social, em um período de redução de gastos.¹¹⁷⁸

As críticas à ideia de *Big Society* vieram de diferentes grupos e apontavam diversos problemas. Apesar do elogio geral à ideia de descentralização e do fortalecimento das agências locais, questionavam-se inúmeros pontos. Alguns autores ressaltavam a falta de habilidade, conhecimento e estrutura dos poderes locais.¹¹⁷⁹ Outros sinalizavam a questão das desigualdades regionais, ou seja, algumas comunidades estariam em melhor posição do que outras para se administrarem. Diferenças macroeconômicas influenciariam diretamente na participação dos indivíduos e das instituições civis na resolução de problemas locais.¹¹⁸⁰ Indivíduos vivendo em áreas mais pobres teriam maior dificuldade de engajamento local e só tomariam parte dos projetos se a chance de sucesso fosse muito alta, o que significava envolvimento direto e financeiro¹¹⁸¹, e não redução dos gastos públicos. No entanto, como esses grupos

¹¹⁷⁷ GIBSON, Howard. Between the state and the individual: ‘Big Society’ communitarianism and English Conservative rhetoric. **Citizenship, Social and Economics Education**, Vol. 14, pp. 40–55, 2015, pp. 44–47.

¹¹⁷⁸ HAUGH, Helen. Community and Big Society. In: STOTT, Marina (Ed.). **The Big Society Challenge**. Norfolk: Keystone Development Trust Publications, 2011, p. 98.

¹¹⁷⁹ Ibidem.

¹¹⁸⁰ BARTELS, Koen; COZZI, Guido; MANTOVAN, Noemi. The “Big Society”, Public Expenditure, and Volunteering. **Public Administration Review**, Vol. 73, 2013, p. 341.

¹¹⁸¹ BACON; FRANKEL; FAULKS. Op. Cit., p. 10.

comunitários iriam financiar, organizar, administrar e manter os serviços públicos em paralelo a uma agenda de forte austeridade fiscal?¹¹⁸²

Outro ponto questionado era até que ponto o governo central estava disposto a transferir poderes aos grupos locais.¹¹⁸³ Por último, alguns pensadores destacaram o fato de que o projeto de Cameron se esquecia de envolver inúmeras e relevantes associações civis em seu planejamento. Organizações políticas, por exemplo, não eram tratadas como importantes instituições da sociedade civil. Pouco espaço também era concedido às autoridades governamentais locais.¹¹⁸⁴

Independentemente desses percalços, a versão de cidadania de Cameron guarda tanto similaridades quanto diferenças com relação ao conceito de Thatcher. Parece fazer parte de um mesmo período, de um mesmo paradigma, iniciado na década de 1980, que questionava o modelo de cidadania do regime britânico do pós-guerra. Nesse sentido, as críticas e o diagnóstico são muito similares. O Estado de bem-estar social e a cultura dos anos 1960 haviam prejudicado não apenas a economia, mas a formação de cidadãos responsáveis e ativos. Por um lado, isso era consequência direta da expansão das atividades do Estado na sociedade civil, que havia enfraquecido e transformado as instituições intermediárias e isolado os indivíduos, e, por outro, resultado da popularização de uma cultura hedonista e anti-autoridade dos anos 1960. Desse modo, a resposta a essa crise era o fortalecimento da sociedade civil e a promoção de uma cidadania ativa. E é neste ponto que se iniciam as diferenças entre estas administrações conservadoras. Em primeiro lugar, há uma ênfase muito maior, em Cameron, na importância da sociedade civil. Mais do que isso, o argumento sobre a necessidade de transferência do poder central para o local é central em Cameron, mas não em Thatcher. Em segundo lugar, existem também diferenças sobre a importância do mercado que, para Cameron, perde seu caráter moralizador, de instrumento cívico, e apenas mantém seu caráter econômico. Em terceiro lugar – e mais marcante – o Estado torna-se ator central no processo de recuperação da sociedade civil e do cidadão ativo.

A questão aqui é que, embora esses governos conservadores fizessem parte de um mesmo paradigma de ascensão dos mercados, globalização, crítica ao Estado e ênfase na autonomia e escolhas individuais, nos vinte anos que separavam estas administrações,

¹¹⁸² CORBETT, Steve; WALKER, Alan. The Big Society: Back to the future. **The Political Quarterly**, Vol. 83, pp. 487-493, 2012, p. 492.

¹¹⁸³ DOMINELLI, Lena. Citizenship and Voluntarism: A Meaningful Combination or the Basis for Exploitative Relationships? **Foundations of Science**, Vol. 21, pp. 385-397, 2014, p. 393.

¹¹⁸⁴ NORMAN. The Big Society Debate, Op. Cit., p. 5.

muita coisa havia acontecido. O clima de euforia pró-mercado dos anos 1990, com a queda da antiga URSS, havia passado. O fracasso dos países do leste europeu em se adaptarem à economia de mercado e a ingenuidade de agências ocidentais de que a simples introdução de mecanismos de mercado pudesse transformá-los em nações economicamente desenvolvidas jogou um balde de água fria nas ideias sobre a espontaneidade e eficiência absoluta dos mercados. Ficava claro que o mercado, sozinho, não poderia promover sucesso econômico, muito menos valores sociais.

No Reino Unido, a percepção geral de que anos de governo conservador tinham fragmentado as comunidades e impulsionado valores individualistas também abalou a confiança nos mercados enquanto promotor de valores socialmente saudáveis. Portanto, se é nítida uma continuidade entre as ideias desses governos, bem como uma crítica geral que se segue nessas administrações, e se a tendência geral e o objetivo final parecem ser muito próximos, as décadas e os acontecimentos que separaram tais governos forçaram os conservadores a repensar suas táticas e ideias, abandonar concepções e introduzir novos elementos em resposta às transformações.

Os conservadores, sobretudo da nova geração, tiveram de encontrar novas formas de solucionar os problemas em comum já diagnosticados e readaptar suas estratégias e valores frente ao fracasso e às críticas de um modelo Thatcherite que se tornava cada vez mais questionado, mesmo que, ao mesmo tempo, algumas de suas premissas se tornavam cada vez mais parte de um amplo consenso político britânico. Thatcher havia ganhado a batalha das ideias no campo econômico, mas as críticas no campo social se acumulavam, e os fracassos de seu modelo em endereçar tais críticas fez com que o partido lutasse para encontrar novas soluções, sem abandonar totalmente seu legado.

Conclusão

Desde a vitória conservadora nas eleições britânicas de 1979 pela então líder do Partido Conservador britânico, Margaret Thatcher, o modelo de cidadania no Reino Unido vem se modificando. Essas mudanças respondem às incontáveis transformações, tanto de caráter doméstico quanto internacional, desenroladas ao longo das últimas décadas.

Acima de tudo, os conservadores desafiavam o modelo de cidadania implementado no país no período pós-Segunda Guerra Mundial. Ademais, criticavam o modelo estabelecido com a implementação do regime conhecido como *welfare state*, ou Estado de bem-estar social, e sua ênfase nos direitos sociais e na ideia de universalismo. Isso não quer dizer que não havia, desde antes, tanto por parte da direita quanto por parte da esquerda, duras críticas a esse modelo. Entretanto, elas se tornariam muito mais recorrentes e populares em meio à crise econômica iniciada em meados da década de 1960 e à ascensão do pensamento da nova direita.

No fim da década de 1960, com a deterioração da situação econômica, a legitimidade do “consenso” político estabelecido no pós-guerra começa a ser questionada. A nova direita surge, nesse momento, como movimento que propunha alternativas viáveis à crise “social-democrata”. E o Partido Conservador de Thatcher, em boa medida usando-se das ideias e críticas da nova direita, apresentava-se como alternativa e foi bem-sucedido nessa empreitada. A ascensão do pensamento da nova direita dentro do partido foi uma resposta aos eventos do período.¹¹⁸⁵ É importante notar que às questões econômicas e políticas, juntaram-se questões culturais.

Vale ressaltar que o Thatcherismo não criaria o individualismo que veríamos tão difundido a partir dos anos 1980. Se o governo Thatcher foi importante para promovê-lo e dar-lhe forma, não foi sua administração que criou o fenômeno. Tanto o desejo de maior autonomia individual quanto a expansão de atitudes e comportamentos cada vez mais individualistas eram elementos importantes nos anos 1960 e Thatcher foi muito mais uma condutora desses sentimentos populares do que sua arquiteta.¹¹⁸⁶ Entretanto, isso não quer dizer que não seria possível, por meio de outros atores políticos, fomentar outra forma de individualismo. Nesse sentido, Thatcher direcionou tais sentimentos e ajudou a dar-lhes

¹¹⁸⁵ BARRY, Norman. New Right. In: GARNETT; HICKSON (Ed.). **The Political Thought of the Conservative Party since 1945**. Palgrave MacMillan: London, 2005, p. 34.

¹¹⁸⁶ ROBINSON, Emily; SCHOFIELD, Camilla; SUTCLIFFE-BRAITHWAITE, Florence; THOMLINSON, Natalie. **Telling Stories about Post-war Britain: Popular Individualism and the ‘Crisis’ of the 1970s**. Twentieth Century British History, Vol. 28, 2017, p. 294.

forma. Todavia, o ponto central aqui é entender que os temas liberdade individual, autonomia e escolhas, tão relacionados à sua administração, já faziam parte de certa demanda popular, que Thatcher soube canalizar muito bem, desde os anos 1960.

Assim, é fácil perceber que o modelo de Estado de bem-estar social e seus pressupostos vinham sendo questionados de diversas formas e por diferentes atores, o que abriu espaço para a ascensão da nova direita e da propagação de suas ideias por meio de *think-tanks*, da academia, da mídia e, por fim, de partidos e atores políticos. Este foi o impulso inicial para a vitória dos conservadores em 1979 e sua crítica ao “consenso” político do pós-guerra. Em resposta a esse contexto, o governo de Margaret Thatcher, amparado sobretudo pelas ideias da nova direita, tentaria reinterpretar a ideia de cidadania britânica e as relações entre indivíduo, Estado e comunidade.

Thatcher tentava encontrar um novo modelo de cidadania que seria fundado, não na arena política pública, mas na sociedade civil, nas comunidades e nas associações locais. Sua visão de cidadania, que dialogava com o conservadorismo tradicional, sobretudo do filósofo escocês Edmund Burke, assentava-se na ideia de dependência mútua entre membros da mesma comunidade, e não em um contrato abstrato entre indivíduo e Estado. Como resultado, antes de ter direitos garantidos pelo Estado, esse indivíduo tinha deveres relativos à sua comunidade. Na interação com sua comunidade, por intermédio das associações civis, ele aprendia os valores relacionados à boa cidadania, criava identidade, fortalecia laços sociais e, ao participar de sua comunidade local e dar-lhe forma, sentia-se empoderado. Desse modo, Thatcher se posicionava em posição diametralmente oposta ao modelo de cidadania do pós-guerra e sua ênfase na ideia de universalismo e na concepção de direitos resultantes da condição natural humana.

Os direitos não seriam nem concedidos *à priori*, nem universais, já que derivavam dos deveres para com determinada comunidade. Tinham caráter contingente e histórico, não universal e/ou natural. Em contrapartida, a cidadania concentrava-se na sociedade civil e em suas instituições, sobretudo as tradicionais conservadoras, como família e Igreja. Tal qual os neotocquevilleanos¹¹⁸⁷, Thatcher moralizava o conceito de cidadania. Os valores de uma boa cidadania eram tradicionais, compartilhados sobretudo pela família e a Igreja, que os passavam de geração em geração. Portanto, o conceito de cidadania de Thatcher não pode ser entendido apenas como derivado das ideias e das

¹¹⁸⁷ EDWARDS, Michael. **Civil Society**. Oxford: Polity Press, 2004, p. 14. Não é de surpreender que a grande maioria dos neo-tocquevilleanos sejam conservadores.

críticas dos intelectuais da nova direita. Ele também dialogava com outras tradições políticas e religiosas, muitas delas oriundas dos ensinamentos e vivências de sua infância em uma família protestante não conformista e em uma pequena cidade do interior da Inglaterra.

É importante observar que a ênfase na comunidade é algo também incipiente nos ambientes acadêmicos a partir da década de 1970, sobretudo entre filósofos políticos anglo-americanos, e que se estenderia a outras ciências humanas na década de 1990. Os trabalhos de Amitai Etzioni e dos pensadores comunitários, bem como o de Robert Putnam seriam extremamente influentes a partir da década de 1990.¹¹⁸⁸ É fácil estabelecer certa conexão entre esses autores e os governos trabalhistas e conservadores a partir de 1990; Tony Blair e David Cameron usam conceitos e narrativas por eles formuladas. Nesse ponto, é interessante notar que, embora Thatcher não tenha sido influenciada por esses autores – e não seria possível, já que é anterior a eles – ela demonstra grande proximidade em diversos temas, tanto com relação ao diagnóstico do que estava errado nas sociedades modernas, quanto no que concerne à proposta de soluções para tais problemas. Isso revela que, mesmo sem intenção, Thatcher faria parte de uma mudança de paradigma que colocava a sociedade civil no centro das relações humanas e conheceria seu ápice anos depois de a ex-primeira-ministra deixar o cargo.

A ideia de que humanos são animais sociais que buscam se realizar através de ações dentro de suas comunidades e que elas ajudam a criar comunidades mais fortes, mais estáveis e mais coesas – em outras palavras, a ideia básica de que comunidades fortes têm valor inerente à sociedade humana¹¹⁸⁹ –, discurso que se tornaria quase lugar-comum na política britânica de meados do século XX e início do século XXI, teve início em Thatcher. No entanto, isso não significa que automaticamente derive dela. O comunitarismo é, em grande medida, reação e crítica à ideia de mercado e de indivíduo da era Thatcher. Contudo, algumas críticas básicas ao *welfare state* e ao modo como fragmentava os indivíduos, além da ideia de que a resposta a esses problemas viria das comunidades, e não do Estado, tiveram início nos anos Thatcher.

Essa disputa de visões de cidadania, entre um modelo mais centrado no Estado e outro que também agregava a sociedade civil, não era algo específico do período. Pelo contrário, o debate ocorreu por todo o século XX e revela como a coexistência entre estes

¹¹⁸⁸ SAGE, Daniel. A challenge to liberalism? The communitarianism of the Big Society and Blue Labour. *Critical Social Policy*, Vol. 32, pp. 365-382, 2012, p. 366

¹¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 67.

polos, Estado e sociedade civil, é uma tensão importante e saudável.¹¹⁹⁰ Se Thatcher tentava deslocar o Estado para uma posição marginal e mesmo negativa, em detrimento à sociedade civil, os “novos” trabalhistas enfatizariam o papel do Estado, porém mantendo a centralidade das comunidades.

Todavia, é igualmente verdade que a reintrodução do Estado já se inicia no governo conservador de John Major, o que torna tudo ainda mais confuso. Ele claramente se preocupava mais com os serviços e os funcionários públicos do que Thatcher. Aliás, essa provavelmente foi uma das principais diferenças com sua antecessora. Apesar disso, as reformas que propôs aprofundavam ainda mais o modelo defendido por Thatcher. É importante entender que a promoção da “escolha” e da competição por meio das privatizações iniciadas nos anos 1980 tinha como principal função melhorar a eficiência dos serviços.¹¹⁹¹ Major, portanto, levou adiante o processo de privatização dos bens públicos. Diante disso, como argumentar que foi o primeiro a restabelecer um papel positivo ao Estado? Em qualquer análise histórica, é primordial contextualizar nosso objeto de pesquisa: a década de 1990 representa, mais do que qualquer outra, o triunfo das ideias neoliberais. Se muitas de suas ideias e resultados viriam a ser duramente criticados posteriormente, essa é a década de seu triunfo, com alguns sucessos econômicos e com a queda da antiga URSS.

Isso não significa que não havia críticas à época; elas eram muitas, desde a ascensão dessas ideias, antes mesmo de serem implementadas. Contudo, na década de 1990, sobretudo na Inglaterra, foi quando se estabeleceu certo consenso político em torno da ideia de grande superioridade e eficiência do mercado frente ao Estado. E Major era parte deste contexto. Naquele momento, privatizar significava a certeza de melhor eficiência econômica e provisão de serviços, o que influenciaria toda a concepção de cidadania. Se mercado é mais eficiente que o Estado, e as relações nessa esfera, mais “justas” e melhores, os serviços públicos também deveriam ser, na medida do possível, privatizados. Assim, o cidadão se aproxima do consumidor, já que as relações com os serviços públicos teriam de se aproximar daquelas entre consumidor/cliente e empresas privadas. Essa é a grande marca de cidadania nos anos Major, e que, em parte, deriva das ideias de mercado, eficiência e escolhas, defendidas por Thatcher.

¹¹⁹⁰ FREEDEN. *Civil Society in British History*, Op. Cit., p. 291.

¹¹⁹¹ HASTINGS; MATTHEWS. Op. Cit., p. 545.

Entretanto, se a ideia de mercado enquanto mecanismo mais eficiente para produzir e distribuir recursos tornava-se quase inquestionável, Major reconhecia um papel importante e positivo para o Estado na criação de uma sociedade mais justa. E melhores serviços públicos estavam no centro dessa visão. Por meio de melhores serviços públicos, e não de intervenção direta, o governo poderia oferecer melhores oportunidades a todos e, assim, haveria uma sociedade mais próspera e com menos pobreza. Oportunidades iguais, baseadas em melhores serviços públicos, eram centrais na visão de Major. Aliás, foi com ele que o Estado voltou a ter um papel positivo, embora bem restrito, e o mercado deixou de ter um papel moral positivo, tornando-se simplesmente um instrumento econômico mais eficiente.

Também no governo Major, a cidadania ganha um caráter ainda mais legalista e menos moralizador e religioso. Ela gira, sobretudo, em torno da relação entre indivíduo e Estado e os serviços por ele oferecidos. Tal como em Thatcher, os direitos políticos são relegados a um segundo plano. Em parte, isso parece ser uma reação a um certo desencantamento com as democracias, com um número cada vez menor de eleitores indo às urnas e uma declinante confiança nos políticos. Cidadania política passa a ser vista, cada vez mais, como algo de pouco valor e muito trabalho, e os cidadãos voltavam-se, mais e mais, às agências regulatórias, teoricamente “imparciais” e não politizadas.¹¹⁹² Essa percepção geral de cansaço com os regimes democráticos propiciou, em parte, a volta da defesa da comunidade e da sociedade civil, vista por alguns como espaços capazes de fomentar participação, confiança e senso cívico.

Muitas das mudanças implementadas pelos governos conservadores seriam continuadas e até mesmo aprofundadas pelos trabalhistas. Para eles, era o desemprego – e não a má distribuição de renda – que criava desigualdades. A ideia de reformar o Estado continuava, já que Blair defendia que na “era da informação” o papel do Estado deveria mudar. Ele precisava se modernizar e trabalhar para promover habilidades individuais, ligadas ao conhecimento e à criatividade, e incentivar o trabalho.¹¹⁹³ Daí a sua nova função, não de redistribuir renda, mas de assegurar altos índices de emprego mediante a promoção de habilidades individuais, que resultaria em empregos e salários mais altos.

Com relação à cidadania, o papel do Estado não era mais o de distribuir renda por meio dos direitos sociais, embora a defesa desse mecanismo para os grupos e indivíduos

¹¹⁹² BELLAMY. *Citizenship. A very short introduction*, Op. Cit., p. 97.

¹¹⁹³ FIELDING, Op. Cit., pp. 183-184.

em situação de vulnerabilidade tenha continuado. Antes, era prover os indivíduos de habilidades suficientes para que pudessem competir, com maior igualdade, no mercado de trabalho. Mais do que em Major, os serviços públicos tinham papel fundamental na criação dessas oportunidades, pois também tinham a função de construir indivíduos mais habilitados para competir. A melhoria nos serviços passava pelo aumento de investimentos neles, e os trabalhistas não se furtaram em aumentar consideravelmente os gastos nos serviços públicos. Entretanto, ao contrário do que fazia o partido no passado, Blair usava o mercado e o modelo Thatcherite econômico para promover ganhos na economia e obter recursos para financiar os gastos públicos. Era o livre mercado que deveria aumentar o bolo, e o Estado poderia reparti-lo, não por meio de transferência de renda, mas da melhoria dos serviços públicos e do investimento em capital humano.

Os trabalhistas recolocavam a ideia de justiça social na agenda, mas se utilizavam do mercado para gerar receitas e do Estado para melhor utilizá-las para esse fim. Desse modo, a questão do consumidor e do cliente de serviços públicos continua em Blair, assim como a ênfase na comunidade, até mesmo enquanto narrativa contrária ao individualismo dos anos Thatcher. Desse modo, se os *Labours* recolocaram o Estado como principal motor do combate à desigualdade social, esse motor se apoiava no mercado e na sociedade civil. O mercado gerava receitas, e a sociedade civil, valores. Mas não era só isso; buscava-se um novo meio, mais plural, de prover serviços públicos à população. Cada vez mais, mercado e sociedade civil participavam, senão no financiamento desses serviços, em sua implementação e distribuição. Logo, apesar de claras continuidades tanto com relação às ideias quanto no que concerne às políticas do governo Thatcher, houve uma tentativa genuína de atacar a pobreza e a desigualdade social. Apesar dessas mudanças, durante o período trabalhista, a opinião pública tornou-se mais hostil às políticas de seguridade social e à ideia de que a pobreza teria causas mais sistêmicas do que individuais.¹¹⁹⁴

Nesses desdobramentos, o conceito de cidadania definitivamente mudava. Não que algumas dessas mudanças já não despontassem antes de Thatcher. A questão da autonomia do indivíduo e a centralidade das escolhas, a ideia de se reformar o setor público e deixá-lo mais eficiente e barato, o problema dos altos gastos públicos, a persistência da pobreza, todas essas eram questões que começavam a ser analisadas antes

¹¹⁹⁴ DAVIDSON, Ruth. Thatcher's Legacy and Social Security. In: MULLEN, Antony; FARRALL, Stephen; JEFFERY, David (Ed.). **Thatcherism in the 21st Century**. The Social and Cultural Legacy. London: Palgrave MacMillan, 2020, p. 220.

de Thatcher, ou seja, as políticas nessa direção começaram a ser implementadas antes da ascensão da ex-primeira-ministra ao poder. No entanto, seria com ela que as mudanças realmente tomariam forma, seriam pensadas e implementadas consistente e continuamente, baseadas em certo arcabouço de ideias. Com Thatcher, Major e Blair, o sistema de seguridade social e o setor público foram reformados em direção a uma gestão mais moldada nas dinâmicas de mercado; com eles, o tema comunidade retornaria à cena, e a ideia de responsabilidade ganharia papel central no modelo de cidadania.

Neste momento, torna-se mais fácil perceber as continuidades entre esses governos, no que se refere ao tema cidadania. Sociedade civil, responsabilidade cívica, cidadania ativa e cidadão consumidor foram ideias que todos eles, cada um a seu modo, promoveram e incluíram em suas concepções de cidadania, ajudando a construir um novo modelo que, cada vez mais, se distanciava daquele pensando e criado no período do pós-guerra. Entretanto, isso não significa que ele rompe de forma dramática com o modelo do pós-guerra. Em política, dificilmente algo é substituído de forma total e integral. Há muito dos anos do pós-guerra, e toda a estrutura de seguridade social – incluídos seus gastos – continuou pouco transformada. Contudo, todas as mudanças gozam de certa linearidade temporal e, a nosso ver, não são tendências que mudarão tão cedo – neste exato momento, ao fim de 2021, dizemos isso com alguma ressalva, pois a pandemia de covid-19 talvez possa alterar concepções e a velocidade de algumas transformações, sobretudo no que se refere à relação indivíduo e Estado, bem como ao fortalecimento do papel deste último na sociedade.

Em certo sentido, o governo Cameron parece sintetizar essas transformações, aprofundando algumas ideias e abandonando outras, que pareciam pertencer ao passado. No decorrer dessas décadas, a ideia de comunidade e sociedade civil se tornaria, cada vez mais, tema central nos meios políticos e intelectuais. De acordo com diferentes intelectuais e grupos políticos, a sociedade civil tinha inúmeras funções sociais, além de papel central na construção de uma sociedade mais saudável; era vista como antídoto para fragmentação, atomismo, consumismo e egoísmo. Para outros, era o lugar *par excellence* para o desenvolvimento de importantes habilidades e hábitos, e também para o desenvolvimento de capital social e humano. Neste sentido, poderia ser tratada como uma verdadeira escola de cidadania.

Ademais, há questões ligadas à provisão de serviços públicos e à administração pública. Para alguns autores – e principalmente para os conservadores –, uma sociedade

civil mais ativa era uma forma de devolver poder às pessoas, em uma época de crescente insatisfação com o sistema político. Também oferecia uma forma mais barata e eficiente de prover serviços públicos, mais flexível e responsiva às demandas locais. Embora existam inúmeras críticas com relação a todas essas afirmações¹¹⁹⁵, o objetivo aqui é enfatizar como a sociedade civil se tornou, ao menos por um período, tema central no debate político e passou a ser vista como solução para quase todos os problemas sociais de seu tempo.

É nesse contexto que Cameron ascende ao poder. Parece-nos que, mais do que qualquer outro primeiro-ministro, ele confiava no poder da sociedade civil e das comunidades em atacar as mazelas e os problemas de sua época. Se, em Thatcher, o mercado parece resolver quase tudo, em Cameron, esse papel é da sociedade civil. Por essa razão, seu principal projeto foi a criação do que chamou de *Big Society* – e aqui afirmamos que se trata realmente de uma criação.

Diferentemente de Thatcher, Cameron não acreditava que o reflorescimento da sociedade civil aconteceria naturalmente, uma vez reduzidas as funções do Estado. Apesar de concordar com Thatcher e com o argumento de que o Estado foi o ator que mais contribuiu para o desaparecimento das comunidades, ele acreditava que era justamente o Estado o principal ator capaz de fomentar o renascimento dessas comunidades. Deixando de lado questão de a sociedade civil ter realmente desaparecido ou apenas se transformado, o fato era que os conservadores acreditavam que ela já não desempenhava o mesmo papel de antes, ou seja, seu papel natural. O uso do Estado como instrumento positivo de melhoria mostra como, nos anos que precederam Cameron, ele passou a recuperar certo prestígio, embora isso significasse um novo modelo de Estado, e não o retorno ao modelo pós-Segunda Guerra Mundial.

Ao contrário do início dos anos 1990, a confiança dos mercados em gerir problemas sociais foi desaparecendo, e mais espaço ao Estado – e sobretudo à comunidade – foi sendo concedido. A sociedade civil passava a representar o que o Estado representava nos anos pós-guerra, e o mercado, nos anos Thatcher. Por isso, se algumas questões são mais lineares – como a ascensão da sociedade civil, a ideia de consumo e de escolhas individuais, o valor da responsabilidade cívica e a promoção de cidadania ativa –, outras sofrem modificações ao longo dessas décadas. O Estado passa de agente

¹¹⁹⁵ Sobre diferentes visões, ver ROSENBLUM, Nancy; LESCH, Charles. *Civil Society and Government*. In: EDWARDS, Michael (Ed.). **The Oxford Handbook of Civil Society**. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 290-295.

desmoralizador a parceiro instrumental, ao passo que o mercado perde seu caráter de instrumento de resolução de quase todos os problemas, mantendo apenas seu papel instrumental de meio econômico mais eficiente de produção e distribuição de recursos.

Em uma visão mais inspirada em Foucault, alguns analistas ressaltam o fato de as comunidades terem passado a desempenhar papel central na promoção de comportamento responsável e se tornado agentes ativos de responsabilização dos cidadãos.¹¹⁹⁶ Assim, não apenas o indivíduo, como cidadão ativo, a transforma, mas também é transformado por ela. Somado a isso, a comunidade fornece aos indivíduos meios para desenvolver sua própria autonomia; oferece-lhes a oportunidade de desenvolver capital humano e criar capital social. O indivíduo vai se tornando agente de seu próprio desenvolvimento, baseado em capital social e humano. Esses desdobramentos, com relação à comunidade e aos indivíduos, parecem ocorrer de forma mais linear e contínua, desde os anos Thatcher, do que os relacionados ao Estado e ao mercado. E aqui não afirmamos que não haja continuidades claras. A expansão da mercantilização de várias esferas da vida é claramente um processo contínuo. Contudo, o papel do Estado e do mercado na promoção de cidadania vai se transformando, como resposta aos próprios resultados políticos de seu tempo, e novos elementos vão sendo adicionados, enquanto outros vão sendo reduzidos ou eliminados. Portanto, todas as características centrais da cidadania vão sendo modificadas e vão se modificando ao longo do fim do século XX e início do século XXI.

Desse modo, o conceito de cidadania nos governos conservadores de Margaret Thatcher, John Major e David Cameron apresenta linhas gerais de continuidade bem definidas. A base da crítica, por exemplo, é fundamentalmente a mesma e pouco mudou em seus governos. Para esses conservadores, o regime de Estado de bem-estar social e a contracultura dos anos 1960 minaram as bases de cidadania. Somados, criaram cidadãos dependentes e passivos, fragmentaram comunidades e atomizaram indivíduos, difundido um forte senso de frustração, insatisfação, apatia e desconfiança. Além disso, geraram uma profunda crise moral. A crítica é a mesma em Thatcher ou em Cameron, com a diferença de que este último focaliza os governos dos “novos” trabalhistas. Tanto o diagnóstico quanto os motivos para se chegar a tais resultados são basicamente os mesmos nesses governos. A maior diferença é o reconhecimento em Major, e principalmente em Cameron, de que algo também deu errado nos governos Thatcher e que sua administração relegou demasiadamente a esfera social ao segundo plano e confiou, de

¹¹⁹⁶ PATHAK, Op. Cit., p. 70.

forma ingênua, que as dinâmicas de mercado poderiam criar os valores necessários para o florescimento de uma cidadania e sociedade civil saudáveis.

Se o diagnóstico era parecido, as soluções para tais problemas também foram similares. Era necessário promover certos valores que haviam desaparecido com o modelo político do pós-guerra; era necessário promover sociedade civil, cidadania ativa e local, responsabilidade pessoal, deveres sobre direitos e valores cívicos. Todas essas administrações conservadoras, principalmente as de Thatcher e Cameron, confluem nessa direção. Em contrapartida, consolidava-se a ideia de que a introdução de mecanismos de mercado no setor público poderia tanto melhorar a eficiência da provisão de serviços públicos quanto deixá-los mais baratos. Partindo de tal premissa, as relações entre usuários e Estado deveria ser próxima às de consumidores e empresas privadas. Nesse contexto, sobretudo nos governos Major, porém iniciando-se em Thatcher e continuando em Cameron, o cidadão aproximava-se dos atores econômicos do mercado, como consumidor e cliente.

A maior diferença entre esses governos foi, mais do que o diagnóstico ou os resultados almejados, a forma como se alcançariam os resultados. Se havia objetivos em comum, o modo como isso deveria ser alcançado era o ponto de maior ruptura entre os modelos de cidadania. No decorrer dos anos, o Estado volta a figurar como peça central no desenvolvimento de cidadania no governo Cameron, mesmo que com papel bem diferente daquele exercido nos anos pós-guerra. Ele passa a ser fundamental para habilitar os indivíduos a serem melhores cidadãos e no auxílio à construção de comunidades mais prósperas. Em contrapartida, o mercado perde o caráter moralizador adquirido em Thatcher, e a tarefa de produzir valores se torna quase exclusiva das instituições da sociedade civil e, em menor escala, do Estado, que deveria ao menos dar pequenos “empurrões” aos indivíduos na direção correta.

Assim, ao tentarem derrubar um modelo baseado em direitos sociais e centralizado no Estado, os conservadores, desde Thatcher, transferiram cidadania para o coração da sociedade civil e, com isso, passaram a focalizar mais na questão da identidade, do senso de pertencimento e da participação local. Por conseguinte, deveres e responsabilidades voltaram ao centro do conceito de cidadania, já que derivavam da prerrogativa básica da mútua dependência dos membros de determinada comunidade. Além dos direitos sociais, os direitos políticos também perderam valor, pois o centro de cidadania passa da arena política pública para a dimensão mais privada da sociedade civil. Em uma cidadania mais

moralizante e moralizada, focada na ideia de deveres cívicos, direitos políticos soam, inclusive, como elemento subversivo e perigoso na construção de uma comunidade mais unida. Não é coincidência que movimentos sociais – atores essenciais na dinâmica da sociedade civil –, são esquecidos nesse modelo, e temas como multiculturalismo, combatidos. A ideia é evitar pautas que possam gerar conflito, daí a perda de importância do debate político nas comunidades. Apesar disso, a comunidade em Cameron aponta para uma direção muito mais tolerante e aberta do que em Thatcher.

Por fim, a grande mudança desempenhada por esses governos, no que se refere ao tema cidadania e que também segue, em certa medida, uma tendência mais global, é a transferência da arena cidadã para a sociedade civil, bem como a transformação do cidadão do pós-guerra em agente ativo e individualizado, desenvolvido pelas associações civis e cada vez mais reconhecido por seu capital social e humano.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS

Churchill Archives, Churchill College, University of Cambridge, Cambridge, Reino Unido.

Conservative Party Archive, Bodleian, University of Oxford, Oxford, Reino Unido.

The British Library, Londres, Reino Unido.

The National Archives, Londres, Reino Unido.

Margaret Thatcher Foundation: <https://www.margaretthatcher.org/>

John Major Archive: <https://johnmajorarchive.org.uk/>

FONTES PRIMÁRIAS

ALISON, Michael; EDWARD, David (Ed.) **Christianity & Conservatism**. Are Christianity and conservatism compatible? London: Hodder & Stoughton, 1990.

BOLES, Nicholas; GOVE, Michael; VAIZEY, Edward (Ed.). **A Blue Tomorrow**: New Visions from Modern Conservatives. London: Politico's Publishing, 2001.

BAKER, Kenneth. **The Turbulent Years**. My life in politics. London: Faber and Faber, 1993.

CAMERON, David. **For the Record**. London: William Collins, 2019. On record

CLARKE, Ken. **Kind of Blue**. A political memoir. London: Macmillan, 2016.

GRIFFITHS, Brian. **Morality and the Market Place**: Christian Alternatives to Capitalism and Socialism. London: Hodder & Stoughton, 1982.

HOGG, Sarah; HILL, Jonathan. **Too Close to Call**. Power and Politics. John Major in no. 10. London: Warner Book, 1995, p. 83.

- House of Commons Public Administration Select Committee. **The Big Society**. Seventeenth Report of Session 2010–12. London, 2011.
- HOWE, George. **Conflict of Loyalty**. London: Macmillan, 1994.
- HURD, Douglas. **Memoirs**. London: Abacus, 2003.
- LAWSON, Nigel. **The View from No. 11**. London: Bantam Press, 1992.
- MAJOR, John. **John Major**. The Autobiography. London: Harper Collins, 2010.
- MOUNT, Ferdinand. **Cold Cream**. My early life and other mistakes. London: Bloomsbury, 2009.
- PATTEN, Chris. **First Confession**. A sort of memoir. London: Penguin Books, 2017.
- SHERMAN, Alfred. **Paradoxes of Power**. Reflexions on the Thatcher interlude. Edited by Mark Garnett. Exeter: Andrews UK Limited, 2016.
- SHEPARD, Gillian. **The Real Iron Lady**. Working with Margaret Thatcher. London: Biteback Publishing, 2013.
- SLOCOCK, Caroline. **People like Us**. Margaret Thatcher and Me. London: Biteback Publishing, 2018 (Versão Digital).
- STREETER, Gary (Ed.). **There is no such a thing as society**. London: Politicos's Publishing, 2002.
- TATE, John (Ed.). **What's Right Now?** Conservative essays on the role of civil society, markets and the state. London: The Social Market Foundation, 2005.
- TEBBIT, Norman. **Upwardly Mobile**. London: Futura Publications, 1989.
- THATCHER, Margaret. **The Downing Street Years**. London: Harper Press, 1993.
- THATCHER, Margaret. **The Path to Power**. London: Harper Press, 1995.
- THATCHER, Margaret. The Values of American Studies. **Culture and Society**, pp. 48-53, 1997.

THATCHER, Margaret. **Statecraft. Strategies for a changing world.** London: HarperCollins, 2003.

The Citizen's Charter. Raising the Standard. London: HMSO, 1991, p. 1.

The report of the Commission on Big Society. **Powerful People, Responsible Society.** London: ACEVO, 2011.

WYATT, Woodrow. **The Journals of Woodrow Wyatt.** London: Macmillan, 1998.

WILLETS, David. **Modern Conservatism.** London: Penguin, 1992.

WILLETS, David. Conservative Renewal. **The Political Quarterly**, Vol. 69, pp. 110-117, 2002.

YOUNG, Lord. **The Enterprise Years.** London: Headline, 1990.

ENTREVISTAS (todas realizadas por e-mail)

Christopher Collins, 4 de abril 2020

Charles Moore, 11 de agosto 2020

JORNAIS E REVISTAS

Daily Telegraph

New statesman

The Independent

The Spectator

BBC

WEBSITES

Conservative Party election manifestos: www.conservativemanifesto.com

Douglas Hurd speech: *Tamworth Manifesto*. London Review of Books.

<http://www.lrb.co.uk/v10/n06/douglas-hurd/douglas-hurds-tamworth-manifesto>

Margaret Thatcher online archive: www.margaretthatcher.org

Public opinion: www.ipsos.com/ipsos-mori/en-uk/political-monitor-archive

<http://www.bsa.natcen.ac.uk/>

The Thatcher years in statistics. BBC (2013). <http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-22070491>

FONTES SECUNDÁRIAS

ALCOCK, Pete. **Social Policy in Britain**. London: Macmillan Press, 1996.

ALCOCK, Pete. Why citizenship and welfare rights offer hope for new welfare Britain.

Critical Social Policy, Vol. 9, no. 26, pp. 32-43, 1989.

ANDREWS, Geoff. Introduction. In: ANDREWS, Geoff (Ed.). **Citizenship** (London: Lawrence&Wishart, 1991).

ASHCROFT, Michael. **Minority Verdict**. The Conservartive Party, the voters and the 2010 election. London: Biteback, 2010.

ASHCROFT, Michael; OAKESHOTT, Isabel. **Call me Davi**. The unauthorised biography of David Cameron. London: Biteback Publishing, 2015.

ATKINS, Judi; FINLYSON, Alan; MARTIN, James; TURNBULL, Nick (Ed.).

Rhetoric in British Politics and Society. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2014.

BACKHOUSE, Roger; NISHIZAWA, Tamotsu. **No wealth but Life**. Welfare Economics and the Welfare State in Britain, 1880–1945. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BACON, Kate; FRANKEL, Sam; FAULKS, Keith. Building the 'Big Society': Exploring representations of young people and citizenship in the National Citizen Service. **The International Journal of Children's Rights**, Vol. 21, pp. 488-509, 2013.

BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russell (Ed.). **Political Innovation and Conceptual Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BAKER, David; FOUNTAIN, Imogen; GAMBLE, Andrew; LUDLAM, Steve. The Conservative Parliamentary Elite 1964-1994: the End of Social Convergence? **Sociology**, Vol. 29, pp. 703-713, 1995.

BALE, Tim. **The Conservative Party: From Thatcher to Cameron**. Cambridge: Polity Press, 2013.

BALL, Stuart; SELDOM, Anthony (Ed.). **Recovering Power. The Conservatives in Opposition since 1867**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

BARRON, Anne; SCOTT, Collin. The Citizen's Charter Programme. **The Modern Law Review**, Vol. 55, no. 4, pp. 526-546, 1992).

BARNES, John. Ideology and Factions. In: BALL, Stuart; SELDON, Anthony (Ed.). **Conservative Century: The Conservative Party since 1900**. Oxford: Oxford University Press, 1994

BARRY, Norman. Markets, Citizenship and the Welfare State: Some Critical reflections. In: GREEN, David (Ed.). **Citizenship and Rights in Thatcher's Britain: Two Views**. London: The IEA and Welfare Unit, 1990.

BARTELS, Koen; COZZI, Guido; MANTOVAN, Noemi. The “Big Society”, Public Expenditure, and Volunteering. **Public Administration Review**, Vol. 73, pp. 340-351, 2013.

BECKETT, Andy. **Promised you a Miracle**. Why 1980-82 Made Modern Britain. London: Penguin Books, 2016.

BEE, Cristiano; PACHI, Dimitra. **Active Citizenship in the UK: Assessing Institutional Political Strategies and Mechanisms of Civic Engagement**. Journal of Civil Society, Vol. 10, London, 2014, p. 100-117.

BÉLAND, Daniel; COX, Robert (Ed.). **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BÉLAND, Daniel. Ideas and Institutions in Social Policy Research. **Social Policy & Administration**, Vol. 50, p. 734-750, 2016.

BELLAMY, Richard; GREENAWAY, John. The New Right Conception of Citizenship and the Citizen's Charter. **Government and Opposition**, Vol. 30, no. 4, pp. 469-491, 1995.

BELLAMY, Richard. **Citizenship**. A very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2008

BELLAMY, Richard; KENNEDY-MACFOY, Madeleine (Ed.). **Citizenship: Critical Concepts in Political Science**. Routledge: New York, 2014.

BELLAMY, Richard; MASON, Andrew (Ed.). **Political Concepts**. New York: Manchester University Press, 2003.

BELLAMY, Richard; CASTIGLIONE, Dario; SANTORO, Emilio (Ed.). **Lineages of European Citizenship. Rights, Belonging and Participation in Eleven Nation-States**. London: Palgrave Macmillan, 2004.

BELLAMY, Richard; GREENAWAY, John. The New Right Conception of Citizenship and the Citizen's Charter. **Government and Opposition**, Vol. 30, no. 4, pp. 469-491, 2014.

BEECH, Matt.; LEE, Simon (Ed.). **Ten Years of New Labour**. London: Palgrave MacMillan, 2008.

BERMAN, Sheri. Ideational Theorizing in the Social Sciences since “Policy Paradigms, Social Learning, and the State.” **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, Vol. 26, p. 217-237, 2013.

BEVIR, Mark. Mind and Method in the History of Ideas. **History and Theory**, Vol. 36, pp. 167-189, 1997.

BEVIR, Mark. **The Logic of History of Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BEVIR, Mark. **New Labour. A Critique**. New York: Routledge, 2005

BEVIR, Mark; TRENTMANN, Frank. **Government, Consumers and Citizenship**. Agency and resistance in contemporary British politics. London: Palgrave Macmillan, 2017.

BLOND, Phillip. **RED TORY**. How the Left and Right Have Broken Britain and How We Can Fix It. London: Faber and Faber, 2010.

BOCHEL, Catherine. **The UK Social Policy Process**. London: Palgrave, 2017.

BOCHEL, Hugh. **The Conservative Party and Social Policy**. Bristol: Policy Press, 2011.

BOCHEL, Hugh. Cameron's Conservatism: influences, interpretations and implications. Disponível em: <www.social-policy.org.uk/lincoln/Bochel_H.pdf>

Acessado em: 21 nov. 2018.

BOCHEL, Hugh; DEFY, Andrew. **Welfare Policy Under New Labour**. Bristol: Policy Press, 2007, p. 28.

BOUWSMA, William. From History of Ideas to History of Meaning. **The Journal of Interdisciplinary History**. Vol. 12, no. 2, pp. 279-291, 1981.

BUCLER, Steve; DOLOWITZ, David. **Ideology Matters: Party Competition, Ideological Positioning and the Case of the Conservative Party under David Cameron**. **British Journal of Politics and International Relations**, Vol. 14, pp. 576-594, 2012. 576–594

BUSSEMAKER, Jet (Ed.). **Citizenship and Welfare State Reform in Europe**. London: Routledge, 1999.

BUTLER, David; KAVANAGH, Dennis. **The British General Election of 1992**. London: MacMillan Press, 1992, pp. 17-18.

BYRNE, Chris; RANDALL, Nick; THEAKSTON, Kevin. Evaluating British prime ministerial performance: David Cameron's premiership in political time. **The British Journal of Politics and International Relations**, Vol. 19 (2017), 202–220.

BOYD, Richard. 'The Unsteady and Precarious Contribution of Individuals': Edmund Burke's Defence of Civil Society. **The Review of Politics**, Vol. 61, no. 3, pp. 465-492, 1999.

BOYLE, Nicholas. Understanding Thatcherism. **New Blackfriars**, Vol. 69, no. 818, pp. 307-324, 1988.

BROMWICH, David. Burke and the Argument from Human Nature. In: CROWE, Ian (Ed.). **An Imaginative Whig**. Missouri: University of Missouri Press, 2005.

BRUSH, Lisa. Understanding the Welfare Wars: Privatization in Britain Under Thatcher. **Berkeley Journal of Sociology**, Vol. 32, pp. 261-279, 1987.

CAMPBELL, Beatrix. **The Iron Ladies**. Why do Woman Vote Tory? London: Virago, 1987.

CAMPBELL, John. **The Iron Lady**. Margaret Thatcher, From Grocer's Daughter to Prime Minister. Penguin Books: London, 2009.

CANAVAN, Francis. **The Political Economy of Edmund Burke**. The role of property in his thought. New York: Fordham University Press, 1995.

CARSTENSEN, Martin. **Ideas are not as Stable as Political Scientist Want Them to Be**: A Theory of Incremental Ideational Change. *Political Studies*, Vol. 59, no. 3, pp. 596-615, 2011.

CLASEN, Jochen. Towards a new welfare state or reverting to type? some major trends in British social policy since the early 1980s. **The European Legacy**, Vol. 8, no. 5, pp. 573-586, 2003.

CLARKE, Charles; JAMES, Toby; BALE, Tim; DIAMOND, Patrick (Ed.). **BRITISH CONSERVATIVE LEADERS**. London: Biteback Publishing, 2015.

CLAYTON, Dorothy; THOMPSON, Robert. Reagan, Thatcher, and Social Welfare: Typical and No typical Behaviour for Presidents and Prime Ministers. **Presidential Studies Quarterly**, Vol. 18, pp. 565-581, 1988.

CHANDLER, J. A., (Ed.). **The Citizen's Charter**. Hants: Dartmouth, 1996.

CHULDS, Sarah; WEBB, Paul. Wets and Dries Resurgent? Intra-Party Alignments Among Contemporary Conservative Party Members. **Parliamentary Affairs**, Vol. 64, no. 3, pp. 383-402, 2011.

CLARKE, Peter. **Hope and Glory**. Britain 1900-200. London: Penguin Books, 1997.

CLAYTON, Dorothy; THOMPSON, Robert. Reagan, Thatcher, and Social Welfare: Typical and No typical Behaviour for Presidents and Prime Ministers. **Presidential Studies Quarterly**, Vol. 18, no. 3, pp. 565-581, 1988.

CONOLLY, Michael; McKEOWN, Penny; MILLIGAN-BYRNE, Grainne. Making the Public Sector More User Friendly? A Critical Examination of the Citizen's Charter.

Parliamentary Affairs, Vol. 47, no. 1, pp. 23-36, 1994.

CONOVER, Pamela; CREWE, Ivor M.; SEARING, Donald D. The Nature of Citizenship in the United States and Great Britain: Empirical Comments on Theoretical Themes. **The Journal of Politics**, Vol. 53, No. 3, pp. 800-832, 1991.

COOPER, Davina. The Citizen's Charter and Radical Democracy: Empowerment and exclusion within Citizenship Discourse. **Social & Legal Studies**, Vol. 2, no. 1, pp. 149-171, 1993.

CORBETT, Steve; WALKER, Alan. The Big Society: Back to the future. **The Political Quarterly**, Vol. 83, pp. 487-493, 2012.

COXALL, Bill; ROBINS, Lynton. **British Politics Since the War**. London: Macmillan Press, 1998.

COXALL, Bill; ROBINS, Lynton; LEACH Robert. **Contemporary British Politics**. New York: Palgrave MacMillan, 2003, p. 213.

CREWE, Ivor; SEARING, Donald. **Ideological Change in the British Conservative Party**. *The American Political Science Review*, Vol. 82, no. 2, pp. 361-384, 1988.

CRICK, Bernard. **Essays on Citizenship**. London: Continuum, 2000.

CRINERS, Andrew; DOREY, Peter; HEPPELL, Timothy. **The Political Rhetoric and Oratory of Margaret Thatcher**. London: Palgrave MacMillan, 2016, p. 68.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. O Conservadorismo como via para a Modernidade. **Anos 90**, Vol. 4, no. 6, 1996, p. 7-20.

DAVIES, Jonathan. Active citizenship: navigating the Conservative heartlands of the New Labour project. **Policy & Politics**, Vol.40, pp. 3-19, 2012.

DAVY, Benjamin; DAVY, Ulrike; LEISERING, Lutz. The global, the social and rights. New perspectives on social citizenship. **International Journal of Social Welfare**. Vol. 22, pp. S1-S14, 2013.

DEAN, Hartley (Ed.) **The Ethics of Welfare**. Humans right, dependency and responsibility. Bristol: Policy Press, 2004.

DEFTY, Andrew. Can You Tell What It Is Yet? Public Attitudes Towards 'the Big Society'. **Social Policy and Society**, pp. 13-24, 2013.

DEMAINE, Jack. **Beyond Communitarianism Citizenship, Politics and Education**. London: Macmillan Press, 1996.

DESMOYERS-DAVIS, Trevor. **Citizenship in Modern Britain**. London: Cavendish Publishing, 2001.

DOERN, Bruce. The UK Citizen's Charter: Origins and Implementation in Three Agencies. **Policy and Politics**, Vol. 21, no. 1, pp. 17-29, 1993.

DOMINELLI, Lena. Citizenship and Voluntarism: A Meaningful Combination or the Basis for Exploitative Relationships? **Foundations of Science**, Vol. 21, pp. 385-397, 2014.

DOMMETT, Katharine. The theory and practice of party modernisation: The conservative party under David Cameron, 2005–2015. **British Politics**, Vol. 10, pp. 249–266, 2015.

DOREY, Peter. A New Direction or Another False Dawn? David Cameron and the Crisis of British Conservatism. **British Politics**, Vol. 2, pp. 137-166, 2007.

DOREY, Peter, GARNETT, Mark; DENHAM, Andrew (Ed.). **From Crisis to Coalition. The Conservative Party, 1997–2010**. London: Palgrave Macmillan, 2011.

DOREY, Peter. **British Conservatism: The Politics and Philosophy of Inequality** (New York: Palgrave Macmillan, 2011)

- DOREY, Peter; GARNETT, Mark. **The British Coalition Government, 2010–2015**. A Marriage of Inconvenience. London: Palgrave Macmillan, 2016.
- DU VALL, Marta. Compassionate conservatism. A new version of the conservative welfare state? **Krakowskie Studia Miedzynarodowe**. Num. 2, pp. 43-55, 2010.
- DURHAN, Martim. The Thatcher Government and ‘The Moral Right’. **Parliamentary Affair**, vol. 42, no. 1, pp. 58-71, 1989.
- DRIVER, Stephen. Poverty, social justice and the Labour government, 1997-2007. **The Journal of Poverty and Social Justice**. Vol. 16, pp. 157-167, 2017.
- DRYZEK, John; GOODIN, Robert. Risk-Sharing and Social Justice: The Motivational Foundations of the Post-War Welfare State. **British Journal of Political Science**, vol. 16, pp. 1-34, 1986.
- DYLAN, Jones. **Cameron on Cameron: Conversations with Dylan Jones**. London: Fourth Estate, 2010.
- EATWELL, Roger; O’SULLIVAN, Noël (Ed.). **The Nature of the Right**. American and European Politics and Political Thought since 1789. London: Pinter Publishers, 1989.
- ECCLESHALL, Robert. **British Liberalism**. Liberal thought from 1640s to 1980s. London: Longman, 1986.
- ECCLESHALL, Robert. **English Conservatism since the Restoration**. Unwin Hyman Ltd: London, 1990.
- ECCLESHALL, Robert. The Doing of Conservatism. **Journal of Political Ideologies**. Vol. 5, no. 3, pp. 275–287, 2000.
- EDWARDS, Jason (Ed.). **Retrieving the Big Society**. London: Wiley-Blackwell, 2012.
- EDWARDS, Michael. **Civil Society**. Oxford: Polity Press, 2004.
- EDWARDS, Michael. (Ed.). **The Oxford Handbook of Civil Society**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

- EVANS, Eric. **Thatcher and Thatcherism**. London: Routledge, 1997.
- EVANS, Eric. 'Mother's Boy': David Cameron and Margaret Thatcher. **The British Journal of Politics and International Relations**, vol. 12, pp. 325-343, 2010.
- EVANS, Eric. Consigning its Past to History? David Cameron and the Conservative Party. **Parliamentary Affairs**, vol. 61, pp. 291-314, 2008.
- FAIR, John, D.; HUTCHESON, John A. British Conservatism in the Twentieth Century: An Emerging Ideological Tradition. **Quarterly Journal Concerned with British Studies**, Vol. 19, no. 4, pp. 549-578, 1987.
- FAULKS, Keith. **Citizenship in Modern Britain**. Edinburg: Edinburg University Press, 1998.
- FREEDEN, Michael. **Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- FIELDING, Steven. **THE LABOUR PARTY: CONTINUITY AND CHANGE IN THE MAKING OF NEW LABOUR**. London: Bloomsbury Publishing, 2017.
- FISHER, Tracy. Race, Neoliberalism, and "Welfare Reform" in Britain. **Social Justice**, Vol. 33, pp. 54-65, 2006.
- FILBY, Eliza. **God & Mrs Thatcher**. The battle for Britain's soul. London: Biteback, 2015.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- Fulcher, J., 'British Capitalism in the 1980s: Old Times or New Times?' *The British Journal of Sociology*, Vol. 46, No. 2 (1995), 325-338
- FULLINWIDER, Robert. Citizenship and Welfare. In: GUTMANN, Amy (ed.). **Democracy and the Welfare State**. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- FYFE, Nicholas. Making Space for the Citizen? The (in) Significance of the UK Citizen's charter. **Urban Geography**, Vol. 14, no. 3, pp. 224-227, 1993.

GAMBLE, Andrew. Privatisation, Thatcherism, and the British State. **Journal of Law and Society**, Vol. 16, no. 1, pp. 1-20, 1988.

GAMBLE, Andrew. **The Free Economy and the Strong State**. London: Palgrave, 1994.

GAMBLE, Andrew. The Crisis of Conservatism. **New Left Review**, Vol. 214, p. 3-25, 1995.

GAMBLE, Andrew. Shifting Sands. **Soundings**, Vol. 2006, pp: 94-102, 2006.

GAMBLE, Andrew. Project Cameron. **Public Policy Research**, vol. 18, p. 173-178, 2011.

GARNETT, Mark; HICKSON, Kevin. **Conservative thinkers**. The key contributors to the political thought of the modern Conservative Party. Manchester University Press: Manchester, 2009.

GARNETT, Mark. Edmund Burke (1729-97). In: GARNETT, Mark (Ed.). **Conservative Moments: Reading Conservative Texts**. London: Bloomsbury Academic, pp. 35-42, 2018.

GARNETT, Mark. **From Anger to Apathy**. The story of politics, society and popular culture in Britain since 1975. London: Vintage Books, 2008.

GARNETT, Mark. The Conservative Party, David Cameron and Lady Thatcher's Legacy. **Contemporary British History**. vol. 27, pp. 514-524, 2013.

GARNETT, Mark; LYNCH, Phillip (Ed.). **The Conservatives in Crisis: The Tories after 1997**. Manchester: Manchester University Press, 2003.

GIBSON, Howard. Between the state and the individual: 'Big Society' communitarianism and English Conservative rhetoric. **Citizenship, Social and Economics Education**, Vol. 14, pp. 40–55, 2015. GLASMAN, Maurice. Society not State. The challenge of the Big Society. **Public Policy Research**, pp. 59-63, 2010.

- GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert (Ed.). **Ideas and Foreign Policy: beliefs, institutions, and political change.** New York: Cornell University Press, 1993.
- GOODIN, Robert; TILLY, Charles (Ed.). **The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis.** Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GRANT, Helen. Contemporary Conservatism and the Politics of Diversity. **The Political Quarterly**, Vol. 89, No. 3, pp. 424-426, 2018.
- GRAY, John. **Beyond the New Right.** Markets, government and the common environment. London: Routledge, 1993.
- GRAY, John; WILLETTS, David. *Is Conservatism Dead?* London: Profile Books, 1997.
- GREEN, E.H.H. **Ideologies of Conservatism.** Conservative Political Ideas in the Twentieth Century. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- GREEN, Jane. Strategic Recovery? The Conservatives Under David Cameron. **Parliamentary Affairs**, vol. 63, pp. 667-688, 2010.
- GREER, Scott, L. **Devolution and Social Citizenship in the UK.** Bristol: Policy Press, 2009.
- GRIFFITHS, Simon; HICKSON, Kevin (Ed.). **British party politics and ideology after New Labour.** New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- GRIMLEY, Matthew. Thatcherism, Morality and Religion. In: JACKSON, Ben; SAUNDERS, Robert (Ed.). **Making Thatcher's Britain.** Cambridge University Press: Cambridge, 2012.
- GUNNELL, John. Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology. **The American Political Science Review**, vol. 76, pp. 317-327, 1982.
- GYFORD, John. **Citizens, Consumers and Councils.** London: Macmillan, 1991.
- HALL, Stuart & JACQUES, Martim (Ed.). **The politics of Thatcherism.** London: Lawrence and Wishart in association with Marxism Today, 1983.

- HALL, Stuart. The Great Moving Right Show. **Marxism Today**, pp. 14-20, Jan 1979.
- HALL, Stuart. **The Hard Road to Renewal**. London: Verson, 1990.
- HALL, Stuart; D. HELD. Left and Rights. **Marxism Today**, pp. 16-23, Jun 1989.
- HALL, Stuart. **Policing the Crisis**. Mugging, the state and law and order. London: Macmillan press, 1982.
- HALL, John; TRENTMANN, Frank (Ed.). **Civil Society: A Reader in History, Theory and Global Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- HAMPSHER-MONK, Ian; TILMANS, Karin; VREE, Frank van, (Ed.). **History of Concepts: Comparative Perspectives**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1998.
- HARRIS, John. Caring for Citizenship. *The British Journal of Social Work*, Vol. 32, no. 3, pp. 267-281, 2002.
- HARRIS, John. State Social Work and Social Citizenship in Britain: From Clientelism to Consumerism. **The British Journal of Social Work**, Vol. 29, pp. 915-937, 1999.
- HARRIS, Jose (Ed.). **Civil Society in British History**. Ideas, Identities, Institutions. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- HASTINGS, Annette; MATTHEWS, Peter. Bourdieu and the Big Society: empowering the powerful in public service provision? **Policy & Politics**, Vol. 43, pp. 545-60, 2015.
- HART, Bradley; CARR, Richard (Ed.). **The Foundations of the British Conservative Party**. London: Bloomsbury, 2013.
- HARVEY, David. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- HAY, Colin. (Ed.). **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- HAY, Colin; FARRALL, Steven. Interrogating and conceptualizing the legacy of Thatcherism. In: HAY, Colin; FARRALL, Steven. **The Legacy of Thatcherism**.

Assessing and Exploring Thatcherite Social and Economic Policies. Oxford: Oxford University Press, 2014.

HAY, Colin. Whatever Happened to Thatcherism? **Political Studies Review**, vol. 5, pp. 183-201, 2007.

HAYEK, Friedrich. **Law, Legislation and Liberty**. Volume 1: Rules and Order. London: Routledge, 1998.

HAYEK, Friedrich. **Law, Legislation and Liberty**. Volume 2: The Mirage of Social Justice. London: Routledge, 1998.

HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HAYTON, Richard. Conservative Party Modernisation and David Cameron's Politics of the Family. **The Political Quarterly**, vol. 81, pp. 492-500, 2010.

HAYTON, Richard. **Reconstructing conservatism?** The conservative party in opposition, 1997-2010. Manchester: Manchester University Press, 2012,

HAYTON, Richard; McENHILL, Libby. Cameron's Conservative Party, social liberalism and social justice. **British Politics**, vol., 10, pp. 131-147, 2015.

HEATER, Derek. **Citizenship**: a remarkable case of sudden interest. *Parliamentary Affairs*, Vol. 44, no. 2, pp. 140-156, 1991.

HEATER, Derek. **What is Citizenship?** Cambridge: Polity Press, 2005.

HEATER, Derek. OLIVER, Dawn. **The Foundations of Citizenship**. London: Harvester Wheatsheaf, 1994.

HELD, David. Between state and Civil Society: Citizenship. In: ANDREWS, Geoff (Ed.). **Citizenship** (London: Lawrence&Wishart, 1991.

HELD, David. **Models of Democracy**. Cambridge: Polity Press, 1998.

HEFFERNAN, Richard. UK party leaders are 'preeminent', but can also be 'predominant': Cameron and the Conservatives, 2005–2010. **British Politics**, vol. 9, pp. 51-67, 2014.

HEFFERNAN, Richard; BENNISTER, Mark. 'Cameron as Prime Minister: The Intra-Executive Politics of Britain's Coalition Government. **Parliamentary Affairs**, vol. 65, pp. 778-801, 2012.

HEPPELL, Timothy. **Choosing the Tory Leader Conservative Party Leadership Elections from Heath to Cameron**. London: I.B.Tauris, 2008.

HEPPELL, Timothy (Ed.). **Cameron and the Conservatives: The Transition to Coalition Government**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

HEPPELL, Timothy. Cameron and Liberal Conservatism: Attitudes within the Parliamentary.

Conservative Party and Conservative Ministers. **British Journal of Politics and International Relations**, vol. 40, pp. 340-361, 2012.

HEPPELL, Timothy. The conservative party leadership of David Cameron: Heresthetics and the realignment of British Politics. **British Politics**, Vol. 8, pp. 260–284, 2013.

HERON, Emma; DWYER, Peter. Doing The Right Thing: Labour's Attempt to Forge a New Welfare Deal Between the Individual and the State. **Social Policy & Administration**, Vol. 33, 1999, pp. 91-104.

HICKSON, Kevin. **The Political Thought of the Conservative Party since 1945**. Palgrave MacMillan: London, 2005.

HICKSON, Kevin. Thatcherism, Poverty and Social Justice. **The Policy Press**, Vol. 18, pp. 135-145, 2010.

HILL, Dylis. **Citizens and cities:** urban policy in the 1990s. London: Harvester Wheatsheaf, 1994.

HILL, Michael; HEPPELL, Timothy. Transcending Thatcherism? Ideology and the Conservative Party Leadership Mandate of David Cameron. **The Political Quarterly**, vol. 80, p. 388-399, 2009.

HILTON, Matthew. **Consumerism in Twentieth-Century Britain:** The Search for a Historical Movement. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HILTON, Matthew; MCKAY, James (Ed.). **The Ages of voluntarism.** How we got to the Big Society. Oxford: Oxford Press, 2011.

HOLDEN, Andrew. **Makers and Manners.** Politics and morality in post-war Britain. London: Politico's, 2004.

HOOVER, Kenneth. **The Rise of Conservative Capitalism:** Ideological Tensions within the Reagan and Thatcher Governments. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 29, Cambridge, 1987, p. 245-268.

HOOVER, Kenneth. The Rise of Conservative Capitalism: Ideological Tensions within the Reagan and Thatcher Governments. **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 29, pp. 245-268, 1987.

HOOVER, Kenneth; PLANT, Raymond. **Conservative Capitalism in Britain and United States.** A critical appraisal. London: Routledge, 1989.

HUDSON, Bob. Big society: a concept in pursuit of a definition. **Journal of Integrated Care**, Vol. 19, pp.17-24, 2017.

HUNT, Louis; MACNAMARA, Peter. **Liberalism, Conservatism, and Hayek's Idea of Spontaneous Order.** Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

HURD, Douglas. **Robert Peel:** a biography. London: Phoenix, 2007.

HURST, Tom. **The Speechmaking of Margaret Thatcher 1979-1990**. 2019, 339f. Tese (Doutorado em História) – King’s College, London, 2019.

HUTTON, Will. Thatcher’s Half-Revolution. **The Political Quarterly**, Vol. 11, no. 4, pp. 123-134, 1987.

IGNATIEFF, Michael. Citizenship and Moral Narcissism. **The Political Quarterly**, Vol. 60, pp. 63-75, 1989.

INGHAM, Geoffrey. **Capitalism**: with a New Postscript on the Financial Crisis and its Aftermath. London: Polity, 2009.

ISHKANIAN, Arimine; SZRETER, Simon (Ed.). **The Big Society: A New Agenda for Social Policy?** Glos: Edward Elgar Publishing, 2012.

ISIN, Engin; TURNER, Bryan. Citizenship Studies: An Introduction. In: ISIN, Engin; TURNER, Bryan (Ed.). **Handbook of Citizenship Studies**. London: Sage Publications, 2002.

JACKSON, Ben; SUTCLIFFE-BRAITHWAITE, Florence; DAVIES, Aled (Ed). **The Neoliberal Age?** Politics, Economy, Society, and Culture in Britain since c. 1980. London: UCL Press, 2020.

JONES, Dylan. **Cameron on Cameron**. London: Harper Collins, 2010.

JONES, Emily. **Edmund Burke & the Invention of Modern Conservatism, 1830-1914**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

JUDT, Tony. **Ill Fares the Land**. New York: Penguin Press, 2010.

KAVANAGH, Dennis. **Thatcherism and British politics: the end of consensus?** Oxford: Oxford University Press, 1990.

KAVANAGH, Dennis. **The Major Effect**. London: Macmillan, 1994.

KEANE, John (Ed.). **Civil Society and The State**. London: Verso, 1988.

KEEBLE, Paul. The concept and operation of the Citizen's Charter. **Management Services**, vol. 40, pp. 10-14, 1996.

KEER, Peter. Cameron Chameleon and the Current State of Britain's 'Consensus'. **Parliamentary Affairs**, Vol. 60, no. 1, pp. 46-65, 2007.

KING, Peter. **The New Politics: Liberal Conservatism or same old Tories?** Bristol: Policy Press, 2011.

KISBY, Ben. The Big Society: Power to the People? **The Political Quarterly**, Vol. 81, pp. 484-491, 2010.

KEARNS, Ade. **Active citizenship and local governance: political and geographical dimensions.** *Political Geography*, Vol. 14, London, 1995, p. 155-175.

KIM, Nam-Kook. Revisiting New Right citizenship discourse in Thatcher's Britain. **Ethnicities**, Vol. 10, no. 2, pp. 208-235, 210.

KING, Anthony. **British Political Opinion 1937-2000.** The Gallup Polls. London: Politico's, 2001.

KING, Desmond. **The New Right. Politics, Markets and Citizenship.** London: MacMillan, 1987.

KING, Desmond. New Right Ideology, Welfare State Form, and Citizenship: A Comment on Conservative Capitalism. **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 30, no. 4, pp. 792-799, 1988.

KING, Desmond; WALDRON, Jeremy. **Citizenship, Social Citizenship and the Defence of Welfare Provision.** *British Journal of Political Science*, Vol. 18, 1988, pp. 415-433.

KOSELLECK, Reinhart. Introduction and Prefaces to the *Geschichtliche Grundbegriffe. Contributions to the History of Concepts*, Vol. 6, no. 1, pp. 1-37, 2011.

- Kuukkanen, J-M. Making Sense of Conceptual Change. **History and Theory**, vol.47, pp. 351-372, 2008.
- KUYPERS, Jim; HITCHNER, Megan; WILSON, Alexander. Compassionate Conservatism: the rhetorical reconstruction of conservative rhetoric. **American Communication Journal**, Vol. 6, pp. 1-31, 2003.
- LANOUE, David; HEADRICK, Barbara. Prime Ministers, Parties, and the Public: the Dynamics of Government Popularity in Great Britain. **Public Opinion Quarterly**, Vol. 58, pp. 191-209, 1994.
- LaCAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven (Ed.). **Modern European Intellectual History: Reappraisal and New Perspectives**. London: Cornell University Press, 1982.
- LANOUE, David; HEADRICK, Barbara. Prime Ministers, Parties, and the Public: the Dynamics of Government Popularity in Great Britain. **Public Opinion Quarterly**, vol. 58, pp. 191-209, 1994.
- LEA, John. **What is to be done about law and Order?: crisis in the nineties**. London: Pluto Press, 1993.
- LEE, Simon. The Cameron-Clegg Government: **Coalition Politics in an Age of Austerity**. London: Palgrave Macmillan, 2011.
- LEE, Simon; BEECH, Matt (Ed.). The Conservatives under David Cameron: Built to Last? London: Palgrave Macmillan, 2009.
- LETWIN, Oliver. **Hearts and Minds**. The battle for the conservative party from Thatcher to the present. London: Biteback Publishing, 2017.
- LETWIN, Shirley. **The Anatomy of Thatcherism**. London: Fontana, 1992.
- LEVIN, Yuval. **The Great Debate**. Edmund Burke, Thomas Paine and the birth of right and left. New York: Basic Books, 2014.
- LEVITAS, Ruth. **The Ideology of the New Right**. Cambridge: Polity Press, 1986.

LEWIS, Norman. The Citizen's Charter and Next Steps: A New Way of Governing?

The Political Quarterly, vol. 64, pp. 316-326, 1993.

LIEBERMAN, R. Ideas, Institutions, and Political Order: Explaining Political Change.

The American Political Science Review, Vol. 96, p. 697-712, 2002.

LISTER, Michael; PIA, Emily. **Citizenship in Contemporary Europe**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

LISTER, Ruth. **Citizenship: Feminist Perspective**. London: Palgrave MacMillan, 2003.

LISTER, Ruth. **The Exclusive Society**. Citizenship and the Poor. London: Calvert's Press, 1990.

LISTER, Ruth. (Ed.). **Charles Murray and the Underclass: The Developing Debate**. London: The IEA Health and Welfare Unit, 1996.

LISTER, Ruth. Vocabularies of Citizenship and Gender: the UK. **Critical Social Policy**, Vol. 18, no. 56, pp. 309-331, 1998.

LONEY, Martin; BOCOCK, Robert; CLARKE, John; COCHRANE, Allan; WILSON, Michael (Ed.). **The State or the Market**. Politics and welfare in contemporary Britain. London: Sage Publications, 1992.

Lovell, R., 'Citizen's Charter: The Cultural Challenge', *Public Administration*, Vol. 70 (1992), 395-404

LOWE, Rodney. **The Welfare State in Britain since 1945**. The MacMillan Press: London, 1993.

Lund, B., 'Major, Blair and the Third Way in Social Policy', *Social Policy & Administration*, Vol. 42(2008), 43-58.

MACBE, Angus. Below the Radar in a Big Society? Reflections on community engagement, empowerment and social action in a changing policy contexto. **Third Sector Research Centre**, working paper 51, dec. 2008.

MACIAG, Drew. **Edmund burke in America: The contested career of the father of modern conservatism.** New York: Cornell University Press, 2013.

MacKIAN, Sara. That great dust-heap called history: recovering the multiple spaces of citizenship. **Political Geography**, vol. 14, pp. 209-216, 1995.

MANDELBAUM, Maurice. The History of Ideas, Intellectual History, and the History of Philosophy. **History and Theory**, Vol. 5, no., pp. 33-66, 1965.

MANSFIELD, Harvey Jr. Edmund Burke. In: STRAUSS, Leo; CROPSEY, Joseph. **History of Political Philosophy.** Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

MARINETTO, Michael. Who Wants to be an Active Citizen? The Politics and Practice of Community Involvement. **Sociology**, Vol. 37, no. 1, pp. 103-120, 2003.

MARSH, David. Explaining ‘Thatcherite’ Policies: Beyond Uni-dimensional Explanation. **Political Studies**, Vol. 43, no. 4, pp. 595-613, 1999.

MARSHALL, T. H., **Citizenship and Social Class.** Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MARSTON, Sallie. The private goes public: citizenship and the new spaces of civil society. **Political Geography**, vol. 14, no. 2, pp. 194-198, 1995.

MARQUAND, David. **The Progressive Dilemma.** London: Heinemann, 1991.

MASCHETTE, Lenon. **Reasons and Intentions in Thatcher’s ‘active citizenship’ discourse in the late 1980s.** 2016, 52f. Dissertação (Mestrado em História das Ideias) – Birkbeck College, University of London, London.

MASCHETTE, Lenon. Thatcherismo e Cidadania: Razões para o surgimento do conceito de active citizenship, no final dos anos 1980. **Revista de História da USP**, no. 174, pp. 1-34, 2020.

MATTHEWS, Kent; MINFORD, Patrick. Mrs Thatcher's Economic Policies 1979-1987. **Economic Policy**, vol. 2, pp. 57-101, 1987.

MEAD, Lawrence. **Beyond Entitlement.** The social obligations of citizenship. New York. The Free Press, 1986.

McMAHON, Darrin; MOYN, Samuel (Ed.). **Rethinking Modern European Intellectual History.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

MISHRA, Ramesh. **The Welfare State in Capitalist Society.** New York. Routledge, 1990.

MOORE, Charles. **Margaret Thatcher.** The Authorized biography. Not For Turning. Vol. I. London: Penguin Books, 2013.

MOORE, Charles. **Margaret Thatcher. The Authorized biography.** Herself Alone. Vol. III. London: Penguin Books, 2019.

MORLEY, Don. The Citizen's Charter and a 21st-century vision. **Public Money & Management**, vol. 12, pp. 6-7, 1992.

MUNCE, Peter. Profoundly Un-Conservative? David Cameron and the UK Bill of Rights Debate. **The Political Quarterly**, vol. 83, pp. 60-68, 2012.

MURIE, Alan. The housing legacy of Thatcherism. In: HAY, Colin; FARRALL, Steven. **The Legacy of Thatcherism.** Assessing and Exploring Thatcherite Social and Economic Policies. Oxford: Oxford University Press, 2014.

MOUFFE, Chantal. Preface: Democratic Politics Today. In: MOUFFE, Chantal (Ed.). **Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community.** London: Verso, 1992.

MULLEN, Antony; FARRALL, Stephen; JEFFERY, David (Ed.). **Thatcherism in the 21st Century.** The Social and Cultural Legacy. London: Palgrave MacMillan, 2020.

MURRAY, Charles. The Emerging British Underclass. In: LISTER, Ruth (Org.). **Charles Murray and the Underclass: The Developing Debate.** London: The IEA Health and Welfare Unit, 1996.

NEIL, Edmund. Conceptions of Citizenship in Twentieth Century Britain. *Twentieth Century British History*, Vol. 17, 2006, pp. 424–438.

NORMAN, Jesse; GANESH, Jana. **Compassionate Conservatism**. What it is. Why we need it. London: Policy Exchange, 2006.

NORMAN, Jesse. **Compassionate Economics**. London: The University of Buckingham Press, 2008.

NORMAN, Jesse. **The Big Society debate**. The anatomy of the new politics. Buckingham: The University of Buckingham Press, 2010.

NOZICK, Robert. **Anarchy, State, and Utopia**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

O’GORMAN, Frank. **British Conservatism**. London: Longman, 1986.

O’GORMAN, Frank. **Edmund Burke**. Political Thinkers, Vol II. London: Routledge, 2004.

OLDFIELD, Adrien. Citizenship: an Unnatural Practice? **The Political Quarterly**, Vol. 61, no. 2, pp. 177-187, 1990.

OLIVER, David. **Active Citizenship in the 1990s**. Parliamentary Affairs, Vol. 44, Oxford, pp. 157-171, 1991.

O’HARA, Kieron. **After Blair**. Conservatism beyond Thatcher. Cambridge: Icon Books, 2005.

O’MALLEY, Pat. ‘Social Justice’ After the ‘Death of the Social’. **Social Justice**, vol. 26, pp. 92-100, 1999.

ORTON, Michael. New Labour, citizenship and responsibility: family, community and the obscuring of social relations. In: DEAN, Hartley (Ed.) **The Ethics of Welfare**. Human right, dependency and responsibility. Bristol: Policy Press, 2004, p. 173-192.

O’SULLIVAN, Noel. **Conservatism**. New York: St. Martin’s Press, 1976, p. 29.

PAGE, Robert. David Cameron's Modern Conservative approach to poverty and social justice: towards one nation or two? **Journal of Poverty and Social Justice**, vol. 18, pp. 147-160, 2010.

PALONEM, Kari. **The History of Concepts as a Style of Political Theorizing:** Quentin Skinner's and Reinhart Koselleck's Subversion of Normative Political Theory. *European Journal of Political Theory*. Vol. 1, 2002, p. 91-106.

PATERMAN, Carole. The Patriarchal Welfare State. In: GUTMANN, Amy (Ed.). **Democracy and the Welfare State**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

PATHAK, Pathik. From New Labour to New Conservatism: the changing dynamics of citizenship as selfgovernment. **Citizenship Studies**, vol. 17, pp. 61-75, 2012.

PATTIE, Charles; SEYD, Patrick; WHITELEY, Paul. *Citizenship in Britain. Values, Participation and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 2

PEELE, Gillian (Ed.). *David Cameron and Conservative renewal: The limits of modernisation?* Manchester: Manchester University Press, 2016.

PETERS, John. Neoliberal convergence in North America and Western Europe: Fiscal austerity, privatization, and public sector reform. **Review of International Political Economy**, vol. 19, pp. 208-235, 2011.

PHILLIPS, Louise. HEGEMONY AND POLITICAL DISCOURSE: THE LASTING IMPACT OF THATCHERISM. **Sociology**, Vol. 32, no. 4, pp. 847-867, 1998.

PIACHAUD, David. The Growth of Poverty. In: WALKER, Alan; WALKER, Carol (Ed.). **The Growing Divide. A Social Audit 1979-1987**. London: Calvert's North Star Press, 1987.

PIERSON, Paul. **Dismantling the Welfare State?** Reagan, Thatcher, and the politics of retrenchment. New York: Cambridge University Press, 2007.

PLANT, Raymond. Citizenship and Rights. In: D. GREEN, David (Org.). **Citizenship and Rights in Thatcher's Britain: Two Views**. London: The IEA and Welfare Unit, 1990.

PLANT, Raymond. **The Neo-liberal State**. Oxford: Oxford Press, 2010.

POLLITT, Christopher. The citizen's charter: A preliminary analysis. **Money & Management**, vol. 14, p. 9-14, 1994.

RAISON, Timothy. **Tories and the Welfare State**. A history of Conservative Social Policy since the Second World War. New York: Palgrave Macmillan, 1990.

RICHTER, Melvin. Conceptual History (Begriffsgeschichte) and Political Theory. **Political Theory**, vol. 14, pp. 604-637, 1986.

RICHTER, Melvin. Begriffsgeschichte and the History of Ideas. **Journal of the History of Ideas**, vol. 48, pp. 247-263, 1987.

RICHTER, Melvin. **The History of Political and Social Concepts: A Critical Introduction**. New York: Oxford University Press, 1995.

ROBERTSON, David. Mrs. Thatcher's Employment Prescription: An Active Neo-liberal Labor Market Policy. **Journal of Public Policy**, Vol. 6, pp. 275-296, 1986.

ROBINSON, Emily; SCHOFIELD, Camilla; SUTCLIFFE-BRAITHWAITE, Florence; THOMLINSON, Natalie. **Telling Stories about Post-war Britain: Popular Individualism and the 'Crisis' of the 1970s**. Twentieth Century British History, Vol. 28, pp. 268-304, 2017.

ROCHE, Maurice. **Rethinking Citizenship: Welfare, Ideology and Change in Modern Society**. Cambridge: Polity Press, 1992.

ROSE, Nikolas. **Powers of Freedom**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SAGE, Daniel. A challenge to liberalism? The communitarianism of the Big Society and Blue Labour. **Critical Social Policy**, Vol. 32, pp. 365-382, 2012.

SAMUEL, Raphael. Mrs. Thatcher's return to Victorian Values. **Proceedings of the British Academy**, no. 78, pp. 9-29, 1992.

SASSEN, Saskia. The Repositioning of Citizenship: Emergent Subjects and Spaces for Politics. **Berkeley Journal of Sociology**, Vol. 46, pp. 4-25, 2002.

SAUNDERS, Peter. Citizenship in a Liberal Society. In: TURNER, Brian S. (org.). **Citizenship and Social Theory**. London: Sage, 1993.

SAUNDERS, Robert. "Crisis? What crisis?" Thatcherism and the seventies. In: JACKSON, Ben; SAUNDERS, Robert. **Making Thatcher's Britain**. Cambridge University Press: Cambridge, 2012.

SCHIAVO, Luca Lo. Quality Standards in Public Sector: Differences between Italy and the UK in the Citizen's Charter initiative. **Public Administration** Vol. 78 No. 3, pp. 679-698, 2000.

SELDON, Anthony. *Major: A Political Life*. London: Phoenix, 1998.

SELSON, Anthony; BALL, Stuart. **Conservative Century: The Conservative Party since 1900**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

SHAMSUL, HAQUE M. 'Citizens' Needs vs. Market Demands in Public Governance: An Extended View, **Administrative Theory & Praxis**, Vol. 21, no. 2, pp. 227-232, 1999.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, vol. 8, no. 1, pp. 3-53, 1969.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalists. The End of Empire and the Birth of Neoliberalismo**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SMITH, Martin. From Big Government to Big Society: Changing the State–Society Balance. **Parliamentary Affairs**, Vol. 63, pp. 818–833, 2010.

SMITH, Susan. Citizenship: all or nothing? **Political Geography**, Vol. 14, no. 2, pp. 190-193, 1995.

SMITH, Anne Marie. **New Right discourse on race and sexuality Britain, 1968-1990.**

Victoria: Cambridge University Press, 1994.

SNOWDON, Peter; SELDON, Anthony. **Cameron at 10: The Inside Story 2010-2015.**

London: William Collins, 2015.

SNOWDON, Peter. **Back from the Brink: The Inside Story of the Tory Resurrection.**

London: Harper Press, 2010.

SOMERVILLE, Jennifer. The New Right and family politics. **Economy and Society**, Vol.

21, no.2, pp. 93-128, 1992.

SOMERVILLE, Jennifer. **Feminism and the Family. Politics and society in the UK and USA.** New York: St. Martin's Press, 2005.

SUTCLIFFE-BRAITHWAITE, Florence. Neoliberalism and Morality in the Making of Thatcherite Policy. **The Historical Journal**, Vol. 55, no. 2, pp. 497-520, 2012.

STEENBERGEN, Van. **The Condition of Citizenship.** London: Sage Publications, 1996.

STEWART, Graham. **Bang! A history of Britain in the 1980s.** London: Atlantic Books, 2013.

STOTT, Marina (Ed.). **The Big Society Challenge.** Norfolk: Keystone Development Trust Publications, 2011.

TAM, Henry. **Communitarianism.** A new agenda for politics and citizenship. London: Macmillan, 1998.

TAM, Henry. The Big Con Reframing the state/society debate. **Public Policy Research**, pp. 30-40, March-May 2011.

TAYLOR, Andrew. British Conservatives, David Cameron and The Politics of Adaptation. **Representation**, vol. 46, pp. 489-496, 2010.

TAYLOR-GOOBY, Peter. **Public opinion, ideology and state welfare**. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.

TAYLOR-GOOBY, Peter. The civil society route to social cohesion. **International Journal of Sociology and Social Policy**, Vol. 32, pp.368-385, 2012

TAYLOR, David. A Big Idea for the nineties? The rise of the citizens' charters'. **Critical Social Policy**, vol. 11, pp. 87-94, 1991.

TAYLOR, Marilyn; LANSLEY, John. Ideology and welfare in the UK: the implications for the voluntary sector. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, vol. 3, no. 2, pp. 153-174, 1992.

TOEWS, John. **Intellectual History after the Linguistic Turn: The Autonomy of Meaning and the Irreducibility of Experience**. **The American Historical Review**, vol. 92, pp. 879-907, 1987.

TOWNSEND, Peter. **The Poor are Poorer: A Statistical Report on Changes in the Living Standards of Rich and Poor in the United Kingdom 1979-1989**. Bristol: University of Bristol, 1991.

TRITTER, Jonathan. The Citizen's Charter: Opportunities for Users' Perspectives? **The Political Quarterly**, vol. 65, pp. 397-414, 1994.

TULLY, James (Ed.). **Meaning and Context**. Quentin Skinner and his Critics (New Jersey: Princeton University Press, 1988.

TULLY, James. The Agonic Freedom of citizens. **Economy and Society**, Vol. 28, no. 2, pp. 161-182, 1999.

TURNER, Alwyn. **Rejoice! Rejoice! Britain in the 1980s**. London: Aurum Press, 2010.

VINEN, Richard. **Thatcher's Britain**. London: Pocket Books, 2010.

SCHMIDT, Vivien. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. **Annual Review of Political Science**, Vol. 11, p. 303-326, 2008.

SCHMIDT, Vivien. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalisms the fourth 'new institutionalism', **European Political Science Review**, Vol. 2, p. 1-25, 2010.

SCHMIDT, Vivien; RADAELLI, Claudio. Policy Change and Discourse in Europe: Conceptual and Methodological Issues. **West European Politics**, Vol. 27, p. 183-210, 2006.

VOGEL, Ursula; MORAN, Michael. *The Frontiers of Citizenship* (New York: St. Martin's Press, 1991)

WALKER, Alan. Introduction. In: WALKER, Alan; WALKER, Carol (Org.). **The Growing Divide**. A Social Audit 1979-1987. London: Calvert's North Star Press, 1987.

WALZER, Michael. The Civil Society Argument. In: MOUFFE, Chantal (Org.). **Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community**. London: Verso, 1992.

WEISS, Antonio. **The Religious Mind of Mrs Thatcher**. Artigo não publicado. 2011. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/document/112748>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

WHITE, Stuart. The Ambiguities of the Third Way. In: WHITE, Stuart (Ed.). **New Labour**. The Progressive Future? London: Palgrave Publishers 2001.

WHITE, Stuart. 'Rights and Responsibilities': A Social Democratic Perspective. **The Political Quarterly**, Vol. 70, no. 1, pp. 166-180, 1999.

WINCOTT, Daniel. Reassessing the Social Foundations of Welfare (State) Regimes. **New Political Economy**, Vol. 6, no. 3, pp. 409-425, 2001.

WILLENZ, Eric. Why Europe Needs the Welfare State. **Foreign Policy**, no. 63, pp. 88-107, 1986.

WILLIAMS, Ben; HICKSON, Kevin (Ed.). **John Major**. An unsuccessful prime minister? London: Biteback Publishing, 2017.

WILLIAMS, Ben. **The Evolution of Conservative Party Social Policy**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

WILLIAMS, Fiona. Race/Ethnicity, Gender, and Class in Welfare State: A framework for comparative analysis. **State & Society**, Vol. 2, no. 2, pp. 127-159, 1995.

WILLIAMS, Fiona. Principles of Recognition and Respect in Welfare. In: LEWIS, Gay; GEWIRTZ, Sharon; CLARKE, John (org.). **Rethinking Social Policy**, London: Sage Publications, 2004.

WORCESTER, Kent. Ten years of Thatcherism. **World Policy Journal**, Vol. 6, no. 2, pp. 297-320.

YOUNG, Hugo. **One of Us**: A Biography of Margaret Thatcher. London: Macmillian, 1989.

YOUNG, Hugo. **The Hugo Young Papers**: A Journalist's Notes from the Heart of Politics. London: Penguin, 2009.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Lenon Campos Maschette

Data da defesa: 02/09/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Francisco Carlos Palomanes Martinho

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 06/09/2022



(Assinatura do (a) orientador (a))